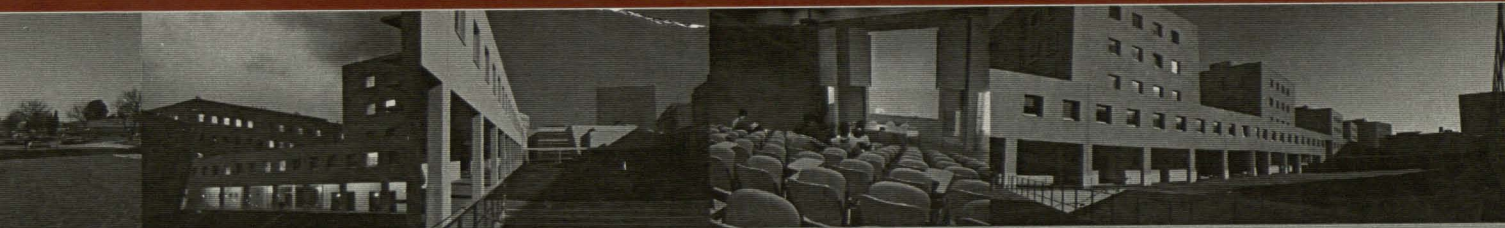




Universidade do Porto
Faculdade de Engenharia

FEUP



Maria Gabriela Martins Dias

Avaliação do Carácter da Paisagem como contributo para o ordenamento e gestão do Parque Nacional da Peneda-Gerês

Avaliação do carácter da paisagem

como contributo para o ordenamento e gestão do

Parque Nacional da Peneda-Gerês

Maria Gabriela Martins Dias

Licenciada em Arquitectura Paisagista pela Universidade de Évora

Dissertação submetida para satisfação parcial dos requisitos de Grau de Mestre em
Planeamento e Projecto do Ambiente Urbano

Realizada sob a supervisão da Professora Doutora Maria Teresa Lencastre de Melo Breyner
Andresen, do Departamento de Botânica da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto

Júri:

Doutora Isabel Maria Fernandes Ribeiro Breda Lacerda Vázquez (Presidente)

Doutora Maria Teresa Lencastre de Melo Breyner Andresen (Orientadora)

Doutor Luís Paulo Faria Ribeiro (Arguente)

MPPAU

Porto, 2002

UNIVERSIDADE DO PORTO
Faculdade de Engenharia
BIBLIOTECA H
N.º 79544
CDU _____
Data 17, 12, 20 03

agradecimentos

Agradeço a todos que, directa ou indirectamente, contribuíram para a elaboração desta dissertação,

em particular,

à Professora Doutora Teresa Andresen, pelo acompanhamento e incentivo ao longo deste trabalho;

à Arquitecta Paisagista Alcinda Tavares pela oportunidade de realização deste trabalho no contexto do Parque Nacional da Peneda-Gerês;

aos serviços do Parque Nacional, pelo apoio concedido;

ao Miguel, meus pais e restante família pelo incentivo e compreensão.

Na presente dissertação desenvolve-se uma metodologia de avaliação da qualidade da paisagem e apresenta-se a sua aplicação a um caso de estudo – noroeste do Parque Nacional da Peneda-Gerês. A avaliação incide sobre o *carácter da paisagem*, que resulta da combinação particular dos atributos definidores do padrão da paisagem.

O estudo inicia-se com um trabalho de enquadramento geral do tema, no qual se discute o conceito de *paisagem*, se faz uma síntese sobre a evolução dos princípios e métodos de avaliação desenvolvidos até à presente data e se identificam as orientações presentes em vários instrumentos com incidência neste âmbito. Com base na reflexão anterior define-se a metodologia a aplicar ao caso de estudo, o qual assenta nas seguintes etapas: (i) caracterização, que inclui inventário e recolha de informação sobre a situação presente e evolução histórica, registo e tratamento de dados em programa informático aplicado no âmbito dos sistemas de informação geográfica de apoio à identificação de unidades de paisagem; (ii) avaliação de acordo com critérios de *significância* e *integridade*; (iii) definição de propostas.

Identificaram-se seis unidades de paisagem que foram sujeitas a uma análise e avaliação de acordo com os dois critérios referidos. A *significância* na área em estudo encontra-se intimamente relacionada com a permanência das actividades agrícolas tradicionais, com a presença de testemunhos que atestam uma ocupação humana em diferentes períodos históricos, com o equilíbrio ecológico e também com a raridade de alguns dos seus componentes. Porém, a percepção da *significância* é afectada pelos níveis de *integridade* detectados, os quais dependem em grande medida da manutenção das práticas agrícolas, como também, em parte, pela forma como aquelas são conduzidas.

No sentido de procurar contribuir para o ordenamento e gestão do território em causa formulam-se propostas de actuação, que visam a valorização da paisagem.

Palavras-chave: *paisagem; avaliação do carácter; significância; integridade; ordenamento e gestão da paisagem.*

This dissertation presents a conceptual and methodological framework to evaluate landscape and its application to a case of study – northwest of Peneda-Gerês National Park. The evaluation focus is placed on landscape character, which comes from the pattern that arises from the particular combination of the different components that provide a sense of place.

The study starts with a reflection about the concept of *landscape*. A review of landscape methods and theories present in landscape evaluation studies landscape were also taken into account. This first phase allows the construction of an adequate methodology for the case of study, which includes the following steps: (i) characterization, including inventory and compilation of information about present conditions and historic evolution, record and management of data with geographic information system software to support the identification of landscape units; (ii) evaluation of *significance* and *integrity*; (iii) definition of proposals.

Six landscape units were identified which were subjected to a detailed evaluation in accordance with the two criteria referred above. Landscape significance is particularly derived from the traditional agricultural activities, the presence of marks which attest an occupation in different historic periods, the ecological stability and also the rarity of some components. However, the perception of significance is affected by the integrity levels, which are conditioned, primarily, by the traditional agriculture practices and also by the way these practices are developed.

To contribute for a better management of this area, intervention proposals are formulated, aiming at the enhancement of the landscape.

Keywords: *landscape; character assessment; significance; integrity; landscape management and planning.*

	Pág.
Agradecimentos	ii
Resumo	iii
Abstract	iv
Índice	v
Índice de figuras	vii
Índice de gráficos	viii
Índice de quadros	viii
Índice de fotografias	ix
Introdução	1
Capítulo 1 Enquadramento teórico do tema <i>paisagem</i>	7
1.1 Discussão sobre o conceito <i>paisagem</i>	8
1.1.1 Génese do conceito	8
1.1.2 Abrangência do conceito	16
1.2 Revisão sobre os métodos adoptados na avaliação da qualidade da paisagem	20
1.3 Perspectiva presente nos principais documentos com incidência na paisagem	31
1.3.1 Nível internacional	31
1.3.2 Nível europeu	32
1.3.3 Nível nacional	36
1.4 Síntese do capítulo e abordagem adoptada	39
Capítulo 2 Abordagem metodológica adoptada	43
2.1 Área em estudo	44
2.2 Objectivos	44
2.3 Metodologia	44
2.3.1 1ª etapa – caracterização	47
2.3.2 2ª etapa – avaliação da paisagem	51
2.3.3 3ª etapa – propostas de actuação	53
Capítulo 3 Caso de estudo: definição do carácter da paisagem no noroeste do PNPG	54
3.1 Caracterização genérica da área em estudo	55
3.1.1 A evolução da paisagem	56
3.1.1.1 Paisagem do neolítico	56
3.1.1.2 Religião, defesa e os primórdios da nacionalidade	56
3.1.1.3 <i>Revolução do milho versus</i> mudança da paisagem	59
3.1.1.4 A chegada dos serviços florestais	61
3.1.1.5 A perda do capital humano	63

3.1.1.6	As políticas de conservação da Natureza	64
3.1.1.7	A exploração hidroelétrica	65
3.1.1.8	Expectativas de mudança com a adesão à União Europeia	66
3.1.2	O relevo como componente fundamental na definição do carácter da paisagem	67
3.1.3	As condições climáticas e a definição de um sistema de povoamento muito peculiar	69
3.1.4	A escassez de solo com aptidão agrícola e a forma de exploração agro-pastoril adoptada	71
3.1.5	Paisagem de regadio <i>versus</i> paisagem de sequeiro	74
3.1.6	Alguns valores naturais como factor de unicidade	75
3.1.7	Modéstia e rusticidade do espaço edificado	76
3.1.8	O sagrado na paisagem	78
3.2	Identificação e análise das unidades de paisagem	81
3.2.1	Fundamentos subjacentes à identificação das unidades de paisagem	81
3.2.2	Variáveis fundamentais consideradas na identificação das unidades de paisagem	82
3.2.2.1	Fisiografia	82
3.2.2.2	Povoamento e distribuição dos usos do solo	85
3.2.2.3	Associações históricas	91
3.2.3	Unidades de paisagem identificadas e definição do seu carácter	97
3.2.3.1	Unidade 1 – Castro Laboreiro	99
3.2.3.2	Unidade 2 – Lamas de Mouro	107
3.2.3.3	Unidade 3 – Ribeiros	111
3.2.3.4	Unidade 4 – Gavieira	115
3.2.3.5	Unidade 5 – Ramiscal	122
3.2.3.6	Unidade 6 – Soajo	128
3.3	Avaliação do carácter da paisagem	135
3.3.1	Significância e integridade	135
3.4	Definição de linhas acção	143
3.4.1	Medidas e acções propostas	143
	Conclusões	150
	Referências bibliográficas	155
	Anexos	
Anexo 1	Ficha de apoio a trabalho de campo – sistematização de informações relativas às unidades de paisagem	164
Anexo 2	Caracterização da área em estudo – componentes biofísicas	168
Anexo 3	Caracterização da área em estudo – componentes sócio-económicas	177

Índice de figuras

		Pág.
Fig. 2.1	Enquadramento geográfico	45
Fig. 2.2	Esquema metodológico	46
Fig. 3.1	Síntese fisiográfica	84
Fig. 3.2	Implantação altimétrica dos núcleos edificados	88
Fig. 3.3	Correspondências entre núcleos edificados	89
Fig. 3.4	Usos do solo	90
Fig. 3.5	Paisagem da pré-história	92
Fig. 3.6	Paisagem antiga	93
Fig. 3.7	Paisagem medieval	94
Fig. 3.8	Paisagem tradicional	95
Fig. 3.9	Paisagem contemporânea	96
Fig. 3.10	Unidades de paisagem propostas	98
Fig. 3.11	Declives – Castro Laboreiro	101
Fig. 3.12	Distribuição dos núcleos edificados e rede viária – Castro Laboreiro	101
Fig. 3.13	Geologia e implantação dos núcleos edificados – Castro Laboreiro	105
Fig. 3.14	Usos do solo – Castro Laboreiro	105
Fig. 3.15	Declives – Lamas de Mouro	110
Fig. 3.16	Usos do solo – Lamas de Mouro	110
Fig. 3.17	Coberto Vegetal – Lamas de Mouro	110
Fig. 3.18	Declives – Ribeiros	112
Fig. 3.19	Implantação dos núcleos edificados e rede viária – Ribeiros	112
Fig. 3.20	Usos do solo – Ribeiros	112
Fig. 3.21	Declives – Gavieira	116
Fig. 3.22	Geologia e distribuição dos núcleos edificados – Gavieira	116
Fig. 3.23	Usos do solo – Gavieira	120
Fig. 3.24	Implantação dos núcleos edificados e rede viária – Gavieira	120
Fig. 3.25	Declives – Ramiscal	123
Fig. 3.26	Coberto vegetal – Ramiscal	123
Fig. 3.27	Rede viária e implantação dos núcleos edificados – Gavieira	126
Fig. 3.28	Usos do solo – Ramiscal	126
Fig. 3.29	Declives – Soajo	129
Fig. 3.30	Rede viária e implantação dos núcleos edificados – Soajo	129
Fig. 3.31	Coberto vegetal – Soajo	132
Fig. 3.31	Usos do solo – Soajo	132

Índice de gráficos

		Pág.
Gráfico nº 3.1	Área correspondente a cada unidade de paisagem	99
Gráfico nº 3.2	Distribuição dos usos do solo na unidade 1 – Castro Laboreiro	104
Gráfico nº 3.3	Distribuição do coberto arbóreo na unidade 1 – Castro Laboreiro	104
Gráfico nº 3.4	Distribuição dos usos do solo na unidade 2 – Lamas de Mouro	107
Gráfico nº 3.5	Distribuição do coberto arbóreo na unidade 2 – Lamas de Mouro	108
Gráfico nº 3.6	Distribuição dos usos do solo na unidade 3 – Ribeiro	111
Gráfico nº 3.7	Distribuição do coberto arbóreo na unidade 3 – Ribeiro	113
Gráfico nº 3.8	Distribuição dos usos do solo na unidade 4 – Gavieira	118
Gráfico nº 3.9	Distribuição do coberto arbóreo na unidade 4 – Gavieira	118
Gráfico nº 3.10	Distribuição do coberto arbóreo na unidade 5 – Ramiscal	122
Gráfico nº 3.11	Distribuição dos usos do solo na unidade 5 – Ramiscal	124
Gráfico nº 3.12	Distribuição do coberto arbóreo na unidade 6 – Soajo	130
Gráfico nº 3.13	Distribuição dos usos do solo na unidade 6 – Soajo	130

Índice de quadros

		Pág.
Quadro 2.1	Parâmetros considerados no estudo de avaliação da paisagem – componentes biofísicas	48
Quadro 2.2	Parâmetros considerados no estudo de avaliação da paisagem – componentes sócio-económicas	48
Quadro 2.3	Elementos cartográficos levados em consideração na identificação das unidades de paisagem	49
Quadro 3.1	Síntese dos aspectos fisiográficos considerados	83
Quadro 3.2	Síntese dos aspectos relacionados com os usos do solo e povoamento	87
Quadro 3.3	Síntese dos aspectos relacionados associações históricas	91
Quadro 3.4	Limites de unidades de paisagem identificadas	97
Quadro 3.5	Marcos de evolução da paisagem na unidade 1 – Castro Laboreiro	106
Quadro 3.6	Marcos de evolução da paisagem na unidade 2 – Lamas de Mouro	108
Quadro 3.7	Marcos de evolução da paisagem na unidade 3 – Ribeiro	113
Quadro 3.8	Marcos de evolução da paisagem na unidade 4 – Gavieira	119
Quadro 3.9	Marcos de evolução da paisagem na unidade 5 – Ramiscal	127
Quadro 3.10	Marcos de evolução da paisagem na unidade 6 – Soajo	131
Quadro 3.11	Matriz de avaliação da significância	141
Quadro 3.12	Matriz de avaliação da integridade	142
Quadro 3.13	Síntese das propostas de acção por unidade de paisagem	149

Índice de fotografias

		Pág.
Fot. 3.1	Planalto de Castro Laboreiro – vista geral sobre a configuração do relevo (granitos sinectónicos) e homogeneidade do coberto vegetal	100
Fot. 3.2	Vale das inverneiras – relevo muito acidentado forte presença dos rochas graníticas à superfície (granitos pós-tectónicos)	100
Fot. 3.3	Brandas de cultivo de Castro Laboreiro - vista geral sobre A-do-Freire	103
Fot. 3.4	Vista sobre Castro Laboreiro – lugar de habitação permanente – núcleo edificado de cariz mais urbano	103
Fot. 3.5	Maciços rochosos em torno de área mais aplanada – “regaço da serra da Peneda”	109
Fot. 3.6	Veiga de Lamas – antigos viveiros florestais evidenciando um coberto vegetal constituído por exóticas	109
Fot. 3.7	Vista sobre maciço rochoso–granitos pós-tectónicos–Chã da Matança	114
Fot. 3.8	Vista panorâmica sobre o lugar de Ribeiro de Baixo, evidenciando os socalcos e a implantação das edificações	114
Fot. 3.9	Lugar de habitação permanente – Roucas – “paisagem de regadio”	117
Fot. 3.10	Vista panorâmica sobre a branda de cultivo de Gorbelas – “paisagem de sequeiro”	117
Fot. 3.11	Vista panorâmica sobre a Fraga da Nédia	121
Fot. 3.12	Panorâmica da área aplanada no cimo da serra da Peneda na freguesia da Gavieira – Lamas do Vez	121
Fot. 3.13	Vista panorâmica sobre o vale do rio Ramiscal	125
Fot. 3.14	Vista sobre Lordelo – lugar de habitação permanente	125
Fot. 3.15	Vista sobre Avelar – lugar de habitação permanente	125
Fot. 3.16	Vista sobre a Várzea – lugar de habitação permanente e barragem, visualizando-se diferenças no modelado	133
Fot. 3.17	Vista sobre branda de cultivo de Bordença	133
Fot. 3.18	Vista sobre Adrão – lugar de habitação permanente - “paisagem de regadio”	133
Fot. 3.19	Vista sobre os núcleos edificados – Soajo, Cunhas e Paradela – e coberto vegetal com predomínio de espécies resinosas e afectado pelos incêndios	134
Fot. 3.20	Barragem do Alto Lindoso	134



introdução

Com a presente dissertação pretende-se apresentar uma proposta metodológica para a avaliação do carácter da paisagem e proceder à sua aplicação a um caso de estudo: noroeste do Parque Nacional da Peneda-Gerês (adiante designado abreviadamente por PNPG). Este caso de estudo decorre de uma proposta de trabalho efectuada pelo Instituto da Conservação da Natureza – Parque Nacional da Peneda-Gerês, e insere-se no âmbito do processo de revisão do Plano de Ordenamento desta Área Protegida que se encontra em curso.

O conceito de *paisagem* encontra-se sujeito a várias interpretações, que podem variar sobretudo em função do âmbito profissional e do propósito com que aquele é explorado. Porém, de acordo com a evolução registada, nos métodos de avaliação da qualidade da paisagem, sobretudo na última década, verifica-se uma tendência para que os estudos nesta área sejam encarados como um ponto de partida essencial para uma abordagem integrada à gestão e ordenamento do território.

Esta abordagem impõe assim a integração dos domínios sócio-económico, ecológico e cultural na avaliação do carácter da paisagem. Não se deverá ignorar também os aspectos formais, já que a expressão física das relações estabelecidas entre os componentes da paisagem, num dado momento, é a paisagem que pode ser interpretada por cada observador e, como tal, sujeita à forma como é percebida por este. Desta forma, persegue-se a ideia expressa pelo Conselho da Europa, na Convenção Europeia da Paisagem, que data de 2000, onde é apresentado o conceito de paisagem que se passa a citar: “Landscape means an area, as perceived by people; whose character is the result of the action and interaction of natural and/or human factors”.

A paisagem representa um dos aspectos essenciais da qualidade de vida que é aspirada pela nossa sociedade. Hoje, mais do que nunca, a qualidade da paisagem surge indissociável dos argumentos impostos pela sustentabilidade global.

A paisagem constitui um recurso e um património comum em permanente mudança, por consequência dos vários processos de transformação a que está sujeita. A sua dimensão multi-temporal implica um sentido de responsabilidade sobre a forma como é transformada, através do conjunto das intervenções humanas e, em particular, pelas actuações impulsionadas pelos organismos públicos. Assim, entende-se que a avaliação da qualidade da paisagem deve apoiar o processo de gestão territorial, encorajando os seus múltiplos intervenientes a salvaguardar o seu carácter e a contribuir para a criação de novas paisagens.

A área que é objecto de estudo encontra-se dentro dos limites do PNPG. Esta Área Protegida é reconhecida, desde a sua criação, através do Decreto-Lei nº 187/71, de 8 de Maio, pela União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN). Detém ainda o estatuto, desde 1997, de Parque Transfronteiriço Gerês-Xurés, o qual é reconhecido pela Federação Europeia de Parques Nacionais e Naturais da Europa (EUROPARC). Encontra-se ainda classificada como Sítio da Rede Natura 2000 (Resolução do Conselho de Ministros nº 142/97, de 28 de Agosto).

Na sua globalidade, o PNPG ocupa uma área aproximada de 70 000 hectares, abrangendo os concelhos de Melgaço, Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, Terras de Bouro e Montalegre. A área seleccionada para efeitos do presente estudo situa-se na zona noroeste do PNPG, correspondendo a 34% da sua área total (cerca de 23 700 hectares). Abrange, por isso, no concelho de Melgaço as freguesias de Castro Laboreiro e Lamas de Mouro, e no concelho de Arcos de Valdevez as freguesias de Gavieira, Cabreiro, Soajo e Gondoriz.

O facto de se tratar de um território que se enquadra no estatuto de Área Protegida – Parque Nacional – releva a pertinência da abordagem desenvolvida.

Efectivamente, estamos perante um território que detém valores de interesse natural e cultural, cuja importância justificou uma atenção especial por parte da Administração Pública. Assim, propõe-se que o presente estudo assente numa pesquisa sistemática sobre as várias componentes da paisagem e dinâmicas presentes, procurando, acima de tudo, conhecer as relações de interdependência estabelecidas entre Homem e o meio, compreender a sua evolução e caracterizar o padrão resultante. Em suma, pretende-se identificar os traços que determinam o seu carácter cultural, o qual reflecte a capacidade narrativa da paisagem, o seu significado em termos históricos e culturais, riqueza biológica e coerência entre usos e actividades presentes.

Atendendo ao enquadramento exposto, com a presente dissertação pretende-se alcançar os seguintes objectivos:

- Desenvolver uma metodologia que possibilite o estudo da paisagem no PNPG;
- Confirmar a validade da metodologia através da sua aplicação em parte do território do PNPG (uma vez que se pretende que aquela seja estendida, posteriormente, à globalidade desta Área Protegida);
- Contribuir para o processo de revisão do Plano de Ordenamento do PNPG, no que se refere à componente paisagem.

A dissertação encontra-se subdividida em três capítulos distintos, correspondendo o primeiro a um trabalho de revisão teórica, o segundo à definição de uma metodologia de avaliação da qualidade da paisagem, cujo desenvolvimento é apresentado no terceiro capítulo. Por último, na conclusão apresentam-se reflexões finais.

Sistematizando, o primeiro capítulo refere-se ao enquadramento geral do tema em estudo, no qual se discute a génese e abrangência do conceito *paisagem*, se procede a uma revisão sobre a evolução dos métodos de avaliação da paisagem, e se procura identificar as orientações contidas nos principais documentos a nível nacional, europeu e internacional com incidência no tema,

como forma de compreender as tendências e perspectivas neles inseridas. Na parte final deste capítulo realiza-se uma síntese e explicita-se a abordagem defendida.

Transposta a primeira fase do trabalho, sucede a definição da proposta metodológica para aplicar ao caso em estudo. Adopta-se uma abordagem pericial, baseada no conhecimento técnico e na experiência adquirida no decorrer do estudo, cujo desenvolvimento assenta nos aspectos que se enunciam seguidamente:

- Inventário e recolha de informação sobre a situação presente, incluindo trabalho de campo e contacto com interlocutores locais;
- Pesquisa histórica sobre os aspectos que determinaram a evolução da paisagem;
- Análise de informação cartográfica, tendo em vista a compreensão da estruturação da paisagem;
- Registo e tratamento de dados em programa informático aplicado no âmbito de sistemas de informação geográfica, com vista a apoiar a identificação e análise das unidades de paisagem.

O capítulo subsequente subdivide-se em três etapas que se desenvolvem de forma sequencial. Na primeira, procura-se realizar uma análise ao contexto global da área em estudo, com vista a compreender a forma como se articulam os vários componentes do sistema territorial. Deste contexto geral, parte-se para uma análise com um maior nível de pormenorização, que resulta na identificação de unidades de paisagem. A definição destas atende, principalmente, a critérios de homogeneidade relativa e à coerência do conjunto. Posteriormente, procede-se à definição do carácter de cada unidade, incluindo um levantamento de valores e degradações. Esta etapa permite a subsequente avaliação das unidades de paisagem a qual é suportada na adopção de dois critérios: *significância e integridade*. Por último, aponta-se propostas de actuação na óptica da melhoria e salvaguarda da paisagem.

Na conclusão apresentam-se as reflexões finais, que procuram evidenciar os aspectos centrais do trabalho levado a cabo, bem como as dificuldades e oportunidades com que se poderá confrontar o seu prosseguimento.

capítulo 1

enquadramento teórico do tema *paisagem*



discussão sobre o conceito *paisagem*



génese do conceito

O conceito *paisagem* é com frequência alvo de múltiplas acepções, principalmente, por ser objecto de estudo de vários domínios de actuação. Assume, desta forma, abordagens diversificadas face à própria especificidade das distintas áreas profissionais, verificando-se assim algumas dificuldades em estabilizar uma definição comum. Por outro lado, a evolução do conhecimento científico e as preocupações manifestadas pela sociedade dos nossos dias, perante a problemática da qualidade da paisagem e do ambiente em geral, também proporcionam novas formas de encarar o conceito. Procura-se pois neste capítulo explicitar o sentido que se pretende explorar, de maneira a estabelecer um quadro teórico mais consistente no desenvolvimento do presente estudo.

Na Enciclopédia Luso-Brasileira (1995) o termo paisagem é explicado da seguinte forma: "extensão de um território que se abrange num lance de vista, paisagem campestre, pintura que representa uma paisagem, vista, aspecto". Outras definições referem-se não apenas ao seu significado pictórico, mas também se debruçam sobre o conceito paisagem de uma forma mais abrangente. Por exemplo, no Dicionário Webster paisagem é a "imagem que representa a vista de um sector natural" (âmbito cénico), "superfície terrestre, relevo de uma região produzido ou modificado por forças geológicas" (âmbito físico) e, finalmente, "território ou parte da superfície terrestre que a vista pode observar simultaneamente, incluindo todos os objectos discernidos" (visão global do conjunto). Aqui é clara a referência aos aspectos de ordem física e à percepção visual das suas componentes estéticas.

Numa perspectiva mais científica este conceito é também alvo de vários entendimentos. Assinala-se, em alguns casos, a tendência para aquele conceito

coincidir com o de **ecossistema** (por parte de alguns cientistas que se ocupam da Ecologia da Paisagem), ou com o de **geossistema** (geógrafos da Escola Soviética).

É de referir que a procura de uma visão integrada e global de estudo da paisagem não é recente. Desde o século XIX, que se tem procurado analisar numa perspectiva global a estrutura da superfície terrestre nos mais diversos ramos profissionais. As primeiras tentativas de apreender a paisagem na sua totalidade, encontram-se, tal como refere Bertrand (1971), entre os geógrafos alemães e soviéticos.

Alexander Von Humboldt (1769-1859), cientista alemão, foi considerado um dos primeiros percursores da geografia física e geo-botânica. Apresentou ideias fundamentais para a compreensão da paisagem e da estrutura da superfície terrestre no seu conjunto, destacando a importância das relações existentes entre os elementos. Aquele autor assentou a problemática do seu estudo nas características físicas do meio, sem menosprezar as influências humanas e adoptou uma concepção de Natureza adaptada à noção de paisagem integrada, expressando claramente a necessidade de ver a Natureza como “um todo integrado”¹. A sistematização que fez das suas ideias, em especial, na obra intitulada “O Cosmos”, fez de Humboldt o primeiro a apresentar de forma concertada uma proposta de funcionamento do conjunto da estrutura da superfície da terra. À Escola Geográfica da ex-União Soviética deveu-se muito a evolução do estudo da paisagem, durante o século XIX, verificando-se uma interpretação do termo bastante abrangente (Bolós e Capdevila, 1992).

A segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX representam para a concepção científica da paisagem um período de construção de grande parte de suas bases teóricas, principalmente, quando os discípulos de Humboldt, prossequindo os seus estudos a respeito da estrutura da superfície da terra, conseguem grandes avanços na forma de encarar este termo. Smuts (anglo-saxão) lança a doutrina do *holismo*, segundo a qual o universo e também

¹ Paisagem: “o carácter total de uma área” (cit. por Naveh e Lieberman, 1989).

as suas partes constituintes “tem tendência a originar unidades que formam um todo em complexidade crescente” (Bolós e Capdevila, 1992). A noção de unidade integrada é o primeiro avanço no sentido de adquirir uma **concepção sistémica da paisagem**.

A progressiva tomada de consciência dos problemas ambientais, com origem nas actuações humanas, fez crescer a exigência em torno de uma atitude de intervenção sobre a Natureza mais ponderada. Este facto conduziu alguns cientistas a uma reflexão mais atenta sobre esta problemática, provocando a emergência de novos conceitos e preocupações relacionadas com o conhecimento do sistema natural e com os problemas que colocam em causa o equilíbrio ecológico.

A introdução do termo **Ecologia** deve-se a Haeckel, em 1869, tendo sido designada como a ciência que se ocupa do estudo das inter-relações dos organismos com o seu ambiente inorgânico e orgânico. Mais tarde, a noção de Ecologia evoluirá significativamente, conduzindo Tansley (1935) a definir ecossistema da seguinte forma: “um complexo ambiental, formando uma unidade, às vezes integrada, que constitui núcleos vivos de sistemas (...), dentro de cada sistema há um intercâmbio de muitas classes, não somente entre os organismos, mas igualmente entre o mundo orgânico e inorgânico” (cit. por Leitão, 1996).

Por sua vez, Sochava (1963) diante da noção de ecossistema apresentada por Tansley, adapta este termo a um conceito geográfico, inserindo nele a categoria espacial e definindo o conceito de geossistema. O geossistema passa a ser encarado como um fenómeno natural, que inclui todos os elementos da paisagem como um modelo global, territorial e dinâmico aplicável a qualquer paisagem concreta. Distancia-se cada vez mais do próprio conceito de ecossistema por corresponder a um melhor equilíbrio com os componentes de génese antrópica (Bolós e Capdevila, 1992).

Atendendo ao que defende Sochava (1963), o estudo do geossistema surge como uma nova alternativa para a orientação de pesquisas científicas – o “novo paradigma sistémico” – que busca a visão global da conexão da natureza e do

Homem. Assim, o facto do geossistema colocar em evidência não apenas os componentes da Natureza, mas as conexões entre estes e os de origem humana, obriga ao estudo da dinâmica da natureza e da evolução dos geossistemas (Bolós e Capdevila, 1992).

A proposta metodológica apresentada por Bertrand (1968), através do seu trabalho intitulado "Paysage et Géographie Physique Globale: esquisse méthodologique" (Escola de Toulouse – França), destaca-se também pela perspectiva sistémica que defende, utilizando igualmente o conceito de geossistema. Tanto Bertrand como Sochava defendem um modelo que procura apreender a paisagem de forma integral. Veja-se, por exemplo, a forma como Bertrand (1971) define paisagem: "a paisagem é numa determinada porção do espaço, o resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialecticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável em permanente evolução".

O geossistema é encarado por Bertrand (1971) como um modelo teórico de apreensão global da paisagem, representando uma categoria espacial caracterizada por uma relativa homogeneidade dos seus componentes, cuja estrutura e dinâmica resulta da interacção entre: i) *potencial ecológico* (geomorfologia, clima, hidrologia); ii) *exploração biológica* (vegetação, solo, fauna); e, iii) *acção antrópica*. Para aquele autor (1971), o geossistema encontra um estado de clímax quando o *potencial ecológico* e a *exploração biológica* encontram o equilíbrio. Reconhece também que as intervenções humanas de qualquer natureza no meio implicariam alterações a esse equilíbrio.

Porém, embora o conceito de geossistema seja concebido, pelo autor mencionado no parágrafo anterior, com três subsistemas, na realidade verifica-se uma exploração mais pormenorizada de apenas 2 (dois) subsistemas – do *potencial ecológico* e da *exploração biológica* – constatando-se uma abordagem relativamente superficial do subsistema relacionado directamente com a acção do Homem. Esta lacuna será, posteriormente, ultrapassada por Bertrand no seu estudo intitulado "Pour une histoire écologique de la France rurale", publicado em 1975. Neste trabalho verifica-se um tratamento mais aprofundado dos aspectos

de ordem antrópica, ainda dentro da concepção geossistémica. Ou seja, a actuação humana é encarada como uma determinante na dinâmica e nas transformações da paisagem (Bolós e Capdevila, 1992).

A década de 60 do século XX é acompanhada de ideias rejuvenescedoras do conceito paisagem, verificando-se que adquire uma crescente importância nos mais diversos domínios científicos em que é estudada. Nesta década, pode-se destacar a obra de Ian McHarg “Design with Nature” (1969) pelas preocupações manifestadas em integrar os problemas ambientais no planeamento do território. A influência do paradigma holístico é aproveitada e incentivada pelos movimentos ambientalistas dos anos 60. Estes porém, muito frequentemente, assumem a actuação humana apenas com consequências negativas, sendo o Homem encarado como um agente de perturbação.

Atente-se no termo **Ecologia da Paisagem** que foi introduzido pela primeira vez em 1939, por Carl Troll, e que vai estar sujeito a um progressivo aprofundamento dos seus fundamentos teóricos por vários investigadores, contribui também para o surgimento de novas perspectivas sobre o conceito paisagem. Por exemplo, Zonneveld (1979) seguindo, de certa forma, a mesma linha de pensamento de Bertrand, refere-se à paisagem como sendo “uma parte do espaço na superfície terrestre que abrange um sistema complexo caracterizado pela actividade geológica, água, ar, plantas, animais e o Homem (...)”. Ainda segundo Zonneveld (1982), a Ecologia da Paisagem “é uma geo-bio-anтропо-ciência e, sobretudo, uma atitude holística (...)” (cit. por Abreu, 1989). É uma definição abrangente, sendo inevitável a interdependência entre os vários domínios do conhecimento, por exemplo, a Geografia, a Antropologia, as Ciências da Natureza, entre outras. Começa pois a ser um domínio de actuação reconhecido, que implica interdisciplinaridade e visão global, aspectos de facto fundamentais para o estudo da paisagem. A Ecologia da Paisagem irá introduzir então um carácter mais integrador que a Ecologia ao considerar as actividades humanas como parte do sistema.

O conceito de Ecologia da Paisagem é também explorado nos trabalhos de Naveh e Lieberman (1984) e Forman e Godron (1986). Esta nova ciência,

segundo estes autores, debruçar-se-á sobre as funções, organização espacial e relações mútuas dos sistemas componentes da paisagem, humanizada e natural, bem como a sua constituição e dinâmica. A paisagem é então assumida como uma entidade holística, em que a actividade humana é parte integrante desta realidade, sempre em interacção com os sistemas naturais.

No livro “Landscape Ecology”, uma obra de referência no domínio da Ecologia da Paisagem, Forman e Godron (1986) definem paisagem como: “uma porção de território composta por um conjunto de sistemas inter-actantes, que vão sendo repetidos segundo formas semelhantes”. Desta abordagem, pode-se salientar o carácter dinâmico atribuído à paisagem e a interactividade entre os elementos que a compõem. A Ecologia da Paisagem passa pois a ser definida, como o estudo da estrutura, função e mudança de uma região heterogénea composta de ecossistemas em interacção, sendo estes três parâmetros definidos da seguinte forma (idem, 1986):

- Estrutura – relação espacial existente entre ecossistemas, ou elementos distintos, ou mais especificamente entre a distribuição de energia, matéria e espécies em relação aos tamanhos, números, tipos e configurações dos ecossistemas;
- Função – interacções entre os elementos espaciais, isto é, os fluxos de energia, matéria e espécies entre as componentes dos ecossistemas;
- Mudança – alteração da estrutura e função do mosaico ecológico ao longo do tempo.

Em contraste com outros ramos da Ecologia, na Ecologia da Paisagem os factores de origem antrópica são declaradamente incluídos, reconhecendo-se a influência que o Homem tem na mudança da estrutura e função da paisagem. Na Ecologia da Paisagem o Homem não representa apenas um factor de perturbação externa aos ecossistemas naturais, uma vez que é um componente interactivo que participa na evolução do sistema. Assim, aquela ciência, além de se debruçar sobre as dimensões biológicas e físicas, também considera os parâmetros históricos, culturais, sócio-económicos que estão directamente relacionados com os usos do solo.

A Ecologia da Paisagem marca assim uma mudança notória na forma de encarar o próprio conceito de paisagem e revela-se um aspecto-chave para suportar o exercício de ordenamento e gestão do território, já que abrange tanto os aspectos relacionados com a diversidade biológica como também os aspectos culturais. Tal como afirma Andresen (1992), "(...) a Ecologia da Paisagem tem-se vindo a tornar reconhecida como base científica do ordenamento do território, da gestão, conservação, desenvolvimento e restauro da paisagem (...); será sem dúvida aquela que de forma mais integrada e abrangente assume a paisagem como uma unidade de estudo, encarada como um objecto autónomo de investigação, atendendo à complexa integração das suas componentes e segundo parâmetros actualizados do conhecimento científico".

Desde os anos 70 do século XX, que as preocupações relacionadas com a paisagem ganham um relevo considerável, tendo sido objecto de estudo mais aprofundado para as mais diversas áreas profissionais. Porém, principalmente durante a década referida e ainda na seguinte, consideram-se com grande ênfase os aspectos formais (ou seja, o estudo da cor, textura e forma), assumindo-se uma aproximação clara à designação de *paisagem visual*. É assim enfatizada a qualidade das componentes estéticas da paisagem, sendo o conceito, por consequência, focalizado para o sentido estrito da *paisagem-cenário*.

Todavia, na década de 80 e no início da de 90 do último século, verifica-se já algum interesse pela paisagem e seus valores culturais, o qual se repercute no desenvolvimento de vários trabalhos de investigação e instrumentos que definem políticas e estratégias de actuação ao nível da salvaguarda do carácter particular das paisagens. São disso exemplo, os esforços desenvolvidos pela International Union of Nature Conservation (IUCN) e United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO). Pode-se afirmar que, nesta fase, começa a evidenciar-se o conceito de *paisagem cultural*.

Segundo Countryside Agency e Scottish Natural Heritage (1999), na última década do século XX, pelo menos no Reino Unido, a prática da avaliação da paisagem é já encarada de forma mais sólida como um instrumento de apoio à decisão, ao planeamento e gestão, tendo-se por isso acentuado uma abordagem

mais integrada de aproximação aos estudos de paisagem. Em termos metodológicos verifica-se, aliás, a distinção entre a “caracterização da paisagem” (identificação do seu carácter) e “realização de julgamentos” (atribuição de um valor). Identifica-se pois como aspecto fundamental compreender e conhecer as características que individualizam cada tipo de paisagem (carácter), em oposição à abordagem que prossegue a intenção, quase exclusiva, de avaliar as qualidades cénicas e classificar uma paisagem melhor do que a outra. Esta nova perspectiva irá contrariar as tendências manifestadas, pelo menos nas duas décadas anteriores, facto que poderá ter efeitos no entendimento do próprio conceito, denunciando uma visão mais ampla e integrada sobre o significado de paisagem que garante vantagens aos processos de planeamento e gestão territorial.

Apesar da diversidade de acepções sobre o conceito *paisagem*, procura-se discutir em seguida as dimensões que lhe estão implícitas, destacando-se nomeadamente:

- Física – porção do território que inclui os elementos de natureza antrópica e biofísica em interacção;
- Perceptual – estando sujeita à interpretação diferenciada por parte das pessoas e aos valores subjectivos que lhe atribuem (não só com base no sentido da visão mas também com os restantes sentidos);
- Mutável – resultado da interacção contínua do homem com o meio;
- Cultural – porque possui capacidade narrativa – multi-temporal – sobre as intervenções ao longo do tempo e garante identidade a um determinado local, manifestando aquilo que o individualiza.

A paisagem apresenta assim uma dimensão física relacionada com a presença e distribuição dos vários componentes, em que predominam os aspectos relacionados com os usos do solo, coberto vegetal, geologia e fisiografia, os quais podem ser analisados de forma objectiva. Importa compreender, fundamentalmente, como os vários elementos se correlacionam, quais as ligações de interdependência presentes e o equilíbrio estabelecido.

A definição de paisagem proposta na Convenção Europeia da Paisagem, pelo Conselho da Europa (2000), reforça aquela linha de pensamento, isto é, remete-nos para o plano físico: “paisagem é uma porção do território resultante da interacção dos factores naturais e humanos”, mas realça também o domínio da percepção (pressupondo interpretação), na medida em que afirma que aquela “é percebida pelas pessoas”².

² “Landscape means an area, as perceived by people; whose character is the result of the action and interaction of natural and/or human factors” (Conselho da Europa, 2000).

O Homem estabelece a sua relação com a paisagem, quer como agente modificador, alterando-a através das suas actuações, quer como receptor da informação que esta contém, experimentando-a emocionalmente ou analisando-a cientificamente (recebendo e processando a informação como simples espectador de forma espontânea, ou dirigida para um estudo concreto). Poderemos então afirmar que existem dois sentidos nas relações estabelecidas, nomeadamente, entre Homem e a paisagem (já que participa na sua transformação) e entre a paisagem e o Homem (a informação captada por este pode servir para que mude a sua própria atitude perante a paisagem).

Tanto a dimensão física como a perceptiva são essenciais para o entendimento do conceito de paisagem, uma vez que a sua compreensão está tão dependente da forma como é apreendida, como também dos factores que justificam o seu surgimento. Há assim uma ligação estreita com a *psicologia* – como é que as pessoas interpretam a paisagem – e com a *ecologia* – como é que os fenómenos resultantes da interacção Homem-meio determinam a sua configuração e funcionamento.

No domínio da percepção o Homem cria intelectualmente um significado de paisagem, de acordo com os seus valores, sensibilidade e conhecimentos, atribuindo à paisagem uma dimensão afectiva, um valor estético e simbólico. Tal como afirma Meining (1979) “any landscape is composed not only of what lies before our eyes but what lies within our heads”.

Da mesma forma, Corraliza (1993) põe em evidência este facto ao afirmar que um indivíduo perante uma paisagem coloca em prática dois tipos de actividades mentais:

- Descritiva das suas propriedades, cujo objectivo é compreender a situação centrando-se na análise das componentes da paisagem;
- Interpretativa, em que o sujeito pode avaliar o grau com que esta satisfaz as suas necessidades e, assim, planear o seu comportamento perante a mesma.

Para Fladmark (1993) torna-se importante atender à forma como o Homem percebe a paisagem pois este facto pode determinar ainda a sua actuação sobre a mesma, ou seja: “through interpretation – understanding; through understanding – appreciation; through appreciation – protection”.

Seguindo esta linha de raciocínio, Bernáldez (1984) refere também que “a paisagem é a percepção pluri-sensorial de um sistema de relações ecológicas”. A paisagem é assim para este autor entendida como algo que é perceptível ao olhar, resultado de um sistema complexo de inter-relações de ordem ecológica e antropológica, que quando conhecidas poderão explicar a coexistência e a coerência dos elementos observáveis.

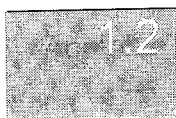
Na abordagem ao conceito paisagem deve-se realçar, simultaneamente, a condição de interacção contínua entre Homem e Natureza, sob a influência das condições biofísicas, o contexto tecnológico, económico-social e político. Estes aspectos são determinantes na construção da paisagem e denotam a importância que os factores resultantes da humanização têm na sua transformação. A natureza reage diante de qualquer acção antrópica que tenha efeitos sobre o sistema biofísico, criando novas dinâmicas. Não é uma entidade passiva perante as intervenções humanas, nem é, obviamente, apenas um palco onde as mesmas se concretizam, encontrando-se antes em permanente mudança, por isso mutável.

Em termos temporais, importa sublinhar o facto da paisagem se constituir como um repositório das marcas que as sucessivas civilizações imprimiram no espaço e que são testemunho da relação estabelecida entre Homem-meio. É assim o resultado da história partilhada entre ambos, sendo a expressão e reflexo da cultura (Lineham e Gross, 1998, cit. por Meurk *et al.*, 2000). Acumula memórias e vestígios de intervenções de vários tipos, que decorreram em diferentes épocas, quer naturais (como o resultado de fenómenos que vieram, por exemplo, a definir a morfologia do terreno), quer antrópicos resultantes dos processos de humanização. Porque construída por várias gerações de comunidades humanas, a paisagem é uma obra colectiva, estando assim marcada pela omnipresença do passado mais ou menos longínquo.

A inclusão do Homem como elemento-chave de transformação da paisagem impulsionou vários investigadores a evidenciar na paisagem o seu estado cultural. Telles (1985) refere-se ao conceito *paisagem* afirmando que é produto “da interacção cultura-natureza e, conseqüentemente, como expoente máximo da cultura de um povo”, sublinhando assim o seu valor cultural.

Na mesma linha de pensamento, o conceito de *paisagem cultural* defendido pelo Institute for Cultural Landscape Studies (2001) é apresentado da seguinte forma: “we not use the phrase ‘cultural landscape’ to mean a special type of landscape. Instead, we use “cultural landscape” to mean a way of seeing landscapes that emphasizes the interaction between human beings and nature over time (...). Cultural landscape is the physical and symbolic arena for the social process of production, the accumulation of wealth, and the resistance to unequal accumulation. The cultural landscape is both a tool and the context of social change”. As paisagens resultam então de uma combinação de traços biofísicos e humanos, que garantem ao território uma fisionomia própria, ou seja, um carácter cultural.

Importa assim compreender as ligações existentes entre o passado e presente, que condicionarão, necessariamente, as relações a estabelecer no futuro. É como se de uma “obra aberta” se tratasse, que ajuda a conhecer a atitude que o Homem teve no passado para com o meio que o rodeia, contando uma história que acumula diferentes formas e ritmos de intervenção. Desta forma, torna-se fundamental reconhecer os valores do passado, mas também considerar a evolução futura das paisagens. Esta é, sem dúvida, uma condição essencial para imprimir uma gestão adequada, não se devendo correr o risco de cair em atitudes suportadas em pressupostos estritamente nostálgicos que defendem a conservação estática das paisagens. As intervenções sobre a paisagem devem pois contribuir para a criação de paisagens de elevada qualidade, quer ao nível do equilíbrio ecológico, quer da qualidade estética e cultural, potenciando o surgimento de um carácter marcado pela harmonia estabelecida na relação Homem-meio.



1.2 revisão sobre os métodos adoptados na avaliação da qualidade da paisagem

A diversidade de abordagens na avaliação da qualidade da paisagem é motivada, em grande medida, pelos diversos pontos de vista, dos objectivos e métodos defendidos por cada área de conhecimento que se debruça sobre o seu estudo. Neste subcapítulo, apresenta-se uma breve revisão dos principais métodos desenvolvidos ao longo das últimas décadas, procurando-se compreender qual a tendência de evolução registada, e assim, através desta análise, apoiar a definição do método a aplicar ao caso de estudo que é objecto deste trabalho. Tal como afirma Bertrand (1971) "**estudar a paisagem é antes de tudo apresentar um problema de método**".

A problemática da avaliação da qualidade da paisagem desenvolve-se a partir da emergência de preocupações relativas aos problemas ambientais. A degradação da paisagem resultante de intervenções sobre o território assentes em visões de crescimento estritamente economicistas e a curto prazo, conduziu à tomada de consciência da necessidade de desenvolver estudos e metodologias de percepção e avaliação da sua qualidade, e sobretudo à reflexão da necessidade de enquadrar a sua problemática nos processos de tomada de decisão.

Desde finais da década de 60 do século XX, que se tem vindo a desenvolver várias metodologias. Porém, a década de 70 daquele século marca uma fase de produção teórica muito significativa, já que é neste momento que se dá um grande impulso e se verifica o surgimento de vários trabalhos. Nestes é notada uma visão bastante alargada nas perspectivas de análise adoptadas que incluem, para além das questões de avaliação estética, o estudo dos processos cognitivos de percepção. Em simultâneo, repara-se num aprofundamento nas técnicas de análise quantitativa, directamente associado ao progressivo desenvolvimento dos métodos que se apoiam em sistemas informáticos. Segundo Saraiva (1996) nesta

fase é possível destacar, entre outros, os trabalhos de Tuan (1974), Zube *et al.* (1975), Appleton (1975), Arthur *et al.* (1977), Kaplan e Kaplan (1978) e Elsner e Smardon (1979).

Nos finais da década de 70 e início de 80 do último século, para além de se dar continuidade aos estudos referidos, também se realizam trabalhos de revisão teórica, relativamente à investigação produzida, sendo de destacar aqueles que foram produzidos por Carlson (1977), Arthur *et al.* (1977), González Bernáldez (1981), Daniel & Vining (1982), Zube *et al.* (1982), Penning Rowsell (1981), Dearden (1981), Altman e Wohlwill (1983), Clavier Farias *et al.* (1984), Zube (1984) (idem, 1996). Este tipo de análise representa, sem dúvida, uma fase de reflexão fundamental, garantindo uma visão global e crítica sobre o conhecimento produzido nesta matéria, que contribuirá para um aprofundamento dos objectivos e procedimentos metodológicos a desenvolver.

No período seguinte, até ao início da década de 90, a investigação reflecte a necessidade de integração das reflexões resultantes das análises críticas efectuadas nos anos precedentes. Naquelas sublinham-se os aspectos relacionados com a complexidade que o próprio conceito induz, a problemática da integração do parâmetro da subjectividade inerente à avaliação da paisagem, a importância do estudo dos seus valores e significados, entre outros. Destacam-se como importantes trabalhos de síntese os estudos produzidos por Bernáldez (1985), Penning-Rowsell e Lowenthal (1986), Altman e Zube (1989), bem como Andresen (1992). Para além disso, importa realçar o facto de terem surgido vários artigos de revisão oriundos de áreas de investigação relacionadas com as diversas perspectivas defendidas na avaliação da paisagem, publicados em revistas científicas, por exemplo, *Landscape and Urban Planning*, *Landscape Journal*, *Journal of Environment Management*, *Landscape Research*, *Journal of Environmental Psychology*, entre outras (ibidem, 1996).

No que se refere à última década do século XX, Gulick *et al.* (2001), procurando explicitar as tendências dos anos 90, coloca em foco a diversidade de abordagens relacionadas com os variados campos de aplicação, nomeadamente, controle da biodiversidade (Dramstad *et al.*, 1996), preservação do carácter da

paisagem (Countryside Commission, 1991, 1999; Usher, 1999), controle dos processos geomorfológicos (Thomas e Allison, 1993), a avaliação dos impactes da actividade agrícola na paisagem (Wascher *et al.*, 1999).

No que concerne aos estudos de revisão, a sistematização dos seus resultados também se apoiam em critérios variados, que podem atender, por exemplo, a aspectos de ordem cronológica, na distinção do enfoque das diferentes abordagens, nas diferenças registadas nas abordagens de acordo com as várias áreas profissionais, variando entre as visões holísticas ou sectoriais, produzindo assim informações bastante diversificadas. De seguida, apresentam-se, resumidamente, os alguns resultados destes trabalhos de síntese.

Arthur *et al.* (1977) fazem uma revisão dos métodos de avaliação da qualidade da paisagem, desenvolvidos a partir dos anos 70, sistematizando essas metodologias em três tipologias, designadamente: i) inventários descritivos; ii) modelos de avaliação pelo público; e, iii) modelos de avaliação baseados em análises económicas (Saraiva, 1996).

De acordo com os autores mencionados, os inventários descritivos englobam métodos qualitativos e quantitativos de avaliação da paisagem e de descrição dos seus componentes. A paisagem é avaliada através de critérios formais, tais como, unidade, variedade, textura, dominância, contraste ou harmonia, sendo esta tarefa, habitualmente, efectuada por profissionais. Nos métodos de carácter qualitativo a paisagem é descrita segundo os seus componentes, enquanto que nos métodos quantitativos é possível criar uma hierarquia de valoração das paisagens, recorrendo a análises comparativas e uso de escalas de ponderação para a obtenção do potencial cénico (idem, 1996).

Por sua vez, as metodologias que consideram as preferências do público suportam-se em inquéritos, avaliando-se a paisagem segundo critérios quantitativos ou qualitativos. Os primeiros englobam modelos psicofísicos no estudo dos processos de percepção, como os testes sobre fotografias, escalas de ordenação e modelos de componentes, integrando, fundamentalmente, inquéritos

de preferências do público relativos às várias componentes da paisagem. Os métodos qualitativos constam geralmente de inquéritos para determinar preferências por diferentes tipos de paisagens (Saraiva, 1996).

Já os métodos de avaliação de carácter económico, procuram introduzir os factores de ordem estética nos processos de avaliação económica, tendo por base o valor das paisagens e o seu uso. Para tal, desenvolveram-se métodos do tipo *willingness to pay* (disponibilidade para pagar) ou *willingness to accept* (disponibilidade para aceitar), que procuram avaliar a disponibilidade que as pessoas assumem para aceder determinados bens públicos, ou para aceitar determinados constrangimentos e restrições no seu uso (idem, 1996).

Outra sistematização a levar em conta foi a apresentada por Penning-Rowsell (1981). Esta identifica três fases na evolução das metodologias de avaliação da qualidade da paisagem: i) métodos intuitivos (entre 1967 e 1971); ii) abordagens estatísticas (1971 a 1976); iii) modelos de preferências (a partir de 1973). De acordo com este autor, as diferentes abordagens surgem em consequência umas das outras, ou seja, a segunda fase é consequência da primeira, uma vez que é o reconhecimento da falta de validade dos métodos intuitivos (denunciavam uma clara ausência de objectividade e falta de credibilidade sobre os resultados susceptíveis de se integrarem no processo de planeamento) que garante o surgimento dos métodos estatísticos. Na sequência dos métodos estatísticos, conhecidos pela sua forte objectividade, mas que são criticados pela utilização de critérios abstractos, surgem os modelos de preferências (Leitão, 1996).

Nota-se uma preocupação em garantir uma maior objectividade nos métodos adoptados, assegurando que a tomada de decisão seja mais fundamentada, produzindo em simultâneo resultados mais consensuais, expeditos e relativamente baratos na sua aplicação, como forma de garantir maior concertação e acelerar o processo de decisão. Porém, segundo Penning-Rowsell (1981), estas metodologias não foram sempre aceites de forma consensual, já que várias críticas eram direccionadas para o facto de traduzirem ainda um trabalho envolto em grande subjectividade (diferentes profissionais aplicando o

mesmo método em situações semelhantes, por vezes, obtêm resultados diferentes) e que nem sempre iriam ao encontro das expectativas das pessoas, despoletando conflitos entre posições assumidas pelos técnicos e pelo público. Outro aspecto criticado relaciona-se com o facto de estas metodologias reflectirem abordagens muito generalistas, seguirem modelos estereotipados que nem sempre consideram a especificidade dos locais em estudo (Leitão, 1996).

Os métodos estatísticos surgem com a principal vantagem de assegurarem uma maior objectividade, possibilitando uma maior credibilidade nos resultados obtidos e assim serem integrados com maior fiabilidade nas decisões de planeamento. Assim, a avaliação da paisagem traduzia-se em dados, supostamente, mais fiáveis, já que se suportavam em técnicas que procuram introduzir maior rigor científico, que incluem, nomeadamente, o uso de *grids* (grelhas utilizadas como unidades de avaliação), de técnicas de standardização dos *scores* das preferências, análise factorial incluindo agregação de variáveis inter-correlacionadas, etc. Para além disso, a avaliação poderia ser calculada por métodos computacionais, garantindo a compatibilidade de resultados com outras variáveis, já que o uso da *grid* permitia um tratamento sistemático das diferentes variáveis presentes no processo de planeamento. As maiores críticas são dirigidas para o facto das avaliações se constituírem muito complexas, abstractas, tendo-se revelado também dispendiosas sob o ponto de vista financeiro. Por outro lado, também apresentavam a desvantagem de atenderem de forma insuficiente aos aspectos psicofísicos (forma como a paisagem é apreendida) e, ainda, de se apoiarem numa avaliação pouco alargada dos valores da paisagem (idem, 1996).

De acordo com Penning-Rowsell (1981), a partir de 1973 dá-se maior ênfase aos modelos preferenciais. Nesta abordagem pretende-se compreender quais os motivos subjacentes à preferência das paisagens pelas pessoas, incluindo assim dados referentes à opinião dos cidadãos, considerando-se a participação do público tão válida quanto a dos profissionais. Porém, várias foram as desvantagens apontadas a esta abordagem, colocando-se em dúvida a validade das técnicas utilizadas, nomeadamente no que se refere à forma como se procuram obter as preferências do público e questionando-se a validade das respostas obtidas. Pode dizer-se que este tipo de abordagem corre também o

risco de considerar a paisagem numa perspectiva limitada e estática, uma vez que na busca das preferências faz-se prevalecer a questão estética e subestima-se outros parâmetros fundamentais, como seja, o valor histórico-cultural e ecológico da paisagem (que porventura algumas das pessoas também não estariam capacitadas para analisar em toda a sua abrangência) (idem, 1996).

Procurando também sintetizar dados acerca da evolução dos métodos de avaliação da paisagem, Zube *et al.* (1982) identificam quatro tipos de abordagens de investigação desenvolvida sobre a temática da percepção da paisagem, designadamente: i) abordagem pericial; ii) psicofísica; iii) cognitiva; iv) experiencial. A primeira inclui a avaliação da qualidade da paisagem por especialistas nas áreas da arte, ecologia e planeamento. A abordagem psicofísica encontra-se directamente relacionada com a avaliação realizada através da opinião do público em geral, ou por grupos de pessoas seleccionadas, fundamentalmente, no que se refere às qualidades estéticas da paisagem, considerando-se que as propriedades físicas (visíveis) da paisagem estabelecem uma relação estímulo-resposta às avaliações e comportamento do observador. A abordagem cognitiva estabelece a procura de significados associados à paisagem ou às suas propriedades, resultantes do contexto sócio-cultural do observador e da sua experiência passada. Por último, a abordagem experiencial considera os valores da paisagem suportados na experiência da interacção humana com a paisagem (Saraiva, 1996).

Segundo Zube *et al.* (1982) as abordagens pericial e psicofísica encontram-se associadas de forma mais directa com uma aplicação direccionada para os processos planeamento e gestão territorial. Consequentemente, estas tiveram como impulso para o seu desenvolvimento as exigências impostas pela via legal, que surgem em alguns países, de integração deste tipo de estudos nos processos referidos. O principal objectivo subjacente reside na identificação das qualidades estéticas intrínsecas, tendo em vista a sua integração na tomada de decisão. Na abordagem pericial admite-se que os profissionais são capazes de analisar os aspectos cénicos da paisagem e traduzir as qualidades paisagísticas

em valores concretos que podem contribuir para uma intervenção na paisagem mais planeada (idem, 1996).

No âmbito do estudo de revisão a que se tem vindo a fazer alusão, os seus autores reclamam a necessidade de, a partir das diferentes abordagens já desenvolvidas, assegurar uma integração e harmonização de objectivos e métodos de avaliação da paisagem, denunciando sérias preocupações na necessidade de se estabelecer um enquadramento teórico que oriente o desenvolvimento de estudos neste domínio. Zube *et al.* (1982) consideram que a ausência de um corpo teórico comum pode motivar a grande diversidade e falta de sintonia entre métodos. Por isso, sublinham a necessidade da criação de um modelo-base, na qual se possa enquadrar a pesquisa desenvolvida (ibidem, 1996). Actualmente, esta discussão mantém-se ainda acesa, já que a investigação científica neste domínio tem seguido as mais diversas linhas.

Mais tarde, Zube (1984), na sequência da sua participação no estudo referido atrás, apresenta nova classificação e assume existirem três abordagens fundamentais, designadamente: i) profissionais; ii) comportamentais; iii) humanistas. Esta distinção resulta de um trabalho de afinação da síntese elaborada anteriormente, em que a abordagem profissional corresponde à pericial, a abordagem comportamental abrange quer a psicofísica como também a cognitiva e a abordagem humanística à interacção Homem – Paisagem, ou seja, a experiencial (Saraiva, 1996).

Na opinião de Andresen (1992), também num trabalho de revisão sobre a prática metodológica da avaliação da qualidade da paisagem, a distinção apresentada daquela forma, por Zube (1984), irá garantir novas dimensões aos estudos de paisagem. Nas suas palavras, irá garantir “uma clara identificação da distinção do objecto de estudo: a paisagem em si mesma, as preferências dos observadores ou as interpretações de carácter humanístico das interligações entre os seres humanos e a paisagem”. Sublinha ainda a relação entre esta diferenciação e os vários domínios profissionais que se debruçam sobre esta matéria, pelo que, para as abordagens profissionais, comportamentais e humanistas, temos, a título de exemplo, respectivamente, as áreas da

Arquitectura Paisagista ou Planeamento, Psicologia e, por último, Geografia ou História.

A mesma autora (1992) reconhece o predomínio da abordagem comportamental face à profissional, ao longo das décadas de 70 e 80 (período em que se debruça a sua pesquisa), e ainda apresenta uma voz crítica ao predomínio excessivo de uma análise virada para os aspectos formais (estudo da cor, texturas, formas, volumes, etc.) propostos por algumas abordagens de tipo profissional. Assim, defende que a caracterização da paisagem não se deve basear apenas nas interpretações de carácter formalista, mas deverá sobretudo passar a integrar os conceitos da ecologia da paisagem. Ainda no âmbito do mesmo estudo, salienta a importância da integração daquele ramo da ciência com o domínio da estética ambiental, propondo o desenvolvimento de uma prática interdisciplinar que garanta a convergência entre critérios estéticos e adequação ecológica na apreciação e avaliação da paisagem, privilegiando a interpretação ecológica.

Andresen (1992) reforça de forma significativa a integração da dimensão ecológica na avaliação da paisagem, ao afirmar: “criticar a paisagem implica proceder à sua interpretação confrontada com correntes de pensamento ecológico e ambiental com base numa caracterização provinda do conhecimento da estrutura e da dinâmica biofísicas. A qualidade da paisagem passa acima de tudo pela capacidade de criar ou recriar estados de equilíbrio entre os seres humanos e a natureza segundo o estado actual do conhecimento ajustado ao condicionamento dos hábitos de consumo e de produção”. Efectivamente, esta será uma das questões chave destes estudos, ou seja, as fronteiras entre a qualidade da paisagem e o desenvolvimento sustentável devem ser muito estreitas, já que o estado de equilíbrio ecológico tem que estar também presente, nos objectivos e metas da qualidade da paisagem.

Como é possível constatar existem várias linhas de investigação no domínio da avaliação da qualidade da paisagem, facto que, de alguma forma, cria alguma instabilidade no domínio teórico. A diversidade das áreas de investigação, quer das que estão associadas ao planeamento e gestão de recursos naturais, quer

das ciências sociais, é um dos factores mais determinantes na definição do enfoque com que é elaborado o estudo. As divergências levantadas são várias, porém, entende-se ser possível destacar alguns aspectos que podem de alguma forma suscitar discussão, designadamente: i) a oposição entre a avaliação feita com base no juízo de profissionais *versus* opinião do público; ii) a polémica em torno da subjectividade *versus* rigor científico e objectividade; iii) a avaliação da paisagem como um todo (abordagem holística) *versus* avaliação com base na separação dos componentes da paisagem.

A questão em torno da problemática a quem pode ser atribuída a responsabilidade de avaliar a paisagem foi colocada por vários profissionais ao longo das últimas décadas, frequentemente. A dúvida coloca-se em torno da opção por uma avaliação levada a cabo pelos cidadãos, e por isso suportada no empirismo, ou pelos profissionais, que detêm à partida um corpo teórico de carácter científico. Entende-se que não é correcto assumirmos que a experiência que resulta da contemplação possa ser suficiente para que se efectue a avaliação da qualidade da paisagem, sendo necessário o corpo teórico referido. Este aspecto torna-se fundamental para que se proceda ao estudo não só do que é perceptível ao olhar, como também dos aspectos que não são visíveis no imediato. Por outro lado, é preciso ter presente que a finalidade destes estudos reside muitas vezes em influenciar as decisões futuras em termos de planeamento ou gestão do território, facto que requer um aprofundamento que nem sempre é compatível única e exclusivamente com os conhecimentos do público.

Considera-se, no entanto, que a análise das preferências do público pode trazer algumas vantagens a estes estudos, já que a paisagem é de certa forma “consumida” pelo público – principalmente quando nos referimos à actividade turística e recreio ao ar livre – e reflecte uma ligação estreita com os próprios padrões de qualidade de vida – uma paisagem com qualidade traduz em simultâneo maiores níveis de qualidade de vida. Por isso, é fundamental incorporar também um conhecimento mais aprofundado das preferências e expectativas do público. Por outro lado, o envolvimento da população nestes estudos pode de alguma forma também contribuir para a consagração do direito à

participação, cada vez mais reclamado pela sociedade civil. Porém, há que distinguir o que é que se pretende avaliar, se a paisagem, ou as atitudes das pessoas perante a paisagem. Uma coisa é avaliar a qualidade da paisagem, outra é considerar as preferências das pessoas para influenciar a tomada de decisões, quando está em causa a paisagem.

A aposta numa avaliação suportada exclusivamente no estudo das preferências das pessoas poderá resultar em informações deturpadas e pouco credíveis. Corre-se o risco, por exemplo, das pessoas valorizarem aspectos incutidos apenas por *tendências de momento* (ou modas), ou atender apenas a aspectos que lhes possam ser mais apelativos. Por outro lado, o facto das pessoas conviverem mais ou menos directamente com a Natureza também pode determinar as suas opiniões, isto porque é frequente constatarmos um maior apreço por ambiências mais naturais por parte de pessoas que vivem em meios urbanos, quando comparados com aqueles que se encontram mais próximos destes valores.

Convirá ter presente a verdadeira acepção do significado da paisagem e da complexidade inerente à sua compreensão, sendo pois necessário ter uma abordagem mais ampla que ultrapasse a ideia da *paisagem-cenário*, condição que não dispensa uma abordagem integrada e profissional. Entende-se que o envolvimento do público na avaliação da paisagem pode ser positivo desde que enquadrado de modo mais adequado. Desta forma, considera-se que mais importante do que saber se as pessoas gostam mais desta ou daquela paisagem é procurar questioná-las sobre a forma como elas a interpretam, porque é que a constroem ou construíram de uma determinada maneira. Aquilo que foi referido não invalida a oportunidade de conhecer as preferências em trabalhos de carácter mais específico, por exemplo, no estudo do potencial atractivo para o turismo ou recreio, encarando-se, neste caso, a paisagem como um recurso turístico.

Bernaldez (1981) sublinha a importância que pode ter a participação do público ao manifestar as suas preferências, mas também alerta para o perigo da simplificação e superficialidade com que o seu estudo pode ser direccionado, reforçando esta ideia ao afirmar que a paisagem tem tanto um carácter científico,

abstracto e quantitativo, como também se relaciona com aspectos sensoriais e, por isso, subjectivos, pelo que se torna necessário obter uma complementaridade entre estes contextos. Abreu (1989:285) também reflecte esta preocupação quando afirma que "esta pesquisa tem-se confrontado com dificuldades consideráveis pelo facto da qualidade visual ser uma questão complexa, subjectiva, difícil de apreender e instável". Efectivamente, a subjectividade é um parâmetro inerente à própria avaliação da paisagem, que deve ser analisado quando a avaliação se suporta na opinião das pessoas, mas também na abordagem pericial, mesmo que se adoptem métodos que garantam uma aproximação mais sistemática, apoiados no emprego de certas técnicas e processos de tipificação e valoração, possibilitando o tratamento automático e, também, mais objectivo das informações.

Na pesquisa sobre evolução dos métodos existentes para a avaliação da paisagem dominam as referências que contemplam o domínio da percepção (onde se levanta com maior pertinência a problemática da subjectividade) que, regra geral, não ultrapassa os aspectos puramente visuais. Entende-se que os parâmetros estéticos são importantes na avaliação da paisagem, mas não podem prevalecer sobre uma abordagem que se defende sistémica e holística, que considere não só os parâmetros referidos, mas também as restantes componentes do sistema (biofísicas, sócio-económicas e culturais). Como refere Andresen (1992:193) "a paisagem encarada como objecto de criação humana implica que a avaliação da sua qualidade incida claramente sobre a expressão das relações criadas entre os seres humanos e a Natureza"; acrescentando ainda que "a expressão desta relação deve ser avaliada em termos da respectiva homeostasia, ao longo dos tempos".

Assumindo o seu potencial como base para uma visão integrada sobre o sistema territorial, verifica-se que estes estudos podem, com grande vantagem, ser integrados em processos de ordenamento e planeamento territorial, pois garantem uma aproximação fundamental para atingir os objectivos do desenvolvimento sustentável.



perspectiva presente nos principais documentos com incidência na paisagem



nível internacional

A integração das preocupações de protecção e salvaguarda da paisagem em vários documentos com incidência na temática da paisagem tem decorrido de vários esforços, que se desenvolvem nos mais diferentes níveis de actuação, contando-se hoje já com um trabalho relevante nesta matéria que importa aqui explorar.

De âmbito internacional, importa salientar dois documentos de referência, designadamente, a *Convenção relativa à Protecção do Património Mundial* (1972) e a *Convenção sobre a Diversidade Biológica* (1992). A primeira prevê a identificação e classificação de valores patrimoniais que possam ser considerados exemplos de valor universal, reconhecendo-se neste domínio a integração das *paisagens culturais* na Lista de Património Mundial. Esta categoria deve ser atribuída a casos que representem “obras combinadas da Natureza e do Homem e que ilustrem a evolução da sociedade e dos aglomerados populacionais ao longo dos tempos, sob a influência de constrangimentos e benefícios facultados pelo meio natural e as forças sociais, económicas e culturais sucessivas, internas e externas”³. A perspectiva abrangente e a referência explícita às *paisagens culturais* revelam que as preocupações de protecção do património não se expressam de forma sectorial, mas sim sobre a paisagem entendida como um conjunto de valores de génese antrópica e natural.

Na *Convenção sobre a Diversidade Biológica* é desenvolvida uma perspectiva de desenvolvimento integrado, de uso racional dos recursos e não

³ “Paisagens Culturais” designadas no Artigo 1º da Convenção do Património Mundial, 1972.

apenas de defesa da natureza perante o impacte das acções humanas. Como exemplo, promove-se a manutenção das práticas agrícolas tradicionais que garantam um desenvolvimento sustentável compatível com a conservação da diversidade biológica. Nessa medida existe uma correspondência com os objectivos da salvaguarda da paisagem, em especial no que refere à protecção da *identidade cultural*, tal como sublinha o Artigo 8º da Convenção, referindo explicitamente que as partes contratantes deverão respeitar e preservar costumes e práticas características locais, desde que estas não ponham em causa os objectivos da conservação.

nível europeu

Neste âmbito importa realçar a *Convenção Europeia da Paisagem*, por ser um documento recente e também pela perspectiva neste inserida⁴. Este destaque ressalta mais pertinente já que a nível nacional se verifica um forte vazio de desenvolvimento de instrumentos directamente relacionados com esta temática, tornando-se a Convenção uma referência significativa no momento presente. É um documento que procura contribuir para a implementação dos objectivos e princípios defendidos pelo Conselho da Europa, em matéria de desenvolvimento equilibrado para a Europa. A paisagem é ali nas suas componentes cultural e natural, um aspecto chave na salvaguarda da qualidade de vida e do bem-estar dos cidadãos e que permite salvaguardar a diversidade e identidade das regiões (Conselho da Europa, 2000)⁵.

⁴ A ideia de construir um novo documento legal, que contribísse para uma melhor gestão e protecção das paisagens do continente europeu, foi pela primeira vez apresentada já em 1994. A Convenção encontra-se formalmente concluída desde Outubro de 2000, contando em Dezembro de 2001 com 22 aderentes (Bélgica, Bulgária, Croácia, Chipre, Dinamarca, Finlândia, França, Grécia, Itália, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Moldávia, Noruega, Roménia, San Marino, Eslováquia, Espanha, Suécia, Suíça, Turquia e Portugal).

⁵ Artigo 1º, Capítulo 1 – Cláusulas Gerais, Convenção Europeia da Paisagem, 2000.

O próprio conceito de *paisagem*, definido neste documento (e já citado na página 15, do subcapítulo 1.1), vem sublinhar a relação Homem-meio, reforçando a imprescindível visão integrada do sistema territorial. Defende-se assim uma visão global, que enquadra a acção tanto em paisagens que reflectam um valor cultural excepcional, como também nas mais comuns, ou mesmo degradadas. Os objectivos desta Convenção são a promoção da protecção, gestão e planeamento e a organização de uma cooperação ao nível dos países europeus em torno da temática paisagem. Merecem também relevo as medidas apontadas pela *Convenção Europeia da Paisagem* relacionadas com a identificação e avaliação das paisagens, a definição dos objectivos e das estratégias a levar a cabo no sentido de garantir a qualidade das paisagens e o desenvolvimento sustentável. De acordo com o referido na Convenção, as partes interessadas deverão assim ter a incumbência de integrar a paisagem nas políticas de planeamento regional e urbano e na definição das políticas sectoriais, designadamente, ao nível da cultura, ambiente, agricultura, ou outras que directa ou indirectamente se relacionam com a paisagem⁶.

Com uma perspectiva mais sectorial, mas também com incidência na paisagem, salienta-se a *Convenção Cultural* (1954), um dos primeiros passos do Conselho da Europa em matéria de conservação do património cultural. Este documento coloca grande ênfase na salvaguarda do património arquitectónico e arqueológico, defendendo também a necessidade de encorajar um desenvolvimento voltado para a protecção do património cultural da Europa. Assente sobre os pilares da primeira Convenção Cultural, o Conselho da Europa fez surgir, posteriormente, a *Convenção para a Protecção do Património Arqueológico* (1969) e, mais tarde ainda, a *Convenção para a Protecção do Património Arquitectónico* (1985), ambas com enfoque sobre a história dos processos de humanização e a sua relação com o meio, incluindo estruturas construídas e monumentos. As três supracitadas convenções reflectem os primeiros esforços de referência dados na promoção e conservação dos valores culturais.

⁶ Como expresso nos Artigos 5º e 6º (Capítulo 2).

De desenvolvimento mais recente, a *Estratégia Pan-Europeia para a Diversidade Biológica e da Paisagem* (Conselho da Europa, 1995) é um importante instrumento que procura unificar e articular esforços em matéria da salvaguarda da biodiversidade e da paisagem⁷. Para além da diversidade biológica, uma das linhas de acção apontada é a “conservação das paisagens europeias”, sendo a paisagem aqui assumida como a expressão formal das numerosas relações que existem entre a sociedade e as componentes biofísicas presentes num dado território, isto é, o resultado das transformações, ao longo do tempo, decorrentes de factores humanos ou naturais, ou de uma combinação de ambos.

Atende-se ao facto de que integrando factores como a diversidade cultural, identidade regional e economia regional na implementação da estratégia estaremos a estimular e a garantir um desenvolvimento assente nas oportunidades que advêm da própria especificidade local, mantendo-se assim as intenções de reforço da promoção da diversidade biológica e da paisagem. Um dos maiores desafios propostos prende-se com a necessidade de prevenir a deterioração progressiva das paisagens e, obviamente, da sua herança cultural e natural, procurando-se corrigir a falta de percepção integrada das paisagens e compreender o seu valor enquanto mosaico único com características culturais, naturais e geológicas, para potenciar uma atitude, por parte do público, com base numa consciência mais clara do seu valor.

No âmbito do trabalho desenvolvido pela União Europeia, pode-se também referir o contributo da *Rede Natura 2000*. Através das Directivas *Aves 79/409* e *Habitats 92/43*, os Estados membros da União Europeia designaram áreas para a conservação da Natureza que, apesar de terem os valores biológicos a ocupar um lugar central nas suas preocupações, a paisagem também será afectada positivamente, já que os vários sítios incluídos na Rede Natura 2000 irão contribuir para estabelecer um maior equilíbrio do sistema biofísico e, conseqüentemente, uma maior qualidade paisagística.

⁷ Foi proposta na declaração de Maastricht em 1993 e construída a partir da Convenção de Berna (1979), da Estratégia de Conservação Europeia (1990), do Relatório de Dobris (1995), entre outras iniciativas e programas.

Igualmente, a *Estratégia da Biodiversidade da Comunidade Europeia* (1998) coloca maior ênfase na ligação a estabelecer entre as políticas de conservação da Natureza e outros sectores de actividade e políticas sectoriais, por exemplo, do sector agrícola, ambiental e cultural. Reforça a ideia que a prossecução de objectivos que procuram a integração destas áreas será sempre benéfica para a qualidade da paisagem.

A *Agenda 2000*, adoptada durante o Conselho de Berlim (1999), desenvolve um trabalho integrado na *Política Agrícola Comum* (PAC), incluindo a incorporação de preocupações ambientais na actividade agrícola e no âmbito do desenvolvimento rural integrado. Os potenciais impactes deste documento, ao nível da temática da paisagem, em particular nas zonas rurais, prendem-se, fundamentalmente, com o desenvolvimento de políticas de financiamento de actividades agrícolas que podem contribuir para a melhoria da paisagem. Para que tal ocorra é imprescindível que se atenda à especificidade local, assegurando a salvaguarda do carácter dos sítios.

Ainda no plano europeu, o *Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário – EDEC* (1999) estabelece os princípios gerais de desenvolvimento do espaço europeu, baseando-se na preservação e reforço da identidade e promoção da diversidade natural e cultural das regiões. Este documento faz menção explícita à importância das paisagens culturais, sublinhando o contributo que representam no reforço da identidade dos territórios e o significado que apresentam para a economia das regiões, por exemplo, funcionando como atracção para a actividade turística, facto que justifica um planeamento integrado que assegure a sua protecção, transformação criativa e equilibrada. Aqui são também mencionados os problemas relacionados com o abandono das zonas rurais, a intensificação da actividade agrícola e os efeitos destes fenómenos na qualidade da paisagem, alertando-se para uma intervenção urgente que considere os valores culturais, históricos, estéticos e ecológicos.

A análise a este nível dirigiu-se para compreender de que forma é abordada esta temática na *Lei de Bases do Ambiente* (1987), no *Plano Nacional de Política de Ambiente* (1995), na *Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade* (2001) e *Lei de Bases da Política e do Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural* (2001).

Para além dos documentos referidos, ainda se procedeu à consulta de outros instrumentos da política de ordenamento do território, nomeadamente a *Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e do Urbanismo* (D.L. nº 48/98, de 11 de Agosto) e o respectivo *Regime Jurídico* (D.L. nº 380/99, de 22 de Setembro). Porém, da consulta efectuada verificou-se que estes documentos não fazem qualquer referência com relevância ao tema paisagem, ao nível da definição de orientações políticas ou estratégicas para a sua salvaguarda. Apenas, no documento referido por último, a propósito da elaboração e conteúdo documental dos Planos Regionais de Ordenamento do Território, é referido que estes Planos “devem ser acompanhados de um relatório que deve conter, entre outros elementos, a definição de unidades de paisagem⁸. Efectivamente, seria de esperar que, sendo instrumentos mais recentes em matéria de ordenamento do território, a abordagem à qualidade da paisagem merecesse outro destaque, face à existência de outros documentos orientadores e regulamentares, principalmente, de nível europeu que incidem sobre este tema; porém, nada de concreto se verifica neste sentido, antes pelo contrário parece mesmo ignorado.

Na *Lei de Bases do Ambiente* (Lei nº 11/87, de 7 de Abril) o termo *paisagem* vem definido da seguinte forma⁹: “paisagem é a unidade geográfica, ecológica e estética resultante da acção do homem e da reacção da Natureza, sendo primitiva quando a acção daquele é mínima e natural, quando a acção humana é determinante, sem deixar de se verificar o equilíbrio biológico, a estabilidade física

⁸ Artigo 54º - conteúdo documental dos Planos Regionais de Ordenamento do Território.

⁹ Capítulo 1, Artigo 5º (conceitos e definições), alínea c).

e a dinâmica ecológica”¹⁰. A componente paisagem é mencionada aqui com destaque, sendo clara a dominância dos aspectos de ordem estética, fundamentalmente, ao nível da definição do próprio conceito. No entanto, torna-se possível perceber uma preocupação também com factores de ordem cultural.

O *Plano Nacional de Política do Ambiente* (Resolução do Conselho de Ministros n.º 38/95, de 21 de Abril) faz referência directa à paisagem no ponto 2.4, do 2º Capítulo, intitulado “Conservação e Valorização do Património Natural e da Paisagem”¹¹, sublinhando a importância da conservação e a valorização do património natural e da paisagem. Explicita, de forma directa, que “estas preocupações devem estar na primeira linha da política de ambiente”. Ainda alerta para o risco das acções que desrespeitam os valores naturais e as paisagens, deixando também claro que não se defende a manutenção estática, mas uma gestão dinâmica que procure o equilíbrio das relações estabelecidas entre o Homem e o meio.

Na *Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade* (2001) destaca-se a forma como é abordada a problemática da paisagem e a sua relação com a conservação da biodiversidade e a necessidade desta ser estudada. Para explicitar melhor, passa-se a citar o que se considera mais relevante: “desenvolver a caracterização e o conhecimento sobre a evolução da paisagem, bem como promover a sua avaliação do ponto de vista do seu contributo para a conservação da biodiversidade e do seu valor cultural e estético, tendo em vista apoiar as decisões relevantes, nomeadamente no domínio da conservação e da gestão territorial”¹².

Na actual lei que estabelece as *Bases da Política e do Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural* (Lei nº 107/2001, 8 de Setembro), embora fazendo referências à paisagem enquanto valor a salvaguardar, o ênfase centra-se em especial no edifício ou no conjunto arquitectónico. Como se pode

¹⁰ Capítulo 3, Artigo 17º, alínea 3-a.

¹¹ Ponto 2.4., Capítulo 2, pág. 16, Plano Nacional de Política de Ambiente.

¹² Capítulo 1, alínea 4-q.

constatar, por exemplo, no seu Artigo 70º, alerta-se para a necessidade da “protecção e valorização da paisagem e a instituição de novas e adequadas formas de tutela dos bens culturais, naturais, designadamente os centros históricos, conjuntos urbanos e rurais, jardins históricos e sítios” (adiantando no artigo seguinte a utilização dos instrumentos de gestão territorial). Apesar de relativamente recente parece manter-se a perspectiva demasiado focalizada nos objectos de valor arquitectónico e arqueológico, não se verificando avanços no sentido de alargar o próprio conceito de património cultural à paisagem.

Sem dúvida, que a nível internacional e europeu já foram dados grandes passos em matérias directamente relacionadas com esta temática. Todavia, a nível nacional, podia-se ter progredido bastante mais, face ao desenvolvimento que mereceu nos níveis referidos. No nosso país, permanece a expectativa sob a forma como conduziremos a criação de novos instrumentos com incidência na problemática da paisagem, após o enquadramento exposto pelos documentos mencionados anteriormente e, em especial, também sob a forma como implementaremos as premissas contempladas na Convenção Europeia da Paisagem.



síntese do capítulo e abordagem adoptada

Procurou-se neste capítulo introduzir alguns aspectos relevantes no quadro teórico em que se enquadra o âmbito do trabalho, nomeadamente, a abrangência do conceito de *paisagem*, a evolução dos métodos de avaliação e a perspectiva presente em documentos que de alguma forma se encontram relacionados com esta problemática. No que se refere ao conceito de *paisagem*, importa evidenciar três aspectos fundamentais, designadamente:

- Manifesta-se através da presença de elementos de ordem ecológica, sócio-económica, cultural e estética;
- A expressão visual daqueles elementos reflecte a paisagem que pode ser interpretada por um observador numa dada situação temporal;
- Resulta do somatório de acções desenvolvidas sobre o território ao longo do tempo, sendo, por isso, mutável;
- Garante identidade cultural, aspecto de referência psico-social e de memória colectiva.

Não existe uma teoria ou método estandardizado para a avaliação da paisagem, verificando-se mesmo diferentes conotações sobre o próprio termo. Porém, considera-se que os estudos de avaliação da qualidade da paisagem devem assegurar uma visão holística e integrada, pelo que importa sublinhar a necessidade da integração equilibrada dos factores de ordem ecológica, sócio-económica, mas também a expressão dos aspectos visuais e culturais. Assim, revela-se fundamental uma aproximação que procure compreender a articulação presente entre os vários factores enunciados, devendo-se abandonar uma perspectiva simplista e sectorial.

Na temática *paisagem* é de realçar também a produção de vários documentos legais, de diferentes níveis de actuação (com particular interesse para o nível europeu), que alertam para a necessidade de se proceder a um

trabalho mais consistente e articulado neste domínio. Na proposta metodológica que se apresenta no capítulo 2, consideram-se, com particular atenção, os princípios e objectivos expressos nesses documentos, com destaque para a Convenção Europeia da Paisagem.

O desafio que se coloca à nossa sociedade perante a paisagem é provocar a mudança de uma forma equilibrada e criativa, pelo que, perante esta condição, se torna imprescindível analisar o seu carácter, independentemente, do seu maior ou menor valor. Assim, considera-se que mais importante do que avaliar a qualidade das paisagens no sentido de classificar uma melhor do que a outra, o que se julga necessário é conhecê-las, procurando essencialmente saber os factores que as caracterizam e individualizam. É nessa lógica de pensamento que se deve debruçar a nossa actuação, para que se possa encarar o desenvolvimento de futuras intervenções de forma mais equilibrada.

Não existem paisagens sem valor, nem a sua qualidade deve ter a ver apenas com as suas “qualidades visuais excepcionais”. É importante estudar e avaliar todas as paisagens, ultrapassando visões estritamente relacionadas com qualidades cénicas. Este é um aspecto fundamental que assegura um melhor tratamento das paisagens na sua globalidade. Procura-se eliminar todas as tendências de avaliar no sentido estrito de reconhecer a sua beleza ou classificá-la como “bela”, “exemplar”, “qualidades visuais excelentes”, entre outros. Estes são caminhos que conduzem a uma visão muito restritiva, demasiado proteccionista e conservadora e que, além do mais, consubstanciam uma abordagem negativa em termos de ordenamento territorial, visto que olham apenas para “paisagens de especial interesse”. Isto faz com que, por vezes, se assumam posições extremadas de conservação rígida, que opõem-se a qualquer tipo de intervenção e, de forma associada conduzem a uma deficiente atenção para com o restante espaço territorial.

Importa, antes de tudo, desenvolver uma abordagem integradora, que atenda não só aos valores particulares que a paisagem detém, mas sobretudo que procure compreender os seus sistemas evolutivos, tanto no que se refere aos fenómenos naturais, como também os comandados pelos processos de

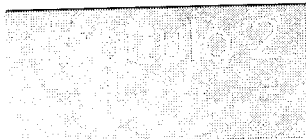
humanização. Dever-se-á procurar compreender a forma como se manifestam as relações Homem-meio, nomeadamente, os mecanismos que este encontra para usufruir daquilo que o meio proporciona, de acordo com as tecnologias e conhecimento presente em cada época e, em resultado disso, como este último reage.

Defende-se que para intervir de forma equilibrada sobre a paisagem é necessário antes de tudo conhecê-la – só uma atitude crítica e informada pode assegurar um desenvolvimento harmonioso. Assim o enfoque da avaliação da paisagem deve centrar-se na identificação das características que determinam o seu carácter – que resulta dos fenómenos atrás referidos – implicando, desta forma, a leitura dos fenómenos presentes (ao nível da distribuição dos usos do solo, equilíbrio biológico estabelecido e padrão da paisagem, entre outros) e o reconhecimento da sua capacidade narrativa (*continnum cultural*).

Assim a intervenção sobre a paisagem deve assentar quer no reconhecimento dos valores que uma paisagem detém (que o passado e o presente nos lega), quer nos desafios que as descobertas actuais nos proporcionam, desde que enquadrados pelos princípios do desenvolvimento sustentável. As fronteiras entre este conceito e a paisagem são efectivamente estreitas, não se podendo negar a ligação presente entre os objectivos da sustentabilidade e a qualidade da paisagem. Importa por isso tomar consciência sobre as consequências das intervenções das últimas décadas sobre a paisagem, já que tanto a perda do equilíbrio ecológico, como também da diversidade cultural e estética é um factor que, regra geral, resulta na perda de qualidade de vida dos cidadãos.

A diversidade de abordagens e enfoques para a avaliação da paisagem fez surgir múltiplas metodologias. No entanto, a validade destas deve ser sempre considerada a partir dos objectivos presentes em cada estudo, da finalidade prevista para os resultados obtidos e do enquadramento teórico defendido, aspectos que se procuraram debater no decorrer deste capítulo.

No capítulo 2 será apresentada a metodologia proposta com base nos pressupostos atrás explicitados e condicionada, obviamente, pelos objectivos programáticos pré-definidos.



abordagem metodológica adoptada

área em estudo

A área que é objecto de estudo nesta dissertação encontra-se dentro dos limites do PNPG, o qual se situa nas províncias do Minho e de Trás-os-Montes. Corresponde à parte noroeste desta Área Protegida (34% do total da sua área), ou seja, a zona que se engloba dentro dos limites administrativos dos concelhos de Melgaço e de Arcos de Valdevez, em particular, o território correspondente às freguesias de Castro Laboreiro, Gavieira, Soajo, Cabreiro, Gondoriz e Lamas de Mouro, estas quatro últimas apenas parcialmente. O seu limite a sul coincide com o rio Lima e albufeira do Alto Lindoso (fig. 2.1).

objectivos

Com o presente estudo pretende-se atingir os objectivos que se enunciam de seguida:

- Analisar as inter-relações estabelecidas entre o homem e o meio, procurando compreender a evolução e carácter da paisagem;
- Identificar unidades de paisagem;
- Avaliar as unidades de paisagem considerando os níveis de significância e integridade;
- Propor linhas de actuação.

metodologia

A abordagem metodológica proposta visa a identificação de unidades de paisagem, através da análise das características mais determinantes da paisagem. Assenta numa pesquisa sistemática sobre os vários componentes e dinâmicas presentes, procurando, acima de tudo, conhecer as correlações

LEGENDA

-  Área em estudo
-  Parque Nacional da Peneda-Gerês

-  Freguesia de Castro Laboreiro
-  Freguesia de Cabreiro
-  Freguesia da Gavieira
-  Freguesia de Gondoriz
-  Freguesia de Lamas de Mouro
-  Freguesia de Soajo
-  Parque Nacional da Peneda-Gerês



1:600000

0 10 20 Km



fig. 2.1- Enquadramento geográfico

estabelecidas entre Homem-meio, compreender a sua evolução histórica e proceder à identificação dos vestígios presentes que testemunham as várias intervenções ao longo do tempo. Em suma, identificar os traços que determinam o seu carácter cultural.

Conforme se pode constatar através da observação da figura 2.2, propõe-se a construção de um esquema metodológico assente em 3 (três) etapas distintas, designadamente: i) **caracterização**; ii) **avaliação**; iii) **proposta**. No presente estudo optou-se por adoptar uma **abordagem pericial**, suportando-se assim a análise sobretudo nos conhecimentos adquiridos ao longo da pesquisa, sistematização, contacto com a realidade através de trabalho de campo e consultas junto de agentes privilegiados. As etapas enunciadas são explicadas com mais pormenor nas secções 2.3.1, 2.3.2 e 2.3.3.

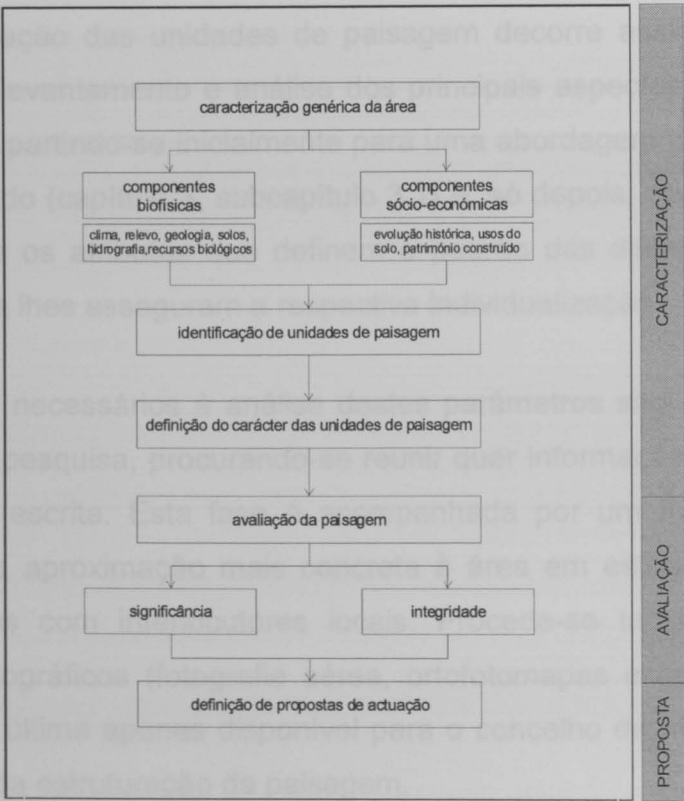


Fig. 2.2 – Esquema metodológico

A escala de base é 1/25 000, em concordância com o nível de detalhe da maior parte da informação a que se recorreu e que estava disponível.

1ª etapa – caracterização

Esta etapa materializa-se num trabalho de caracterização que engloba a recolha da informação disponível, sistematização e tratamento dos dados necessários para a identificação das unidades de paisagem. Inclui-se nesta etapa a selecção das variáveis a considerar (as quais se encontram referidas nos quadros 2.1 e 2.2) nos domínios das componentes biofísicas e sócio-económicas. Uma vez seleccionadas, a recolha e sistematização dos dados orienta-se tanto para o entendimento dos factores que determinam a evolução e organização da paisagem, como também para a compreensão das relações de inter-dependência presentes entre os seus diversos componentes.

A identificação das unidades de paisagem decorre assim de um trabalho sistemático de levantamento e análise dos principais aspectos que caracterizam esta paisagem, partindo-se inicialmente para uma abordagem global à área que é objecto de estudo (capítulo 3, subcapítulo 3.1) e, só depois, para uma visão mais particular sobre os atributos que definem o padrão das diferentes unidades de paisagem e que lhes asseguram a respectiva individualização.

Os dados necessários à análise destes parâmetros são adquiridos através de trabalho de pesquisa, procurando-se reunir quer informação cartográfica, quer documentação escrita. Esta fase é acompanhada por um trabalho de campo, permitindo uma aproximação mais concreta à área em estudo; estabelecem-se ainda contactos com interlocutores locais. Procede-se também à análise de elementos cartográficos (fotografia aérea, ortofotomapas e cartografia à escala 1/10 000, esta última apenas disponível para o concelho de Melgaço), tendo em vista o estudo da estruturação da paisagem.

Quadro nº 2.1 – Parâmetros considerados no estudo de avaliação da paisagem – componentes biofísicas

Clima	Permite compreender de que forma as condições climáticas determinam, por exemplo, a distribuição quer do coberto vegetal espontâneo, quer também das culturas agrícolas, a tipologia, configuração e implantação altimétrica dos núcleos edificados, entre outros aspectos.
Geologia	Justifica-se uma vez que se torna importante explicar a génese e morfologia actual do território, esclarecendo os fenómenos presentes de geodinâmica externa e respectivos factores condicionantes que influenciam a ocupação humana. A análise da litologia e geomorfologia (composição, distribuição e principais características) fornece também indicações importantes para a identificação de valores naturais com interesse geológico.
Fisiografia	Possibilita uma melhor apreensão do território em estudo, uma vez que se trata de uma variável que apresenta uma clara influência no funcionamento do sistema biofísico (solo, micro-clima, coberto vegetal, entre outros) e determina de forma expressiva os processos de humanização nele registados.
Hidrografia	Garante informações que explicam a ocupação do território e dinâmicas naturais, determinando, nomeadamente, a localização dos núcleos edificados, processos de exploração agrícola, a produção de energia hídrica, a presença de valores naturais com interesse, entre outros aspectos.
Solos	Pela distribuição, escassez ou abundância permite a compreensão de alguns fenómenos relacionados com as dinâmicas dos ecossistemas e o desenvolvimento das actividades humanas associadas directamente a este recurso, em especial o sector primário.
Recursos biológicos	Contribui significativamente para a compreensão global do sistema natural e possibilita a identificação dos valores naturais de realce na óptica da conservação da natureza. O coberto vegetal é um elemento determinante na qualidade da paisagem, já que apresenta uma forte expressão visual e denuncia os níveis de diversidade biológica.

Quadro nº 2.2 – Parâmetros considerados no estudo de avaliação da paisagem – componentes sócio-económicas

Evolução histórica	Contribui para explicar as alterações verificadas ao longo dos tempos e que determinam a configuração actual da paisagem.
Usos do solo e povoamento	Inclui a análise dos usos e funções do território, sua distribuição espacial e características particulares associadas (sebes, características da bouça, tipo de coberto vegetal, entre outros), interdependência entre usos (principalmente, usos agrícolas, pecuária e espaços edificados) e relação com os componentes do meio e, ainda, a análise da distribuição do povoamento e rede viária.
Património construído	Garante a leitura da distribuição dos elementos (ou conjunto de elementos) ou espaços, que representam aspectos da história local, sendo importante referenciar as datas/períodos históricos associados à sua implantação, técnicas e materiais de construção (ou reconstruções). Importa também identificar os elementos que se encontram classificados (interesse nacional ou outro).

Paralelamente, procede-se a um trabalho de registo dos dados, utilizando um programa informático de sistemas de informação geográfica – Arcview, versão 3.2 compatível com a restante informação cartográfica de base (projecção de

Gauss-Elipsoide de Hayford-Datum Lisboa Militar, Datum vertical: marégrafo de Cascais). Os elementos cartográficos considerados encontram-se descritos no quadro nº 2.3¹.

Quadro nº 2.3 – Elementos cartográficos levados em consideração na identificação das unidades de paisagem

Variáveis	Componentes	Escala, autor e data
Clima	Precipitação	PNPG, 2001
Geologia	Geologia	1/50 000, DGGM-SGP, 1991
	Geomorfologia	1/50 000, DGGM-SGP, 1991
	Locais de interesse geológico	1/25 000, Gomes <i>et al.</i> , 2002
Fisiografia	Hipsometria	1/25 000, PNPG, 2001
	Declives	1/25 000, PNPG, 2001
	Exposições	1/25 000, PNPG, 2001
	Linhas de fecho principais e secundárias	1/25 000, PNPG, 2001
Hidrografia	Bacias hidrográficas	1/25 000, PNPG, 2001
	Linhas de água	1/25 000, IGE, 1996
	Planos de água	1/25 000, IGE, 1996
Solo	Classes de solos	1/100 000, DRAEDM, 1994
Património biológico	Habitats/zonas de interesse biológico	1/25 000, PNPG, 2001
	Turfeiras	1/25 000, PNPG, 2001
	Zonas com estatuto de protecção	1/25 000, PNPG, 1995
	Coberto vegetal	1/25 000, CNIG, 1995
Usos do solo	Usos do solo	1/25 000, CNIG, 1995
	Correspondências entre lugares	1/25 000, autor, 2002
	Altitudes de lugares	1/25 000, IGE, 1996
	Rede viária	1/25 000, IGE, 1996
Património construído	Mamoas	1/25 000, PNPG, 2001
	Restante património construído	1/25 000, autor, 2002

Organiza-se a informação das distintas cartas, que corresponde às diferentes variáveis, possibilitando a análise em conjunto ou separadamente dos seus componentes. Este processo permite uma análise integrada dos elementos, confrontando a distribuição no espaço de cada um deles com a lógica de estruturação da paisagem.

Sucede-se um trabalho de cruzamento dos diferentes níveis de informação, com vista a proporcionar a melhor compreensão do comportamento de cada parâmetro e as correlações estabelecidas entre os mesmos. Daquela operação irá resultar uma primeira aproximação à definição das unidades de paisagem, ao

¹ Parte da cartografia foi cedida pelos serviços do ICN/PNPG, mediante condições especiais acordadas com base num protocolo entre o Instituto Politécnico de Viana do Castelo/Escola Superior Agrária de Ponte de Lima e aquela entidade.

qual se segue trabalho de campo para aferição de limites e verificação da coerência daquela identificação.

A caracterização de cada unidade é realizada sobretudo a partir do trabalho de campo referido, que inclui levantamento fotográfico (principalmente, a partir de vias rodoviárias, núcleos edificados, alguns centros de encontro e de distribuição mais marcantes) e preenchimento de ficha de apoio, onde se regista os dados particulares de cada unidade, incluindo também o reconhecimento dos aspectos visuais (que se apresenta no anexo 1).

As unidades deverão constituir porções do território que apresentem características intrínsecas relativamente homogéneas, que resultam num padrão específico e uma coerência na sua funcionalidade interna. Leva-se em linha de conta as descontinuidades espaciais mais marcantes, a partir da manifestação formal dos elementos mais distintos na sua estruturação, por exemplo, o relevo, o coberto vegetal e os usos. A definição destas unidades não obedece a qualquer regra em termos de dimensão, sendo dirigida para a análise das suas características intrínsecas e pelos objectivos que justificam a sua definição. Existe sempre um contínuo entre as unidades, dado que o carácter, de uma forma geral, não muda de forma abrupta, sendo necessário atender às situações de transição presente. Este aspecto conduz-nos à necessidade da definição correcta e explicitação dos critérios específicos que conduzem à delimitação das unidades, apresentados na secção 3.2.1.

A caracterização de cada uma das unidades é realizada atendendo aos seus atributos mais marcantes (já que se optou por explicar em fase precedente o comportamento geral do sistema) analisados quer isoladamente, quer quanto às inter-dependências que estabelecem. O objectivo é analisar as características das unidades identificadas no sentido de explicitar o seu carácter.

O produto resultante desta fase é uma carta de unidades de paisagem, incluindo a definição do carácter das mesmas (trabalho desenvolvido na secção 3.2.2). A identificação das unidades, no âmbito deste estudo, irá também apoiar o trabalho de avaliação da paisagem que se explicita em seguida.

2ª etapa – avaliação da paisagem

Existem vários critérios de avaliação que são considerados nos mais diversos estudos de paisagem, os quais reflectem, por vezes, uma grande sobreposição e correlação entre os mesmos, exigindo, por isso, uma selecção bem ponderada. Os critérios seleccionados resultam da análise de outros casos de estudo com finalidades e enquadramento territorial semelhantes², e baseiam-se na aplicação dos seguintes conceitos: *significância e integridade*.

As características da área em estudo também influenciaram a opção tomada, uma vez que este território detém valores de interesse patrimonial que justificam uma atenção especial. Importa pois analisar a paisagem à luz do significado que imprimem em termos de carácter, e de que forma os níveis de integridade presente podem colocar em causa o grau com que a significância pode ser interpretada. Não se defende uma abordagem restritiva sobre estes conceitos, antes porém, procura-se uma análise que considere tanto os valores resultantes dos processos de humanização, como os naturais, ou seja, que atenda com a mesma pertinência, quer à diversidade de elementos construídos (que correspondem às varias fases de ocupação), quer à presença de manchas representativas de valores biológicos.

Pretende-se que os resultados obtidos possam constituir uma “ferramenta” de apoio para o estabelecimento de uma maior ponderação nas decisões de futuras intervenções com incidência na paisagem. Uma avaliação balizada pelos parâmetros descritos procura assim fornecer indicações válidas para uma intervenção orientada para as questões identificadas.

Na sequência do trabalho desenvolvido na fase precedente, realiza-se uma síntese de valores e degradações detectadas, que se procuram associar a cada unidade de paisagem, e assim permitir uma aproximação mais sistemática ao

² Destacando-se: o caso de estudo Cairngorns National Park – Escócia (2000), levado a cabo sob a alçada da Scottish Natural Heritage; também outros desenvolvidos por Countryside Agency – Reino Unido (1999, 2001, 2002), National Park Service – Birnbaum, C. (1994), entre outros.

trabalho de avaliação da paisagem que se pretende levar a cabo. Desta síntese é possível salientar os aspectos mais determinantes no carácter das unidades de paisagem e construir uma matriz de avaliação das mesmas, de acordo com os parâmetros seleccionados para o efeito. Este exercício implica a adopção de uma escala de referência qualitativa na análise daqueles parâmetros. Procura-se compreender o sentido expresso pelos diferentes elementos físicos (ou conjuntos de elementos) definidores do padrão da paisagem. A título de exemplo, numa perspectiva cultural e histórica, procura-se explicitar de que forma a presença de certos elementos que pertencem a um dado período histórico, se traduzem em aspectos mais ou menos significativos no carácter de uma unidade de paisagem.

O parâmetro da significância relaciona-se com os aspectos que de seguida se explicitam:

- Representatividade – refere-se às situações emblemáticas de património natural e cultural (por exemplo, valores geológicos ou formas tradicionais de cultivo da região ou associação com outros acontecimentos históricos significativos para a zona);
- Diversidade – diversidade biológica ou de testemunhos históricos de várias épocas de ocupação (por exemplo, ao nível dos factores naturais, a presença de um coberto florestal misto, e ao nível dos aspectos construídos, a presença de diversidade de vestígios históricos);
- Raridade – onde estão presentes valores únicos ou raros (por exemplo, valores biológicos, património geológico, habitats com estatuto de protecção especial) ou também construções (património construído classificado ou não).

O parâmetro da integridade encontra-se intimamente relacionado com as ameaças presentes, aspecto que pode ser explicitado através dos seguintes conceitos:

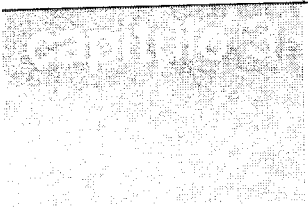
- Autenticidade – se sofreu mais ou menos alterações que colocam em causa o verdadeiro significado de um elemento ou conjunto de elementos;
- Coerência – relaciona-se com o facto de uma unidade apresentar todos ou quase todos os elementos interdependentes no contexto natural ou

construído em que ocorrem, se existe uma harmonização entre diferentes intervenções que correspondem a distintas épocas, ou se se encontra num maior ou menor equilíbrio biológico;

- Estado de conservação – se se encontra mais ou menos degradado ou destruído.

3ª etapa – propostas de actuação

Nesta etapa, procura-se, face ao trabalho desenvolvido, apresentar um quadro de medidas com vista à valorização da paisagem. No âmbito de cada medida apontada, propõe-se um conjunto de acções, que poderão ser consideradas ao nível da revisão do Plano de Ordenamento do PNPG.



caso de estudo: definição do
carácter da paisagem no
noroeste do PNPG

caracterização genérica da área em estudo

Com esta fase do trabalho pretende-se compreender a forma como se correlacionam os elementos fundamentais do sistema no presente, bem como os rumos impostos pela evolução histórica. Para isso, apresentam-se os aspectos que se consideram mais determinantes na definição do padrão da paisagem em estudo, tanto no que se relaciona com os acontecimentos históricos (sobretudo pela presença de marcas que correspondem às sucessivas fases de evolução) que determinaram a sua estruturação, como também no que se refere aos usos presentes e aos componentes biofísicos, com destaque para clima, geologia e relevo.

A caracterização genérica da área em estudo constituiu uma fase fundamental, pois permite explorar e sistematizar os dados que irão possibilitar, posteriormente, a identificação das unidades de paisagem. Ou seja, importa deter uma visão abrangente – *a compreensão do todo* – como forma de procurar perceber as linhas gerais que condicionam o espaço no contexto global da área em estudo, independentemente de ser possível desde logo detectar que há “partes” cujas características mais particulares apontam para uma individualização. Sucede-lhe uma análise mais particular, desta vez já do carácter de cada uma das unidades identificadas (subcapítulo 3.2).

Este subcapítulo sintetiza a pesquisa, que foi remetida para os anexos 2 e 3, que se debruçou sobre a análise dos componentes da paisagem, nomeadamente biofísicos (clima, geologia, fisiografia, hidrografia, solos, biológicos) e resultantes dos processos de humanização (povoamento, usos do solo e património construído).

a evolução da paisagem

paisagem do neolítico

A primeira ocupação que se conhece deste território é testemunhada pela ocorrência de um conjunto bastante significativo de necrópoles megalíticas (neolíticas e calcolíticas, 3º e 4º milénios a.C.). Pela sua distribuição é possível definir unidades espaciais individualizadas – *território dos mortos* – sempre em zonas chãs de elevadas altitudes, tanto no planalto de Castro Laboreiro (Castro Laboreiro), como também nos cimos aplanados do maciço central da serra da Peneda (Lamas do Vez e Mezio). Os vestígios megalíticos referidos em primeiro são reconhecidos como um dos conjuntos mais significativos do Norte de Portugal e da Galiza (Espanha) (Jorge *et al.*, 1997).

religião, defesa e os primórdios da nacionalidade

O período que antecede a época medieval não se encontra devidamente documentado nesta área, admitindo-se a possibilidade de terem ocorrido várias intervenções que ainda deverão estar sujeitas a comprovação (IPA, 2002)¹. Porém, os testemunhos da Idade Média nesta paisagem são francamente mais visíveis, e denunciam as prioridades estabelecidas na época: defesa e religião. Da primeira evidencia-se, implantado num extremo alto (cota máxima de 1036m) de encostas bastante escarpadas, o castelo de Castro Laboreiro, um dos símbolos mais marcantes na área em estudo e, por ser avistado de vários locais,

¹ Perante a ausência de um estudo mais pormenorizado de levantamento sistemático do património construído, optou-se por considerar, no decurso da presente dissertação, a informação constante na base de dados do Instituto Português do Património (IPA, 2000).

funciona como uma referência visual na paisagem². Da segunda, as igrejas da Matriz de Castro Laboreiro e de S. João Baptista, na freguesia de Lamas de Mouro, onde se constata a ocorrência de vestígios românicos. Registe-se ainda a presença de algumas pontes que se supõem terem feito parte de percursos de ligação entre pólos religiosos (entre os Mosteiros de Fiães e de Ermelo).

De acordo com Medeiros (1984), a partir da análise das “Inquirições Gerais” (1258)³ é possível constatar já a referência às paróquias de Santa Maria de Castro Laboreiro e São Martinho do Soajo, e ainda Cabreiro, Cabana Maior e Gondoriz. Segundo a mesma autora, em particular, para o caso da região de Entre-Minho e Lima, verifica-se que, durante o período referido, se desenvolve um sistema de organização territorial determinante na transformação da paisagem, ou seja, que irá provocar um progressivo aumento populacional e a consequente expansão do tecido construído, principalmente, nas zonas de fundo de vale (nas quais ocorrem solos mais férteis e profundos), onde progride de forma difusa.

A área seria polarizada tanto pelos Mosteiros de Ermelo e de Fiães, que terão contribuído para a multiplicação dos “casais”, sobretudo nas zonas de menor altitude (através de concessões de aforamentos), como também pelo castelo de Castro Laboreiro, o qual, pela sua posição estratégica de fronteira, terá motivado os primeiros monarcas a estabelecer medidas de incentivo à fixação de populações nestas paragens (Andrade, 1996). Assim, as motivações religiosas ou de protecção das fronteiras nos primórdios da nacionalidade impuseram um rumo à mudança desta paisagem, na medida em que promoveram a fixação humana e o desenvolvimento de uma actividade agrícola muito dependente daquilo que o meio proporcionava.

À medida que a população aumenta verifica-se uma expansão da ocupação do território, a qual se difunde para áreas de altitudes mais elevadas. A tendência

² Classificado como Monumento Nacional (Decreto nº 33 587, 27 de Março de 1944), assumindo uma carga simbólica associada à integridade e soberania nacional, durante a época medieval e no séc. XVII com a Restauração.

³ O primeiro documento histórico que nos permite fazer uma aproximação mais concreta à ocupação humana nesta região, realizado sob ordens de D. Afonso II, em 1258.

para a dispersão vai, no entanto, atenuando-se à medida que se avança naquele sentido, dando lugar a um povoamento concentrado perante condicionantes naturais mais adversas. Por isso, só mais tarde a zona central do maciço da serra da Peneda é que estará sujeita a uma fixação humana mais intensa. A zona mais alta da serra constitui-se como uma área de utilização comum – o *baldio*⁴ – por excelência o espaço escolhido para as actividades de pastoreio (pastagens naturais)⁵, caça (caça do javali, lobo, corço), recollecção (recolha de mato para a cama do gado, estrume, lenha e também carvão) e apicultura. Para os soajeiros a caça seria mesmo mais importante que a agricultura, valendo-lhes a fama de especialistas neste domínio e o título de “monteiros do Soajo” (Andrade, 1996).

No início do séc. XVI, verificam-se já algumas diferenças no tipo de povoamento presente nas freguesias do Soajo e de Castro Laboreiro. Na primeira, perante condições edafo-climáticas mais favoráveis verifica-se uma diversificação das culturas agrícolas⁶ e uma expansão mais significativa do povoamento. Já na de Castro Laboreiro, face às condições menos favoráveis impostas pelo meio, cria-se um sistema bipartido de ocupação sazonal (Medeiros, 1984). Ambas as freguesias referidas formaram concelhos e beneficiaram de privilégios régios⁷. Como testemunhos deste facto temos os pelourinhos, símbolos de jurisdição concelhia e autonomia municipal e feudal⁸.

⁴ A origem dos *baldios*, segundo afirma Medeiros (1984:27): “deve remontar à 1ª fase da Reconquista Cristã e, numa sociedade semi-feudal, corresponder a terras reguengas, não divisíveis, que eram dotadas às comunidades (...)”.

⁵ Segundo Medeiros (1984) estas estruturas podem ter sido a origem das actuais *brandas*, também utilizadas no Verão, embora não se denominassem assim naquela altura. Esta autora refere que até ao século XVIII não se encontram registos com a terminologia “branda”, mas por outro lado existem referências a currais, como é o caso de “Curral da Lamela” na freguesia de Cabreiro, que é um local onde hoje existe uma branda de gado.

⁶ Por exemplo, a introdução da vinha (Caldas, 1994).

⁷ Por Foral concedido por D. Afonso III, em 1271 e foral novo de D. Manuel, dado em 1513, data em que se consuma o nome de Castro Laboreiro, tendo mantido esse estatuto até meados do séc. XIX, e por Foral concedido por D. Manuel de 1514 até 1852, respectivamente para Castro Laboreiro e Soajo (Andrade, 1996).

⁸ Os pelourinhos de Soajo e de Castro Laboreiro encontram-se classificados como Monumento Nacional, desde 1910 e Imóvel de Interesse Público, desde 1933, respectivamente.

O marco mais notório na definição da estrutura e padrão desta paisagem (exceptuando-se parte da área da freguesia de Castro Laboreiro), cujas marcas ainda se mantêm francamente visíveis entre nós, resulta, sem dúvida, da introdução e forte difusão do milho-maiz (ou milho grosso), fenómeno, vulgarmente conhecido por *revolução do milho*, que decorre a partir de finais do século XVI⁹. Este facto contribuiu de forma significativa para a melhoria das condições alimentares das pessoas, provocando um aumento demográfico e fazendo com que surgissem novos núcleos populacionais, situados muitas vezes em zonas anteriormente utilizadas para a prática do pastoreio. Uma vez ocupadas as áreas de pasto foi necessário conquistar outras áreas da serra para garantir o alimento dos animais (cujo efectivo também aumenta neste período), dirigindo-se assim a actividade pecuária para cotas ainda mais altas. Na área pertencente à freguesia de Castro Laboreiro e em altitudes mais elevadas, a cultura do milho não irá ter grandes repercussões, já que não se adapta quer aos solos pobres, quer à falta de água e clima mais frio.

A conquista progressiva da serra, que advém da difusão do milho, irá determinar alterações profundas na paisagem, que se materializam, fundamentalmente, na construção de socalcos, implantação de sistemas de rega, de espigueiros e eiras, para além da referida densificação e proliferação dos núcleos edificados. O milho obriga a um novo sistema de exploração agrícola, pois “empurra” a vinha para a bordadura dos campos, aproveitando ao máximo todas as leiras de cultivo, por mais pequenas que estas sejam, e conquista terrenos até então sem aptidão para a agricultura, armados com socalcos e fornecidos com água para a rega, através de desvios e canais de escoamento da água.

⁹ Orlando Ribeiro (1941; 1945) chama-lhe a “revolução do milho”, pela incidência que tem no quotidiano das populações, na alimentação, no crescimento económico, no aumento populacional, já que garantiu maior produtividade, maior rendimento e aproveitamento, quer do grão para a farinha, quer da rama para forragem.

Nas áreas mais altas da serra constata-se a presença de construções que atestam a utilização desta área, nomeadamente, os *abrigos de pastor*¹⁰ e *fojos do lobo*¹¹. Ambos os testemunhos recorrem à utilização do recurso que o meio oferece com maior abundância naquele local – o granito. Os *abrigos* situam-se nas zonas de maior altitude mais propícias ao desenvolvimento dos pastos para aproveitamento dos pastos mais frescos na época mais quente do ano – constituindo *brandas de gado*. Os *fojos do lobo* encontram-se em locais estratégicos e recônditos, e são uma herança de grande significado patrimonial nesta área, quer pelo número, quer pela diversidade de tipologias. Importa sublinhar o seu valor a nível supra-nacional que, tal como expresso por Álvares *et al.* (2000, cit. por Primavera *et al.*, 2002:4) “(...) apresenta nas áreas montanhosas do Noroeste Ibérico um grau de especialização técnica e operativa único a nível mundial”. Primavera *et al.* (2002:4) acrescentam que estamos na presença de testemunhos “(...) de dimensão única no nosso país”, aspecto que é reforçado pela dimensão do *fojo da Bragadela*, o qual é referido, por estes autores, como sendo o maior em todo o Noroeste Peninsular. Actualmente, estes testemunhos – *brandas de gado* e *fojos* – encontram-se, em geral, abandonados, em especial os segundos (já que a captura do lobo está interdita legalmente, pelo facto da espécie correr risco de extinção em Portugal).

A ocupação sucessiva da serra leva-nos a considerar, tal como explicita Medeiros (1984:68), a existência de “duas gerações de *brandas*”, umas que teriam sido transformadas em *lugares de habitação permanentes*, outras criadas pela expansão do milho¹². O Soajo e Castro Laboreiro, assim como Cabreiro, Cabana Maior e Gondoriz constituem-se como povoados difusores do povoamento, que se vai expandindo e conquistando, progressivamente, as zonas mais altas da serra. O lugar de Igreja (freguesia da Gavieira), que terá sido *branda* do Soajo ou de Gave-Castro Laboreiro, transforma-se em lugar de

¹⁰ Conhecidos vulgarmente na região por *cortelhos*, cercados muitas vezes por muros circulares, as *bezerreiras* (recintos abertos, com uma pequena entrada, para se poder guardar aí o gado bovino).

¹¹ Construção destinada a capturar o lobo. Segundo informação verbal, obtida junto de Álvares (2002), através de registos documentais pode-se referir a sua existência já nos séculos XVI e XVII.

¹² Comprova-se a existência da denominação *branda* em documentos escritos, em meados do século XVIII, sendo referida nessa altura como *baranda* (de utilização estival) (Medeiros, 1984:68).

residência permanente a partir do momento que adquire maior importância em termos populacionais, impondo a fixação e a criação de uma nova freguesia.

No século XIX, a distribuição dos povoados seria, segundo a autora referida, idêntica à actual, tanto no que se refere aos núcleos edificadas próximos dos fundos de vale, como as *brandas* em altitude. Em situação mais particular, mas também neste período, surge o lugar da Peneda (também referido anteriormente como *branda*), cuja génese se encontra relacionada com o culto da Nossa Senhora da Peneda. Ao que tudo indica este lugar surge na sequência da obra do santuário, que se inicia no século XVIII e se prolonga durante o século XIX, facto que implicou a vinda de pessoas para a sua construção e que aí se fixam e constituem família. O Santuário da Peneda ficaria assim no percurso para Santiago de Compostela e em ligação entre os Mosteiros de Ermelo e de Fiães (Caldas, 1994). Este lugar à semelhança de Beleiral também é influenciado pela introdução do milho, a avaliar pelos vestígios presentes, espigueiros, eiras, terrenos socalcados, entre outros.

a chegada dos serviços florestais

A intervenção dos Serviços Florestais em área baldia resulta, segundo Caldas (1994), de uma tomada de consciência de problemas relacionados com uma utilização indevida dos *baldios*. Segundo aquele autor, este facto estaria já relatado em vários documentos de finais do séc. XIX e início do XX, nos quais se verificava também um apelo ao seu uso equilibrado e à necessidade de se proceder a acções de arborização e de condicionar o pastoreio¹³. Assim, a criação da Junta de Colonização Interna (1936) permite a definição e implementação de políticas de gestão e controle do uso dos *baldios* e implantação de várias acções de arborização com espécies coníferas e folhosas. Porém, nem sempre estas

¹³ Como refere Caldas (1994:26), referindo-se aos impactes negativos do excesso de pastoreio, "para favorecer a renovação de pastos, quase se pode dizer que a maior parte do País era entregue a "queimadas" controladas, vendo-se, nas noites escaldantes, todos os horizontes a arder. Ainda, nos recordamos, nos anos 20, de contemplar nas serras do Vale do Vez, este espectáculo "dantesco", sem que os sinos tocassem a rebate".

intervenções foram levadas a cabo com o acordo da população, tendo, por isso, surgido situações de conflito entre o organismo do Estado e a população local (idem, 1994).

Considerando que nas áreas intervencionadas a população ficou privada da fruição dos *baldios*, por imposição do organismo estatal, era expectável a ocorrência de perdas significativas nas condições económicas das famílias. De facto, com a alteração da funcionalidade do *baldio* é colocado em causa todo o sistema de exploração agro-pastoril, uma vez que a perda de superfície de baldio disponível para o pastoreio, implicou a diminuição do efectivo pecuário e, como tal, a produção de estrume, repercutindo-se negativamente nos cultivos.

Apesar de terem surgido medidas de compensação colocadas em prática por parte do Governo, estas parecem ter chegado muito tarde, não tendo sido suficientes para travar o processo de decadência económica e a emigração em massa¹⁴. Na década de 70 do século XX, a queda do regime fascista e as alterações sociais e económicas que daí derivaram, permitiu que a gestão dos *baldios* voltasse à responsabilidade da população¹⁵. Mas também nesse momento, a população reage de forma revoltada, devido a todos os conflitos no passado gerados com base na privação do usufruto dos *baldios*, desencadeando “acções de vingança” que resultaram na ocorrência de múltiplos incêndios, até porque assim possibilitava o surgimento de novos pastos.

A herança deixada pelos Serviços Florestais nesta paisagem baseia-se em manchas florestais constituídas por espécies como: *Chamaecyparis lawsoniana*

¹⁴ Em 1962 é determinado que a população pode ser compensada da perda de área de exploração, em 10% dos lucros obtidos com a comercialização das árvores instaladas pelos Serviços Florestais. Passados 10 anos, após a data referida, esse valor aumenta para 25% (Medeiros, 1984).

¹⁵ Ainda assim, não reverteram na totalidade para a população e foram necessários mais dois anos, para que formalmente esta situação tivesse enquadramento legal, através do D.L 39/76 de 19 de Janeiro. Na prossecução da tarefa de gestão dos baldios determinou-se que se poderia adoptar, ou por uma gestão que seria levada a cabo por um Conselho Directivo de Compartes (eleitos pela Assembleia de partes dos respectivos lugares), revertendo 30% dos lucros para o Estado, ou pela constituição de uma Associação de 4 partes com um representante do Estado, ficando assim 40% dos lucros para o Estado apenas nas zonas que teriam sido plantadas pelos Serviços Florestais e 20% nas restantes. Todas as freguesias da área em estudo optaram pela 2ª via (Medeiros, 1984).

(Falso-cipreste), *Cupressus spp.* (Cipreste), *Pinus sylvestris* (Pinheiro da casquinha), *Pinus pinaster* (Pinheiro bravo), entre outras. Para além do coberto arbóreo referido, ainda nos restam outros testemunhos, designadamente *casas dos guardas*. Algumas polarizavam viveiros que hoje são zonas de grande atracção para lazer, pelo porte e densidade do coberto vegetal aí instalado, destacando-se a zona do Mezio e de Lamas de Mouro. A avaliar pelo número e distribuição de edifícios implantados na área em estudo (num total de 21 casas) fica comprovada a extensão da intervenção dos Serviços Florestais.

3.1.1.5 a perda do capital humano

Regra geral, na área em estudo, o crescimento populacional despoletado pela *revolução do milho* manteve-se, embora a um ritmo menor, pelo menos até meados do séc. XX. Vários acontecimentos históricos determinaram algumas interrupções neste processo de crescimento, nomeadamente, a 1ª Guerra Mundial, a epidemia pneumónica (1919), a crise económica do anos 30 e, ainda, a emigração transoceânica (principalmente para o Brasil). A partir da década de 60 do último século, assiste-se a um decréscimo contínuo que irá ganhar novo alento na década seguinte, marcando definitivamente essa tendência de perda de população, fenómeno do qual não se pode ignorar o contributo dado pela implementação das políticas florestais referidas anteriormente (Medeiros, 1984). A descida dos níveis demográficos tem repercussões no desenvolvimento da actividade agrícola, principalmente, pela diminuição da mão-de-obra, evidenciando-se a perda progressiva dos mecanismos que sustentavam esta paisagem.

A emigração teve a sua origem num base económica, exclusivamente, assente numa actividade agrícola de fracos rendimentos, agravada pelas difíceis condições de vida. A fuga para o exterior através da emigração constituiu a única

solução para assegurar melhores condições de vida¹⁶. Porém, para os que ficaram o sustento da família era conseguido com a manutenção das actividades agrícolas, por vezes, complementado com práticas de contrabando, principalmente, em Castro Laboreiro, que beneficia da situação geográfica fronteiriça.

Partiram predominantemente os homens, enquanto que a mulher ficou na terra (as *viúvas de vivos*, pois vestiam-se de preto na ausência dos maridos), com a responsabilidade dos filhos e do trabalho agrícola, sempre na esperança de uma vida mais confortável. Por vezes, mais tarde, algumas também foram ao seu encontro reunindo a família. Os rendimentos alcançados eram investidos, na generalidade dos casos, na construção de uma casa na sua terra natal, na expectativa de melhorar as condições de habitabilidade aquando do regresso definitivo. Fruto de uma série de condições, nomeadamente relacionadas com os técnicos projectistas, construtores civis e como reacção às más condições de vida de que se distanciaram, constroem edifícios de escala e acabamentos que, regra geral, se afastam das tipologias tradicionais (por vezes, imitando modelos dos países para onde emigram).

3.1.1.6 as políticas de conservação da natureza

Nos finais da década de 60, do século passado, o Conselho da Europa sugere ao Governo Português a criação de áreas protegidas, já que no ano de 1970 se iria comemorar o “Ano da Protecção da Natureza”. Data da mesma altura, a Lei nº 9/70, de 19 Junho, que incumbe o Governo de promover a protecção da Natureza em todo o território nacional, objectivo que deveria ser alcançado através da “criação de parques nacionais e de outras reservas”, resultando daí, nomeadamente, a criação do PNPG em 1971 (D.L. nº 187/71, de 8 de Maio). A

¹⁶ Até à década de 50 a emigração fazia-se sentir com menor expressão, mas será na década de 60 e 70 que os grandes fluxos da emigração atingiram fortemente as freguesias da área em estudo, verificando-se, nessa altura, uma grande “exportação” da mão-de-obra, sobretudo para países mais industrializados da Europa (França e Alemanha) (Medeiros, 1984).

sua classificação como Parque Nacional é reconhecida, desde a sua criação pela IUCN (União Internacional para a Conservação da Natureza).

Criado no âmbito do Ministério da Agricultura foi posteriormente, transferido para a esfera do ambiente na Administração Central, sob a égide do Instituto da Conservação da Natureza. Mais tarde, em 1997, cria-se o Parque Transfronteiriço Gerês-Xurés, o qual é reconhecido pela Federação Europeia de Parques Nacionais e Naturais da Europa (EUROPARC). Toda a área enquadra-se no estatuto de *Rede Natura 2000*, contribuindo para objectivos relacionados com a conservação do património natural também de âmbito europeu.

A história desta Área Protegida conhece os habituais conflitos entre a população residente e os seus serviços, a que não serão alheios, neste contexto, o facto do passado recente ser especialmente conflituoso através da política florestal do Estado Novo. Encontra-se por realizar uma avaliação sistemática dos efeitos na paisagem da gestão deste território após 1971, mas somam-se as críticas dos especialistas, da população residente, e de outros agentes institucionais da região.

3.1.1.7 a exploração hidroelétrica

Embora a exploração hidroelétrica do Alto Lindoso se encontre em actividade desde 1922, só muito mais tarde é que a população irá beneficiar do fornecimento de energia eléctrica. Tal como refere Caldas (1994), a luz eléctrica infelizmente só chega ao Soajo 36 anos após aquela data. A antiga Central de Lindoso foi o primeiro grande centro produtor hidro-électrico instalado em Portugal, e ainda hoje continua em funcionamento. Pela sua dimensão, antiguidade e interesse histórico-arquitectónico, as edificações e outras estruturas construídas associadas representam um valor patrimonial de interesse no âmbito da arqueologia industrial.

O actual aproveitamento hidroeléctrico do Alto Lindoso e Touvedo foi construído na década de 80, do século passado, sendo actualmente o maior centro produtor de Portugal. A maior marca negativa deste empreendimento legada a este território reside, sumariamente, naquilo que se encontra expresso nas palavras de Caldas (1994:242): “(...) inundando terrenos cultivados, destruindo recursos ecológicos preciosos, arruinando as populações da Várzea” .

3.1.1.8

expectativas de mudança com a entrada na União Europeia

Actualmente, esta área não se afasta da tendência regressiva dos índices demográficos que se verificam no interior do nosso país. De facto, os mais jovens ainda se aventuram à procura de novas oportunidades de emprego no exterior. Hoje, já não emigram tanto para o estrangeiro, mas a deslocação para pólos urbanos mais atractivos, dentro das fronteiras nacionais, continua a ser uma realidade, culminando no envelhecimento da população e no agravamento das condições para o seu rejuvenescimento. Este aspecto conduz, inevitavelmente, à redução da mão-de-obra responsável pela manutenção da *paisagem agrícola*, facto perceptível na diminuição da área destinada às práticas agrícolas, a qual em algumas situações tem sido acompanhada também de alguma regeneração natural (carvalhais), garantindo novas perspectivas para a conservação da natureza e evolução da paisagem.

A integração de Portugal na União Europeia resulta numa nova expectativa de desenvolvimento da actividade agrícola, que pode ter repercussões ao nível do modo de vida local, principalmente, num território fortemente humanizado e dependente da dinâmica agrícola estabelecida. Embora sem estudos exaustivos, que possam comprovar alguma influência decorrente das políticas de financiamento agrícola adoptadas, é possível afirmar que, pelo menos, pode contribuir para a manutenção de agricultores, mas não parece implicar grandes transformações ao nível da funcionalidade e padrão da paisagem. Ainda assim

parece ser mais marcante o enfraquecimento generalizado da actividade agrícola que, de facto, conduzirá certamente a fortes mudanças na paisagem. A regressão demográfica e o progressivo envelhecimento da população traduzir-se-á na decadência da agricultura, arrastando a perda de valores do património cultural e natural que se suportam naquela actividade.

A história descrita anteriormente lega uma herança particular a este território e, apesar da evolução mais recente, os seus traços mais ímpares persistem em grande parte, principalmente, aqueles que radicam na actividade mais importante – a agro-silvo-pastoril.

3.1.2

o relevo como componente fundamental na definição do carácter da paisagem

O relevo assume um papel determinante na configuração desta paisagem, pela variação de acidentes fisiográficos, aliados à altimetria, à declividade e às exposições, factores determinantes nas dinâmicas da própria natureza e na evolução dos fenómenos de humanização. Estamos na presença de vales bastante encaixados e de traçado frequentemente rectilíneo (resultado da tectónica de fracturação), com encostas bastante declivosas. Os declives mais moderados ocupam uma extensão bastante reduzida, apenas zonas de fundo de vale e algumas áreas aplanadas nos cumes da serra e planalto de Castro Laboreiro.

Perante condições reconhecidamente rudes, o Homem mostra-se sábio e resistente, sendo prova da sua persistência a ocupação contínua deste território e a adopção de mecanismos de adaptação e exploração bastante engenhosos. Aproveita quer as superfícies mais declivosas, quer as mais aplanadas, nos diferentes níveis altitudinais, adoptando uma inteligente forma de complementaridade entre estes sub-espacos.

Nas zonas mais declivosas, os usos presentes baseiam-se na recolha de mato e lenha, pastoreio em regime livre, entre outros, dispensando-se as áreas mais inacessíveis que não tem qualquer uso. Por seu turno, as zonas com menor declive são aproveitadas para a produção vegetal e pastagens melhoradas. À medida que se sobe em altitude verifica-se uma rarefacção dos espaços agricultados, exceptuando-se a situação do planalto de Castro Laboreiro. As áreas mais aplanadas e em cota mais elevada são também, frequentemente, utilizadas para pastagem, ou quando a profundidade de solos e a área disponível, em simultâneo, assim o permitem surgem as *brandas de cultivo*¹⁷. Em altitude, o aproveitamento para a produção vegetal é assim determinado pela ocorrência de alvéolos com condições para serem gerados solos férteis, mesmo que, por vezes, sejam de dimensões reduzidas nunca deixam de ser explorados pelo Homem.

Outro aspecto fundamental na definição do padrão paisagem é a própria configuração da rede hídrica. A área é atravessada por uma rede densa de linhas de água, apresentando as de maior importância uma forte influência na organização do povoamento. Estas assumem-se então como eixos fundamentais na medida em que é ao longo daquelas que se distribuem a maior parte dos lugares. Importa referir nesta condição os rios Castro Laboreiro, Mouro, Adrão, Peneda, Veiga, Ramiscal e Corga dos Portos.

No que concerne à litologia, notar uma dominância dos granitos e uma ocupação humana diferenciada das áreas em que ocorrem as rochas graníticas mais antigas – sintectónicas – e as mais recentes – pós-tectónicas, nas quais se evidencia a presença de um menor número de núcleos edificadas. Na generalidade, os granitos pós-tectónicos destacam-se perfeitamente na paisagem, já que lhe conferem um relevo bastante abrupto, modelado mais agreste e desnudado. Este aspecto contrasta com o relevo que se faz notar nas zonas em que ocorrem materiais de origem xistosa (apenas numa faixa de reduzidas dimensões), nas quais o modelado é mais suave. Predomina, no entanto, a aspereza e robustez dos granitos com realce para os pós-tectónicos.

¹⁷ Embora não seja consensual para vários estudiosos sobre esta matéria, algumas destas zonas onde se situam *brandas de cultivo*, freguesia da Gavieira podem ter origem glacial (Coudé-Gaussen, 1981).

Esta variação litológica é assim sabiamente aproveitada pelo Homem, já que é clara uma maior exploração das áreas onde ocorrem os xistos e os granitos mais antigos.

3.1.3 as condições climáticas e a definição de um sistema de povoamento muito peculiar

As condições climáticas manifestam-se como um dos factores mais determinantes na ocupação humana, contribuindo de forma definitiva para o sistema de povoamento instalado. Em conjugação com o relevo e a altitude contribuem, em grande parte, para a diversidade registada, fazendo vincar, num clima de características mediterrânicas as influências quer atlântica, quer continental. Esta diferenciação irá determinar o estabelecimento de um esquema de povoamento de ocupação sazonal passível de ser subdivididos em dois ramos diferentes: *brandas – inverneiras e lugares de habitação permanente – brandas*.

No primeiro subsistema referido, as *brandas* (de *verandas*) situam-se sempre em zonas de maior altitude e são habitadas praticamente todo ano, enquanto que as *inverneiras* se localizam em cotas mais baixas e são utilizadas no Inverno. No caso do segundo subsistema, existe uma diferenciação devido à permanência contínua nos *lugares* e as *brandas* só são ocupadas na época do estio. Como se constata, as designações adoptadas manifestam uma associação directa com as estações do ano em que ocorre a utilização humana do espaço, evidenciando assim a influência climática.

A existência de um sistema de ocupação partilhada entre estas duas realidades constitui, sem dúvida, um dos aspectos mais particulares da ocupação humana neste território. Mas a forma como o homem organiza este sistema está longe de se apresentar simples, existindo, dentro da área geográfica em estudo, variações significativas no seu funcionamento, nomeadamente no que se refere à complexidade das correspondências estabelecidas entre os núcleos referidos e o

tipo de utilização. As *brandas* podem ser de *cultivo* ou de *gado*. Esta especialização decorre de modo particular devido às condições impostas pelo clima, havendo outros factores que contribuíram para tal, nomeadamente, de âmbito sócio-económico. Porém, as relações de complementaridade não se verificam em todos os núcleos (ou seja nem todos tem *brandas* ou *inverneiras*), como é o caso de alguns *lugares de habitação permanente* na freguesia de Castro Laboreiro e a própria aldeia de Lamas de Mouro, onde as influências climáticas não parecem ser tão determinantes.

As áreas com maior altitude permitem que no Verão se disponha de condições mais frescas, que proporcionam um desenvolvimento dos pastos e das culturas a ritmos diferentes, do que nas áreas de menor altitude. Por outro lado, estas últimas, asseguram um clima mais ameno na passagem do Inverno, condição fundamental quer para o Homem, quer para o gado, que estaria impossibilitado de sair da corte durante a época fria nas *brandas*. Mas as áreas em altitude oferecem boas condições à produção de pasto (melhores que as do fundo de vale), devido à grande disponibilidade de área. O espaço é assim aproveitado de acordo com as condicionantes climáticas, isto é, as áreas mais baixas são pastoreadas, em especial, durante o Inverno (e Outono quando muito frio e chuvoso), enquanto que as zonas mais altas são pastoreadas nas restantes estações do ano. O Homem procura assim retirar de forma inteligente o máximo proveito destas características micro-climáticas.

Embora esta inter-dependência no presente já não se faça sentir de forma tão marcante, todo o sistema de complementaridade entre *brandas* e *inverneiras* parece ainda vivo, já não tanto por razões de abrigo, mas talvez pela necessidade de dispor de uma área complementar destinada ao cultivo e ao pasto. A melhoria das condições económicas, as novas tecnologias (aquecimento e máquinas agrícolas), o acesso facilitado entre lugares (devido à melhoria da rede viária e ao uso do veículo automóvel), o envelhecimento populacional e falta de mão-de-obra são os factores que mais contribuem para a alteração dos ritmos associados a esta prática.

3.1.4 a escassez de solo com aptidão agrícola e a forma de exploração agro-pastoril adoptada

O solo determina um esquema de organização articulado de exploração num território onde este recurso não abunda. Assim, face à escassez de superfícies com aptidão agrícola, à pobreza dos solos, aos declives e à rudeza do clima, verifica-se um aproveitamento de todas as zonas passíveis de suportar exploração, por mais reduzidas ou longínquas que sejam as áreas. Este aspecto garante um carácter muito particular à paisagem porque irá determinar a própria compartimentação das propriedades e a sua localização.

De uma forma geral, verifica-se que nas áreas mais declivosas e com cotas elevadas ocorrem solos esqueléticos, enquanto que nas zonas de fundo de vale ou de declives suaves os solos são mais profundos. Os processos pedológicos são aqui condicionados fortemente pela actuação antropogénica. Nas áreas mais declivosas, devido à prática do pastoreio que implica a realização de queimadas (com a consequente perda da camada protectora vegetal, conduzindo à interrupção dos fenómenos de sucessão natural) originam-se solos delgados com perfil pouco diferenciado. Nas zonas de fundo de vale, através de práticas agrícolas ancestrais, sucede o enriquecimento em matéria orgânica. Deve-se sublinhar, a armação do terreno em socalcos, factor crucial num território em que o solo com aptidão para a agricultura não é um recurso abundante, não só pela conquista de superfície agricultável e de solos melhorados pelo Homem (antrossolos), mas também pela forte influência no padrão da paisagem. Este aspecto faz-se notar, principalmente, nas freguesias do Soajo, Cabreiro, Gavieira e na zona sul da de Castro Laboreiro.

O esquema articulado, a que se fez referência anteriormente, implica o desenvolvimento de um sistema agro-silvo-pastoril em sintonia com as potencialidades e limitações do espaço, resultando numa dinâmica particular que impõe marcas no carácter da paisagem e, simultaneamente, nos costumes e tradições locais. Em termos espaciais, pode-se considerar que aquele sistema se encontra subdividido nas seguintes unidades: a) núcleos edificados; b) campos de

cultivo/pastagens melhoradas (zonas onde ocorrem os melhores solos); c) *bouça* (meia encosta, ou seja, imediatamente a seguir à área agricultada e de implantação dos núcleos edificados; d) pastagens naturais (zonas de meia encosta e topo da serra).

Os núcleos edificados formam em conjunto com o território envolvente uma unidade inseparável, encontrando-se a sua coerência interna intimamente relacionada com o todo composto pelas subunidades referidas no parágrafo anterior. É a partir dos núcleos que se desenvolvem os caminhos secundários, que levam aos campos, à *bouça* ou a outros espaços de utilização comum, pelo que a proximidade entre os núcleos edificados e os terrenos agrícolas é uma condição imperiosa. Assim, os núcleos edificados, genericamente, localizam-se sempre junto a zonas chãs, com as construções ocupando as situações de interface entre aquelas zonas e as áreas mais declivosas e com frequência sobre afloramentos rochosos, evitando sempre que possível a ocupação de solo com aptidão para a agricultura. Esta condição faz com que a expansão do tecido construído ocorra assegurando a protecção daquele recurso e em função da sua disponibilidade, pelo que perante uma situação mais favorecida, se desenvolve, normalmente, um lugar de maiores dimensões, desde que as condições fisiográficas também o permitam; e, o contrário acontece quando não existe a disponibilidade do recurso solo.

O sistema adoptado orienta-se assim para uma gestão cuidadosa, quer da superfície agricultável, quer da extensão dos baldios, aproveitando, como já se referiu, também a variação altitudinal. Assim, a maior particularidade resulta das relações de complementaridade estabelecidas entre as subunidades núcleo edificado, campo, *bouça* e pastagem. Face às condições do meio, e em especial a escassez de solo com aptidão agrícola, verifica-se que a actividade dominante é a produção animal. A produção vegetal encontra-se, essencialmente, voltada para satisfazer as necessidades daquela, dominando no espaço cultivado as culturas forrageiras (milho, cereais, outras herbáceas) e também áreas de pasto (*poulos*

ou *lameiros* em situações menos favoráveis tanto de solo, como de declive¹⁸). As plantas destinadas às forragens são, tradicionalmente, armazenadas em *medas* ou *moreias*, facto que também se constitui como uma marca pontual na paisagem, simbolizando também o peso da actividade agro-pastoril.

Porém, nos terrenos de cultivo também ocorrem outras culturas que procuram em particular satisfazer as necessidades do auto-consumo, sendo de destacar a vinha (que pode atingir os 600-650m de altitude, por exemplo na povoação de Adirão) batata, centeio, frutícolas e várias hortícolas. Note-se a importância da vinha na definição da compartimentação da paisagem, sobretudo resultante do sistema de condução adoptado – *latadas* na bordadura dos campos de cultivo¹⁹ (aspecto este também relacionado com a necessidade de área para as culturas forrageiras), o qual sublinha, em conjunto com os muros de delimitação das propriedades e com os caminhos que se desenvolvem entre os campos e o lugar o reticulado dos terrenos cultivados.

O papel complementar da *bouça* reside sobretudo no fornecimento de lenha, mato para a cama do gado e estrume, produção de mel, etc., enquanto que as áreas mais altas da serra cumprem um papel exclusivo de pasto, na óptica da produção agrícola. A *bouça* reflecte-se num sistema complexo de bosquetes e sebes vivas constituídos por material arbóreo-arbustivo, sendo responsável pela introdução de uma maior diversidade biológica e também visual, ao reunir várias espécies vegetais. Desta forma, estas são as áreas, por excelência, que asseguram uma maior diversidade de volumes e formas, facto que contrasta com as extensas e homogêneas áreas de pastagens naturais, constituídas por plantas arbustivas e herbáceas espontâneas.

¹⁸ A água da rega, *rega de lima*, é utilizada como regulador do crescimento das plantas, minimizando os efeitos das geadas durante o Outono-Inverno, sendo também utilizada para condicionar a qualidade do pasto simplificando a flora e favorecendo a expansão das gramíneas à custa das leguminosas (Loureiro, 1987).

¹⁹ Segundo Caldas (1994:98) no Soajo a vinha apresenta técnica de condução particular – “(...) as castas preferidas têm, em regra, menos porte por causa do rigor do clima. A vinha é média, isto é educa-se ou empa-se em “arjões” ou “encados” (...), dispostos em volta de leiras, numa largura de 1m a 1,50m (...), que deveria favorecer a maturação do vinho, em consequência do clima e das castas, sai mais verde do que o das regiões ribeirinhas dos Arcos”.

3.1.5 paisagem de regadio *versus* paisagem de sequeiro

A distinção entre paisagem de regadio e de sequeiro evidencia-se através da distribuição das culturas, com ênfase para o milho e o centeio. A primeira daquelas ocupa zonas de menor altitude (inferior a 700m de altitude) polarizadas pelos *lugares de habitação permanente* das freguesias de Cabreiro, Soajo e Gavieira e parte Sul da freguesia de Castro Laboreiro (Lamas de Mouro com menor significado). A segunda cultura referida, reside nas áreas mais altas (altitude superior a 700m) onde se situam as *brandas e lugares de habitação permanente* das freguesias de Lamas de Mouro e Castro Laboreiro e também nas *inverneiras* da última freguesia referida. Nestas áreas são marcas dominantes, sobretudo no final da Primavera e início do Verão, os verdes frescos do milho e os tons quentes dos cereais de sequeiro.

A distribuição espacial dos elementos construídos que cumprem uma função relacionada com as actividades referidas também reforça esta diferenciação. São símbolos que pontuam a paisagem e que denunciam significados relacionados com as actividades agrícolas presentes, vincando um carácter utilitário, mas nem por isso menos original e autêntico.

Salientam-se para as situações de regadio a presença de espigueiros e eiras, estruturas de distribuição de água para a rega (*levadas e poças*) e moinhos, enquanto que nas zonas onde predominam os cereais de sequeiro, surgem os fornos comunitários e também os moinhos. Para além das funções utilitárias, estes elementos evidenciam nas formas de construção tradicional a simplicidade e modéstia das técnicas e materiais utilizados, com recurso constante ao granito. Em termos arquitectónicos, destaca-se o requinte colocado na construção dos espigueiros, os quais significam um enriquecimento marcante no domínio construtivo, sendo nestes que encontramos o primor dos pormenores e uma capacidade de expressão artística popular notória.

No plano da geomorfologia, nesta área é possível visualizar vários aspectos representativos de fenómenos dos quais se realçam os *circos glaciários*, vales de fractura, *moreias*; e ainda outras formações rochosas, como *blocos empilhados*, *tors*, *medas*, entre outros. No plano mais simbólico, ocorrem também outras rochas que adquirem formas peculiares, às quais a imaginação popular atribui significados, como *lagarto* (Portela do Lagarto), *bico do patelo* (vale das *inverneiras*), *tartaruga* (Castro Laboreiro) e *águia* (Alto de Adonela, Bico).

Nesta área é possível também encontrar exemplos de áreas representativas da floresta primitiva, sendo de destacar, as manchas da *Mata do Ramiscal*²⁰, que engloba parte da freguesia de Cabreiro (vale do rio Ramiscal) e da *Serra da Peneda*, parte das freguesias da Gavieira e Castro Laboreiro, que são sem dúvida os melhores exemplos presentes na área em estudo²¹. Nestes espaços, o coberto vegetal faz-se representar pela dominância do carvalho-alvarinho (*Quercus robur*), mas também ocorre azevinho (*Ilex aquifolium*), vido (*Betula celtiberica*), carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*) e, ainda, medronheiro (*Arbutus unedo*), sobreiro (*Quercus suber*) em exposições quentes. A diversidade biológica e a raridade manifestadas através da presença de espécies endémicas são factores de valorização da paisagem.

Mas na maior parte da área, os elementos biológicos nem sempre revelam o mesmo interesse biológico, notando-se que as práticas associadas à renovação dos pastos (com recurso contínuo às *queimadas*) provocam a destruição das comunidades vegetais espontâneas e actuam como impedimento para o desenvolvimento da sucessão natural, resultando, consequentemente, num coberto vegetal pobre à base de *matos* arbustivos. Em simultâneo, cria-se uma

²⁰ Uma das mais bem conservadas da Península Ibérica, segundo Castro *et al.* (2001:193).

²¹ Enquadram-se, a nível regulamentar, na *Área de Ambiente Natural* e com o estatuto de *Zona de Protecção Total* e *Zona de Protecção Complementar* (Ramiscal) e *Zona de Protecção Parcial* (Peneda), aprovado através do Plano de Ordenamento do PNPG (PNPG, 1995).

paisagem monótona sob o ponto de vista da diversidade cromática, texturas, formas e volumes. As espécies vegetais características destas formações, pela dominância que assumem na paisagem, marcam significativamente o seu carácter também ao criar manchas de cores uniformes, podendo variar entre amarelo ou o rosa, porque podem ser dominadas, respectivamente por tojos (*Ulex sp.*) ou urzes (*Erica sp.*), demonstrando com realce a variabilidade sazonal tão característica desta área. Onde se verifica o recuo da actividade agro-pastoril, nota-se uma regeneração dos carvalhais, factor que denuncia uma tendência para uma maior biodiversidade e heterogeneidade da paisagem.

As *galerias ripícolas* individualizam-se também na paisagem pela sua distribuição linear, permitindo a leitura do percurso das linhas de água e assegurando também, em conjunto com as áreas destinadas à *bouça*, uma maior diversidade em termos de coberto vegetal. Ao nível da *bouça*, destaca-se a densidade e predomínio do Carvalho-alvarinho (*Quercus robur*) no *vale das inverneiras* na freguesia de Castro Laboreiro e, ainda a singularidade dos giestais no caso das *brandas* no planalto da mesma freguesia.

3.1.7 modéstia e rusticidade do espaço edificado

A diversidade e identidade própria de cada núcleo edificado parecem resultar de um planeamento espontâneo, ligado a princípios e lógicas de carácter utilitário. Estes núcleos assumem, aliás, um papel central na funcionalidade do espaço territorial – célula-base – de onde derivam todas as restantes actividades e, por isso, de onde partem todos os caminhos secundários de acesso ao espaço envolvente.

O povoamento é predominantemente concentrado em torno de um ou mais núcleos, e encontra-se, tal como referido já na secção 3.1.4, em situações que não comprometam a utilização do solo com aptidão agrícola. Exceptuam-se alguns casos de construções mais recentes que contrariam o pressuposto anterior

e que resultam de uma intervenção não planeada que gera dispersão e afastamento dos núcleos originais, principalmente com distribuição paralela às vias de acesso principais. Por vezes, algumas dessas construções não tem função habitacional, mas de abrigo para viaturas ou arrumo de máquinas e ferramentas agrícolas. Estas devem-se portanto ao recurso, cada vez mais frequente, aos veículos automóveis e também ao facto desta nova exigência não se adaptar à malha dos núcleos edificados.

Dentro do conjunto edificado, apenas a capela ou igreja apresentam alguma individualidade pela linguagem arquitectónica distinta. Com carácter público, apenas surgem algumas fontes ou tanques, não se verificando uma preocupação nítida em criar espaço público propriamente dito; os caminhos no interior dos núcleos construídos cumprem muitas vezes essa função, com frequência, agradavelmente sombreados com *latadas* de vinha. Intercalando a malha construída, surgem, por vezes, pequenas *hortas* com hortícolas e árvores de fruto em espaços próximos da habitação, e também alguns *jardins*, que introduzem algum exotismo ao nível do material vegetal, por exemplo, begónias, dalias, fiteiras, brincos-de-princesa, entre outras.

Nas habitações tradicionais, as tipologias, materiais e princípios construtivos são similares, variando apenas no tamanho, número de pisos e alguns pormenores resultantes da introdução de certos motivos decorativos de acordo com o gosto popular. A sobriedade e homogeneidade da alvenaria de granito é quebrada pela introdução de outros elementos, por exemplo, portas, gradeamentos de varandas, coberturas em telha, persianas e também rebocos em alguns edifícios, com cores alegres, em que predominam, o azul-cobalto, o vermelho sangue de boi, por vezes, o verde e o branco. Os edifícios de planta rectangular têm dimensões, em geral, reduzidas, com acesso por uma escada exterior e varanda também na fachada frontal. Habitualmente, tem dois pisos, sendo a habitação no nível superior e a corte de gado no piso inferior; caracterizam-se por ter poucas aberturas para o exterior e vãos de dimensões reduzidas. Os edifícios onde as pessoas permaneciam mais tempo (*brandas* no planalto de Castro Laboreiro e *lugares de habitação permanente* em geral)

tendem a ser maiores e a garantir mais conforto, pelo que nos lugares do Soajo e Castro Laboreiro estes assumem mesmo um cunho mais urbano.

São visíveis as múltiplas emendas na alvenaria exterior, manifestando várias intervenções ao longo do tempo, com adaptações e acrescentos sucessivos. Muito comum é a ampliação do edifício para acoplar sanitários e a sobreposição de mais um piso. Verifica-se também que, em alguns casos, os pisos inferiores perderam a sua funcionalidade ligada aos animais e arrumo de produtos e máquinas agrícolas, pelo que, quando o edifício se situa próximo de um caminho que permite o acesso a viaturas automóveis, este adapta-se a este fim. As alterações a que as edificações estão e estiveram sempre sujeitas da própria tendência de evolução dos tempos, das necessidades e capacidade económica dos proprietários. Assim, as edificações mais recentes distinguem-se quer pelos materiais e técnicas de construção, quer também pela volumetria. O fenómeno da emigração assegura uma maior prosperidade económica e traz influências do estrangeiro à concepção das edificações.

3.1.8 o sagrado na paisagem

Na generalidade, o património construído encontra-se directamente relacionado com funções de carácter utilitário, exceptuando-se deste conjunto aqueles que detêm uma carga simbólica associada a motivos religiosos. Os cultos assumem um papel fundamental na vivência local, a avaliar pelos testemunhos físicos, que se manifestam em grande número e com alguma diversidade. É ao abrigo da fé que se construíram igrejas e capelas dedicadas a santos milagreiros, se implantaram cruzeiros, alminhas e se sacralizaram também alguns elementos e espaços de uso quotidiano, como os espigueiros, elementos de água e pontes, entre outros.

Estes testemunhos representam um fenómeno cultural importante para a região, representando a igreja, aliás, um símbolo de identidade paroquial. Em

todos os lugares centrais (sede de freguesia), nomeadamente Igreja (Gavieira), Lamas de Mouro, Castro Laboreiro, Soajo e Cabreiro existe uma igreja e são várias as capelas distribuídas por muitos outros lugares que pertencem a estas freguesias. Em geral, os edifícios religiosos encontram-se dentro do núcleo edificado, ou muito próximo deste. Ao nível do património arquitectónico de cariz religioso, destaca-se o Santuário da S^a da Peneda, quer pela sua dimensão física, quer pela carga simbólica associada, pois polariza as atenções dos seus devotos, oriundos de uma vasta região do Alto Minho e da região da Galiza. O conjunto referido situa-se no lugar da Peneda²² (freguesia da Gavieira) e implanta-se num sítio proeminente, no contexto do vale da ribeira da Peneda. É exemplificativo da arquitectura religiosa noroestina dos séculos XVIII-XIX (inspirado no santuário do Bom Jesus do Monte, Braga), que surge como forma de invocação à N^a S^a das Neves (ou S^a da Peneda), facto que pode estar relacionado com o clima agreste que se faz sentir na região (Araújo, 1962).

As igrejas e capelas apresentam linhas arquitectónicas semelhantes entre si. O conjunto arquitectónico é frequentemente composto pela *casa da mesa* para apoio às actividades desenvolvidas e, mais raramente, pelos *quartéis* que servem para acomodar os crentes, por exemplo, em S. Bento do Cando e Santuário da Nossa S^a da Peneda (freguesia da Gavieira). Encontram-se com frequência circundadas por muros que delimitam o *espaço sagrado*. Ainda é frequente nestes locais existirem estruturas específicas para merendar ou actuar uma banda de música.

Os cemitérios também se localizam normalmente próximo da igreja ou capela, podendo integrar-se mesmo num espaço contíguo ao adro destas construções (por exemplo, Ribeiro de Baixo) ou implantarem-se já longe destes, em locais mais amplos. Existe sempre um cemitério em cada sede de freguesia, podendo ou não existir também nos diferentes lugares.

²² Este santuário ficaria no trajecto medieval do vale da Ribeira da Peneda, velho itinerário dos monges de S. Bento, que também passariam pelos Mosteiros de Ermelo e de Fiães (Araújo, 1962: 252-253).

Os cruzeiros e as alminhas são elementos que também reforçam a simbólica do sagrado nesta paisagem. Os primeiros são marcos que definem, percursos religiosos, marcando o trajecto das procissões, trajectórias em cruzamentos e caminhos, apoiando os viajantes e também simbolizam a entrada nos lugares. Os espigueiros encontram-se também encimados com cruzes. No caso das alminhas, a sua distribuição alarga-se a toda a área em estudo, havendo diversidade na tipologia, número e antiguidade. Apresentam um valor etnográfico notável, pois espelham não só a religiosidade local, como também o sentido artístico espontâneo. Apela à devoção do caminhante, quando implantadas junto a caminhos, nomeadamente, em trajectos relacionados com caminhos de romeiros, à entrada dos lugares, incrustados em edifícios habitacionais ou capelas, e junto a pontes.

3.2 identificação e análise das unidades de paisagem

3.2.1 fundamentos subjacentes à identificação das unidades de paisagem

A definição de unidades de paisagem resulta da análise das características mais marcantes e da compreensão sobre os fenómenos de articulação entre os componentes da paisagem. Se, por um lado, numa perspectiva mais abrangente, poderemos referir que existe uma certa homogeneidade neste território – paisagem de montanha – por outro, também é verdade que, numa aproximação mais pormenorizada e atenta, é possível constatar fortes diferenças inerentes às variações, por exemplo, de nível litológico, geomorfológico, coberto vegetal, arquitectura, padrão resultante da divisão das propriedades, entre outros aspectos.

Cada unidade deve representar um conjunto de atributos particulares que permitem uma certa individualização, não querendo dizer que não existam aspectos semelhantes entre as mesmas. Na sua definição adoptam-se assim critérios que atendem às semelhanças de características em cada uma das unidades, procurando, simultaneamente, assegurar uma coerência global do conjunto, ou seja, garantir que os espaços que estabelecem relações de complementaridade entre si ficam a pertencer à mesma unidade. Desta forma, para além do padrão específico tem de existir uma coerência interna – um carácter próprio reflectido num padrão que lhe é característico – que distingue uma unidade das outras. Atende-se assim aos aspectos que, de uma forma mais evidente, estruturam e compartimentam o espaço, considerando com particular atenção as dinâmicas internas presentes e a sua incidência no padrão da paisagem.

A identificação de unidades de paisagem desenvolve-se a partir de um estudo geral da área, apresentado anteriormente no subcapítulo 3.1, incluindo a análise da cartografia relacionada com as variáveis seleccionadas para o efeito, acompanhada sempre de um trabalho de campo. A análise cartográfica é focalizada para a compreensão das diferentes variáveis, isoladamente ou em conjunto (sobreposição de *layers*). Das variáveis consideradas na análise ainda se seleccionaram, posteriormente, aquelas que se entendem mais determinantes na definição das unidades de paisagem, ou seja, aquelas que de forma mais expressiva determinam o seu carácter e permitem a sua individualização. A informação cartográfica utilizada foi já referida no quadro 2.3, no capítulo anterior, introduzindo-se neste capítulo apenas as informações cartográficas que são absolutamente necessárias apresentar para justificar a identificação das unidades de paisagem.

3.2.2 variáveis fundamentais consideradas na identificação das unidades de paisagem

Assumem-se três variáveis fundamentais na identificação das unidades, designadamente: **fisiografia, usos do solo (incluindo povoamento) e distribuição dos vestígios que permitem estabelecer associações históricas.**

3.2.2.1 fisiografia

Nesta área, o relevo apresenta-se como uma forte determinante no carácter; primeiro, pela forma como domina e compartimenta visualmente a própria paisagem (divisão em bacias visuais) e, em segundo, pela maneira como condiciona a ocupação humana. Através da análise dos aspectos fisiográficos (fig. 3.1) é possível verificar que as bacias hidrográficas correspondem a unidades

passíveis de apoiar uma primeira aproximação à definição das unidades de paisagem, pela presença de atributos descritos, sucintamente, no quadro nº 3.1 que permitem uma diferenciação entre si.

Quadro nº 3.1 – Síntese dos aspectos fisiográficos considerados

bacia do rio Mouro

- área aplanada circundada por forte maciço rochoso de declives acidentados (criando condições para a ocorrência de terrenos mais encharcados);
 - rede hídrica – rio Mouro e afluentes – densa e de traçado bastante sinuoso.
-

bacia do rio Castro Laboreiro

- relevo diversificado, podendo variar entre planalto, área de transição (franja do planalto onde se situam em geral as *brandas*) e vale de modelado fortemente movimentado, quer no troço intermédio (*vale das inverneiras*), quer no troço final, onde é bastante acidentado;
 - diversidade litológica, que reforça diferenciação referida anteriormente, ou seja, no planalto sucedem os granitos sintectónicos e xistos e no vale das *inverneiras* os granitos pós-tectónicos;
 - grande contraste nos declives;
 - rio Castro Laboreiro é o eixo ao longo do qual se desenvolvem a maior parte dos núcleos edificados.
-

bacia do rio da Peneda (afluente directo do rio Castro Laboreiro)

- bacia subdividida em grande parte da sua extensão pela ribeira da Veiga;
 - vales bastante encaixados e de traçado praticamente rectilíneo;
 - predomínio das rochas graníticas pós-tectónicas – maciço central, com a presença de granitos sintectónicos e xistos numa área mais reduzida;
 - predomínio de declives acentuados;
 - expressiva presença de afloramentos rochosos à superfície;
 - rios da Veiga e Peneda são os eixos ao longo dos quais se desenvolvem os núcleos edificados, exceptuando as *brandas de cultivo* (que se encontram em zonas que, segundo tudo indica, são resultantes de glaciares).
-

bacia do rio Adrão (afluente directo do rio Lima)

- relevo bastante movimentado;
 - predomínio de rochas sintectónicas, mas com ocorrência pontual de rochas de génese xistosa, facto que garante diferenças no modelado;
 - declives variáveis com predomínio dos acidentados a fortemente acidentados;
-

bacia do rio Ramiscal (afluente directo do rio Vez, o qual é afluente do Lima)

- vale fortemente encaixado (de difícil acesso), percurso complexo devido a densa rede de linhas de drenagem natural;
 - litologia baseada fundamentalmente em rochas sintectónicas;
 - declives fortemente acidentados.
-

outras bacias do rio Lima

- praticamente em tudo semelhante ao referido para a bacia do rio Adrão.
-

LEGENDA

LINHAS E PONTOS ESTRUTURANTES DO RELEVO

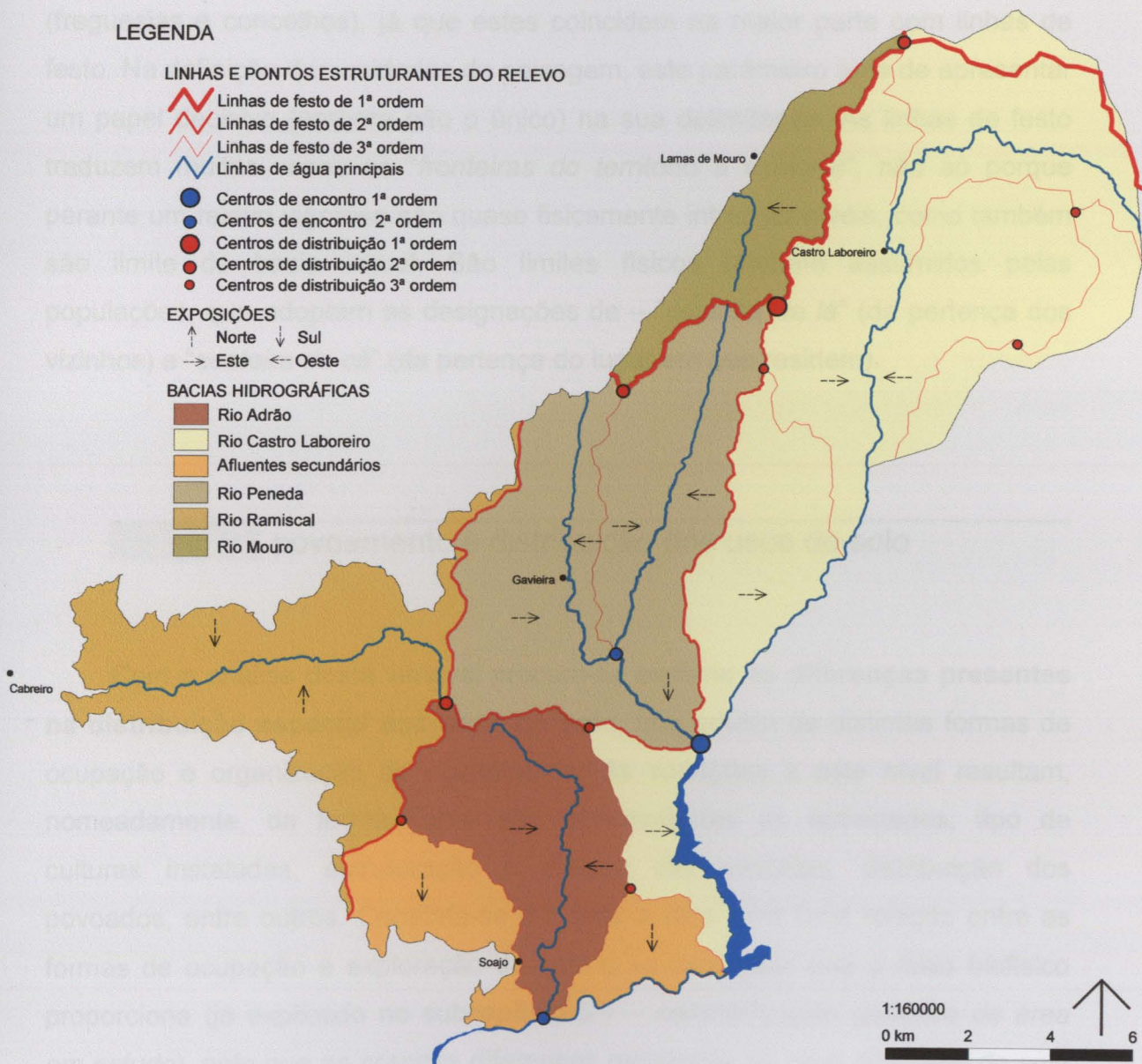
-  Linhas de fecho de 1ª ordem
-  Linhas de fecho de 2ª ordem
-  Linhas de fecho de 3ª ordem
-  Linhas de água principais
-  Centros de encontro 1ª ordem
-  Centros de encontro 2ª ordem
-  Centros de distribuição 1ª ordem
-  Centros de distribuição 2ª ordem
-  Centros de distribuição 3ª ordem

EXPOSIÇÕES

-  Norte
-  Sul
-  Este
-  Oeste

BACIAS HIDROGRÁFICAS

-  Rio Adrão
-  Rio Castro Laboreiro
-  Afluentes secundários
-  Rio Peneda
-  Rio Ramiscal
-  Rio Mouro



1:160000

0 km 2 4 6

escala de base: 1/25 000

Fig. 3.1- Síntese fisiográfica

As características de **relevo apresentadas revelam-se determinantes na diferenciação também do padrão resultante da ocupação humana**. A predominante organização do povoamento em torno dos eixos fluviais mais importantes (excepto o Ramiscal) reforça a importância que adquirem as bacias hidrográficas na definição das unidades de paisagem. Esta parece ter sido aliás também bastante condicionadora na definição dos limites administrativos (freguesias e concelhos), já que estes coincidem na maior parte com linhas de festo. Na definição das unidades de paisagem, este parâmetro teria de apresentar um papel decisivo (embora não o único) na sua delimitação. As linhas de festo traduzem muitas vezes as “*fronteiras do território a explorar*”, não só porque perante um relevo vigoroso são quase fisicamente intransponíveis, como também são limite de bacia visual. São limites físicos também assumidos pelas populações, que adoptam as designações de – “*costeira de lá*” (da pertença dos vizinhos) e “*costeira de cá*” (da pertença do lugar em que residem).



povoamento e distribuição dos usos do solo

Com a análise desta variável procura-se explorar as **diferenças presentes na distribuição espacial dos usos do solo**, que advém de distintas formas de ocupação e organização do povoamento. As variações a este nível resultam, nomeadamente, da forma como são desenvolvidas as actividades, tipo de culturas instaladas, estruturação e divisão das parcelas, distribuição dos povoados, entre outros. Constata-se em toda a área uma forte relação entre as formas de ocupação e exploração do solo e as condições que o meio biofísico proporciona (já explicado no subcapítulo 3.1 – *caracterização genérica da área em estudo*), pelo que as grandes diferenças registadas ao nível dos usos do solo decorrem em grande medida também da variação fisiográfica explicitada anteriormente. Porém, nem sempre no interior da mesma bacia se verifica igual padrão de usos, pelo que importa perceber essas características específicas, que por sua vez podem aferir o trabalho de identificação unidades de paisagem, a partir da primeira aproximação realizada em 3.2.2.1 – *fisiografia*.

A forma como se distribuem os núcleos edificados é determinante para compreender a expressão espacial dos usos do solo, já que os lugares assumem-se como pólos onde assenta toda a dinâmica de funcionamento das actividades. É a partir daqueles que derivam de forma radial todos os caminhos de ligação com os outros núcleos de que dependem (*brandas* ou *inverneiras*), de acesso às parcelas de cultivo, às áreas de pastoreio, aos moinhos, entre outros (fig. 3.2). Julga-se importante que a definição das unidades de paisagem **não separe espacialmente a área de influência de cada lugar, para não quebrar as relações de complementaridade instaladas**, principalmente, as que se relacionam com a actividade agro-silvo-pastoril desenvolvida no interior de cada unidade de paisagem, nomeadamente, as relações de bipolarização entre *brandas* e *inverneiras*, ou entre *lugares de habitação permanente* e *brandas* (fig. 3.3). Em síntese, pretende-se manter a **lógica de funcionamento interno**, nomeadamente, as ligações de complementaridade presentes no esquema funcional baseado em: lugar – áreas agrícolas – áreas florestais (*bouça*) – área silvo-pastoril (onde se implantam *brandas de gado*) (fig. 3.4).

Convirá sublinhar que as variações, que surgem nos usos do solo, relacionam-se com a diversidade de condições do meio, resultando directamente da disponibilidade de superfície com aptidão agrícola e extensão disponível para pastoreio. Por exemplo, na generalidade da área as *brandas* assumem dimensões mais reduzidas em termos de espaço edificado e também de área destinada aos cultivos. Todavia, na freguesia de Castro Laboreiro esse facto verifica-se de forma inversa, uma vez que os núcleos que se assumem como locais de permanência mais demorada são as *brandas de cultivo*, já que também é aqui que existe maior disponibilidade de recursos para a agricultura.

As ligações referidas atrás implantam-se maioritariamente de acordo com a divisão referida na secção anterior – *fisiografia* – ou seja, constata-se que as ligações estabelecidas entre pólos ou zonas complementares ocorrem no interior das bacias já mencionadas. Para uma melhor sistematização dos aspectos relacionados com os usos do solo e povoamento apresenta-se o quadro nº 3.2.

zona A (equivalente à área norte da freguesia de Castro Laboreiro)

- povoamento subdividido entre *brandas de cultivo* e *inverneiras* e ocorrência também de *lugares de habitação permanente* (não existem *brandas de gado*);
- nas áreas de cultivo predominam o centeio, batata e, ainda, lameiros;
- a grande homogeneidade de coberto vegetal na área de planalto contrapõe-se à maior diversidade no vale das *inverneiras*;
- singularidade do coberto vegetal nas áreas de *matos altos* junto às *brandas* (giestais).

zona B (equivalente à área sul da freguesia de Castro Laboreiro)

- *lugares de habitação permanente* (não existem *brandas de gado*);
- culturas predominantes centeio e batata, e milho;
- em termos de coberto vegetal ocorre uma grande homogeneidade na área de pastos – matos baixos e pouco diversificados, resumindo-se a expressão arbórea apenas a situações muito pontuais (a galeria ripícola não tem quase expressão, talvez por consequência da exploração intensa em virtude da escassez da área de solo agricultável).

zona C (equivalente à área da freguesia de Lamas de Mouro)

- *lugares de habitação permanente* (não existem *brandas*);
- nas áreas de cultivos predominam o centeio, batata e milho, embora com pouca expressão;
- grande homogeneidade na área de pastos;
- floresta predominantemente exótica na área da veiga de Lamas;
- galeria ripícola com alguma expressão em alguns troços do rio Mouro.

zona D (equivalente à área da freguesia da Gaviéria)

- *lugares de habitação permanente* mas que estabelecem relações de complementaridade com *brandas de cultivo* (só uma *branda de gado*);
- em termos de coberto vegetal ocorre uma grande homogeneidade na área de pastos – matos baixos e pouco diversificados;
- áreas agrícolas com predomínio de milho e também cereais de sequeiro nas *brandas de cultivo*.

zona E (equivalente às áreas das freguesias de Cabreiro e de Gondoriz)

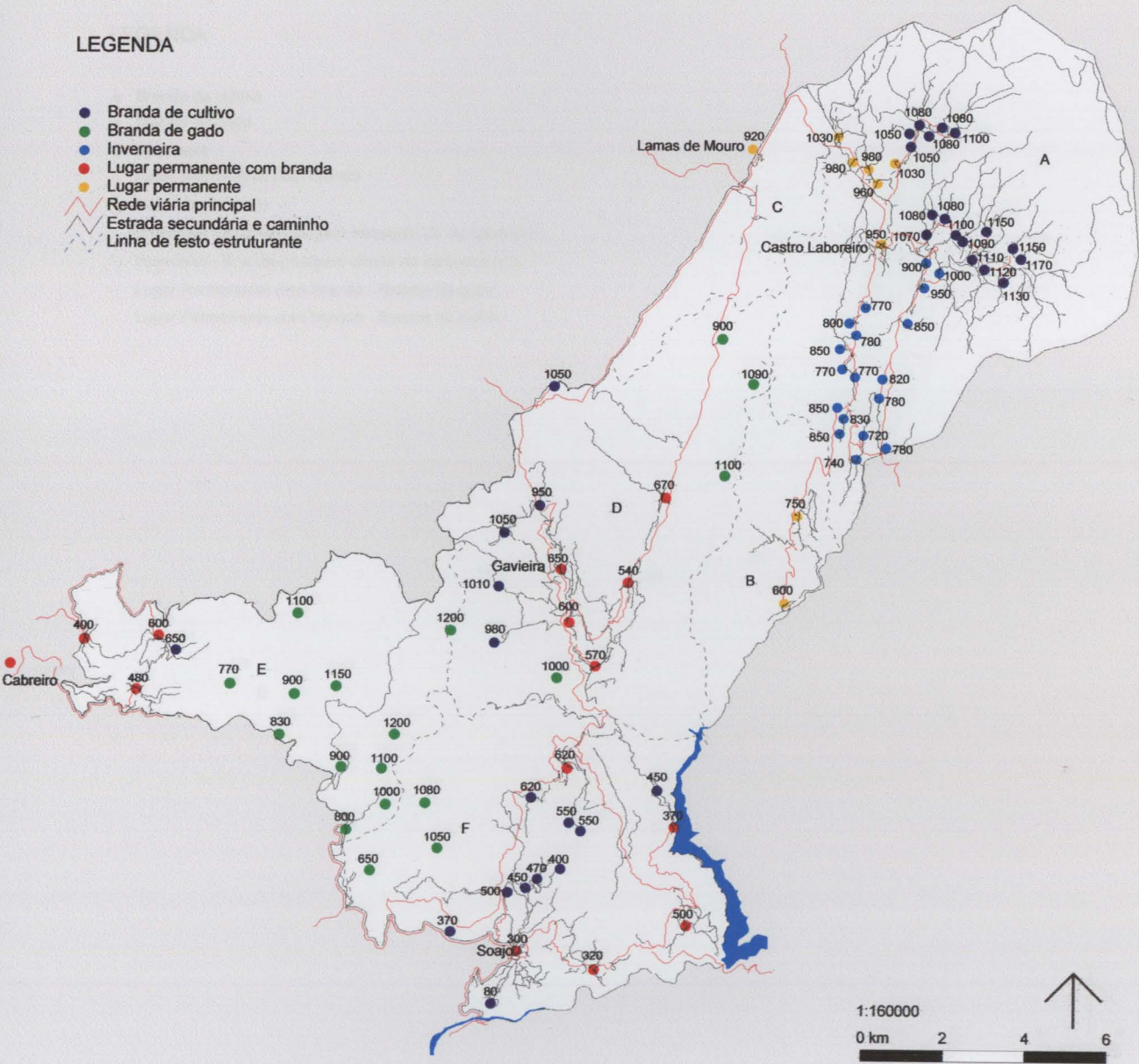
- *lugares de habitação permanente* mas que estabelecem relações de complementaridade com *brandas de cultivo* e *brandas de gado*;
- áreas agrícolas com predomínio de milho, alguns cereais de sequeiro, principalmente nas *brandas de cultivo*;
- alguma homogeneidade nas áreas de pastagem que contrasta com a grande diversidade de coberto vegetal no fundo de vale – galeria ripícola e bosques de carvalho.

zona F (equivalente à área da freguesia de Soajo)

- *lugares de habitação permanente* mas que estabelecem relações de complementaridade com *brandas de cultivo* e *brandas de gado*;
- áreas agrícolas com predomínio de milho, alguns cereais de sequeiro, principalmente nas *brandas de cultivo*;
- alguma homogeneidade nas áreas de pastagem e também nas áreas florestais.

LEGENDA

- Branda de cultivo
- Branda de gado
- Inverneira
- Lugar permanente com branda
- Lugar permanente
- Rede viária principal
- - Estrada secundária e caminho
- - - Linha de feito estruturante



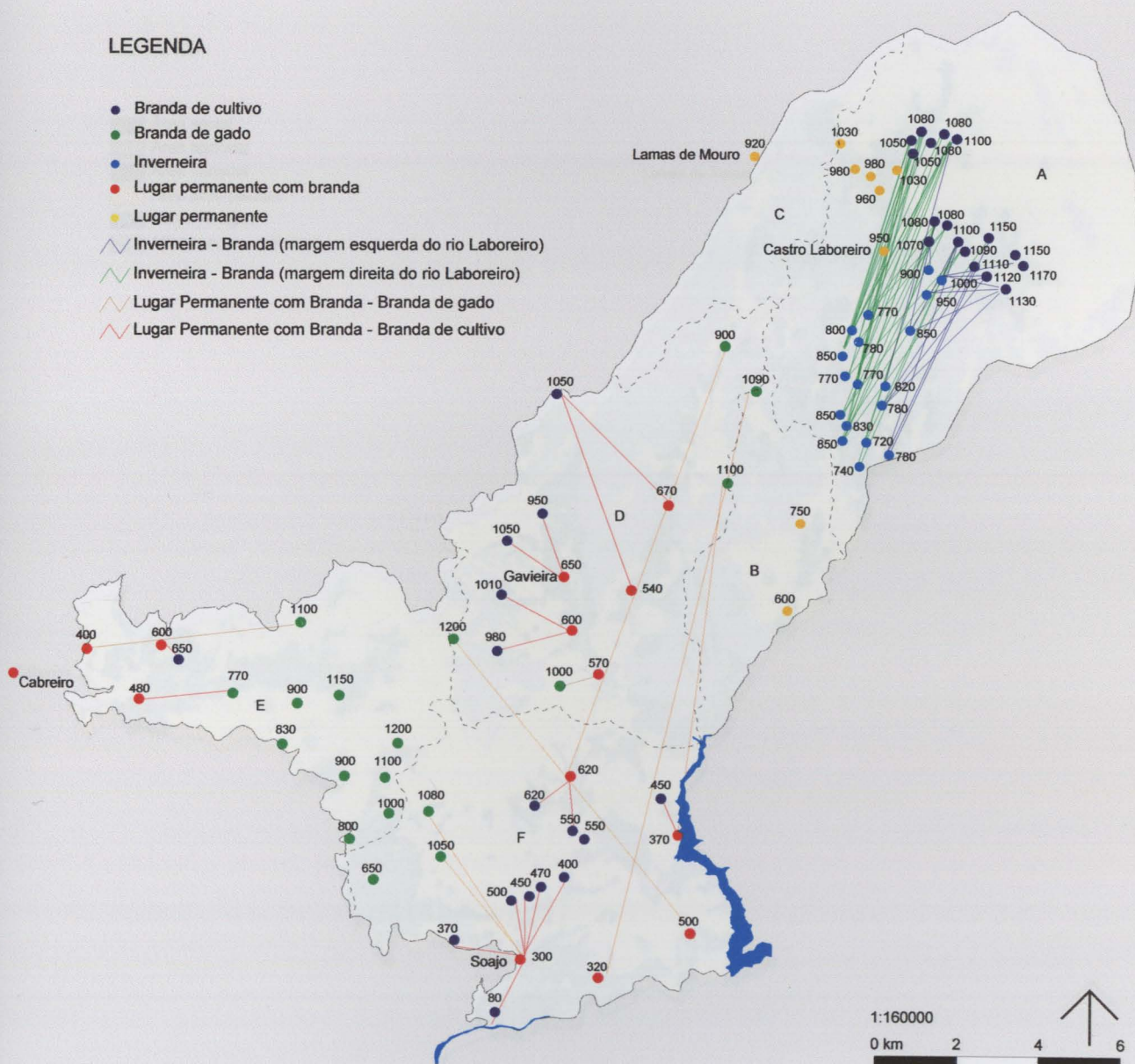
1:160000
0 km 2 4 6

escala de base: 1/25 000

fig. 3.2 - Implantação altimétrica dos núcleos edificados

LEGENDA

- Branda de cultivo
- Branda de gado
- Inverneira
- Lugar permanente com branda
- Lugar permanente
- △ Inverneira - Branda (margem esquerda do rio Laboreiro)
- △ Inverneira - Branda (margem direita do rio Laboreiro)
- △ Lugar Permanente com Branda - Branda de gado
- △ Lugar Permanente com Branda - Branda de cultivo



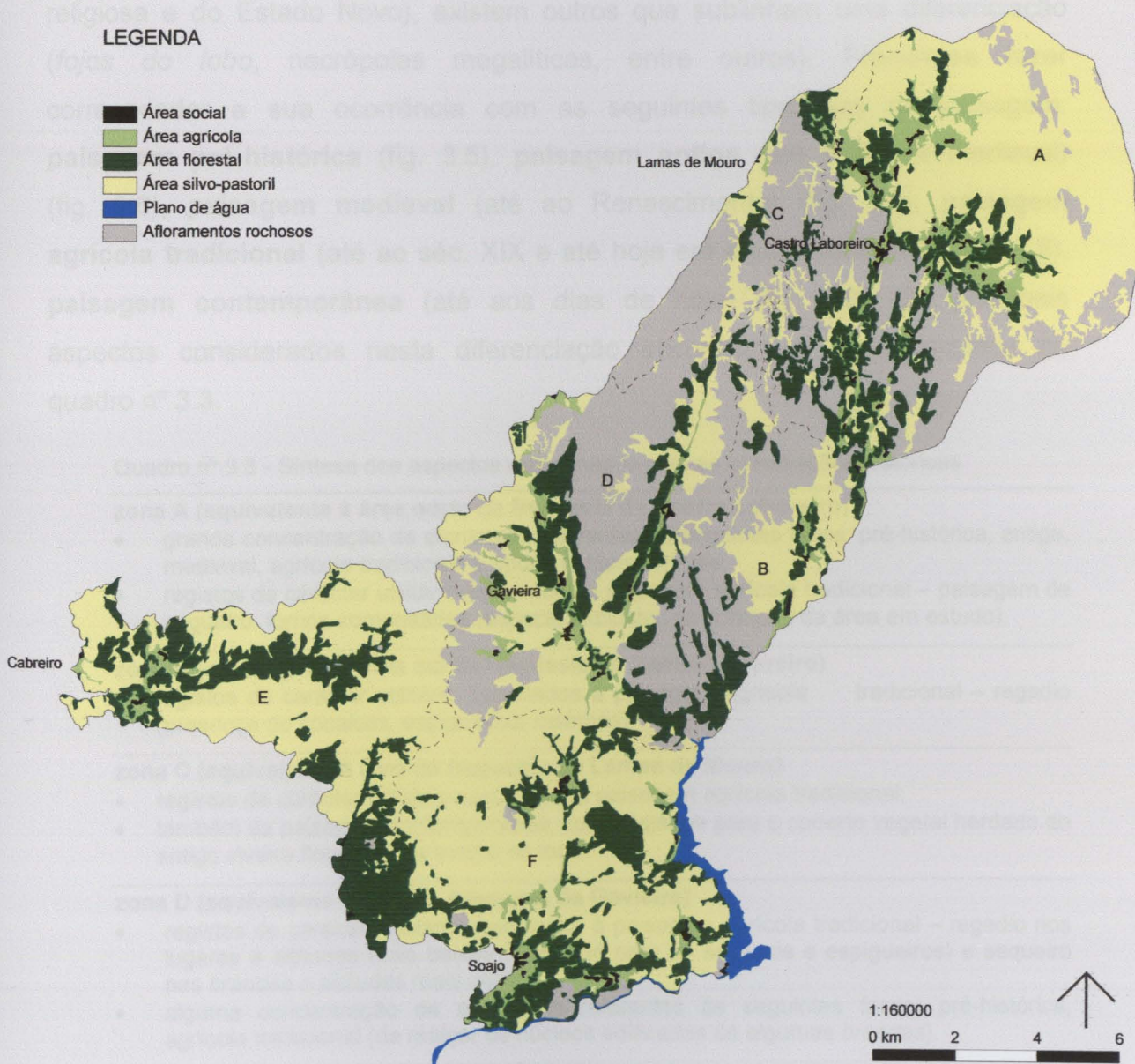
escala de base: 1/25 000

fig. 3.3 - Correspondências entre núcleos edificados

A distribuição dos elementos construídos, que são testemunho da evolução histórica, sublinha características particulares da paisagem. Embora se verifique alguma uniformidade na distribuição de alguns destes elementos (a arquitectura religiosa do Estado Novo), existem outros que sublinham uma diversidade (fortes do século XVIII, nascentes megalíticas, entre outros).

LEGENDA

- Área social
- Área agrícola
- Área florestal
- Área silvo-pastoril
- Plano de água
- Afloramentos rochosos



fonte: Centro Nacional de Informação Geográfica, 1995
escala de base: 1/25 000

fig. 3.4 - Usos do solo

A distribuição dos elementos construídos, que são testemunho da evolução histórica, sublinha características particulares da paisagem. Embora se verifique alguma uniformidade na distribuição de alguns destes elementos (arquitectura religiosa e do Estado Novo), existem outros que sublinham uma diferenciação (*fojos do lobo*, necrópoles megalíticas, entre outros). Procura-se fazer corresponder a sua ocorrência com as seguintes tipologias de paisagem: **paisagem pré-histórica** (fig. 3.5), **paisagem antiga** (até à época Medieval) (fig. 3.6), **paisagem medieval** (até ao Renascimento) (fig. 3.7), **paisagem agrícola tradicional** (até ao séc. XIX e até hoje em alguns territórios) (fig. 3.8), **paisagem contemporânea** (até aos dias de hoje) (fig. 3.9). Os principais aspectos considerados nesta diferenciação encontram-se sistematizados no quadro nº 3.3.

Quadro nº 3.3 - Síntese dos aspectos relacionados com as associações históricas

zona A (equivalente à área norte da freguesia de Castro Laboreiro)

- grande concentração de elementos referentes às seguintes fases: pré-histórica, antiga, medieval, agrícola tradicional e época contemporânea;
- registos de carácter utilitário associados a paisagem agrícola tradicional – paisagem de sequeiro: fornos comunitários (aspecto exclusivo no contexto da área em estudo).

zona B (equivalente à área sul da freguesia de Castro Laboreiro)

- registos de carácter utilitário associados a paisagem agrícola tradicional – regadio (presença de socalcos, espigueiros, moinhos).

zona C (equivalente à área da freguesia de Lamas de Mouro)

- registos de carácter utilitário associados à paisagem agrícola tradicional;
- também da paisagem contemporânea, com destaque para o coberto vegetal herdado do antigo viveiro florestal que existiu no local.

zona D (equivalente à área da freguesia da Gaviéria)

- registos de carácter utilitário associados à paisagem agrícola tradicional – regadio nos lugares a altitudes mais baixas (destaque para os socalcos e espigueiros) e sequeiro nas *brandas* a altitudes mais altas;
- alguma concentração de elementos referentes às seguintes fases: pré-histórica, agrícola tradicional (de realçar os núcleos edificados de algumas *brandas*).

zona E (equivalente às áreas das freguesias de Cabreiro e de Gondoriz)

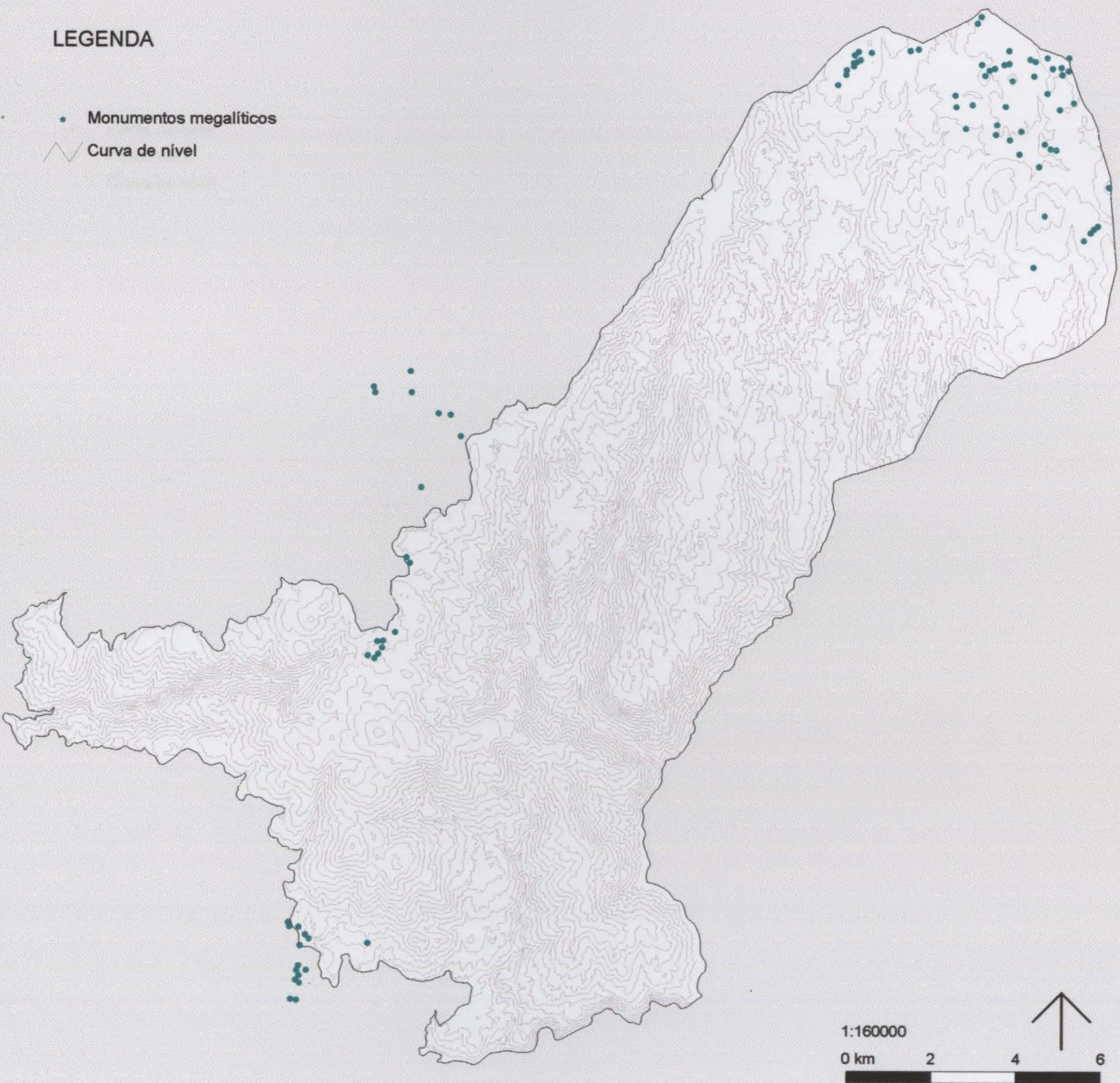
- registos de carácter utilitário associados a paisagem agrícola tradicional – paisagem de regadio (destaque para os socalcos).

zona F (equivalente à área da freguesia de Soajo)

- presença de elementos referentes às seguintes épocas: pré-histórica, medieval, agrícola tradicional e época contemporânea (destaque para antigos viveiros florestais);
 - registos de carácter utilitário associados à paisagem agrícola tradicional – regadio nos lugares a altitudes mais baixas (destaque para os socalcos e espigueiros) e sequeiro nas *brandas* a altitudes mais altas.
-

LEGENDA

- Monumentos megalíticos
- ∧ Curva de nível



1:160000
0 km 2 4 6

fonte: PNPG, 2001
escala de base: 1/25 000

fig. 3.5 - Paisagem da pré-história

LEGENDA

- Ponte romana
- Ponte celta
- Curva de nível



1:160000

0 km 2 4 6

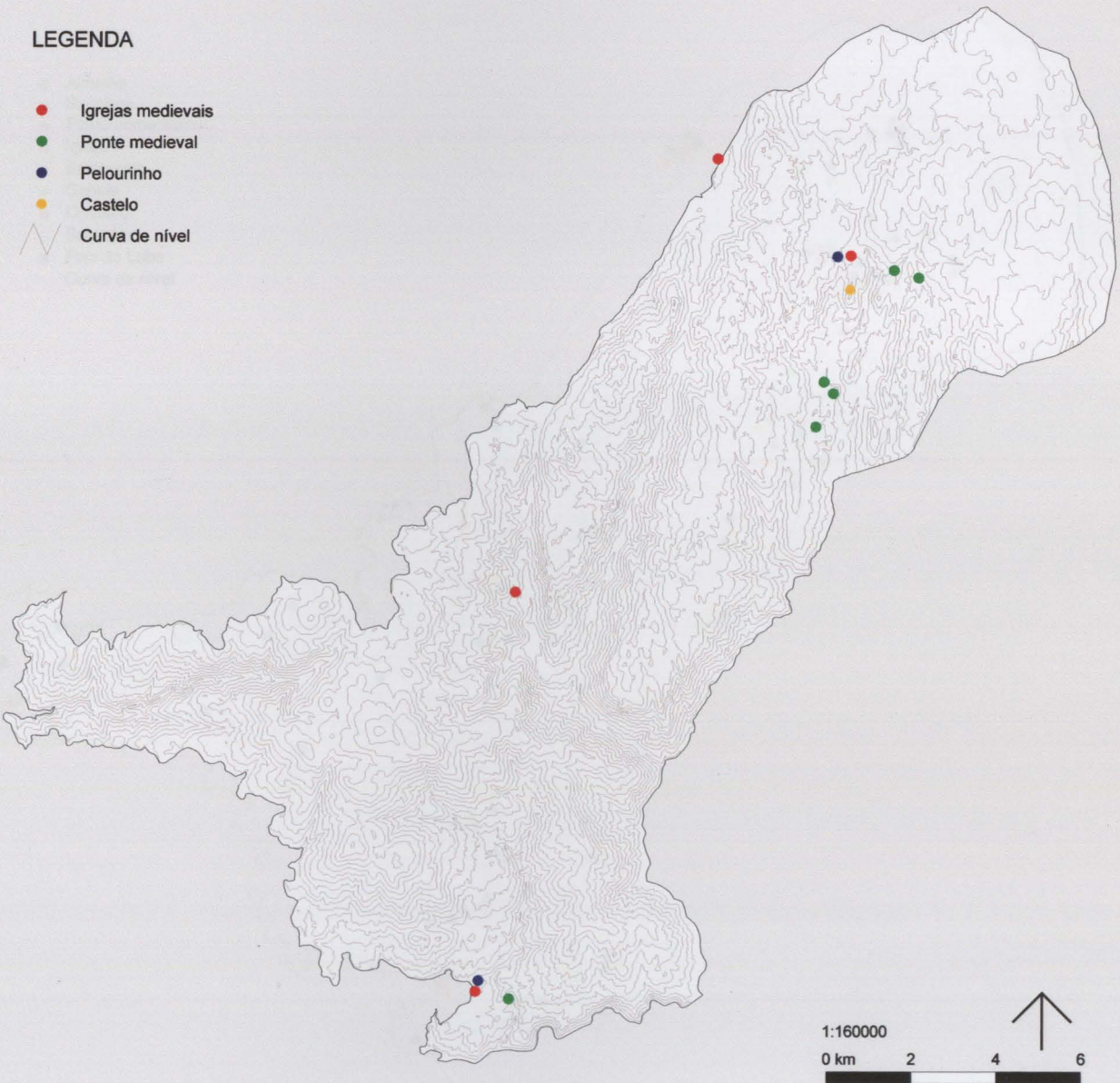


fonte: PNPG, 2001
escala de base: 1/25 000

fig. 3.6 - Paisagem antiga

LEGENDA

- Igrejas medievais
- Ponte medieval
- Pelourinho
- Castelo
- Curva de nível



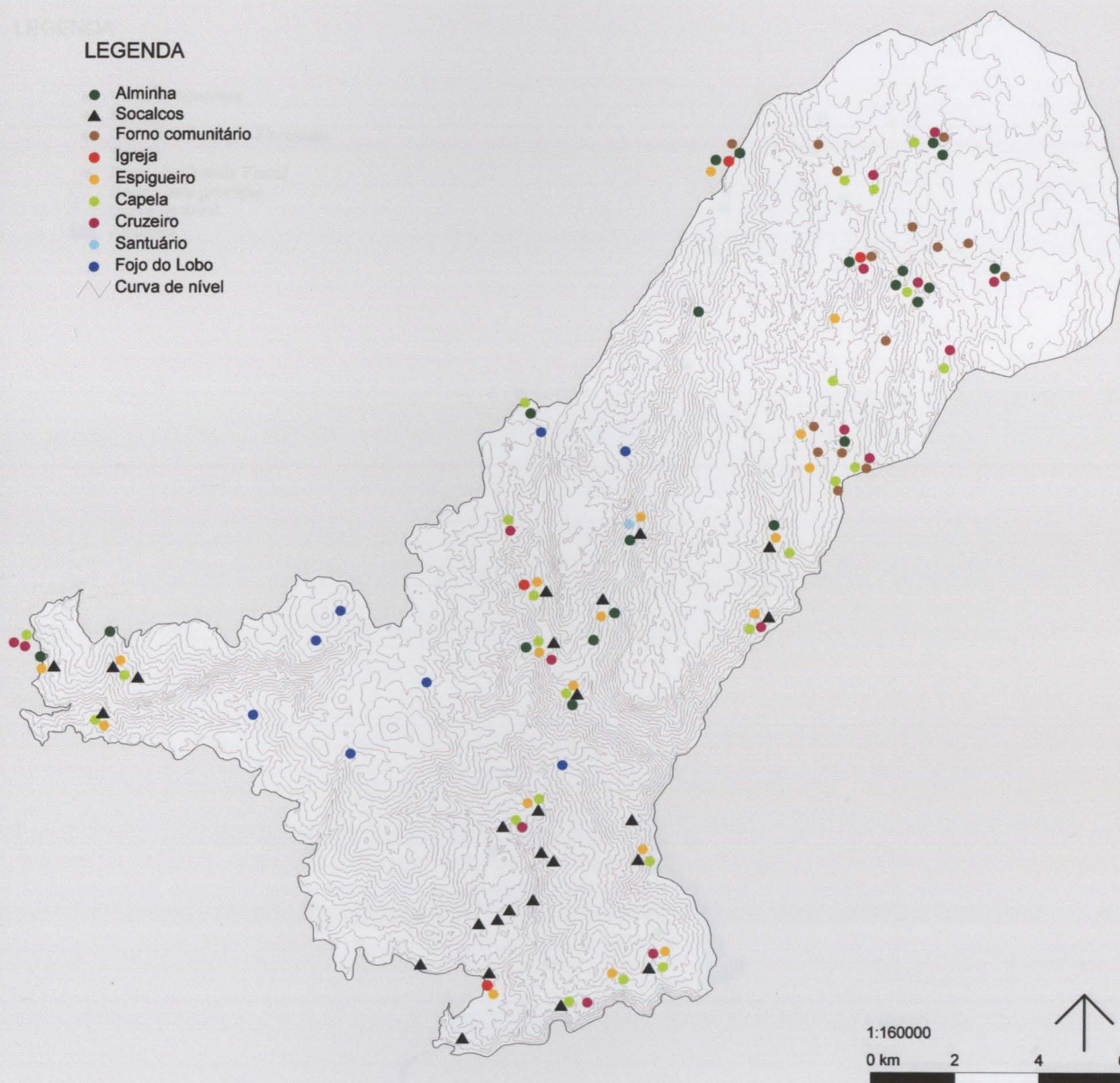
1:160000
0 km 2 4 6

escala de base: 1/25 000

fig. 3.7 - Paisagem medieval

LEGENDA

- Alminha
- ▲ Socalcos
- Forno comunitário
- Igreja
- Espigueiro
- Capela
- Cruzeiro
- Santuário
- Fojo do Lobo
- ∧ Curva de nível



1:160000

0 km 2 4 6

escala de base: 1/25 000

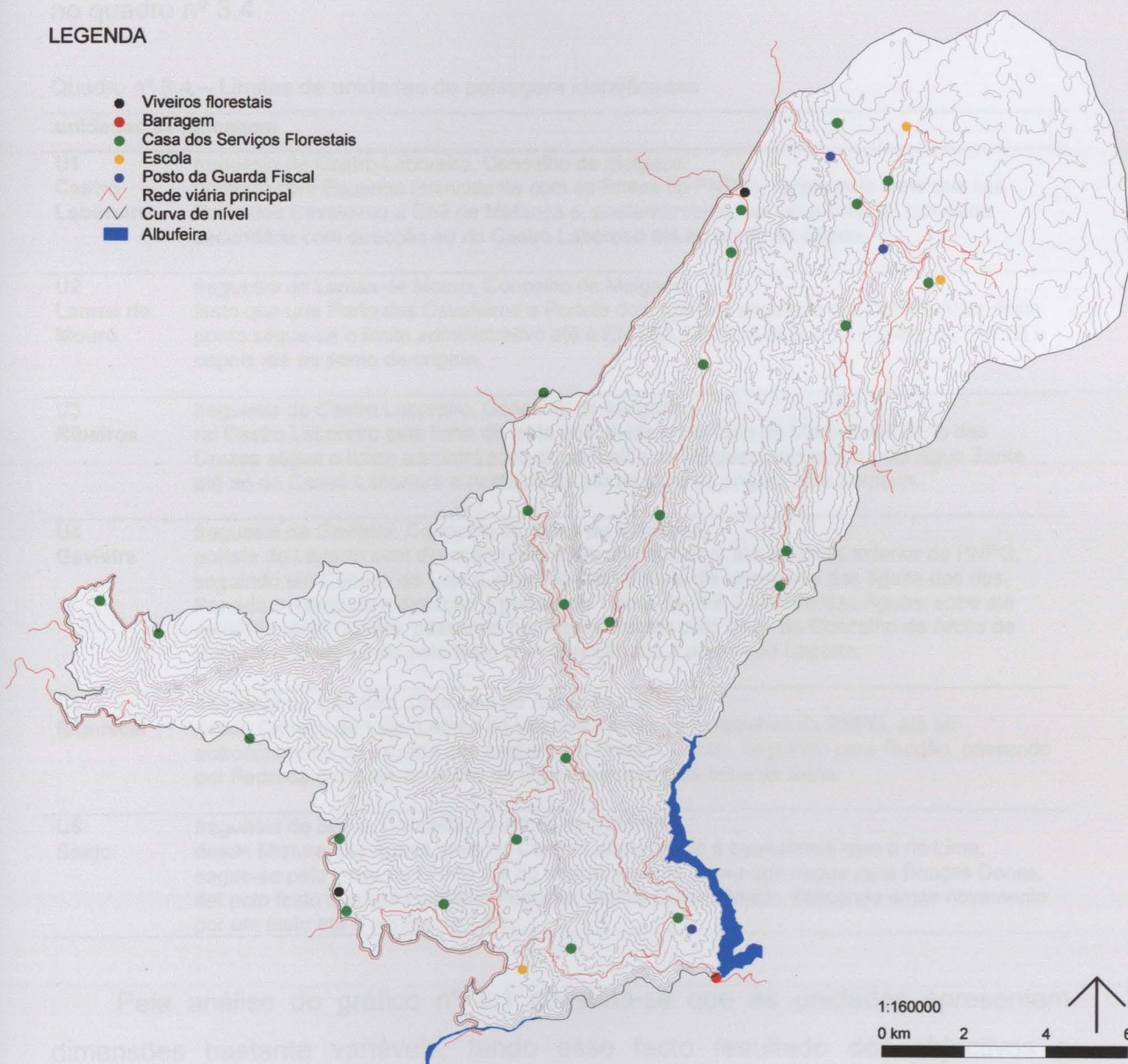
fig. 3.8 - Paisagem tradicional

unidades de paisagem identificadas e definição do seu carácter

Da análise anterior resulta a identificação de seis unidades, que se encontram representadas na fig. 3.10 e cujos limites e localização se descrevem no quadro nº 3.4.

LEGENDA

- Viveiros florestais
- Barragem
- Casa dos Serviços Florestais
- Escola
- Posto da Guarda Fiscal
- Rede viária principal
- Curva de nível
- Albufeira



1:160000

0 km 2 4 6

escala de base: 1/25 000

fig. 3.9 - Paisagem contemporânea

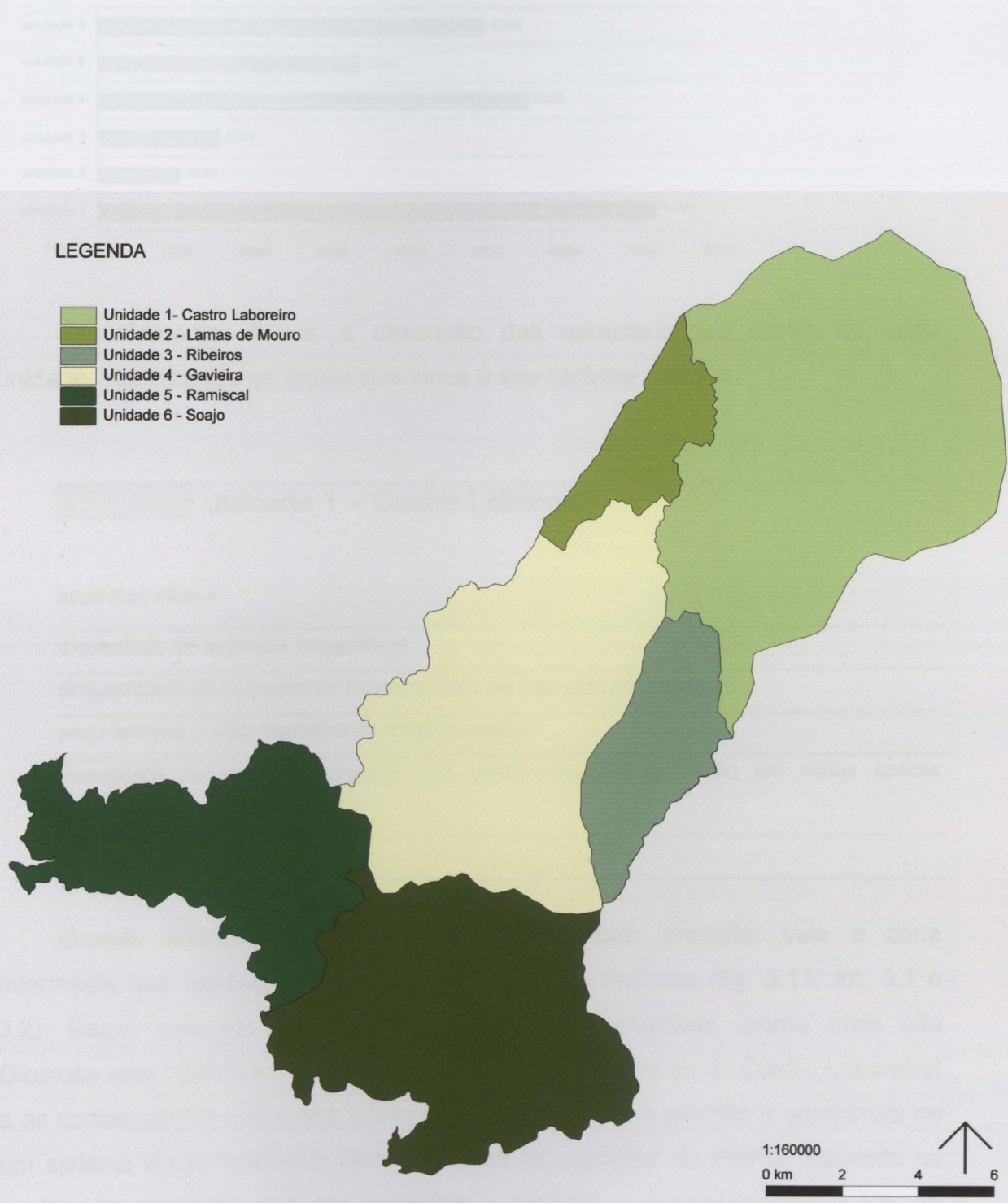
Da análise anterior resulta a identificação de seis unidades, que se encontram apresentadas na fig. 3.10 e cujos limites e localização se descrevem no quadro nº 3.4.

Quadro nº 3.4 – Limites de unidades de paisagem identificadas

unidades de paisagem	
U1 Castro Laboreiro	freguesia de Castro Laboreiro, Concelho de Melgaço; fronteira com Espanha (coincidente com os limites do PNPG), segue pelo festo que liga Porto dos Cavaleiros a Chã da Matança e, posteriormente, por uma linha de cumeeada secundária com direcção ao rio Castro Laboreiro até ao ponto de origem.
U2 Lamas de Mouro	freguesia de Lamas de Mouro, Concelho de Melgaço; festo que une Porto dos Cavaleiros a Portela do Lagarto e seguindo até Outeiro Alvo; deste ponto segue-se o limite administrativo até à EN 202-3 (coincidente com o limite do PNPG) e depois até ao ponto de origem.
U3 Ribeiros	freguesia de Castro Laboreiro, Concelho de Melgaço; rio Castro Laboreiro pela linha de festo que divide o território de Mareco até perto das Cruzes segue o limite administrativo do concelho de Melgaço, passando pela Água Santa até ao rio Castro Laboreiro e deste ponto até ao local de origem pela fronteira.
U4 Gavieira	freguesia de Gavieira, Concelho de Arcos de Valdevez; portela do Lagarto com direcção (pelo limite do concelho) até ao limite exterior do PNPG, seguindo em Cabeça da Laje (Lamas do Vez) o festo de separação das águas dos rios Peneda e Adrao com direcção à portela de Tibo e daí até à Mistura das Águas; sobe até sensivelmente Cruzes, passando por Águas Santas pelo limite do Concelho de Arcos de Valdevez; deste ponto pelo festo com direcção até à portela do Lagarto.
U5 Ramiscal	freguesia de Cabreiro, Concelho de Arcos de Valdevez; desde Cabeça da Laje (Lamas do Vez) pelo limite administrativo do PNPG, até ao entroncamento da estrada que segue para Bouças Donas, seguindo para Guidão, passando por Pedrada e daí até ao ponto de origem sempre pela linha de festo.
U6 Soajo	freguesia de Soajo, Concelho de Arcos de Valdevez; desde Mistura das Águas, pelo rio Castro Laboreiro até à confluência com o rio Lima; segue-se pelo limite do PNPG até ao entroncamento da via que segue para Bouças Donas; daí pelo festo que liga Guidão a Pedrada, depois Outeiro Maior, descendo deste novamente por um festo até à portela de Tibo.

Pela análise do gráfico nº 3.1 constata-se que as unidades apresentam dimensões bastante variáveis, tendo esse facto resultado dos objectivos e fundamentos subjacentes a esta fase do trabalho, que colocaram grande ênfase na coerência interna e homogeneidade nas características intrínsecas de cada unidade.

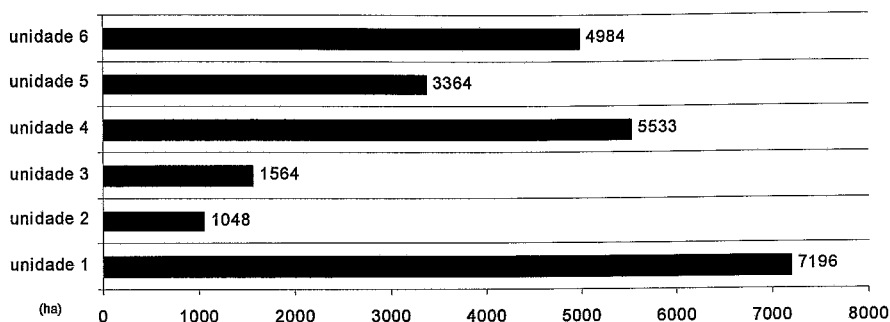
Gráfico nº 3.1 – Área correspondente a cada unidade de paisagem



escala de base: 1/25 000

fig. 3.10 - Unidades de paisagem propostas

Gráfico nº 3.1 – Área correspondente a cada unidade de paisagem



Seguidamente, faz-se a descrição das características chave de cada unidade, sublinhando-se aquilo que vinca o seu carácter cultural.

6.2.3.1 unidade 1 – Castro Laboreiro

aspectos-chave:

diversidade de aspectos fisiográficos
singularidade do esquema de povoamento e estruturação da paisagem
peculiaridade e valor biológico do coberto vegetal
diversidade de aspectos culturais que testemunham a ocupação em várias épocas históricas
paisagem de sequeiro

Grande diversidade de situações fisiográficas: planalto, vale e zona intermédia que asseguram formas de apropriação distintas (fig. 3.11; fot. 3.1 e 3.2). Daqui salientam-se as fortes diferenças altimétricas (ponto mais alto Giestoso com 1336m e o mais baixo cerca de 550m junto ao rio Castro Laboreiro) e as conseqüentes variações micro-climáticas, facto que permite a ocorrência de um sistema de povoamento peculiar, único no contexto do PNPG, baseado na exploração de duas unidades espaciais – *brandas* e *inverneiras* (fig. 3.12). As *brandas* situam-se nas franjas do planalto entre 1050-1170m (fot. 3.3), as *inverneiras* entre 720-1000m (a diferença de altitude entre *brandas* e *inverneiras* pode atingir os 370m). Porém, para além do factor climático, também a disponibilidade de superfície destinada à agro-pecuária determina as formas de ocupação humana.

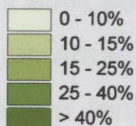


Fot. 3.1 - Planalto de Castro Laboreiro - vista geral sobre a configuração do relevo (rochas graníticas sintectónicas) e homogeneidade do coberto



Fot. 3.2 - Vale das *inverneiras* - relevo muito acidentado e forte presença de rochas graníticas à superfície (granitos pós-tectónicos)

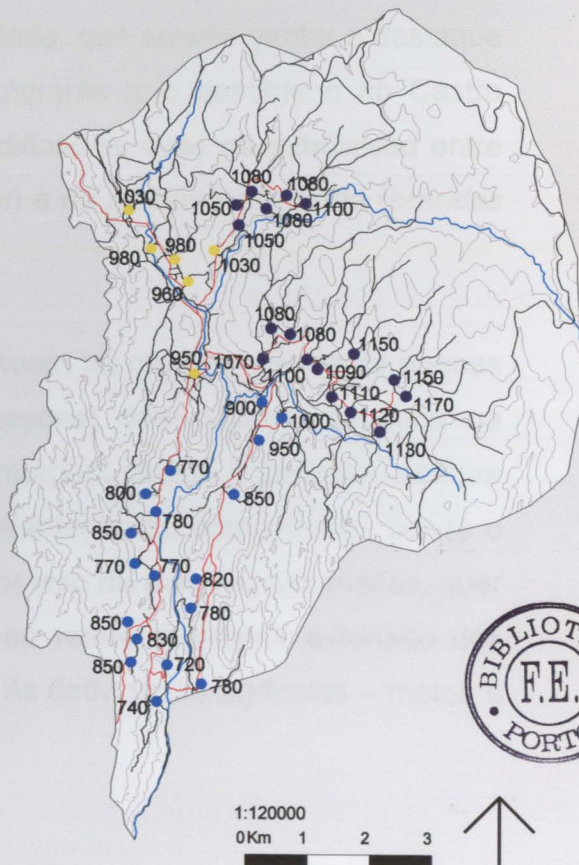
LEGENDA



fonte: PNPG, 2001
escala de base: 1/25 000
fig. 3.11 - Declives

LEGENDA

- Branda de cultivo
- Inverneira
- Lugar permanente
- Rede viária secundária e caminhos
- Rede viária principal
- Linha de água estruturante



UNIDADE 1
CASTRO LABOREIRO

escala de base: 1/25 000
fig. 3.12 - Distribuição dos núcleos edificados e rede viária

As condicionantes altimétricas referidas tornam-se determinantes apenas nos núcleos edificados que se encontram a níveis mais elevados, não sucedendo o mesmo nas áreas que podem beneficiar em simultâneo de condições de clima mais moderado (entre 1030-950m) e de suficiente área destinada à actividade agro-silvo-pastoril, facto que origina a ocorrência de *lugares de habitação permanente* (fot. 3.4). Outro aspecto que pode também explicar a maior concentração e dimensão dos núcleos edificados e respectiva área de exploração na área de transição entre planalto e *vale das inverteiras* são as características litológicas presentes, já que tanto as *brandas* como os *lugares de habitação permanente* se localizam estrategicamente em zonas onde ocorrem rochas graníticas mais antigas (mais alteradas), enquanto que as *inverteiras* se situam numa mancha de litologia diferente (fig. 3.13).

A diversidade fisiográfica é, em grande medida, a responsável pelas diferentes formas de compartimentação das áreas agrícolas, pela dimensão e distribuição dos povoados. Estas duas facetas, em conjunto e de forma significativa, definem a especificidade do padrão da paisagem nesta unidade. Se o esquema de povoamento baseado em *brandas* – *inverteiras* tem relevo no PNPG, é aqui, pela sua dimensão e complexidade, que aquele ganha o destaque merecido. Sublinha-se também o papel estruturante que assume o rio Castro Laboreiro, quer na distribuição dos núcleos edificados, quer na subdivisão entre povoados da margem direita (*brandas do Além*) e da margem esquerda (*brandas do Pedroso*).

Praticamente, todos os lugares que se situam na margem esquerda apenas mantêm correspondências (com raras excepções) com lugares situados na mesma margem e o mesmo se passa para a margem direita. A *branda* – sempre *branda de cultivo* – assume-se como pólo fundamental do povoamento, sendo o local de residência na maior parte do ano, e por isso de maiores dimensões, quer ao nível do espaço edificado, quer no que se refere à própria extensão dos campos de cultivo e restantes áreas de apoio às actividades agrícolas – matos e pastagens.



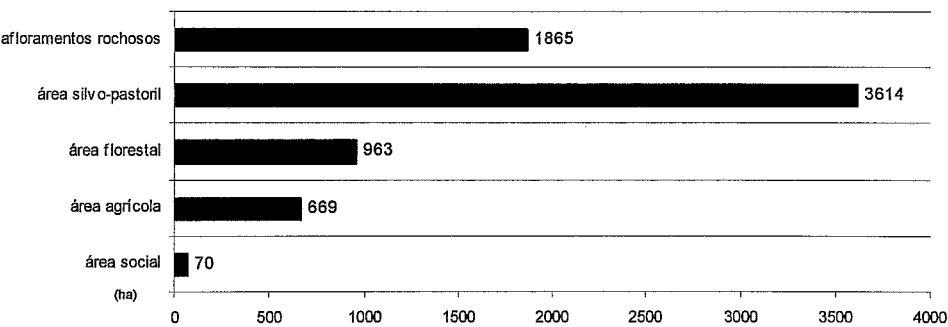
Fot. 3.3 - Brandas de cultivo de Castro Laboreiro - vista geral sobre A-do-Freire



Fot. 3.4 - Vista sobre Castro Laboreiro - lugar de habitação permanente - núcleo edificado de cariz mais urbano

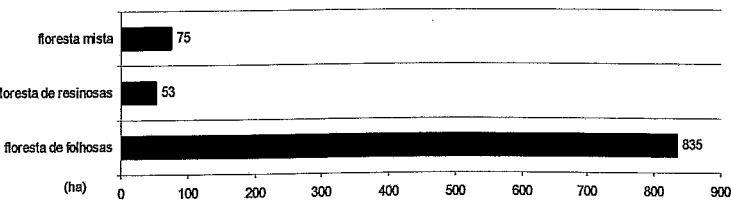
No que se refere aos usos do solo é de salientar um predomínio das áreas com uso silvo-pastoril (fig. 3.14 e gráfico nº 3.2). Nestas verifica-se uma grande homogeneidade no coberto vegetal e pobreza sob o ponto de vista da diversidade biológica. Em termos de extensão de área, pela análise do mesmo gráfico sobressaem também as zonas onde praticamente não existe coberto vegetal nenhum, factor que se evidencia sobretudo no *vale das inverneiras*. Onde afloram os granitos é possível observar valores interessantes no plano geomorfológico (micro-modelados, principalmente no vale das *inverneiras*).

Gráfico nº 3.2 – Distribuição dos usos do solo na unidade 1 – Castro Laboreiro



No espaço agrícola destaca-se o padrão reticulado dos campos destinados aos cereais de sequeiro ou *lameiros*. Imediatamente no seguimento destes, na zona das *brandas*, os *giestais* particularizam-se pelo insólito, devido ao facto das giestas serem conduzidas em forma de pequena árvore. Na zona das *inverneiras*, são os bosques de carvalho que se destacam tanto em termos de valor visual como biológico. O gráfico 3.3 comprova o predomínio das espécies folhosas nas áreas florestais, sendo, mais uma vez, no *vale das inverneiras* que este aspecto se faz notar, pois a restante área apresenta-se bastante monótona devido aos matos, só pontualmente intercalados com as áreas de floresta.

Gráfico nº 3.3 – Distribuição do coberto arbóreo na unidade 1 – Castro Laboreiro



LEGENDA

PALEOZÓICO - Silúrico

- Xistos pelíticos e metagravauques
- Calco-silicatadas

HERCÍNICO

Pós-tectónicas (granitos recentes)

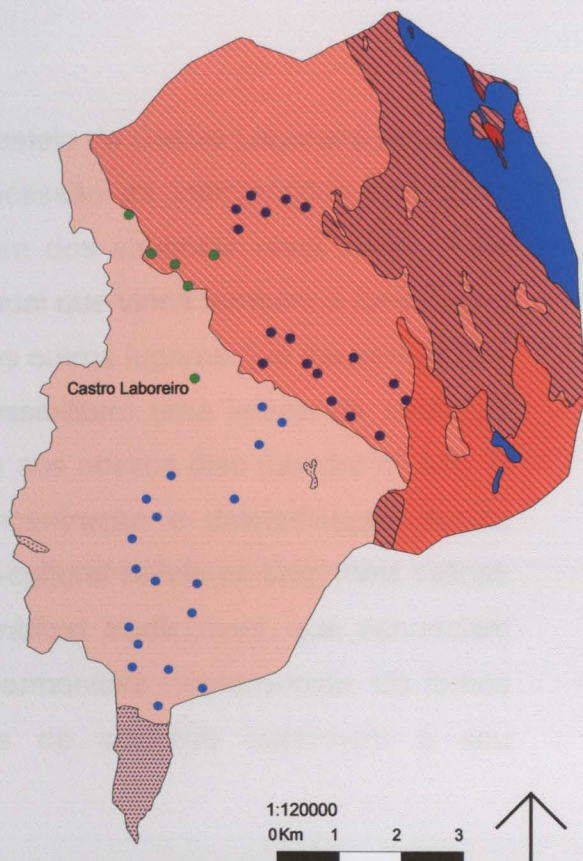
- Granito do Gerês
- Granito de Pauquito

Sintectónicas (granitos antigos)

- Granito da Serra Amarela
- Granito de Pedrada e Ermida
- Granito Nodular

FILÕES/MASSAS

- Aplitos
- Branda de cultivo
- Invermeira
- Lugar permanente

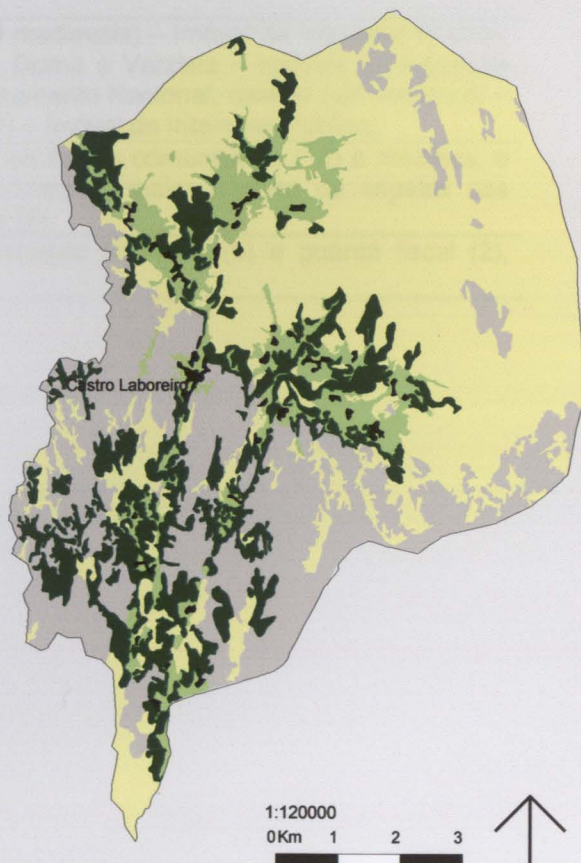


Direcção Geral de Geologia e Minas/Serviços Geológicos de Portugal, 1991
escala de base: 1/50 000

fig. 3.13 - Geologia e implantação dos núcleos edificados

LEGENDA

- Área social
- Área agrícola
- Área florestal
- Área silvo-pastoril
- Afloramentos rochosos



fonte: Centro Nacional de Informação Geográfica, 1995
escala de base: 1/25 000
fig. 3.14 - Usos do solo

A imponente da fraga onde se situa o castelo de Castro Laboreiro simboliza um percurso histórico que denuncia uma sucessão de intervenções em várias épocas (céltico, alti-medieval). Representa um dos símbolos mais fortes desta unidade, sendo um elemento de referência visual que vinca também a localização da sede de freguesia, que é avistado de muitos outros lugares que lhe pertencem. Ocorrem porém outros testemunhos que possibilitam uma leitura da evolução desta paisagem, que vai desde o neolítico até aos nossos dias (quadro nº 3.5). É nesta área que se verifica uma maior concentração e diversificação destes vestígios históricos, mas o seu valor histórico-cultural revela-se bem mais valioso pelo facto de se manterem vivas algumas práticas tradicionais, que denunciam também uma gestão equilibrada da relação harmoniosa Homem-meio. Os fornos e os campos de cultivo com os cereais de sequeiro sublinham o seu carácter – “paisagem de sequeiro”.

Quadro nº 3.5 – Marcos de evolução da paisagem na unidade 1 – Castro Laboreiro

paisagem pré-histórica	conjunto de mamoaas e pinturas rupestres associadas – <i>território dos mortos</i> – conjunto megalítico de importância significativa a nível Ibérico (cerca de 100);
paisagem antiga	ponte céltica dos Portos;
paisagem medieval	igreja de Castro Laboreiro (vestígios medievais) – Imóvel de Interesse Público, pontes (4) – ponte das Cainheiras, Dorna e Varziela – Imóveis de Interesse Público; ponte da Cava Velha – Monumento Nacional, castelo (alti-medieval) – Monumento Nacional e pelourinho (1) – Imóvel de Interesse Público;
paisagem tradicional	vários registos, com destaque para os fornos comunitários (14) e moinhos, e ainda capelas (8) (uma é Ermida-Anemão, maior número de capelas nas <i>inverneiras</i>), cruzeiros (8) e alminhas (9);
paisagem contemporânea	infra-estruturas viárias, casas de serviços florestais (5) e guarda fiscal (2), escolas (2).

aspectos-chave:

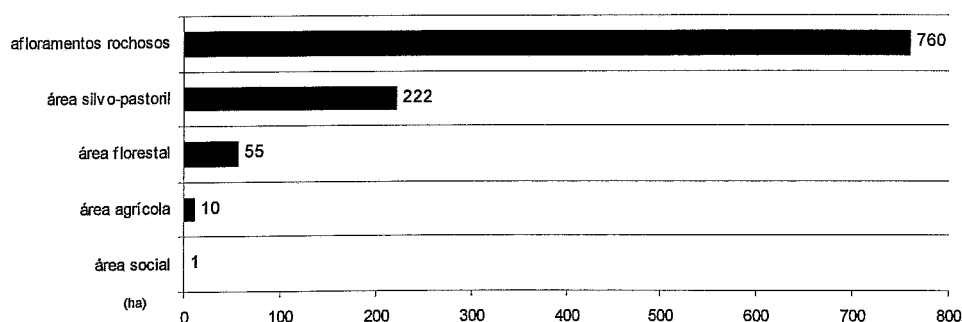
situação fisiográfica particular – *regaço* da serra da Peneda

paisagem contemporânea – presença notória da intervenção dos Serviços Florestais

paisagem de sequeiro (embora ocorram alguns espigueiros)

O seu carácter é marcado pela situação fisiográfica em que se encontra – no “regaço da serra da Peneda”, sendo contornada pela presença de um maciço granítico que apresenta encostas frequentemente escarpadas (fig. 3.15 e fot. 3.5). Sublinha-se a presença de uma maior amplitude de espaço, consequência da planura da *veiga de Lamas* que acolhe o lugar de Lamas de Mouro e os campos de cultivo que gravitam em seu redor. *Lamas* – de terreno lamacento (forte densidade de linhas de água e declives pouco acentuados) – e, *de Mouro* – rio Mouro (ou rio do Muro, que terá evoluído na linguagem popular para Mouro). Segundo factos históricos, parece ter existido no local onde nasce este rio um muro para defesa (portela do Lagarto), desde os primeiros tempos da nacionalidade. Nota-se uma ligação com o rio que atravessando esta unidade determina as condições edáficas e hídricas e baptiza esta zona com o seu nome.

Gráfico nº 3.4 – Distribuição dos usos do solo na unidade 2 – Lamas de Mouro

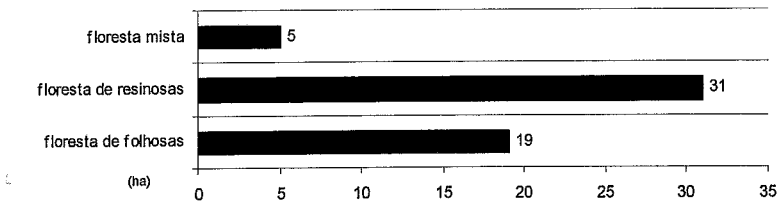


Para além deste aspecto simbólico, a importância do rio Mouro para a comunidade resulta não só na disponibilidade do recurso água (aproveitada para a rega e força motriz), como também na influência que tem nas características do solo. A natureza parece ter dotado estas terras de recursos e espaço suficiente para a sobrevivência, pelo que embora com recurso à *bouça* e serra (pastoreio), não se verifica o regime de transumância, nem relações de complementaridade

com *brandas*, tanto de gado como de cultivo (fig. 3.16). Assim, a lógica de povoamento é diferente da realidade da restante zona da serra da Peneda – o vale do rio Mouro funciona como uma fronteira que demarca dois territórios distintos.

Apesar da altitude (lugar de Lamas de Mouro implantado a 950m) esta unidade parece ter sido influenciada pela introdução do milho – aspecto testemunhado pela presença de alguns espigueiros – no entanto, predominam as marcas de uma paisagem tipicamente de sequeiro, ou seja, as culturas das terras altas, nomeadamente os cereais de sequeiro, mas também a batata e, ainda, o elemento construído com carácter utilitário associado às práticas agrícolas tradicionais – o forno comunitário (quadro 3.6). Em termos visuais marcam presença os tons quentes dos cereais, principalmente no Verão e Outono, e ainda a vasta mancha de afloramentos rochosos, que como se constata através da leitura do gráfico nº 3.4 dominam nesta área.

Gráfico nº 3.5 – Distribuição do coberto arbóreo na unidade 2 – Lamas de Mouro



São residuais as manchas florestais, sobressaindo o maciço vegetal da Veiga das Lamas (árvores exóticas de grande porte e diversidade), que se evidencia pelo exotismo, grande porte e alguma diversidade de espécies vegetais, mas grande parte resinosas (gráfico 3.5). Porém, importa destacar esta mancha vegetal sobretudo pelo significado que apresenta em termos históricos – herança da existência de viveiros dos Serviços Florestais neste local (fig. 3.17 e fot. 3.6).

Quadro nº 3.6 – Marcos de evolução da paisagem na unidade 2 – Lamas de Mouro

paisagem pré-histórica	-
paisagem antiga	-
paisagem medieval	igreja de Lamas de Mouro (vestígios medievais);
paisagem tradicional	vários registos, com destaque para forno comunitário (1) e moinhos, espigueiros, e ainda relógio de sol encimado em edifício, alminhas (3, sendo uma no limite entre a unidade 2 e 3 – portela do Lagarto);
paisagem contemporânea	infra-estruturas viárias, casas de serviços florestais (2, apenas uma com antigos viveiros florestais).

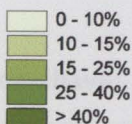


Fot. 3.5 - Maciços rochosos em torno de uma área aplanada - “regaço da serra da Peneda”



Fot. 3.6 - Veiga de Lamas - antigos viveiros florestais (herança do Estado Novo), evidenciando um coberto vegetal constituído essencialmente por espécies exóticas

LEGENDA

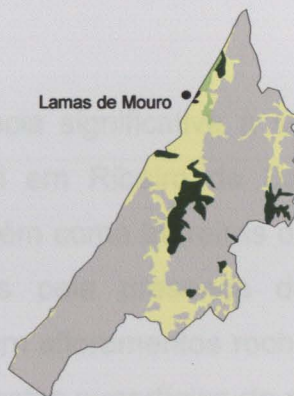
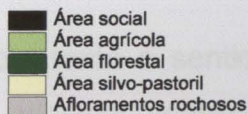


1:120000
0Km 1 2 3



fonte: PNPG, 2001
escala de base: 1/25 000
fig. 3.15 - Declives

LEGENDA

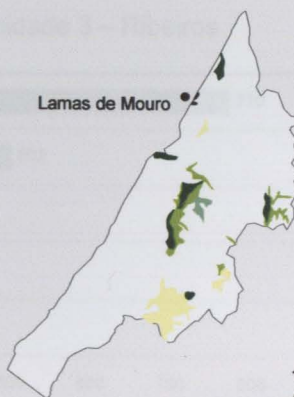
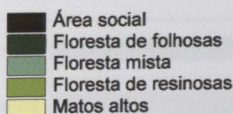


1:120000
0Km 1 2 3



fonte: Centro Nacional de Informação Geográfica, 1995
escala de base: 1/25 000
fig. 3.16 - Usos do solo

LEGENDA



1:120000
0Km 1 2 3



fonte: Centro Nacional de Informação Geográfica, 1995
escala de base: 1/25 000
fig. 3.17 - Coberto vegetal

aspectos-chave:

relevo bastante acidentado dominado pela forte incisão do rio Castro Laboreiro

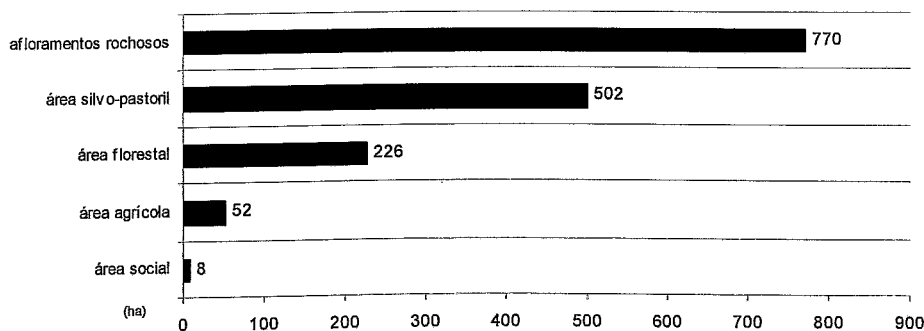
povoamento polinucleado e espaços agrícolas também bastante fragmentados em leiras de terrenos bastante estreitas e de pequena dimensão

paisagem de regadio

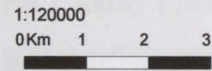
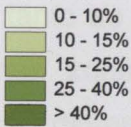
A configuração do relevo e a presença da ocupação humana em terras de aparência tão inóspita são aspectos fundamentais que vincam o carácter desta unidade. O troço do rio Castro Laboreiro que acompanha o limite Este apresenta-se fortemente encaixado, cujas vertentes ostentam declives bastante acentuados, restando línguas muito estreitas de áreas menos declivosas no fundo do vale (fig. 3.18).

O isolamento é sentido pela distância significativa à sede de freguesia e porque o principal acesso termina aqui em Ribeiro de Baixo (fig. 3.19). As encostas declivosas apresentam-se também como barreiras de contenção visual, criando horizontes apertados marcados pela presença dos fortes maciços rochosos (fot. 3.7). Dominam as áreas com afloramentos rochosos (gráfico 3.6) e as encostas declivosas. A presença de vastas superfícies de matos baixos revela igualmente pouca diversidade biológica e visual (embora se verifique a tendência para a regeneração natural dos carvalhais). Embora com uma superfície pouco representativa a zona florestal é praticamente constituída por espécies folhosas (gráfico 3.7).

Gráfico nº 3.6 – Distribuição dos usos do solo na unidade 3 – Ribeiros

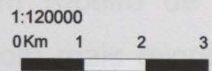
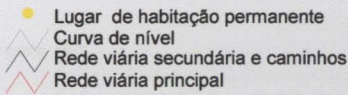


LEGENDA



fonte: PNPg, 2001
escala de base: 1/25 000
fig. 3.18 - Declives

LEGENDA



fonte: IGE, 1996
escala de base: 1/25 000
fig. 3.19 - Implantação dos núcleos edificados e rede viária

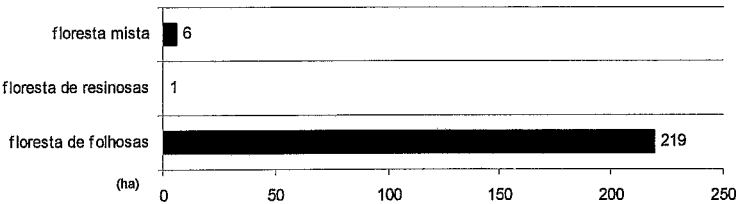
LEGENDA



fonte: Centro Nacional de Informação Geográfica, 1995
escala de base: 1/25 000
fig. 3.20 - Usos do solo

À monotonia do cinzento dos granitos contrapõem-se as mínguas áreas cultivadas, tanto ao longo das áreas de fundo de vale, como também subindo as encostas nas zonas de declive menos acentuado, que são retalhadas por socalcos de dimensões bastante reduzidas, e as áreas de carvalhal que correspondem à *bouça*, em torno dos núcleos edificados (fig. 3.20, fot. 3.8). Os socalcos sublinham a persistência do Homem na conquista de superfície e de solo para as práticas agrícolas, subindo pelas encostas até onde se torna possível. A estreiteza do fundo de vale, correspondente ao rio Castro Laboreiro naquele troço, não impede que o Homem aproveite aqui toda a superfície passível de ser cultivada, nomeadamente ocupando terrenos que se situam já na margem esquerda daquele rio e em território espanhol, facto que também é extensível também para a prática do pastoreio extensivo.

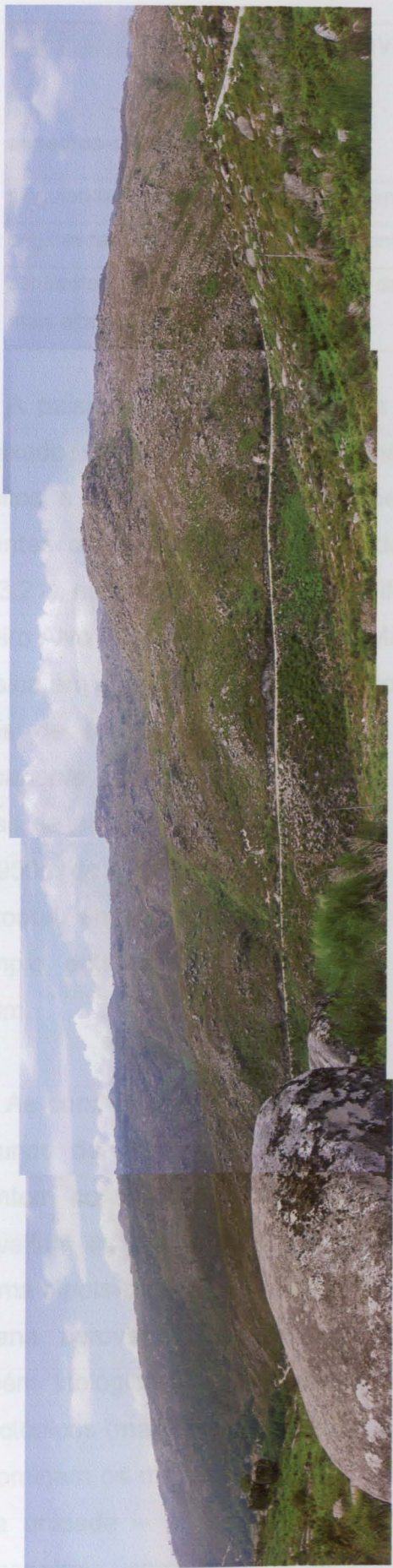
Gráfico nº 3.7 – Distribuição do coberto arbóreo na unidade 3 – Ribeiros



No contexto da freguesia de Castro Laboreiro, é em Ribeiro de Cima (incluindo Pousios) e Ribeiro de Baixo que o milho surge com mais expressão, não só através da permanência sazonal desta cultura nos terrenos agrícolas, mas também pela presença de testemunhos associados a esta actividade agrícola, designadamente, espigueiros, moinhos e levadas de água (quadro nº 3.7). Para isso, contribuem as exposições soalheiras, a disponibilidade de água e o clima menos rigoroso, chegando também a ocorrer a vinha a coroar os campos de cultivo, a batata e o centeio.

Quadro nº 3.7 – Marcos de evolução da paisagem na unidade 3 – Ribeiros

paisagem pré-histórica	-
paisagem antiga	-
paisagem medieval	-
paisagem tradicional	espigueiros e moinhos, cruzeiro (1), alminhas (1) e capela (2);
paisagem contemporânea	infra-estruturas viárias, casas de serviços florestais (2).



Fot. 3.7 - Vista sobre maciço rochoso - granitos pós-tectónicos - Chã da Matança



Fot. 3.8 - Vista panorâmica sobre o lugar de Ribeiro de Baixo, evidenciando os socalcos e a implantação das edificações (povoamento polinucleado)

aspectos-chave:

singularidade das características geomorfológicas

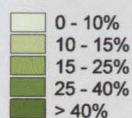
originalidade do sistema de povoamento

contraste marcado entre paisagem de regadio nas cotas mais baixas e de sequeiro nas mais altas

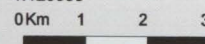
A paisagem é dominada pelos vales dos rios Veiga e Peneda fortemente encaixados, de configuração assimétrica e de traçado praticamente rectilíneo (sujeitos à direcção determinada pela tectónica de fracturação). As íngremes vertentes contrastam com fundos de vale relativamente aplanados e estreitos (fig. 3.21), notando-se ainda fortes diferenças altitudinais, sendo o ponto mais alto Outeiro Alvo (1314m) e mais baixo Mistura das Águas (350m). A heterogeneidade biofísica em espaço tão exíguo proporciona a coexistência da ocupação típica de zonas de fundo de vale – onde se implantam os *lugares de habitação permanente*, sempre em cotas inferiores a 670m (fot. 3.9) – com as situações típicas de altitudes mais elevadas – onde se situam as *brandas*, sempre acima dos 950m de altitude até um máximo de 1050m (fot. 3.10). A distância medida na horizontal entre lugares e *brandas* é inclusive relativamente reduzida, por exemplo, entre Igreja e a *branda* de Bosgalinhas, essa distância é de apenas 2000m.

As condições físicas descritas condicionam a exploração agrícola às áreas de fundo de vale e ao aproveitamento em altitude de todas as zonas que garantem condições de exploração agrícola, pelo que as *brandas de cultivo* aproveitam as zonas de aplanamento em altitude. Aqui, tal como no caso do sistema bipolarizado já referido para a unidade 1 – Castro Laboreiro – a ocupação humana aproveita de forma inteligente as variações micro-climáticas, mas também litológicas, já que na área ocupada pelas *brandas* surgem granitos sintectónicos (mais antigos), ao contrário do que acontece na restante área, onde predominam os mais recentes (fig. 3.22). Esta é, aliás, uma faceta muito própria desta unidade – a presença dominante de maciços rochosos – a aspereza do modelado, com maciços de cumes ora aplanados, ora pontiagudos e,

LEGENDA



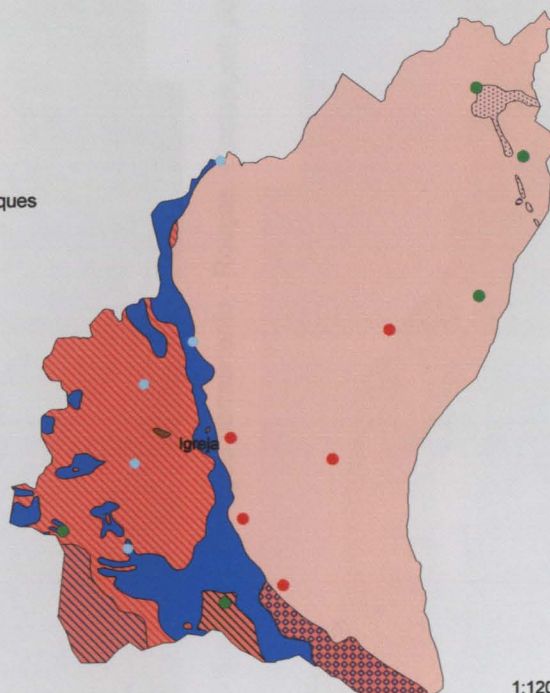
1:120000



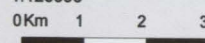
fonte: PNPG, 2001
escala de base: 1/25 000

fig. 3.21 - Declives

LEGENDA

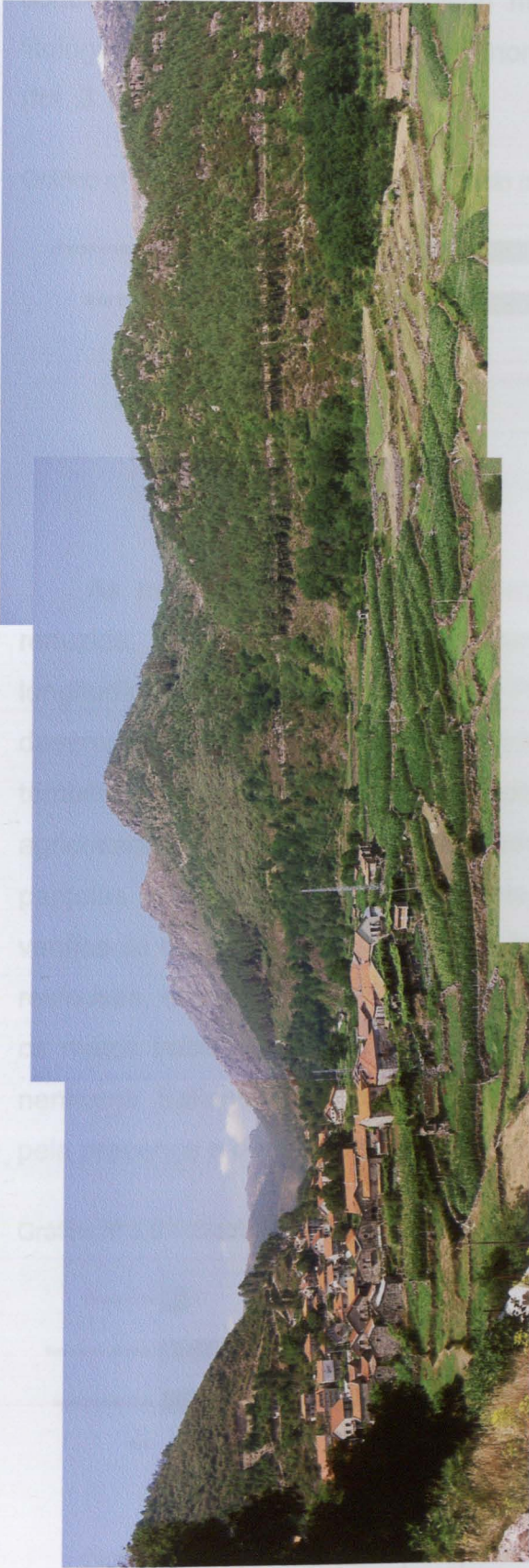


1:120000

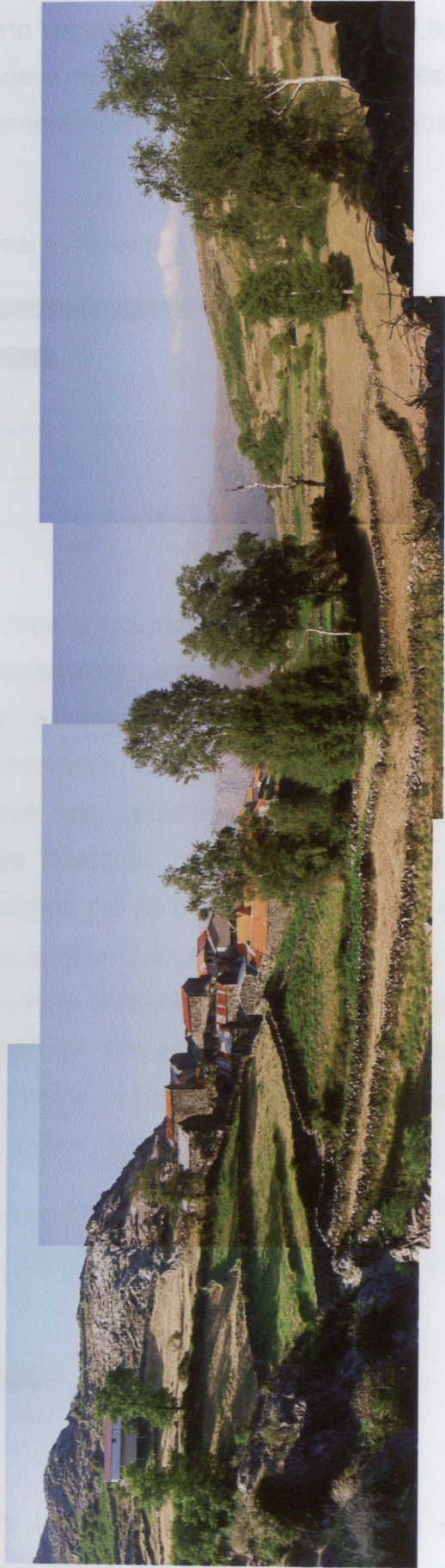


fonte: Direcção Geral de Geologia e Minas, 1991
escala de base: 1/50 000

fig. 3.22 - Geologia e implantação dos núcleos edificados



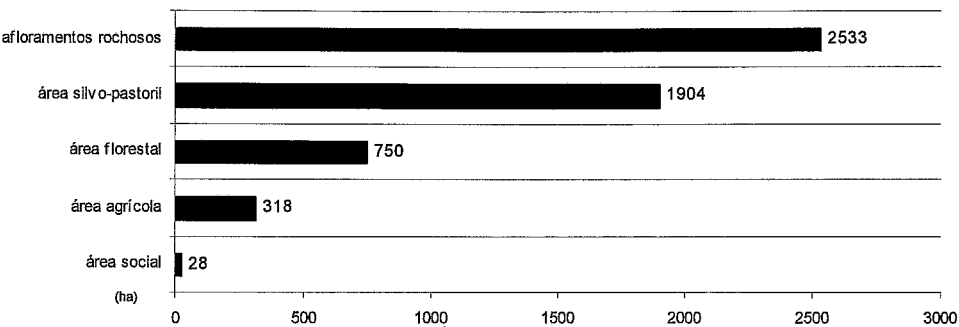
Fot. 3.9 - Lugar de habitação permanente - Rouças - "paisagem de regadio"



Fot. 3.10 - Vista panorâmica sobre a branda de cultivo de Gorbelas - "paisagem de sequeiro"

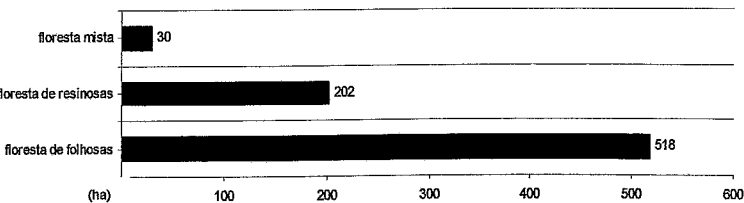
frequentemente, despidos de qualquer coberto vegetal (fot. 3.11 e gráfico nº 3.8), contrastando com áreas de relevo mais suave que resultam de uma génese litológica diferente da anterior (nomeadamente xistos e granitos antigos) (fot. 3.12).

Gráfico nº 3.8 – Distribuição dos usos do solo na unidade 4 – Gavieira



As manchas de coberto arbóreo – *bouça* – ocupam uma área bastante reduzida, desenvolvendo-se numa faixa praticamente contínua que acompanha longitudinalmente os rios da Veiga e Peneda, no mesmo alinhamento em que se desenvolvem os *lugares de habitação permanente*. É em torno destes, mas também em redor das *brandas de cultivo* que gravitam ainda as áreas agricultadas. Os espaços agricultados são bastante compartimentados em parcelas de dimensões habitualmente reduzidas. Ao nível do coberto arbóreo, verifica-se o predomínio de espécies folhosas (gráfico 3.9), mas também ocorrem resinosas, que garantem alguma diversidade, num contexto em que predominam os matos baixos e as áreas em que praticamente não existe cobertura vegetal nenhuma. Salienta-se a cobertura arbórea presente na encosta da Saramagueira, pela presença e densidade de sobreiros e carvalhos (fig. 3.23).

Gráfico nº 3.9 – Distribuição do coberto arbóreo na unidade 4 – Gavieira



Nos *lugares de habitação permanente* o cultivo do milho determinou a construção de uma paisagem fortemente humanizada, em que se evidenciam os

muros de socalco na separação dos terrenos de cultivo. É possível observar a “escadaria” disposta ao longo das encostas e constatar a conquista progressiva de superfície de solo agricultável. O milho regado é a cultura reinante, assim como os prados nos *lameiros* nos *lugares de habitação permanente*, enquanto que nas *brandas de cultivo* são os cereais de sequeiro. Os terrenos agrícolas junto aos cursos de água tendem a adoptar uma distribuição perpendicular ao rio (leiras estreitas que procuram manter a possibilidade de acesso ao recurso água, por exemplo, Beleiral e Peneda). Em torno dos núcleos edificados e nos fundos do vale mais amplos, verifica-se uma configuração mais irregular, não se percebendo assim uma lógica de distribuição nítida.

A correspondência entre lugares e *brandas* é simples, uma vez que apenas a *branda* da Bouça dos Homens é partilhada pelos lugares de Peneda e Beleiral. Todos os restantes lugares mantêm sempre ligações apenas com uma ou duas *brandas* sem que sejam partilhadas. Praticamente todos os lugares, à excepção de Tibo, detêm correspondência com *brandas de cultivo*. O edificado dos *lugares de habitação permanente* apresenta dimensões maiores do que o das *brandas de cultivo*, embora em termos de organização do interior dos núcleos, as *brandas* surjam como réplicas do *lugar de habitação permanente*, mas com dimensões mais modestas. Dada a importância das *brandas de cultivo* nesta unidade, verifica-se que algumas se transformaram em *lugares de habitação permanente* – veja-se o exemplo, de Bouça do Homens e S. Bento do Cando (fig. 3.24).

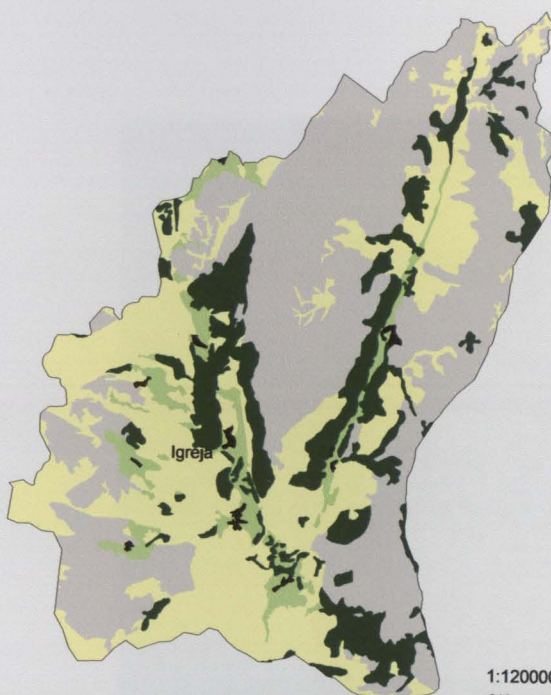
Um dos locais com forte expressão no contexto desta unidade é o Santuário da N^a Sra. da Peneda, que detém uma carga simbólica religiosa, amplamente reconhecida. Porém, outros testemunhos também ocorrem nesta área, podendo-se destacar os espigueiros, fojos, mamoas e também de arquitectura do Estado Novo (quadro nº 3.8).

Quadro nº 3.8 – Marcos de evolução da paisagem na unidade 4 – Gavieira

paisagem pré-histórica	conjunto de mamoas (cerca de 6 monumentos);
paisagem antiga	-
paisagem medieval	-
paisagem tradicional	vários registos, com destaque para moinhos, conjunto de espigueiros (em 5 lugares), fojos (3), capelas (4), cruzeiros (2) e alminhas (6) e santuário (1);
paisagem contemporânea	infra-estruturas viárias, casas de serviços florestais (6).

LEGENDA

- Área social
- Área agrícola
- Área florestal
- Área silvo-pastoril
- Afloramentos rochosos

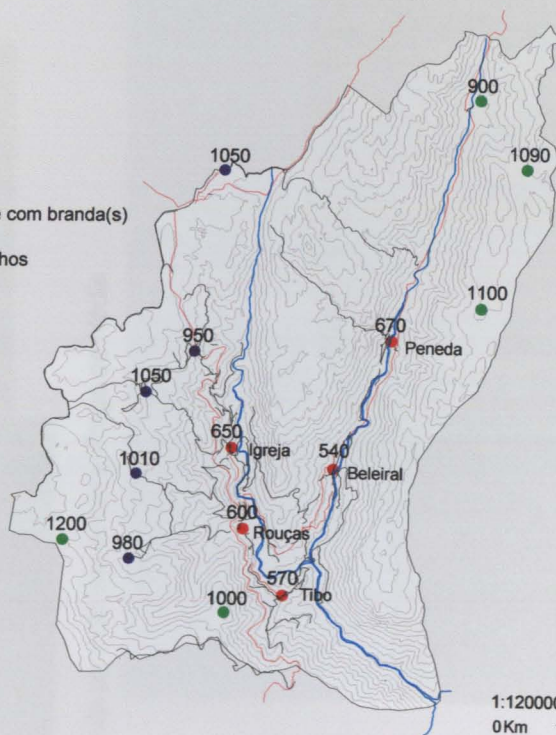


fonte: Centro Nacional de Informação Geográfica, 1995
escala de base: 1/25 000

fig. 3.23 - Usos do solo

LEGENDA

- Branda de cultivo
- Branda de gado
- Lugar de habitação permanente com branda(s)
- Curva de nível
- Rede viária secundária e caminhos
- Rede viária principal
- Linha de água estruturante



fonte: IGE, 1996
escala de base: 1/25 000

fig. 3.24 - Implantação dos núcleos edificados e rede viária



Fot. 3.11 - Vista panorâmica sobre a *Fraga da Nêdia*



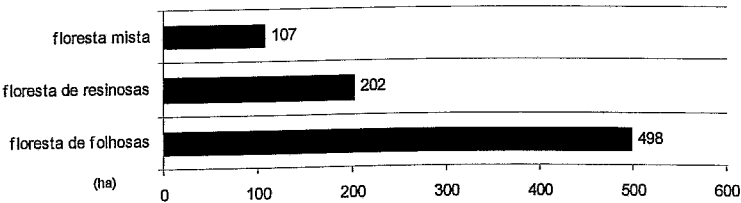
Fot. 3.12 - Panorâmica da área aplanada no cimo da serra da Peneda na freguesia da Gavieira - Lamas do Vez, também visível, do lado direito, o ponto mais alto da Serra da Peneda - Pedrada (1416m).

aspectos-chave:

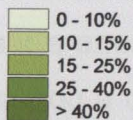
raridade e diversidade do património biológico
paisagem de regadio com domínio dos socalcos nas áreas agrícolas
presença de valores singulares ao nível do património construído – <i>fojos e brandas de gado</i>

Pelas suas características fisiográficas o vale do rio Ramiscal desempenha um papel com importante significado para a conservação dos valores biológicos, ou seja, as encostas abruptas que acompanham este vale encaixado condicionam de forma decisiva a ocupação humana, criando condições de difícil acesso (fot. 3.13 e fig. 3.25). Assim, uma mancha densa de floresta acompanha o rio Ramiscal (e alguns afluentes), com direcção sensivelmente Este-Oeste, constituindo uma mancha ainda extensa de coberto vegetal denso e diversificado, baseado fundamentalmente com espécies folhosas, onde ocorrem valores naturais de elevada importância (a mancha de azevinheiros está referenciada como uma das mais importantes a nível da Península Ibérica) (fig. 3.26). Efectivamente, através da análise do gráfico nº 3.10 é possível constatar o domínio de um coberto arbóreo baseado em espécies folhosas, porém as espécies resinosas também apresentam uma expressão significativa, embora em situações pontuais, como é o caso das áreas de *bouça* em redor dos *lugares*, e ainda em Travanca, áreas que tem a sua origem associada à intervenção dos Serviços Florestais.

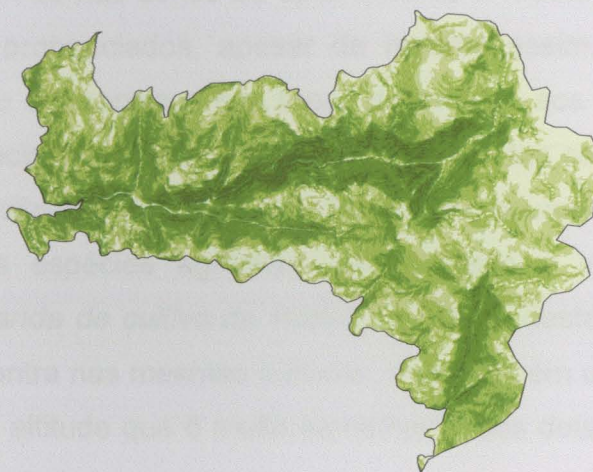
Gráfico nº 3.10 – Distribuição do coberto arbóreo na unidade 5 – Ramiscal



LEGENDA



• Cabreiro

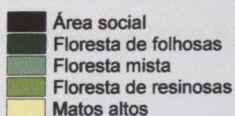


0Km 1 2 3



fonte: PNPG, 2001
escala de base: 1/25 000
fig. 3.25 - Declives

LEGENDA



• Cabreiro



1:120000
0Km 1 2 3



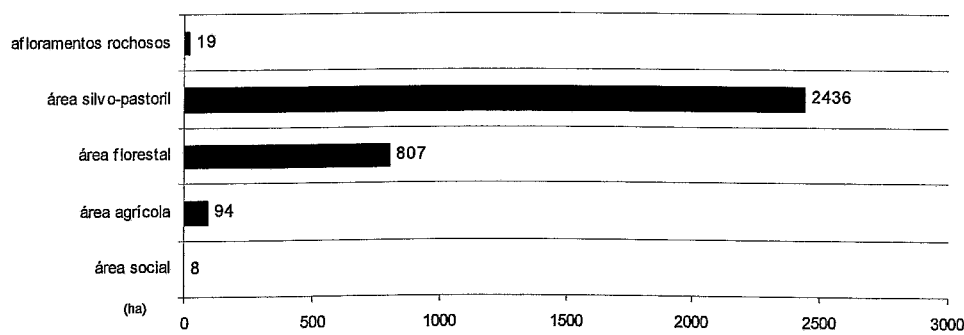
UNIDADE 5
RAMISCAL

fonte: Centro Nacional de Informação Geográfica, 1995
escala de base: 1/25 000
fig. 3.26 - Coberto vegetal

A relação estabelecida entre o rio Ramiscal e os *lugares* não é próxima, já que estes se implantam a meia encosta, a uma diferença altimétrica que pode chegar aos 250m (caso de Lordelo) e nunca inferior a 120m (caso de Avelar) (fig. 3.27). Os *lugares* implantam-se nas zonas de aplanamento a média altitude, onde os declives são menos pronunciados, apesar de mesmo assim não se dispensar a armação do terreno em socalcos nas áreas destinadas aos cultivos, evidenciando a contínua influência do Homem no enriquecimento dos solos fruto da construção de socalcos e fertilização (fot. 3.14 e 3.15). O milho ocupa um lugar de destaque no conjunto das espécies agrícolas, assim como a vinha na bordadura das parcelas. Na *branda de cultivo* de Rodrigo (a única deste género nesta unidade) também se encontra nas mesmas culturas, mas também o centeio e a batata, facto que se deve à altitude que é muito semelhante aos dois *lugares permanentes*.

Os terrenos agrícolas e as áreas de *bouça* em redor dos núcleos edificadas, tal como a mancha vegetal que se desenvolve ao longo do rio, referida anteriormente, estão em contraste evidente com a restante área onde predominam os matos (gráfico nº 3.11 e fig. 3.28). Nesta extensa área de baldio, que se prolonga até aos altos aplanados da serra (acima dos 800-1000m de altitude), sublinha-se também um carácter bastante humanizado, já que se regista um número significativo de *brandas de gado* (algumas das quais mantêm correspondência com lugares que se encontram fora dos limites do PNPG).

Gráfico nº 3.11 – Distribuição dos usos do solo na unidade 5 – Ramiscal





Fot. 3.13 - Vista panorâmica sobre o vale do rio Ramiscal

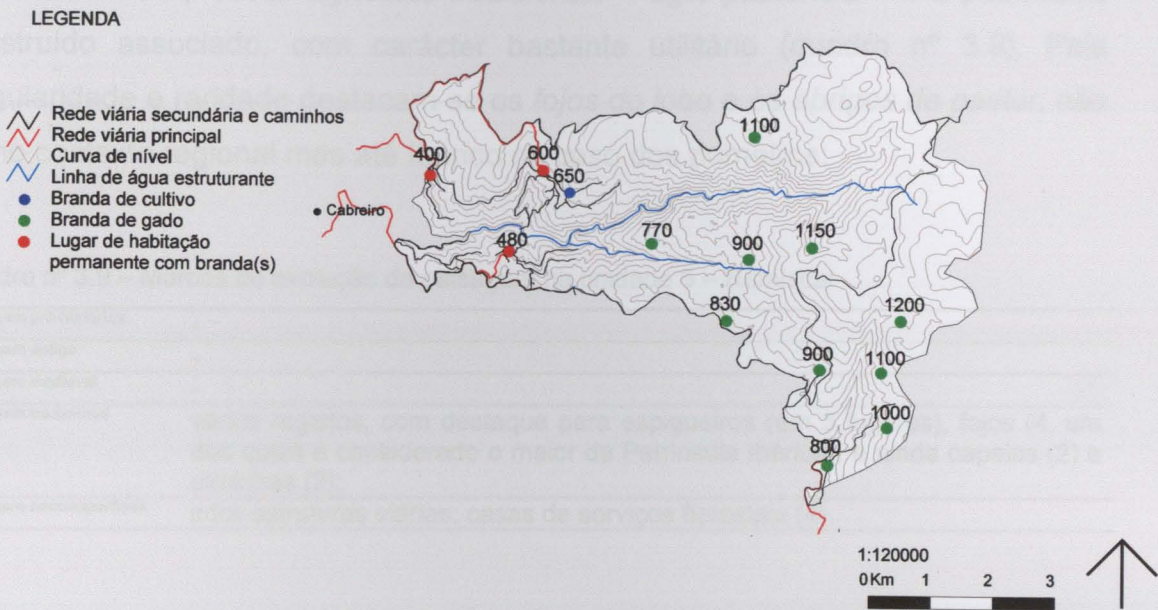


Fot. 3.14 - Vista sobre Lordelo - *lugar de habitação permanente*

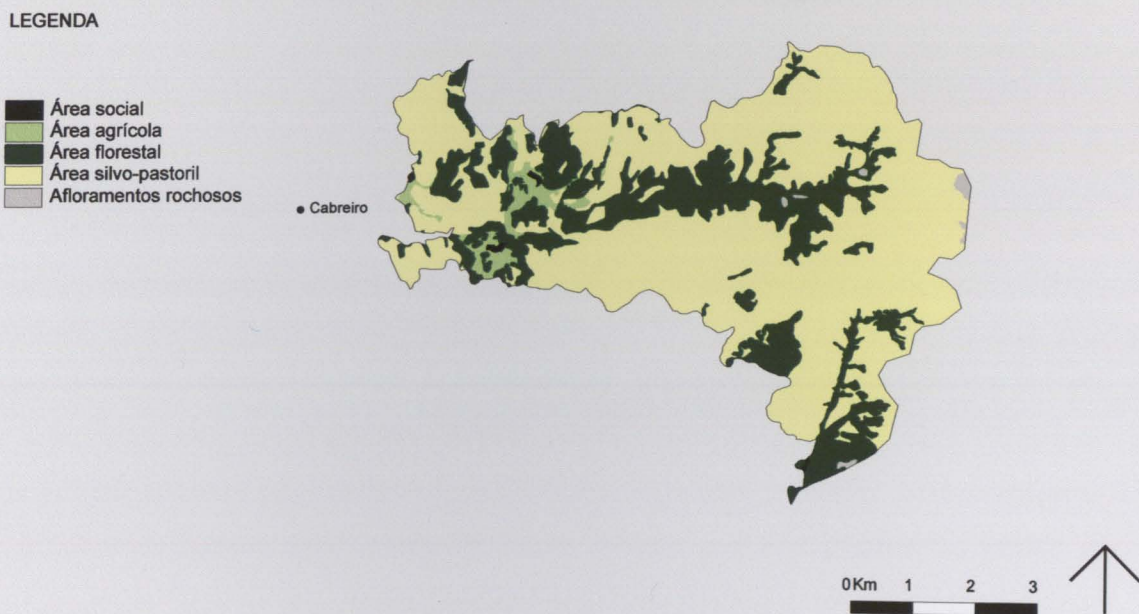


Fot. 3.15 - Vista sobre Avelar - *lugar de habitação permanente*

Genéricamente, o povoamento desenvolve-se de forma similar à unidade 4 –
 Cavião – embora com a presença de um grande número de brandas de cultivo
 Sobre as praias agrícolas tradicionais – agro-pastoris – e o pastoreio
 associado, com pastos bastante extensos.



fonte: IGE, 1996
 escala de base: 1/25 000
 fig. 3.27 - Rede viária e implantação dos núcleos edificados



UNIDADE 5
 RAMISCAL

fonte: Centro Nacional de Informação Geográfica, 1995
 escala de base: 1/25 000
 fig. 3.28 - Usos do solo

Genericamente, o povoamento desenvolve-se de forma similar à unidade 4 – Gavieira – embora com a presença de um grande número de *brandas de gado*. Sobressaem as práticas agrícolas tradicionais – agro-pastorícia – e o património construído associado, com carácter bastante utilitário (quadro nº 3.9). Pela singularidade e raridade destacam-se os *fojos do lobo* e os *abrigos de pastor*, não só no contexto regional mas até Ibérico no caso dos primeiros.

Quadro nº 3.9 – Marcos de evolução da paisagem na unidade 5 – Ramiscal

paisagem pré-histórica	-
paisagem antiga	-
paisagem medieval	-
paisagem tradicional	vários registos, com destaque para espigueiros (em 3 lugares), fojos (4, um dos quais é considerado o maior da Península Ibérica); e ainda capelas (2) e alminhas (2);
paisagem contemporânea	infra-estruturas viárias, casas de serviços florestais (4).

Porém, a individualização desta área assenta de forma particular na presença de um resquício de floresta primitiva. Esta característica torna-se de facto notória já que, no contexto geral da área em estudo, se verifica a ausência de zonas tão vastas de floresta, com predomínio de espécies autóctones, que contribuem definitivamente para uma maior diversidade biológica.

aspectos-chave:

originalidade do sistema de povoamento

presença de testemunhos de várias épocas, com destaque para os do Estado Novo

homogeneidade do coberto vegetal

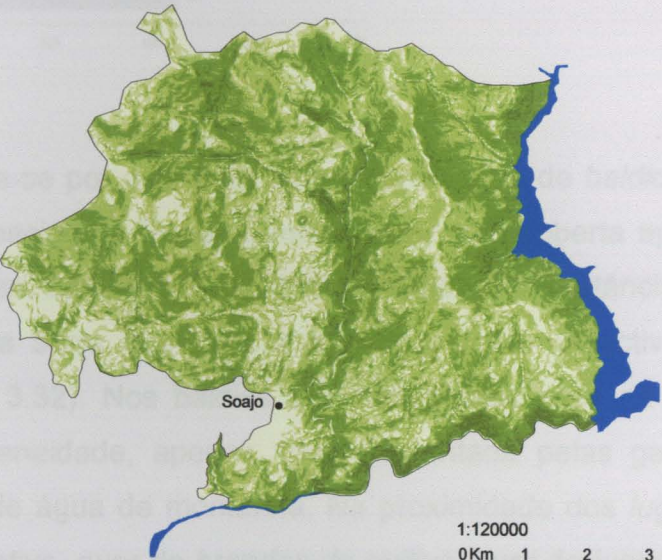
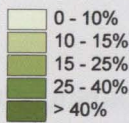
O relevo é bastante movimentado, podendo observar-se diferenças no modelado de acordo com a litologia, ou seja, é possível perceber a suavidade manifestada pelos xistos em contraste com as zonas de modelado mais abrupto onde ocorrem as rochas graníticas (fot. 3.16 e fig. 3.29).

A unidade é marcada principalmente pelo troço do rio Lima que constitui o seu limite sul, e que se apresenta bastante encaixado. Mesmo assim, os lugares de Paradela e Cunhas e Soajo dispõem-se num alinhamento paralelo ao seu percurso, sempre a meia encosta, aproveitando as áreas mais aplanadas que possibilitem o desenvolvimento das práticas agrícolas (fig. 3.30). Para além disso, o rio Adrão (afluente do rio Lima) atravessando a unidade praticamente no centro também assume um carácter estruturante do povoamento, ao determinar a localização de vários outros núcleos edificadas (Adrão, *lugar de habitação permanente* e várias *brandas de cultivo*).

Ao nível do coberto vegetal é nesta unidade que se verifica a existência de grandes manchas florestadas com espécies resinosas, algumas das quais fortemente afectadas por incêndios (gráfico nº 3.12, fot. 3.19, fig. 3.31). Ao contrário das unidades descritas anteriormente, aqui este tipo de floresta faz-se notar significativamente. Algumas dessas áreas são herança do Estado Novo e nestas é francamente marcante a presença de espécies exóticas, com destaque para a *Chamaecyparis lawsoniana* e *Pinus sylvestris* (principalmente, Mezio e Entre-Outeiros). Por outro lado, outras manchas apresentam-se com alguma extensão, evidenciando a presença de monoculturas, pela homogeneidade presente – baseada em *Pinus pinaster*.

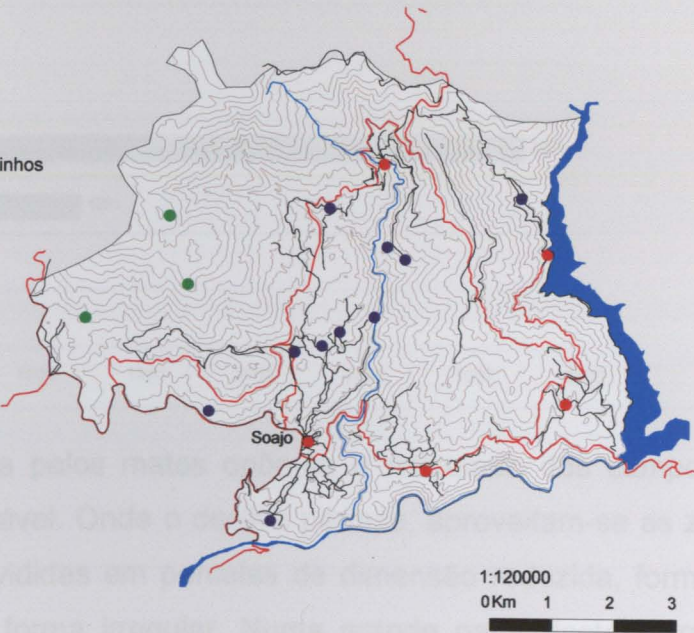
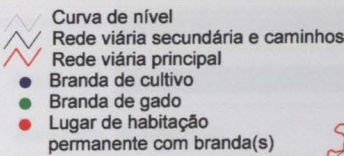
Gráfico nº 3.12 – Distribuição de coberto arbóreo na unidade 6 – Soajo

LEGENDA



fonte: PNPg, 2001
escala de base: 1/25 000
fig. 3.29 - Declives

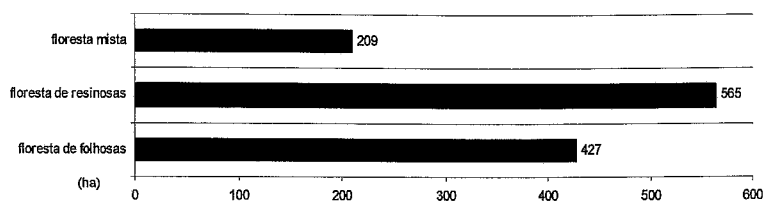
LEGENDA



UNIDADE 6
SOAJO

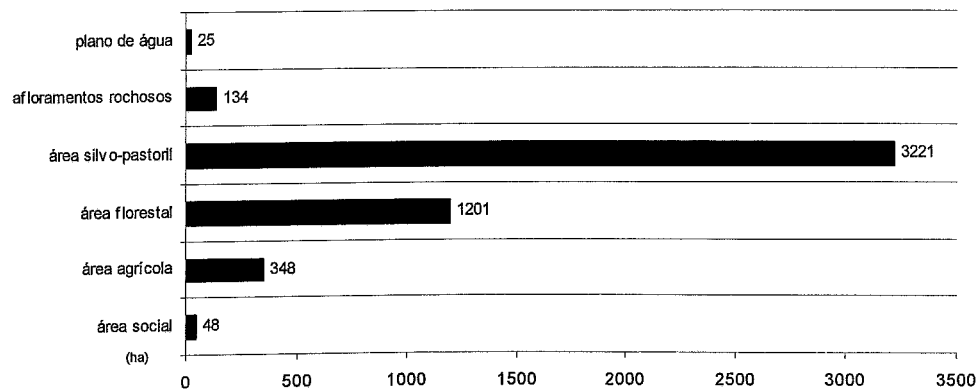
fonte: IGE, 1996
escala de base: 1/25 000
fig. 3.30 - Rede viária e implantação dos núcleos edificados

Gráfico nº 3.12 – Distribuição do coberto arbóreo na unidade 6 – Soajo



Esta unidade caracteriza-se por dispor de uma extensa área de *baldio*, que se estende até ao topo do maciço da Peneda, maioritariamente coberta apenas com matos baixos e pobres em biodiversidade, demonstrando a importância que a ocupação e exploração da serra tem para a economia local na actividade pecuária (gráfico 3.13 e fig. 3.32). Nos baldios das zonas mais altas da serra domina uma grande homogeneidade, apenas compartimentada pelas galerias ripícolas de algumas linhas de água de montanha. Na proximidade dos *lugares*, dado o número ainda significativo, quer de *brandas de cultivo*, quer de *lugares de habitação permanente*, os baldios encontram-se mais espalhados e distribuídos pelas respectivas áreas adjacentes.

Gráfico nº 3.13 – Distribuição dos usos do solo na unidade 6 – Soajo



À monotonia conferida pelos matos opõe-se o reticulado dos campos de dimensão e disposição variável. Onde o declive permite, aproveitam-se as zonas para os cultivos sempre divididas em parcelas de dimensão reduzida, formando um contínuo retalhado de forma irregular. Numa grande parte destes terrenos cultivados foi necessário recorrer à construção de socalcos, que se apresenta com maior regularidade, mas também frequentemente em leiras bastante estreitas e pequena dimensão. No caso do Soajo, este efeito é notado de forma

significativa, devido sobretudo à extensão a área destinada ao cultivo e *lameiros*. O milho marca presença não só nos *lugares de habitação permanente*, mas também em algumas *brandas de cultivo* – já que estas *brandas* não se encontram a altitudes muito elevadas (a mais alta encontra-se a 600m de altitude). Por isso, a paisagem encontra-se de forma singular marcada por motivos que se associam às culturas de regadio – principalmente os espigueiros, pois não existe lugar (*lugar de habitação permanente*) que não seja premiado com a presença destes elementos (fot. 3.17 e 3.18).

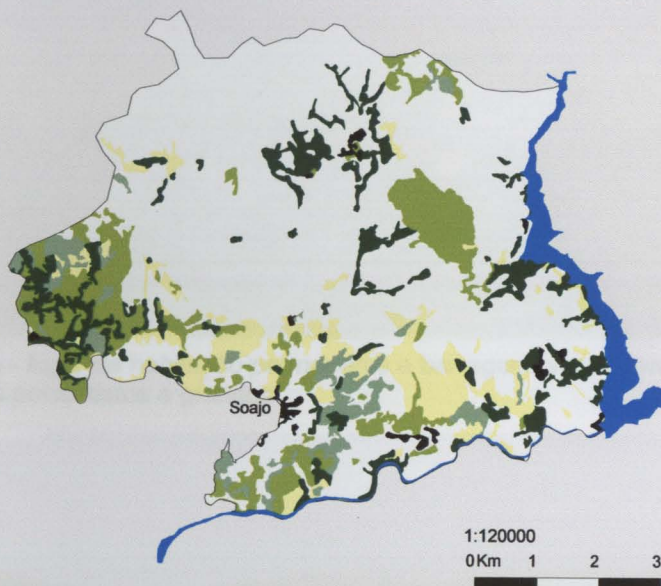
Quadro nº 3.10 – Marcos de evolução da paisagem na unidade 6 – Soajo

paisagem pré-histórica	conjunto de mamoas (cerca de 16 - portela do Mezio – Monumento Nacional);
paisagem antiga	-
paisagem medieval	ponte medieval (1);
paisagem tradicional	vários registos, com destaque para pelourinho - Monumento Nacional; espigueiros (em 5 lugares, com destaque para o conjunto do Soajo – Imóvel de Interesse Público), fojo (1); e, ainda, igreja (1), capelas (6), cruzeiros (3);
paisagem contemporânea	infra-estruturas viárias, casas de serviços florestais (6), escola Estado Novo (1), infra-estruturas de exploração hidro-eléctrica.

Também nesta unidade é possível constatar a presença de um conjunto significativos de testemunhos indicativos da evolução desta paisagem, sendo destacar a paisagem agrícola tradicional (*fojos*, espigueiros, capelas, levadas, etc.), e os testemunhos da intervenção do Estado Novo (comprovado pelo número de *casas de guarda* e viveiros dos Serviços florestais e extensão de área florestada (Mezio e Travanca). Contudo, é de assinalar a presença da barragem do Alto Lindoso, pela escala da intervenção, testemunho da “paisagem contemporânea” (quadro nº 3.7 e fot. 3.20).

LEGENDA

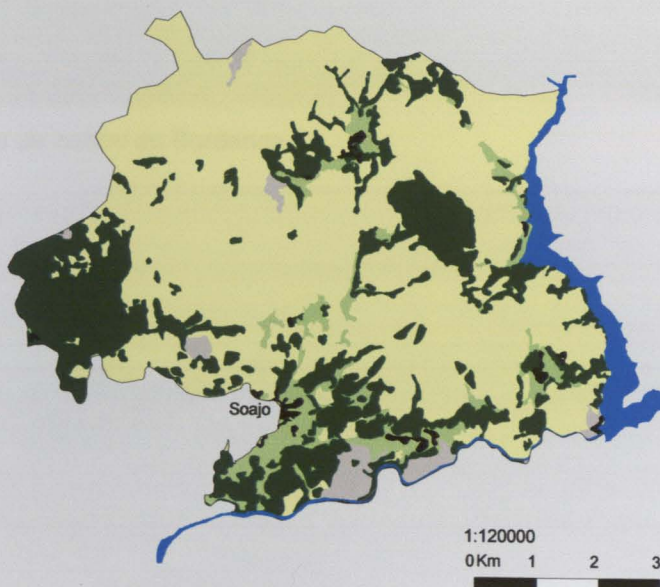
- Área social
- Floresta de folhosas densa
- Floresta mista densa
- Floresta de resinosas densa
- Matos altos
- Plano de água



fonte: Centro Nacional de Informação Geográfica, 1995
 escala de base: 1/25 000
 fig. 3.31 - Coberto vegetal

LEGENDA

- Área social
- Área agrícola
- Área florestal
- Área silvo-pastoril
- Plano de água
- Afloramentos rochosos



fonte: Centro Nacional de Informação Geográfica, 1995
 escala de base: 1/25 000
 fig. 3.32 - Usos do solo

UNIDADE 6
 SOAJO



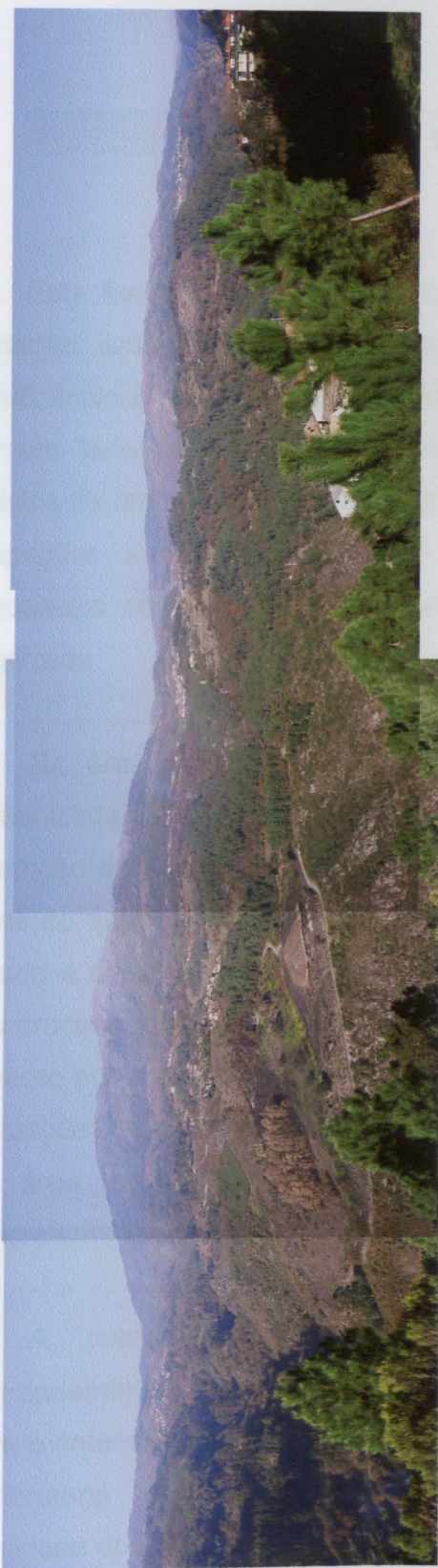
Fot. 3.16 - Vista sobre a Várzea - *lugar de habitação permanente* e barragem, visualizando-se diferenças no modelado criadas pelos xistos e granitos



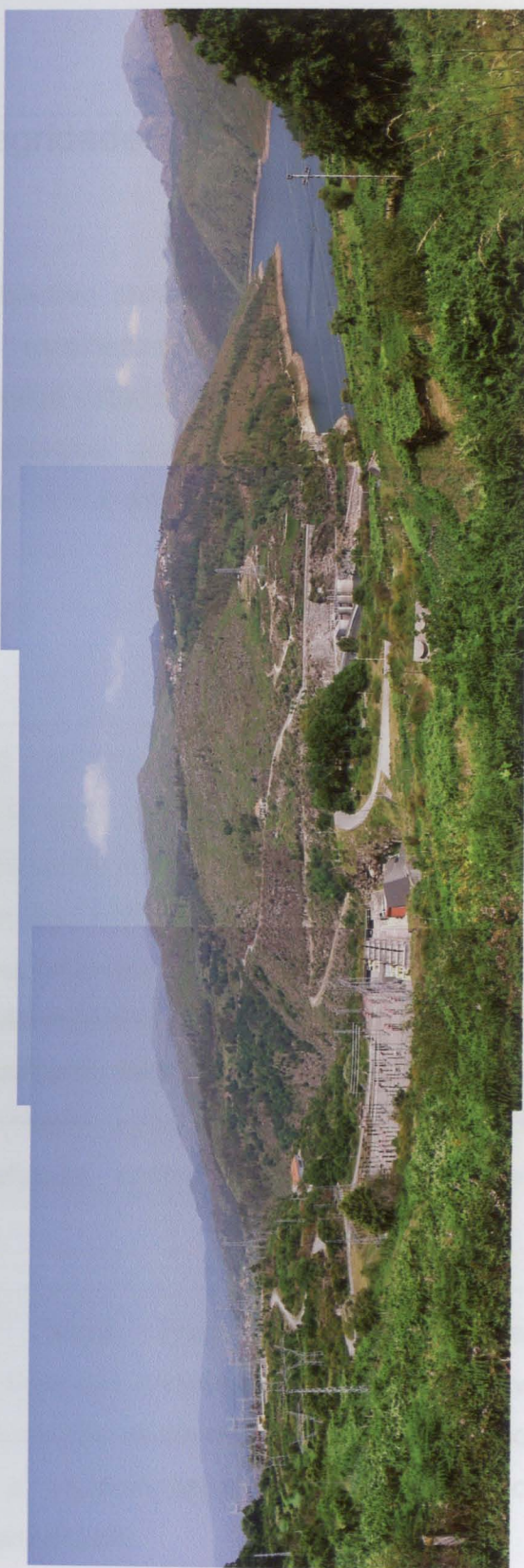
Fot. 3.17 - Vista sobre a *branda de cultivo* de Bordença



Fot. 3.18 - Vista sobre Adrão - *lugar de habitação permanente* - “paisagem de regadio”



Fot. 3.19 - Vista sobre os núcleos edificadas - da esquerda para a direita - Vilar de Soente, Vilarinho das Quartas e Soajo, e coberto vegetal com predominio de espécies resinosas afectado pelos incêndios



Fot. 3.20 - Vista sobre a Albufeira do Alto Lindoso

Esta fase do trabalho tem como objectivo proceder a uma avaliação das unidades anteriormente identificadas e caracterizadas segundo critérios de *significância e integridade*. A opção por estes critérios resulta da noção de que, por um lado, estamos perante uma paisagem onde ainda permanecem de registos de fenómenos naturais produzidos há milhões de anos e testemunhos de ocupações sucessivas ao longo da história e, por outro, que os valores associados ao uso e a gestão tradicionais se encontram numa posição muito fragilizada.

Na área em estudo, a história da “paisagem natural” e da “paisagem humanizada” pode ser percepcionada *in situ*, ou seja, não se queda pela descrição de factos em livros, está ali, de forma muito expressiva, à frente dos olhos de quem a conseguir entender. Por isso mesmo, a paisagem da área em estudo é cheia de significados, narra uma história notável sob o ponto de vista dos processos naturais que a moldaram, do processo de colonização de um meio adverso por parte do Homem, sem que, contudo, se apagassem os vestígios das ocupações de diversas civilizações. A corroborar aquilo que já foi dito está o facto da área em estudo ter sido classificada como Área Protegida, mais concretamente, como Parque Nacional.

A compreensão dos aspectos físicos (naturais e construídos), nomeadamente, recorrendo à leitura da evolução histórica é um aspecto-chave para o entendimento da significância. Sob a égide deste critério, atender-se-á aos parâmetros que se relacionam com a representatividade, diversidade ou unicidade dos valores presentes na área em estudo.

Face à conjuntura actual deste território, parece colocar-se grande pertinência em redor do critério *integridade*, o qual foi, sucessivamente, “desmontado” nos seguintes parâmetros: autenticidade, coerência e estado de conservação.

A integridade desta paisagem está dependente da forma foi e é gerida. Um dos aspectos centrais da sua transformação neste território reside na dinâmica da actividade agro-silvo-pastoril, obviamente, afectada pelo decréscimo acentuado da população activa que se tem verificado nas últimas décadas. Esta tendência implicará assim o abandono da actividade agrícola, que arrasta consigo a perda de valores associados, por exemplo, o desaparecimento de abrigos de pastor, espigueiros, moinhos, entre outros. Aquele aspecto terá também repercussões ao nível dos valores naturais, nomeadamente, da fauna e flora, porque provoca alterações ao nível da cadeia alimentar.

A título de exemplo, refira-se a criação de superfície agricultável que se apoia num trabalho moroso, meticoloso de armação de terreno em socalcos, ou seja, onde outrora havia encostas com um declive não favorável ao uso agrícola, hoje existe uma grandiosa construção na paisagem. Esta obra é constituída por centenas de metros de muros de suporte, cujo custo de obra pode ser quantificado, mas dificilmente suportado por uma geração. Com o abandono da actividade agrícola, correr-se-á o risco da perda de um património notável – o solo como fundo de fertilidade e a paisagem como recurso e valor cultural.

Todavia, é também através daquela actividade, fundamentalmente, no que se refere ao domínio da pecuária, que se manifestam outras ameaças à integridade desta paisagem, as quais decorrem de um desenvolvimento de práticas tradicionais menos adequadas como as queimadas desregradas. Este aspecto é suficiente para provocar a ocorrência de uma maior homogeneidade ao nível do coberto vegetal, originando também o empobrecimento em termos faunísticos e cénicos.

Mas porque a actividade agrícola é o sustentáculo de todo o sistema, o seu momento actual de maior fragilidade coloca em causa não só a integridade dos

valores isoladamente, mas também de um número mais vasto de componentes com que interage. Importa, por isso, apontar soluções que permitam o estabelecimento de um maior equilíbrio e salvaguarda dos valores da paisagem.

Os aspectos fundamentais relacionados com os critérios referidos atrás – *significância* e *integridade* – foram sistematizados nos quadros nºs 3.11 e 3.12. Este é apenas um trabalho de síntese que pretende evidenciar os aspectos mais marcantes à luz daqueles critérios para cada uma das unidades. Da análise daqueles quadros é possível também retirar algumas conclusões que se passam a apresentar.

No que se refere à significância importa destacar os aspectos que se explicitam de seguida:

- dominância de elementos relacionados com a actividade agrícola tradicional – de sequeiro ou de regadio – em todas as unidades;
- clara concentração de vestígios que testemunham a ocupação humana em distintas épocas históricas na unidade 1 (Castro Laboreiro);
- presença de elementos associados à paisagem tradicional com importância a nível nacional e ibérico – *fojos do lobo* e abrigos de pastor, sobretudo nas unidades 5 e 6 (Ramiscal e Soajo, respectivamente);
- presença de elementos representativos da ocupação que remonta à pré-história na unidade 1 (Castro Laboreiro) que se destaca no contexto nacional e ibérico, e na unidade 6 (Soajo);
- a memória da intervenção dos Serviços Florestais é evidenciada, sobretudo, na unidade 2 (Lamas de Mouro) e unidade 6 (Soajo) embora em toda a área se verifique a ocorrência de elementos construídos da herança do Estado Novo;
- ao nível dos elementos naturais – florísticos – merece destaque a unidade 5 (Ramiscal) sobretudo pela diversidade, presença de

elementos raros e densa mancha de carvalhais representativos da vegetação primitiva, com reconhecimento a nível ibérico (dos mais conservados da Península);

- ao nível dos elementos naturais – geomorfologia e geologia – o destaque vai para a unidade 4 (Gavieira) onde ocorrem fenómenos representativos e singulares no contexto da área em estudo (moreias, circo glaciário, vales de fractura, micro-modelados, entre outros) e onde é possível fazer-se uma leitura da diversidade litológica e aspectos geomorfológicos;
- a simbologia religiosa distribui-se por todas as Unidades em elementos de cariz popular (cruzeiros, alminhas, entre outros); na unidade 4 (Gavieira), aquela adquire expressão erudita através do Santuário da N^a Sr^a da Peneda;
- os locais de encontro colectivo reúnem-se em duas categorias: associados à prática religiosa, em praticamente todas as Unidades, mas sobretudo na unidade 4 (Gavieira) – N^a S^a da Peneda, na unidade 1 (Castro Laboreiro) – Sr^a de Anemão, e unidade 6 (Soajo) – Sr. da Paz; e, associados ao recreio ao ar livre, em antigas áreas pertencentes a viveiros florestais, na unidade 2 (Lamas de Mouro) e unidade 6 (Soajo);
- a singularidade da arquitectura popular destaca-se pelos conjuntos formados pelos núcleos edificados, pelas tipologias e pormenores de construção, nomeadamente na unidade 4 (Gavieira) pela *brandas de cultivo* e também algumas *brandas* e *inverneiras* na unidade 1 (Castro Laboreiro); a singularidade encontra-se ligada também, naturalmente, às práticas culturais, associando-se à dicotomia paisagem de sequeiro/de regadio; na primeira, destaque para os fornos comunitários e, na segunda, para os espigueiros;

- a singularidade dos sistemas de exploração agro-pastoril é assinalável em todas as Unidades, mas o esquema de povoamento adoptado, pela unicidade associada tem destaque nas unidades 1, 4, 5 e 6 (Castro Laboreiro, Gavieira, Ramiscal e Soajo, respectivamente) embora apresente diferenças entre unidades.

No que se refere à integridade importa destacar os aspectos que se explicitam de seguida:

- as grandes ameaças à integridade, na generalidade das Unidades, advém do abandono das práticas tradicionais agrícolas, que determinam em grande medida a significância; o abandono a que é votada uma paisagem construída pelo Homem traz como consequências: a destruição das estruturas construídas (muros, abrigos de pastor, espigueiros, fornos, levadas de água, entre outros); e, a perda de valores naturais dependentes e associados aos agro-ecossistemas;
- o coberto vegetal encontra-se profundamente alterado em todas as Unidades, resultante em grande parte da prática das queimadas (que produzem interrupções sucessivas nos fenómenos de evolução natural) e também dos incêndios florestais, onde sobressai a unidade 6 (Soajo);
- ocorrência de espécies invasoras nas unidades 1 e 6 (Castro Laboreiro e Soajo, respectivamente);
- ao nível dos núcleos edificados regista-se como ameaças à integridade, quer o abandono dos edifícios (embora nas sedes de freguesia, principalmente Soajo e Castro Laboreiro se faça sentir com menor expressão), quer a construção com acabamentos e implantação menos adequados, nomeadamente, que conduzem à descaracterização e dispersão do tecido, fenómeno que se verifica em todas as Unidades, podendo-se destacar as unidades 3 e 6 (Ribeiros e Soajo, respectivamente);

- perda irreversível de quase toda a área de cultivo na unidade 6 (Soajo), no lugar da Várzea (o topónimo revela a importância daquilo que se amputou), por força do enchimento da barragem do Alto Lindoso;
- presença significativa de monoculturas florestais na unidade 6 – Soajo.

Quadro nº 3.11 – Matriz de avaliação da significância

SIGNIFICÂNCIA	U1 Castro Laboreiro	U2 Lamas de Mouro	U3 Ribeiros	U4 Gavieira	U5 Ramiscal	U6 Soajo
representatividade						
testemunhos da ocupação pré-histórica	●			○		●
testemunhos da ocupação antiga	○					
testemunhos da ocupação medieval	●	○				○
testemunhos da ocupação agrícola tradicional	●	○	●	●	●	●
testemunhos da ocupação contemporânea	○	●	○	○	○	●
ecossistemas representativos do coberto vegetal primitivo	○		○	○	●	
área exemplificativa de processos naturais de interesse litológico/geomorfológico	●	○	○	●	○	○
presença dominante de marcas da paisagem de sequeiro	●	○		○		
presença dominante de marcas da paisagem de regadio		○	●	●	●	●
espaços de festividades religiosas e convívio colectivo	●	●	○	●		●
existência de conjuntos de construções ou elementos com valor arquitectónico	●	●	○	●	○	●
diversidade						
diversidade biológica	●		○	○	●	
presença de testemunhos que evidenciam a ocupação em várias épocas históricas	●			○		●
diversidade de valores geomorfológicos/litológicos	●	○	○	●	○	○
diversidade cénica	●	○	○	●	●	○
raridade						
zonas de ecossistemas raros (valores biológicos raros)	○		○	○	●	
lugares onde ocorrem fenómenos geomorfológicos singulares				●		
singularidade do coberto vegetal (porte, povoamento e/ou técnica de exploração)	●	○	○	○	●	○
sistema de povoamento singular	●	○	○	●	●	●
elementos construídos com valor artístico (originalidade, técnicas e materiais de construção)	●	○		●	●	●

● bastante significativo ○ moderadamente significativo () significado reduzido ou não aplicável

Quadro nº 3.12 – Matriz de avaliação da integridade

INTEGRIDADE		U1						U2						U3						U4						U5						U6					
		Castro						Lamas de						Ribeiros						Gaveira						Ramiscal						Soajo					
autenticidade	nível de adulteração dos valores e área de influência de valores da paisagem pré-histórica (manutenção de inter visibilidade entre mamoaos)																																				
	nível de adulteração de valores e envolvente, relativamente à paisagem antiga e medieval (em especial pontes e igrejas, castelo)	○																																			
	nível de adulteração dos testemunhos ou abandono de actividades agrícolas tradicionais - paisagem tradicional	○						○						○						○						○						○					
	nível de adulteração de valores da paisagem contemporânea	○						○						○						○						○						○					
	nível de adulteração de valores do património natural – vegetação primitiva	○						●						○						○						○						●					
coerência	diminuição forçada de superfície agrícola por via da implantação de infra-estruturas (albufeira)																															●					
	presença de espécies exóticas invasoras (acácia)	○																														○					
	construção de edificações de baixa qualidade e consequente descaracterização dos núcleos edificados	○						○						○						○						○						●					
	marginalização dos núcleos edificados tradicionais e ocupação urbanística na periferia dos povoados, com tendência para a dispersão e desenvolvimento linear ao longo das principais vias de acesso, contrariando a lógica do povoamento concentrado	○						○						○						○						○						●					
	perda da diversidade de coberto vegetal, com ausência de galerias ripícolas e desflorestação de cabeceiras de linhas de água, entre outras situações	●						●						●						●						●						●					
	introdução de infra-estruturas e outras estruturas construídas sem integração paisagística	○						○						○						○						○						●					
	homogeneidade de coberto florestal (monoculturas)																															●					
	localização não inadequada de explorações de inertes - saibreiras junto a vias de comunicação	○																								○						○					
	abandono de valores construídos como os fojos do lobo e abrigos de pastor, resultado da diminuição da actividade agrícola e imposição legal																									●						●					
	abandono de muros de delimitação de propriedades e de socaicos	○						○						○						○						○						○					
	abandono de valores do património construído ao nível dos edifícios de arquitectura tradicional dentro dos núcleos, consequência do abandono cobertura vegetal pobre devido a incêndios	●						○						●						○						○						●					

● bastante significativo ○ moderadamente significativo () significado reduzido ou não aplicável

3.4 definição de linhas de acção

3.4.1 medidas e acções propostas

As propostas que se apresentam tem por objectivo delinear grandes eixos de orientação de intervenção sobre a paisagem neste território, devendo, como tal, posteriormente, merecer maior aprofundamento e ajuste em função do tipo de instrumento que for adoptado para as concretizar. O quadro de medidas e acções preconizadas apoia-se no trabalho de análise anterior e procura criar uma linha de actuação assente numa visão integrada que considere os valores, quer construídos, quer naturais.

Para cada medida apresentam-se os objectivos genéricos que a justificam e as acções no seu âmbito. Notar que se propõem acções tanto materiais como imateriais, mas ambos os níveis pretendem convergir para a valorização dos elementos-chave do carácter da paisagem. Apresenta-se pois um conjunto de medidas e acções identificadas como necessárias para a área em estudo.

Complementarmente, as propostas passíveis de terem uma incidência espacial específica sobre uma ou mais unidades de paisagem – portanto excluindo aquelas cuja aplicação se entende fazer sentido em toda área de estudo (propostas de carácter transversal) – são apresentadas de novo no quadro nº 3.13. Identifica-se para cada proposta o grau de importância que a sua implementação pode ter sobre cada unidade, considerando-se três graus: bastante significativo; moderadamente significativo; significado reduzido ou não aplicável.

Medida A – Ordenamento e gestão da paisagem

Esta medida procura induzir a adopção de mecanismos ao nível da gestão e ordenamento do território, incluindo alguns aspectos relacionados com a mobilização de agentes. Pretende-se assegurar uma intervenção mais ponderada

e uma visão integrada, tendo em vista a salvaguarda do carácter da paisagem e a sua valorização. Enumeram-se, de seguida, as acções que se enquadram nesta medida.

Acção A1 – incorporação de exigências sob o ponto de vista da paisagem ao nível dos Planos, Estudos de Impacte Ambiental e Projectos, incrementando a obrigatoriedade de realização de Projectos de Integração Paisagística quando se justifique, e a adopção *a priori* de critérios técnicos que conduzam de uma forma geral a intervenções mais adequadas sobre o território (por exemplo, definição de competências técnico-profissionais para a elaboração de projectos, divulgação de normas gerais sobre determinados assuntos, etc.);

Acção A2 – reforço do peso da componente paisagem nos instrumentos de gestão territorial, procurando uma crescente cooperação intermunicipal e inter-institucional (envolvendo quer o sector público, quer o privado);

Acção A3 – elaboração de Planos de Pormenor para a requalificação dos núcleos edificados, incluindo as tipologias de núcleos edificados – *brandas de cultivo e inverneiras* – que embora não se comportem como locais de residência permanente têm um perfil físico idêntico aos restantes lugares;

Acção A4 – formulação de normas a atender em novas construções e nas reconstruções de edifícios, bem como relativamente às mais diversas estruturas e infra-estruturas presentes dentro ou fora dos aglomerados (por exemplo, sinalização, antenas, etc.);

Acção A5 – estabelecimento de regimes de protecção para valores singulares isolados ou núcleos edificados;

Acção A6 – implementação de um programa de monitorização com indicadores-chave para o acompanhamento da evolução da paisagem.

Medida B – Valorização biofísica e qualificação visual da paisagem

Esta medida procura contribuir para a promoção do equilíbrio funcional do sistema biofísico, bem como promover a integração paisagística dos factores que se constituam como intrusões visuais. As acções propostas no âmbito desta medida são as seguintes:

Acção B1 – recuperação e protecção de valores do património natural, designadamente, ecossistemas raros e sensíveis;

Acção B2 – manutenção e valorização das galerias ripícolas e áreas de *bouça*, assumindo-as como vectores de dispersão e colonização do coberto vegetal para a restante área;

Acção B3 – recuperação biofísica de áreas degradadas (áreas ardidas, explorações de inertes, zonas de deposição de lixos, etc.);

Acção B4 – requalificação biofísica de zonas-chave sob o ponto de vista do funcionamento do sistema biofísico – cabeceiras de linhas de água, áreas de máxima infiltração, riscos de erosão fortes, entre outras;

Acção B5 – integração paisagística de estruturas e infra-estruturas, nomeadamente, viárias, abastecimento de água, transporte de energia eléctrica, garagens e armazéns de apoio à agricultura;

Acção B6 – implementação de acções de limpeza para eliminar focos de poluição (depósitos de inertes e lixos);

Acção B7 – execução de acções de combate a plantas infestantes;

Acção B8 – criação de estações de transferência para sucata e vazadouros controlados de materiais inertes.

Medida C – Qualificação e valorização dos núcleos edificados e do património construído

Nesta medida incluem-se acções relacionadas com a valorização do património edificado, procurando incentivar a sua conservação e a manutenção da diversidade cultural. As acções propostas no âmbito desta medida são as seguintes:

Acção C1 – conservação e recuperação de valores do património construído, incluindo áreas de influência (com destaque para os monumentos megalíticos, *fojos do lobo*, abrigos de pastor, pontes, alminhas e cruzeiros);

Acção C2 – requalificação dos espaços públicos no interior dos núcleos edificados;

Acção C3 – requalificação dos principais espaços de fruição colectiva, que neste território estão associados aos edifícios religiosos (ermidas: Sr. da Paz e Sr^a de Anemão); e, Santuário da N^a S^a da Peneda;

Acção C4 – implantação de medidas de protecção da envolvente dos núcleos edificados e requalificação de zonas de entrada (periféricas), por exemplo, através da criação de espaços para uso recreativo (como alternativa à escassez de espaços públicos no interior dos núcleos edificados);

Acção C5 – manutenção e valorização de áreas florestais que são testemunho da intervenção durante o Estado Novo e estruturas construídas associadas (Mezio, Lamas de Mouro e Entre-Outeiros).

Medida D – Potenciação dos benefícios da actividade agro-silvo-pastoril na paisagem

Esta medida procura atender a um dos aspectos fulcrais na manutenção do carácter desta paisagem – a manutenção das práticas tradicionais – e o seu

desenvolvimento de forma sustentável. As acções que se enquadram neste âmbito são as seguintes:

Acção D1 – diversificação de manchas de exploração florestal baseadas em monoculturas, promovendo um coberto vegetal misto com introdução preferencial de espécies folhosas e autóctones;

Acção D2 – definição de normas técnicas para a instalação de povoamentos florestais, evitando a utilização indiscriminada de espécies exóticas;

Acção D3 – manutenção e recuperação de muros de delimitação de parcelas agrícolas e de socacos, sistemas de condução de água para a rega (levadas e poças) e de caminhos de acesso aos campos e bouças;

Acção D4 – definição de áreas específicas para a implantação de estruturas de apoio à actividade pastorícia, incluindo estruturas associadas a esta prática (por exemplo, troncos de maneio, tanques de desinfeção para os animais e veículos de transporte);

Acção D5 – implantação de medidas de valorização de áreas agrícolas, como a manutenção e recuperação de sebes vivas, adensamento e reconstituição de galerias ripícolas integradas nas parcelas privadas.

Medida E – Interpretação da paisagem, sensibilização e formação

Esta medida procura apontar algumas acções que possam aumentar a tomada de consciência sobre a paisagem por parte dos agentes com poder de intervenção, através de acções de sensibilização e de formação. Simultaneamente, importa proporcionar melhores condições para a interpretação *in loco* da paisagem. As acções que se incluem nesta medida são:

Acção E1 – reforço do tema *paisagem* em acções de sensibilização e formação, nomeadamente, naquelas que são promovidas junto dos agentes com intervenção directa sobre o território (Autarquias, Associações de Desenvolvimento Local, Organismos da Administração Central, Associações de Agricultores, de Produtores Florestais, entre outros);

Acção E2 – implementação de medidas para melhorar a fruição da paisagem, nomeadamente, identificação, classificação, valorização e divulgação de miradouros, estradas e caminhos que apoiem a interpretação da paisagem por parte do público;

Acção E3 – desenvolvimento de actividades que fomentem a participação activa da população em acções de voluntariado (vigilância, acções de limpeza ou regeneração, entre outros);

Medida F – Promoção da paisagem

Com a presente medida pretende-se recomendar formas de promoção da paisagem, já que se entende que a paisagem pode ser com vantagem aproveitada como um recurso-chave para a promoção deste território – “um produto de excelência paisagística”. As acções sugeridas são:

Acção F1 – concepção e edição de material promocional e de apoio à sensibilização sobre a paisagem;

Acção F2 – criação de um prémio tipo “Município e a paisagem”, ou “Agricultor e a paisagem”, ou “ONG e a paisagem”, entre outras categorias possíveis, com o objectivo de premiar as intervenções exemplares.

Quadro nº 3.13 – Síntese das propostas por unidade de paisagem

Ação	U1 Castro Laboreiro	U2 Lamas de Mouro	U3 Ribeiros	U4 Gavieira	U5 Ramiscal	U6 Soajo
B1	recuperação e protecção de valores do património natural, designadamente, ecossistemas raros e sensíveis	○	○	●	●	
B2	manutenção e valorização das galerias ripícolas e áreas de <i>bouça</i> , assumindo-as como vectores de dispersão e colonização do coberto vegetal	●	●	●	●	●
B3	recuperação biofísica de áreas degradadas (áreas áridas, explorações de inertes, zonas de deposição de lixos, etc.)	●		○	○	●
B4	requalificação biofísica de zonas-chave sob o ponto de vista do funcionamento do sistema biofísico – cabeceiras de linhas de água, áreas de máxima infiltração, riscos de erosão fortes, entre outras	○	●	○	○	●
B5	integração paisagística de estruturas e infra-estruturas, nomeadamente viárias, depósitos de abastecimento de águas, transporte de energia eléctrica, garagens/armazéns de apoio à agricultura	○		○	○	●
B6	implementação de ações de limpeza para eliminar focos de poluição (depósitos de inertes e lixos)	●		○		●
B7	execução de ações de combate a plantas invasoras	○				●
B8	criação de estações de transferência para sucata e vazadouros controlados de materiais inertes	●		○		●
C1	conservação e recuperação de valores do património construído, incluindo áreas de influência (com destaque para os monumentos megalíticos, <i>fojos</i> , abrigos de pastor, pontes, alminhas e cruzeiros)	●	○	●	●	●
C2	requalificação dos espaços públicos no interior dos núcleos edificados	●	●	●	●	●
C3	requalificação dos principais espaços de fruição colectiva, que neste território estão associados aos edifícios religiosos (ermidas: Sr. da Paz e S. ^a de Anemão); e, Santuário da N. ^a S. ^a da Peneda	●		○		●
C4	implantação de medidas de protecção da envolvente dos núcleos edificados e requalificação de zonas de entrada (periféricas), por exemplo, através da criação de espaços para uso recreativo (como alternativa à escassez de espaços públicos no interior dos núcleos edificados)	●	○	●	○	●
C5	manutenção e valorização de áreas florestais que são testemunho da intervenção durante o Estado Novo e estruturas construídas associadas (Mezio, Lamas de Mouro e Entre-Outeiros)	●	○	●	○	●
C6	manutenção e valorização de áreas florestais que são herança do Estado Novo e estruturas construídas associadas, procurando manter a diversidade, valor cultural e autenticidade histórica (Mezio, Lamas de Mouro e Entre-Outeiros)		●			●
D1	diversificação de manchas de exploração florestal baseadas em monoculturas, promovendo um coberto vegetal misto com introdução preferencial de espécies folhosas e autóctones					●
D2	definição de normas técnicas para a instalação de povoamentos florestais, evitando a utilização indiscriminada de espécies exóticas	●	●	●	●	●
D3	manutenção e recuperação de muros de delimitação de parcelas agrícolas e de socaços, sistemas de condução de água para a rega e de caminhos de acesso aos campos e bouças	●	●	●	●	●
D4	definição de áreas específicas para a implantação de estruturas de apoio à actividade pastorícia, incluindo estruturas associadas a esta prática	●	●	●	●	●
D5	implantação de medidas de valorização de áreas agrícolas, como a manutenção e recuperação de sebes vivas, adensamento e reconstituição de galerias ripícolas integradas nas parcelas privadas	○	●	○	○	●

● bastante significativo ○ moderadamente significativo () significado reduzido ou não aplicável

O desenvolvimento do primeiro capítulo permitiu tomar consciência da diversidade de enfoques que existem na avaliação da qualidade da paisagem e verificar as tendências manifestadas no momento actual. Independentemente, das perspectivas adoptadas no seu estudo importa sistematizar os aspectos que se consideram ser centrais na discussão do tema *paisagem*, os quais se passam a enunciar:

- a avaliação da paisagem deve orientar-se para apoiar directamente os processos de ordenamento e gestão territorial, procurando sublinhar o potencial da **perspectiva integrada** que lhe está subjacente;
- o seu estudo requer uma abordagem holística, que considere os princípios e teorias da **Ecologia da Paisagem**;
- pela sua capacidade narrativa revela-se um **valor de importância histórico-cultural que importa preservar**;
- uma maior qualidade da paisagem reflecte também um maior **equilíbrio biofísico** e a salvaguarda do património natural;
- uma paisagem de qualidade é um factor de individualização cada vez mais relevante na competitividade das regiões, já que **sublinha a identidade cultural**;
- verifica-se haver uma crescente atenção manifestada perante esta temática, podendo-se evidenciar, no âmbito europeu, a Convenção Europeia da Paisagem, que o nosso País subscreveu em 2000, sendo necessário **avançar para uma maior divulgação, participação e concretização das propostas presentes na Convenção referida**.

No que se refere aos capítulos subsequentes, onde se abordou um caso de estudo, importa sistematizar algumas ideias que reúnem o essencial do carácter da paisagem que foi objecto de análise – noroeste do Parque Nacional da Peneda-Gerês.

O uso e a gestão tradicionais daquele território assentaram na dependência dos meios disponíveis e na renovação contínua dos recursos. O meio agreste foi

assim conquistado em prol de comunidades, que **construíram um sistema original, de cariz espontâneo, constituído pela alternância repetida de exploração dos recursos divididos pela altitude e pelas estações do ano.** O Homem descobriu a diversidade onde à primeira vista não seria reconhecido mais que um mundo inóspito, e construiu a complementaridade necessária para viver num meio tão adverso.

A grande dependência do meio apoiou o desenvolvimento de um perfil auto-regulado, onde as regras eram aceites e assumidas por todos. Ou seja, neste território construiu-se um sistema inteligente, que tinha como objectivo perpetuar o fundo de fertilidade do solo de pais para filhos, de adaptar o ciclo agro-pastoril ao ciclo das estações do ano, enfim, uma sabedoria que, quiçá, ainda não foi justamente reconhecida, nem exaltada. **Este é um território de magros recursos e com uma morfologia vigorosa, mas que não impediu o homem de aproveitar o máximo possível, mas sempre com uma grande racionalidade.**

A lógica-base de organização do espaço constitui-se em torno de um lugar (aldeia), sobre o qual as pessoas de uma determinada população desenvolvem a sua actividade. As peças que constituem este sistema e que determinam o padrão da paisagem, consistem no lugar (núcleo edificado), campos, *bouças*, *brandas*, e pastos em baldio. Estas peças não se podem separar, quanto muito é possível agrupá-las sob o mesmo conjunto (ou unidade de paisagem). Em cada uma daquelas células explora-se uma utilização complementar de cada uma das sub-unidades, de que depende a eficácia global do sistema.

Perpetuaram-se testemunhos de ocupações sucessivas, que enriquecem a memória física impressa neste território. A localização e forma de assentamentos dos núcleos edificados, a própria arquitectura das habitações, o traçado dos caminhos, das levadas, os muros, os elementos dedicados à fé, os abrigos de pastores, *os fojos do lobo*, enfim, todo o conjunto de estruturas e infra-estruturas que criaram a paisagem, são o resultado directo da capacidade empreendedora das gentes que ali viveram e vivem. **Foi, por isso, desenvolvida uma cultura arquitectónica e de organização do espaço muito apurada, face ao esforço**

que a conquista do meio exigiu e à economia de meios a que as comunidades humanas estavam obrigadas.

A água é vital para o abastecimento, rega, como força motriz aproveitada pelos engenhos criados pelo homem, e também como grande força que arrasta os sedimentos e a matéria orgânica para a formação do solo. Assim, a tendência é de que as linhas de água que passam nos campos de um lugar, se inseriam nos seus baldios, atravessando as *brandas* e os pastos em altitude pertencentes a esse mesmo lugar. **Por isso, é que as linhas de águas constituem os eixos ao longo dos quais se organiza o povoamento, e, por consequência, as bacias hidrográficas constituem os espaços de estruturação do território.**

Os critérios “usos do solo”, “distribuição dos testemunhos que permitem estabelecer associações históricas” e a “fisiografia” ficaram evidenciados na identificação das seis unidades de paisagem, a saber:

- **unidade 1: Castro Laboreiro;**
- **unidade 2: Lamas de Mouro;**
- **unidade 3: Ribeiros;**
- **unidade 4: Gavieira;**
- **unidade 5: Ramiscal;**
- **unidade 6: Soajo.**

Esta análise ajudou a compreender a especificidade desta paisagem, e alertou para a necessidade urgente de intervir no sentido de reestabelecer equilíbrios. Não se defende a fossilização da paisagem, pois o seu valor está na mutabilidade e na multitemporalidade. O modelo de uso e gestão do território tem que encontrar novas formas de viabilidade que se devolvam um equilíbrio perdido, em parte, por consequência da política florestal conduzida pelo Estado a partir da década de 40 do século XX e, pontualmente, no caso da Várzea (Soajo), pela construção da barragem que submergiu os campos de cultivo. Importa então ajustar o seu desenvolvimento às exigências contemporâneas, garantindo a permanência das qualidades do passado e não menos importante assegurando equilíbrio ecológico. **A mudança é bem aceite quando planeada atendendo ao carácter da paisagem.**

Face à dinâmica sentida na paisagem, percepção-se uma situação fragilizada, sobre a qual importa intervir no sentido de assegurar a permanência e valorização do carácter da paisagem. Defende-se então uma actuação desenvolvida de acordo com quatro vectores, designadamente: (i) pró-actividade; (ii) visão integrada; (iii) criatividade; e, (iv) acompanhamento contínuo da evolução.

Com a pró-actividade pretende-se antecipar os efeitos sobre a paisagem que possam decorrer das actuações humanas, sendo por isso necessário adoptar *a priori* critérios paisagísticos na ponderação nas intervenções. Este é, aliás, um dos imperativos do desenvolvimento sustentável, ao requerer uma atitude de prevenção. No caso da paisagem esta materializa-se na necessidade de antecipar as possíveis repercussões tanto positivas como negativas, desde as fases de planeamento e projecto, a fim de evitar a necessidade de medidas correctivas, próprias de uma atitude passiva ou reactiva, que implicam, habitualmente, custos acrescidos e, por vezes, irreparáveis.

Por outro lado, a perspectiva integrada implica uma visão global que considere não apenas as paisagens reconhecidas com valor extraordinário, mas também as situações em que as paisagens se encontram degradadas, por exemplo. Àquela está também subjacente a necessidade das políticas sectoriais, nomeadamente, urbanismo, ambiente, turismo e património cultural, integrarem a definição de objectivos, medidas específicas e linhas de acção para a melhoria e salvaguarda da paisagem.

O vector da criatividade assenta na noção de que a paisagem é dinâmica, sujeita a mudanças mais ou menos intensas e, portanto, imersa num processo contínuo de transformação e desenvolvimento. Intervir sobre a paisagem significa salvaguardar o equilíbrio Homem-meio, facto que não deve implicar uma atitude estática, antes, porém, um desafio permanente de melhoria, baseado sempre no conhecimento aprofundado do seu carácter e das perspectivas de futuro defendidas.

Por fim, a perspectiva do acompanhamento contínuo relaciona-se também com o desenvolvimento sustentável, já que se pretende deter um olhar crítico sobre os efeitos provocados na paisagem pelas políticas, pelos planos ou acções implementadas, para garantir de uma tomada de decisão mais adequada à realidade e em momento oportuno.

Com a análise desenvolvida no âmbito da presente tese, fica lançado o desafio do seu alargamento à restante área do Parque Nacional, sem prejuízo de um continuado esforço de melhorar a aplicação da metodologia adoptada.

referências bibliográficas

- Abreu, A. C., 1989. Caracterização do Sistema Biofísico com vista ao Ordenamento do Território. Dissertação de Doutoramento. Universidade de Évora. Évora. 313pp.
- ADERE-PENEDA GERÊS, 1999. Território e Povoamento: Dinâmica dos Assentamentos. Síntese dos Trabalhos de Pesquisa. Programa de Requalificação do Ambiente Rural das Regiões do Parque Nacional da Peneda-Gerês e Parque Natural de Baixa Limia Serra do Xurês. não publicado. 70pp.
- ADERE-PENEDA GERÊS. 1999. Território, Povoamento, Construção. Programa de Requalificação do Ambiente Rural das Regiões do Parque Nacional da Peneda-Gerês e Parque Natural de Baixa Limia Serra do Xurês. 134pp.
- Agência Europeia de Ambiente, 1994. O Ambiente na Europa: avaliação Dobris. Cap. 8. Site disponível: Agência Europeia do Ambiente. URL: <http://www.reports.eea.eu.int/92-827-5122-8/pt/page004.html>. Consultado em 10 de Janeiro de 2002.
- Andrade, A., 1997. O Entre Lima e Minho no séc. XIII: a revelação de uma região. Câmara Municipal de Arcos de Valdevez. Arcos de Valdevez. 20pp.
- Andresen, M. T., 1992. Para a Crítica da Paisagem. Dissertação de Doutoramento. Universidade de Aveiro. 216pp.
- Andresen, T.; Bento, J.; Coelho, C.; Curado, M^a J., 1999. Propostas para a Qualificação Estética e Ecológica das Florestas em Portugal. Contributos do Projecto FORAM. 112pp.
- Antrop, M., 1997. The concept of traditional landscape as a base for landscape evaluation and planning. The example of Flanders region. *Landscape and Urban Planning*, 41: 155-161.
- Associação Nacional de Arquitectos Portugueses, 1988. Arquitectura Popular Portuguesa. 3 vol., 3^a Edição. Lisboa. 9-120.
- Baptista, A. Martinho, 1981. A arte do Gião. Separata da Revista Arqueologia, nº3, Junho de 1981. 13pp.
- Baptista, A. Martinho, 1986. Adenda à notícia explicativa da Carta Geológica de Portugal, Folha 1-D (Arcos de Valdevez) – arqueologia. Separata de Terra de Val de Vez, nº9. 20pp.
- Bastian, O., 2000. Landscape classification in Saxony (Germany): a tool for holistic regional planning. *Landscape and Urban Planning* nº50. Elsevier. 145-155.
- Bernáldez, F. G. et al, 1996. Agua y Paisaje: Naturaleza, cultura y desarrollo. MultiMedia Ambiental. Madrid, Espanha. 333pp.
- Bernáldez, F.G., 1984. Ecologia y Paisaje. Blume Ediciones. Madrid.
- Birnbaum, C. A., 1994. Protecting Cultural Landscapes: Planning, Treatment, and Management of Historic Landscapes. Preservation Brief 36. Site disponível: Department of the Interior, National Park Service (última actualização 2002). URL: <http://www2.cr.nps.gov/tps/tpscat.htm>. National Park Service. ASLA.USA. Consultado em 10 de Fevereiro de 2002.
- Birnbaum, C. A., 1996. The Secretary of the Interior's Standards for the Treatment of Historic Properties with Guidelines for the Treatment of Cultural Landscapes. Site disponível: Department of the Interior, National Park Service (última actualização 2002). URL: <http://www2.cr.nps.gov/tps/tpscat.htm>. Washington, D.C.: U.S.A, National Park Service. U.S.A.
- Bolós, M. et al., 1992. Manual de Ciencia del Paisaje: teoria, métodos y aplicaciones. Colección de Geografía. Masson, S. A.. Barcelona.

- Bruun, M, 1988. Nature and Culture in rural Landscape – a nordic project on Rural Landscape, International Federation of Landscape Architects, IFLA Yearbook. 50-51.
- Bruun, M, 1993. A Study for Nordic Landscaping Planning. In Heritage: conservation, interpretation, enterprise. Robert Gordon University. Donhead, London. 51-60.
- Caldas, E. Castro Caldas, 1994. Terra de Valdevez e Montaria do Soajo: Memória monográfica do Concelho de Arcos de Valdevez. Verbo. Arcos de Valdevez. 385pp.
- Caldas, E. Castro Caldas, 1998. A Agricultura na História de Portugal. Empresa de Publicações Nacionais. Lisboa. 599pp.
- Caldeira Cabral, F., 1993. Fundamentos da Arquitectura Paisagista. Instituto da Conservação a Natureza. Lisboa. 220pp.
- Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, 1995. Plano Director Municipal de Arcos de Valdevez: Hierarquização de Aglomerados. Arcos de Valdevez. 30pp.
- Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, 1995. Plano Director Municipal de Arcos de Valdevez: Hidrografia. Arcos de Valdevez. 36pp.
- Câmara Municipal de Melgaço, 1991. Plano Director Municipal de Melgaço: Património, nº 7. Melgaço. 14pp.
- Castro et al., 2001. Los Bosques Ibéricos: Una Interpretación Geobotánica. Editorial Planeta, Barcelona, Espanha. 175-211.
- Conselho da Europa, 1969. Convención Europea para la Protección del Patrimonio Arqueológico. Site disponível: Conselho da Europa (última actualização 2002). URL:<http://conventions.coe.int/treaty/EN/Treaties/Html/066.html>. Conselho da Europa. Consultado em 10 de Janeiro de 2002.
- Conselho da Europa, 1985. Convención Europea para la Protección del Patrimonio Arquitectónico da Europa. Site disponível: Conselho da Europa (última actualização 2002). URL:<http://conventions.coe.int/treaty/EN/Treaties/Html/121.html>. Conselho da Europa. Consultado em 10 de Janeiro de 2002.
- Conselho da Europa, 1992. Convención Europea para la Protección del Patrimonio Arqueológico (revisão). Site disponível: Conselho da Europa (última actualização 2002). URL:<http://conventions.coe.int/treaty/EN/Treaties/Html/143.html>. Conselho da Europa. Consultado em 10 de Janeiro de 2002.
- Conselho da Europa, 1994. Recomendación del Comité de Ministros a los Estados Miembros para un desarrollo y una utilización duraderos del mundo rural, com especial atención a la salvaguardia de a vida salvaje y de los paisajes. Site disponível: Conselho da Europa (última actualização 2002). URL: <http://cm.coe.int/ta/rec/1994/94r6.html>. Conselho da Europa. Consultado em 10 de Janeiro de 2002.
- Conselho da Europa, 1995. Recomendación del Comité de Ministros a los Estados Miembros sobre la conservación de los lugares culturales integrada com la política del paisaje. Site disponível: Conselho da Europa (última actualização 2002). URL: <http://cm.coe.int/ta/rec/1995/95r9.html>. Conselho da Europa. Consultado em 10 de Janeiro de 2002.
- Conselho da Europa, 1996. Pan European Biological and Landscape Diversity Strategy: a vision for Europe's natural heritage. Council of Europe. Executive Bureau for the Pan-European Biological and Landscape Diversity Strategy. European Centre for Nature Conservation, 50pp.
- Conselho da Europa, 2000a. Convención Europea del Paisaje. Site disponível: Conselho da Europa (última actualização 2002). URL:<http://conventions.coe.int/treaty/EN/Treaties/Html/176.html>. Conselho da Europa e Congresso de los poderes Locales y regionales (CPLR). Consultado em 10 de Janeiro de 2002.

Conselho da Europa, 2000b. Declaração sobre a diversidade cultural. Site disponível: Conselho da Europa (última actualização 2002). URL: <http://cm.coe.int/ta/decl/2000/2000dec2.html>. Conselho da Europa. Consultado em 10 de Janeiro de 2002.

Conselho da Europa, 2000c. Explanatory Report for the European Landscape Convention. Site disponível: Conselho da Europa (última actualização 2002). URL: <http://conventions.coe.int/treaty/EN/Treaties/Html/176.html>. Conselho da Europa e Congresso de los poderes Locales y regionales (CPLR). Consultado em 10 de Janeiro de 2002.

Conselho da Europa, 2000d. Pourquoi un patrimoine commun: la paysage patrimoine naturel et culturel. Site disponível: Conselho da Europa (última actualização 2002). URL: <http://www.nature.coe.int/french/main/naturopa/revue/commun5.html>. Naturopa 91. Conselho da Europa. Consultado em 10 de Janeiro de 2002.

Conselho da Europa, 2000e. Protección de los paisajes: bibliografía seleccionada. Site disponível: Conselho da Europa (última actualização 2002). URL: <http://www.nature.coe.int/french/main/naturopa/bibliographies/bibsel1a.html>. Conselho da Europa. Consultado em 10 de Janeiro de 2002.

Corraliza, J., 1993. Reacciones psicológicas a la estimulación escénica. *Ecosistema*, 6: 46-50.

Coudé Gaussen, G., 1979. Les Serras da Peneda et do Gerês (Minho-Portugal): Formes et formations d'origine froide en milieu granitique. Thèse de Douctoral de 3^e cycle, Université de Parisl-Panthéon-Sorbonne. France. 580pp.

Countryside Agency, 2001. A Landscape Strategy for Lancashire – Landscape Character Assessment. Site disponível: Countryside Agency (última actualização Agosto de 2002). URL: <http://www.gov.uk.html>. Environment Resources Management (ERM), Lancashire County Council, District Councils, Blackburn with Darwen Unitary Authority, North Yorkshire County Council and Craven District Council, U.K. Consultado em 10 de Setembro de 2002.

Countryside Agency, Scottish Natural Heritage, 1999. Interim Landscape Character Assessment Guidance. Land Use Consultants, Department of Landscape, University of Sheffield, 112pp.

Countryside Agency, Scottish Natural Heritage, 2002. Landscape Character Assessment: Guidance for England and Scotland. Site disponível: Countryside Agency (última actualização Agosto de 2002). URL: <http://www.gov.uk/ccii/guidance.html>. Carys Swanwick. Department of Landscape University. Consultado em 10 de Setembro de 2002. 84pp.

Countryside Commission, 1987. Landscape Assessment: A Countryside Commission Approach, CCD18, Countryside Commission, Cheltenham, UK. 45pp.

Countryside Commission, 1993. Landscape Assessment Guidance, CCP423, Countryside Commission, Cheltenham, UK. 45pp.

Countryside Commission for Scotland. 1991. Landscape Assessment: principles and Practice. UK. 15pp.

Countryside Council for Wales and University College Dublin, 2001, Guide to the best Practice in Seascape Assessment. Dublin. Site disponível: Countryside Council for Wales (última actualização Agosto de 2002). URL: <http://www.marine.ie/information.html>. Consultado em 15 de Setembro de 2002.

Daveau, S., 1986. Quaternary Climate in Western Mediterranean. Separata de Proceedings of the Symposium on Climatic Fluctuations during the Quaternary in the Western Mediterranean Regions. Centro de Estudos Geográficos. Lisboa. 81-93p.

DGOTDU, 1994. Paisagem. Colecção Estudos 2. Lisboa, 136pp.

- Diacono, P., 2001. Landscape Character Assessment Research. Draft Report. Countryside Agency. UK. 28p.
- Dias, J.; Oliveira, E. Veiga; Galhano, F., 1994. Espigueiros Portugueses. D. Quixote. Porto. 252pp.
- Direcção Regional de Agricultura de Entre-Douro e Minho, 1994. Carta Provisória dos solos de Entre-Douro e Minho. 150pp.
- Domingues, J. 1999. O Couto de S. João de Lamas de Mouro: suplemento histórico. Câmara Municipal de Melgaço. 127pp.
- Echániz, I., 1998. Las obras públicas en el Paisaje: Guia para el análisis y evaluación del impacto ambiental en el paisaje. Centro de Estudios y Experimentación de Obras Públicas. Ministerio de Medio Ambiente/Secretaría General de Medio Ambiente, Madrid. 343pp.
- European Centre for Nature Conservation and the Countryside Agency, 1999. Landscapes and Sustainability. Proceedings of the European Workshop on landscape assessment as a policy tool; 25th-26th March 1999 Strasbourg, Site disponível: European Centre for Nature Conservation. URL: <http://www.ecnc.nl/doc/ecnc/publicat/landsust.pdf>. Consultado em 10 de Janeiro de 2002. 94pp.
- Ewald, K.C. 2001, The neglect of aesthetics in landscape planning in Switzerland. Landscape and Urban Planning, nº 54, Elsevier. 255-266.
- Fernandes, J. M., 1991. A Arquitectura. Sínteses da Cultura Portuguesa. Imprensa Nacional da Moeda. Lisboa. 160pp.
- Fernandez, A. R. et al., 1979. Planificación Física y Ecológica. Modelos y Metodos. E.M.E.S.A., Madrid.
- Fladmark et al., 1993. Heritage: conservation, interpretation, enterprise. Robert Gordon University. Donhead, London. 355pp.
- Fontes, L., 1998. Arqueosítios. Site disponível: Universidade do Minho (última actualização 1998). URL: <http://www.geira.pt/arqueo/lista.html>. Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho. Consultado em 5 de Agosto de 2002.
- Forman, R.T & Godron, M., 1986. Landscape Ecology; John Willey and Sons, USA. 619pp.
- Gafeira, C., 1989. Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda-Gerês: Estudos Preliminares – O Clima. Divisão de Ordenamento e Projectos. SNPRCN/PNPG. 22pp.
- Geraldes, A. D., 1996. Brandas e Inverneiras: particularidades do sistema agro-pastoril castrejo. Cadernos Juríz-Xurés. Instituto da Conservação da Natureza, Parque Nacional da Peneda-Gerês. 62pp.
- Giorgis S., 1995. Rural Landscapes in Europe: principles for creation and management, Council of Europe. *Planning and Management Series*, nº 3. Estrasburgo. 72pp.
- Gomes, C.; Valente, I; Lima, F., 2000, Locais de Interesse Geológico na Área de Influência do PNPG, Rel. Síntese e Diagnóstico. Universidade do Minho. DCT. Braga.
- Graña, J. R., 2000. Território e Povoamento. Cadernos da Montanha: Peneda 1, coordenadores Laura Graça e Henrique Rita dos Santos, ADERE; INIA; PNPG; ANCRG; DRAEDM. Braga. 22-39.
- Graña, J. R., 2001. Relatório dos trabalhos desenvolvidos e elaboração de cartografia temática: caracterização física do território do PNPG. Revisão do Plano de Ordenamento do PNPG, Parque Nacional da Peneda-Gerês. 1ª fase. Não publicado. Braga. 45pp.

- Graña, J. Rey, 2002. Relatório dos trabalhos desenvolvidos e elaboração de cartografia temática: caracterização física do território do PNPG. Revisão do Plano de Ordenamento do PNPG, Parque Nacional da Peneda-Gerês. 2ª fase. não publicado. Braga. 85pp.
- Gulinck, H.; Múgica, M.; Lucio, J. V.; Atauri, J. A., 2001. A framework for comparative landscape analysis and evaluation based on land cover data, with an application in the Madrid Region (Spain). *Landscape and Urban Planning*, nº 55. Elsevier. 257-270.
- Herédia, R., 1990. Caracterização e Avaliação Paisagística. In PROZED, capítulo 11. Comissão de Coordenação da Região Norte. Porto.
- Holl, A.; Nilsson, Kjell, 1999. Cultural landscape as subject to national research programmes in Denmark. The Danish Forest and Landscape Research Institute, Elsevier. *Landscape and Urban Planning*, nº46, Elsevier, 15-27.
- Honrado, J.J.; Torres, J. Caldas, F. Barreto, 2002. A Flora e Vegetação da Mata do Ramiscal: Serra do Soajo, Parque Nacional da Peneda-Gerês. Unidade de Genética e Ecologia e Ecologia Vegetal (UGEV), Instituto de Ciências e Tecnologias Agrárias e Agro-Alimentares (ICETA), Universidade do Porto, Porto. 43pp.
- ICOMOS/UNESCO, 1992. Informe del grupo de Expertos sobre Paisajes Culturales. Site disponível: UNESCO (última actualização 2002). URL: <http://www.unesco.org/whc/toc/mainf10.html>. UNESCO. La Petit Pierre (França). Consultado em 15 de Janeiro de 2002.
- IFLA, APAP, 1990. Simpósio da Região Central da IFLA, Turismo e Gestão da Paisagem. Relatório Final. Porto. Portugal. 179pp.
- INAG, 2000. Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Lima. Prosistemas, Hidrorumo, Hidro4, Proscsc, 1ª fase, V. I – Síntese. Lisboa, 108pp.
- Instituto Português do Património, 2002. Base de Dados do IPA. Site disponível: Ministério da Cultura, Instituto Português do Património (última actualização: 18 de Agosto de 2002). URL: <http://www.2.ipa.min-cultura.pt>. Consultado em 20 de Agosto de 2002.
- IPAMB, 1993. Agenda 21. Documentos da Conferência da Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento. Vol. I. Instituto de Promoção Ambiental. Lisboa.
- IUCN, 1980. World Conservation Strategy. International Union for Conservation of Nature and Natural Resources. Geneva.
- IUCN, 2000. "Landscape Conservation Law: Present trends and perspectives in international and comparative law", IUCN Environmental Law Programme, IUCN Protected Areas Programme, Société Française le Droit de l'Environnement. IUCN Environmental Policy and Law Paper nº 39, IUCN The World Conservation Union, UK. 102pp.
- Jorge, V. Oliveira; Baptista, A. Martinho Baptista; Silva, E. Lopes; Jorge, Susana, 1997. As Mamoas do Alto da Portela do Pau: Castro Laboreiro (Melgaço). Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia. Porto. 130pp.
- Krause, L. C., 2001. Our visual Landscape: managing the landscape under special consideration of visual aspects. Elsevier. *Landscape and Urban Planning*, nº54, 239-254.
- Leitão, A. B., 1996. Integração de Técnicas de avaliação da Paisagem em Sistemas de Informação Geográfica. Dissertação de Mestrado em Mineralurgia e Planeamento Mineiro. Instituto Superior Técnico. Lisboa. 161pp.
- Lima, A. 1996, Castro Laboreiro: Povoamento e Organização de um Território Serrano. Cadernos Juriz-Xurés. Instituto da Conservação da Natureza, Parque Nacional da Peneda-Gerês. 155pp.

- Lopez Nunes, J. e Soares de Carvalho, G, 1981. A problemática dos índices glaciários quaternários na Serra do Gerês e Serra da Peneda (Portugal). Reunión de Xeoloxía e Minería do Noroeste Peninsular (Nadal, 1980). Cuadernos do Laboratorio Xeolóxico de Laxe. Publicacións do Seminario de Estudos Galegos. 289-292.
- Loureiro, N. Santos, 1980. Sistemas de Agricultura do PNPG: Estudos Preliminares para o Plano de Ordenamento do PNPG. Serviço Nacional de Parques e Reservas e Conservação da Natureza, Lisboa.
- Macedo e Tiago, 2000. Recursos Vegetais Espontâneos na Serra da Peneda. Cadernos da Montanha: Peneda 1, coordenadores Laura Graça e Henrique Rita dos Santos, ADERE; INIA; PNPG; ANCRG; DRAEDM. Braga. 168-174.
- Macedo, J., 1987. Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda-Gerês: Estudos Preliminares – Síntese Fisiográfica e Geologia. Divisão de Ordenamento e Projectos. SNPRCN/PNPG. 29pp.
- Madeira, M. A. Valeriano; Furtado, A.F.A.Sanches, 1984. Os solos formados a partir de rochas graníticas sob clima temperado super-húmido: Parque nacional Peneda-Gerês suas características mais relevantes. Lisboa. 54pp.
- MARN – MINISTÉRIO DO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS, 1995. Plano Nacional de Política de Ambiente, Anexos, Lisboa.
- Marques, A.H. Oliveira, 1991. História de Portugal. Sínteses da Cultura Portuguesa. Imprensa Nacional da Moeda. Lisboa. 167pp.
- McClelland, L.F.; Keller, J. T; Keller, G. P.; Melnick, R. Z.; Land and Community Associates, 1995. Guidelines for Evaluating and Documenting Rural Historic Landscapes. Site disponível: Department of the Interior, National Park Service (última actualização 2002). URL:<http://www2.cr.nps.gov/tps/tpscat.htm>. National Register Bulletin nº 30. Department of the Interior, National Park Service. U.S.A..
- McHarg, I., 1992. Design with Nature. New York: John Wiley & Sons, Inc. 197pp.
- Medeiros, I., 1986. Estruturas Pastorais e Povoamento na Serra da Peneda. Estudos de Geografia Humana e Regionas. Centro de Estudos Geográficos. Universidade de Lisboa. Lisboa. 9pp.
- Melo, M.; Xavier, D., 2000. As pastagens na Serra da Peneda. Cadernos da Montanha: Peneda 1, coordenadores Laura Graça e Henrique Rita dos Santos, ADERE; INIA; PNPG; ANCRG; DRAEDM. Braga. Pág. 71-87.
- Mendes, Lagrifa J., 1970. O Parque Nacional do Gerês. Extraído do fascículo 2º, V. I, Boletim da Sociedade Portuguesa de Ornitologia. Empresa Industrial Gráfica do Porto, Lda. Porto 19pp.
- Meurk, Colin D. and Swaffield, Simom R., 2000. Landscape classification in Saxony (Germany): a tool for holistic regional planning. *Landscape and Urban Planning* nº50. Elsevier. 129-144.
- MOPU. 2000. Guia metodológico para la elaboración de estudios de médio físico. Ministerio de Medio Ambiente/Secretaria General de Medio Ambiente, cap. XI. Madrid. 481-546.
- Moreira, A.; Ribeiro, Mª L., 1991. Carta Geológica do Parque Nacional da Peneda-Gerês: Nota explicativa. Direcção-Geral de Geologia e Minas. Serviços Geológicos de Portugal. Serviço Nacional de Parques e Reservas e Conservação da Natureza. Braga. 57pp.
- Moura, A. Reis, 1993. Espigueiros de Portugal. Parque Natural da Ria Formosa. Instituto da Conservação da Natureza. Portimão. 132pp.
- Naveh, Z e Lieberman, A., 1994. Landscape Ecology – Theory and Application. Springer-Verlag. New York.

- Naveh, Z., 1995. Interactions of landscape and culture. *Landscape and Urban Planning*, 32: 43-54.
- Naveh, Z., 2000. What is holistic landscape ecology? A conceptual introduction. *Landscape and Urban Planning*, 50: 7-26.
- Odum, Eugene P., 1988. Fundamentos de Ecologia. Fundação Calouste Gulbenkian, 4ª Edição. Lisboa. 927pp.
- Oliveira, A. 1968. Castro Laboreiro o Drama da Terra. Separata de "Comunidades Portuguesas", nº 10, Abril de 1968. Lisboa. 8pp.
- Oliveira, Veiga E.; Pereira, Benjamim; Galhano, Fernando, 1988. Construções Primitivas em Portugal. Publicações D. Quixote, 2ª Edição. Lisboa. 363pp.
- Partidário, M. R., 1999. Introdução ao Ordenamento do Território, Universidade Aberta, Lisboa. 210pp.
- Penning-Rowsell, E. C., 1981. Assessing the validity of landscape evaluations. *Landscape Research*, 6:22-24.
- Pintor, M. B. 1965. Castro Laboreiro e seus Forais. Comunicação apresentada ao Congresso Histórico de Portugal Medieval. Braga em Novembro de 1959. Separata da Bracara Augusta, Vol XVIII-XIX nº 41-42 (53-54). 16pp.
- Pires, C. Borges, 2000. Estrutura das Explorações Agrícolas de Cabreiro, Gavieira e Sistelo. Cadernos da Montanha: Peneda 1, coordenadores Laura Graça e Henrique Rita dos Santos, ADERE; INIA; PNPG; ANCRG; DRAEDM. Braga. Pág. 49-57.
- PNPG, 1992. Plano de Ordenamento: Área de Ambiente Natural. Divisão de Ordenamento e Projectos, Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, Lisboa. 48pp.
- PNPG/ICN, 1995. Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda-Gerês, Relatório síntese. ICN-PNPG. 90pp.
- Polanah, L., 1979. Castro Laboreiro de Relance. Colecção Minia, 2ª série. ano 2, nº3. Parque Nacional da Peneda-Gerês. Braga. 24pp.
- Polanah, L., 1981. Comunidades camponesas no Parque Nacional da Peneda-Gerês. Colecção "Parques Naturais", nº8. Serviço Nacional de Parques e Reservas Naturais, Lisboa.
- Primavera, P.; Álvares, F.; Petrucci-Fonseca F., 2002. Recuperação e valorização dos Fojos do Lobo. 1º Relatório de Progresso. Protocolo PNPG/GL. Grupo Lobo. Lisboa. 27pp.
- Ribeiro, O., 1946. Geografia de Portugal em Portugal. Centro de Estudos de Geografia. Sociedade de Geografia. Coimbra.
- Ribeiro, O., 1986. Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Editora Sá da Costa. Lisboa.
- Rocha Peixoto, 1990. Etnografia Portuguesa. Publicações D. Quixote. Lisboa. 427pp.
- Rocha Peixoto, 1991. Homens que Partem e Mulheres que Ficam. Publicações D. Quixote. Lisboa. 316pp.
- Rodrigues, A., 1985. Pontes Romanas e Românicas de Castro Laboreiro. Câmara Municipal de Melgaço. Melgaço. 43pp.
- Saraiva, Mª G., 1999. O Rio como Paisagem: Gestão de Corredores Fluviais no Quadro do Ordenamento do Território. Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas. Fundação Calouste Gulbenkian. Fundação para a Ciência e Tecnologia. Ministério da Ciência e Tecnologia. 223-379.

Scottish Natural Heritage, 2000. Landscape and Landscape assessment, Consultation Draft of Guidelines for Planning Authorities. Site disponível: Scottish Natural Heritage (última actualização Janeiro de 2002). URL: <http://www.environ.ie/plan/landscape.html>. Department of The Environment and Local Government. Consultado em 30 de Janeiro de 2002.

Serra, M^a da G.; Carvalho, M^a de L., 1988. Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda-Gerês: Estudos Preliminares – A Flora e Vegetação do Parque Nacional da Peneda-Gerês. Divisão de Ordenamento e Projectos. SNPRCN/PNPG. 58pp.

SNPRN (Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza), 1988. Bibliografia (compilação de fontes bibliográficas). Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda-Gerês. Estudos Preliminares. Divisão de Ordenamento e Projectos. Lisboa.

Teixeira, G.; Belém, M., 1998. Diálogos de edificação. CRAT (Centro Regional de Artes Tradicionais). Porto. 321p.

Telles, G.R, 1985. Para Além da Revolução. Lisboa. Edições Salamandra.

UNESCO, 1962. Recomendación relativa a la protección de la beleza y del carácter de los lugares y paisajes. Site disponível: UNESCO (última actualização 2002). URL: <http://www.unesco.org/culture/laws/landscapes.html>. UNESCO. Consultado em 15 de Janeiro de 2002.

UNESCO, 1972. Convención para la protección del Património Mundial, Cultural y Natural. Site disponível: UNESCO (última actualização 2002). URL: <http://www.unesco.org/whc/nwhc/pages/doc/main.htm>. UNESCO. Consultado em 15 de Janeiro de 2002.

UNESCO, 1997. Glossary of World Heritage Terms. Site disponível: UNESCO (última actualização 2002). URL: <http://www.unesco.org/whc.htm>. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization-Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage, World Heritage Committee. WHC.97/16. Paris. Consultado em 15 de Janeiro de 2002.

Usher, M. B (ed), 1999. Landscape Character. Perspectives on Management and Change. The Stationary Office. Scottish Natural Heritage and Macaulay Land Use Research Institute. Edinburg.

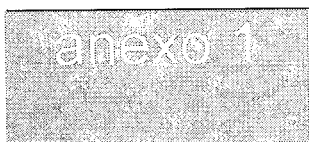
Vários, 1997. EDEC – Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário. Primeira versão oficial provisória. Reunião de Ministros responsáveis pelo Ordenamento do Território dos Estados membros da União Europeia. Noordwijk. 94pp.

Vieira, C.; Honrado, J.; Sêneca, A.; Caldas, F. Barreto, 2002. Cartografia e Caracterização Florística e Fitocenótica das Turfeiras do Parque Nacional da Peneda-Gerês. Unidade de Genética e Ecologia e Ecologia Vegetal (UGEV), Instituto de Ciências e Tecnologias Agrárias e Agro-Alimentares (ICETA), Universidade do Porto, Porto. 64pp.

Vieira, C.; Veríssimo, R., s/d. Habitat e sistemas construtivos na área do PNPG/Parte I: Estudo dos Aglomerados Populacionais. DOP/DGAP, SNPRCN, 43pp.

Vos, Willem; Meekes, H., 2000. Trends in European cultural Landscape development: perspectives for a sustainable future. *Landscape and Urban Planning* nº46. Elsevier. 3-14.

Wascher, D.M., 2000. The Face of Europe – Policy Perspectives for European Landscapes, Report on the implementation of the PEBLDS Action Theme 4 on European Landscapes, published under the auspice of the Council of Europe. European Centre for Nature Conservation, Tilburg, 60pp.



ficha de apoio a trabalho de campo

AVALIAÇÃO DO CARÁCTER DA PAISAGEM
Identificação e caracterização das unidades de paisagem
noroeste do PNPG (serra da Peneda)

1- CONTEXTO

folha nº	
unidade nº:	
unidades adjacentes	
limites das unidades	

concelho	freguesia	lugares
Melgaço	Castro Laboreiro	
	Lamas de Mouro	
Arcos de Valdevez	Cabreiro	
	Gavieira	
	Soajo	
	outras	

2- COMPONENTES DO SISTEMA BIOFÍSICO:

2.1- Relevo

hipsometria	muito elevada - 1200-1400	
	elevada - 900-1200	
	média 300-900	
	baixa - 0-300	
declives	levemente inclinado (0-8%)	
	medianamente inclinado (8-15%)	
	Inclinado (15-25%)	
	muito inclinado (25-35%)	
	escarpado (> 25%)	
exposições predominantes	norte	
	sul	
	este	
	oeste	
	horizontal	
síntese fisiográfica	vale estreito	
	vale relativamente largo	
	zonas de festo principais	
	zonas de festo secundários	
	principais centros de encontro	
	principais centros de distribuição	
	montanhoso	
	ligeiramente acidentado	
	relativamente plano	

2.2- Geologia

litologia (rochas predominantes)	pós-tectónicas (granitos)	
	sinectónicas (granitos)	
	silúrico (xistos)	
geomorfologia	depósitos do quaternário	
	depósitos de vertentes	
	falhas	
	presença de afloramentos rochosos	

2.3- Solos

classes	leptosolos	
	regossolos	
	antrossolos (com/sem socalcos)	

2.4- Hidrografia

linhas de água	principais	
	secundárias	
	cascatas	
bacias hidrográficas	principais	
	secundárias	
planos de água	albufeira	
	charca	

2.5- Recursos biológicos

composição	arbóreo (incluindo espécies ripícolas)	
	resinosas	
	folhosas	
	misto	
distribuição	arbustivo (matos)	
	herbáceo (incluindo turfeiras)	
	mancha	
	corredor/linha	
densidade	pontual	
	muito denso	
	medianamente denso	
diversidade	pouco denso	
	uniforme	
	misto/diversificado	
dominância	predomínio de uma espécie	
	predominantemente exótico	
	predominantemente autóctone	
outras áreas de interesse	ecossistemas raros ou valiosos	
	presença de espécie raras ou em vias de extinção	
	zonas com estatuto de protecção	

3- COMPONENTES SÓCIO-ECONÓMICAS (usos do solo)

configuração espacial	regular	
	irregular	
	muito irregular	
	geométrico	
tipo de povoamento	concentrado	
	polinucleado	
	linear	
compartimentação	fechado (áreas de cultivo)	
	aberto (baldios)	
	sebes de compartimentação	
	muros de compartimentação	
eixos viários	estradas principais	
	estradas secundárias	
	caminho carreteiro (terra batida)	
dimensão da propriedade	dimensão média	
	pequena	
	média	
núcleos edificados	pequeno	
	grande	
	tipologia/função	
	brandas	
	lugares fixos	
agricultura (produção vegetal)	inverneiras	
	lamieiros	
	frutícolas	
	vinha	
	hortícolas	
	culturas de sequeiro	
	culturas de regadio	
	outros	

4- PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO

neolítico	mamoas/anta/necrópole megalítica	
romano	ponte	
idade do ferro	castro	
época medieval	núcleos edificados	
	castelo	
	pontes	
arquitectura popular	fojo	
	abrigos de pastor	
	moinho	
	forno	
	muros	
	fonte/tanque	
	pelourinho	
	espigueiros e eiras	
	portões	
	calçadas	
arquitectura religiosa	igreja	
	santuário	
	capela	
	cemitério	
	alminha	
	cruzeiro	
	caminhos de romeiro	
arqueológico-industrial- tecnológico	barragem e central hidroeléctrica	
época 40/60	casas de serviços florestais	
	viveiros	
	escolas	
	casas de guarda fiscal	

5- ASPECTOS VISUAIS

escala	intimista	grande	vasta
textura	finas	média	grosseira
cor	monocromática	esbatido	colorido
forma	inclinado	ondulado	horizontal
diversidade	uniforme	diverso	complexo
dinâmicas visuais	imóvel	calmo	movimentado
equilíbrio	harmonioso	discordante	caótico

fotografias nº:	
direcção da vista:	

DESCRIÇÃO:

anexo 2

caracterização da área em estudo – componentes biofísicas

1 análise das componentes do sistema biofísico

1.1 clima

A dificuldade em obter dados mais específicos sobre o clima conduz-nos à apresentação de dados genéricos sobre esta variável. O PNPG insere-se numa **zona de transição entre o clima mediterrâneo de feição oceânica** (Inverno suave com chuvas abundantes que se prolongam durante o Outono e Inverno, Verão relativamente fresco e amplitude térmica anual raramente superiores a 10°C) e o **clima mediterrâneo de feição continental** (Inverno muito frio, frequentemente com ocorrência de geadas e neve, Verão quente e amplitude térmica anual com valores que rondam os 20°C) (PNPG, 1995).

A proximidade ao mar, a posição latitudinal e a presença de vigorosos maciços montanhosos, assim como a sua direcção e a própria configuração dos vales (principalmente dos rios Lima e Minho), determinam fortemente o regime térmico e pluviométrico desta área, quer permitindo a entrada das massas de ar marítimo, quer constituindo-se como barreiras que impedem a entrada da acção moderadora atlântica. As fortes elevações cumprem o papel de barreira de condensação dos ventos oceânicos carregados de humidade, facto que transforma esta região numa das zonas mais chuvosas da Europa. Assim, constatamos, praticamente em toda a área, uma influência da acção moderadora marítima, proporcionando temperaturas mais moderadas, quer nas estações quentes como frias, exceptuando-se as zonas de cota mais elevada, incluindo os patamares superiores do planalto de Castro Laboreiro, onde se verifica uma influência continental mais acentuada, que provoca frios intensos de Inverno com ocorrência de neve (PNPG, 1992).

A **temperatura média anual varia entre 10°C e 12,5°C**, sendo o mês mais frio e mais quente, respectivamente, Janeiro e Julho. Estamos na presença de um clima rico em precipitações repartidas por uma boa parte do ano (precipitação superior a 100 dias no ano). Os meses de **Julho e Agosto correspondem ao período de menor precipitação**, sendo **Dezembro e Janeiro os meses que apresentam valores mais elevados**. A **precipitação anual média ronda os 2000-2400mm**, no entanto os valores máximos podem ainda ultrapassar este valor, podendo aproximar-se de 2800mm, principalmente nas zonas de maior altitude (idem, 1992).

1.2 geologia

No âmbito deste trabalho importa reconhecer os aspectos geológicos que poderão influenciar a forma como o Homem se apropria do meio. Para além disso, a variação litológica ainda contribui para a expressão visual diversificada do modelado e, ainda, reflecte um valor de interesse científico. Tal como explicita Moreira e Ribeiro (1991:9), "(...) no campo da geologia, esta região [PNPG, incluindo a serra da Peneda] é uma das mais interessantes do país, quer pela belíssima exposição das fácies e estruturas presentes, quer pela natureza de alguns fenómenos observáveis".

De acordo com a leitura da Carta Geológica¹ verifica-se uma predominância de rochas graníticas. Da orogenia hercínica, pode-se salientar a ocorrência de rochas sinectónicas e pós-tectónicas. No que concerne à distribuição das rochas graníticas mais antigas – sinectónicas (com aproximadamente 320-310 milhões de anos) existem 3 situações distintas: a) no patamar superior do Planalto de Castro Laboreiro, portanto na zona mais a N e NO, em que temos a presença de **granito da Serra Amarela** (grão grosseiro a médio, de duas micas), **granito de Pedrada e Ermida** (grão fino, de duas micas) e **granito 'nodular' e migmatitos associados** (de Castro Laboreiro); b) no extremo O, S-SO, na zona do maciço denominado, por vezes, por Serra do Soajo, incluindo a área do Ramiscal, em que surgem: **granito do Mezio** (porfíroide de grão médio, de duas micas), **granito de Soajo** (grão grosseiro a médio, de duas micas, com alguns megacristais de feldspato

¹ Direcção Geral de Geologia e Minas, Serviços Geológicos de Portugal, 1991. Carta Geológica do Parque Nacional da Peneda-Gerês, Escala 1/50 000.

potássico), **granito da Serra Amarela** e **granito de Pedrada e Ermida**; e, finalmente, c) a SE, na zona de Várzea, onde afloram: **granito de Lindoso e Várzea** (granito de grão médio, de duas micas, às vezes com restos de quartzo) e, novamente, o **granito de Soajo**.

Na zona central da serra da Peneda surgem os granitos mais recentes – rochas pós-tectónicas (com cerca de 297-290 milhões de anos). Podem-se salientar: a) na parte central da área, em que ocorre um forte predomínio do granito do tipo **granito do Gerês** (granito porfiróide ou de tendência porfiróide, de grão grosseiro ou médio, biotítico); b) numa pequena área onde se situam lugares de Ribeiro de Baixo, Ribeiro de Cima e Poussios onde surge o **granito de Paufito** (porfiróide de grão médio, biotítico); c) numa reduzida zona em Tieiras de **granito do Carris, Borraqueiro e Tieiras** (biotítico de grão fino, por vezes porfiróide); e d) em situação muito restrita ocorre também o **Granito orbicular junto a Couto do Osso** (identificado como um local de interesse geológico)². Na generalidade, estes granitos pós-tectónicos destacam-se perfeitamente na paisagem já que conferem à serra um relevo bastante vigoroso e desnudado (idem, 1991).

No território, os granitos descritos resultam num relevo bastante acentuado de vales fortemente encaixados, reflectindo as características da tectónica a que estiveram sujeitos e que, frequentemente, nas zonas mais altas apresentam a rocha à superfície e grande abundância de afloramentos rochosos. Este aspecto contrasta com o relevo que se faz notar nas zonas em que ocorrem materiais de origem xistosa, em que o modelado é mais suave.

As rochas de origem sedimentar de idade de Silúrica – Paleozóico (cerca de 435 a 408 milhões de anos) são constituídas por **xistos pelíticos e metagrauvaques** e surgem de forma muito restrita e em duas situações claramente distintas: a) limite NE da área em estudo, no planalto de Castro Laboreiro e, b) numa faixa com a direcção sensivelmente NNO-SSE, partindo, praticamente, da Branda da Bouça dos Homens até à zona de confluência do rio Laboreiro com o rio Lima (prolongando-se, posteriormente, por Lindoso até Louriça, com a direcção N-S) (Moreira e Ribeiro, 1991).

Na era quaternária (Pleistocénico, há cerca de 1.8 milhões de anos a 10 000 anos), a ocorrência de fortes variações climáticas à escala do globo, provocou grandes alterações à morfologia da superfície terrestre. Na área em estudo, como aliás em todo o PNPG, os vestígios do glaciário não são muito convincentes para alguns autores; porém, na sequência de estudos mais exaustivos este facto tem vindo a ganhar consenso (Jorge, 1888, 1891; Girão, 1958; Coudé Gaussen; 1978, 1979; cit. por Lopez Nunes e Soares de Carvalho, 1981). Segundo Gomes *et al.* (2000), no âmbito da morfologia glaciár destacam-se o circo glaciário próximo da nascente do rio Gingiela (freguesia da Gavieira), em que é possível observar granito de formas aborregadas, polidas e estriadas e moreia lateral no maciço de Gorbelas; moreia terminal no leito do rio referido em Rouças (freguesia da Gavieira) e Alto do Vez (fora dos limites do PNPG, mas muito próximo), onde se visualizam penedos graníticos aborregados estriados e polidos.

Para além das formas que resultam da acção dos glaciares é ainda possível constatar a presença de outras rochas de formas peculiares, modeladas através de fenómenos de geodinâmica externa sobre a rocha fracturada (agentes atmosféricos em conjugação com diaclases, fracturas, etc.). Estas formações podem assumir aspectos distintos, adquirindo algumas rochas formas curiosas, às quais a imaginação popular atribuiu, nesta área, designações como "**Lagarto**" (Portela do Lagarto), "**Bico do Patelo**" (*Vale das Inverneiras*), "**Tartaruga**" (Castro Laboreiro), "**Águia**" (Alto de Adonela, Bico), etc. Sob o ponto vista geomorfológico é possível observar nesta área, outras formas modeladas, nomeadamente, "**caos de blocos**", "**blocos empilhados**", "**tors**", "**bolas**", "**meda**", "**pias**", "**marmitas de gigante**", entre outras.

Neste território os valores geológicos estendem-se também à presença de alguma diversidade de minerais. Assinala-se, nomeadamente, a presença de algumas massas de **quartzo**, os **feldspatos potássicos** (embora sem interesse económico), ainda o **berilo** na Várzea (freguesia do Soajo), que teria sido explorado durante a 2ª Guerra Mundial, **volframite** (filão intrusivo em metassedimentos mineralizado) a norte da foz do rio Laboreiro, e também, em Campos Verdes é assinalado durante a 2ª Guerra Mundial um filão quartzo volframítico (Moreira e Ribeiro; 1991).

² Gomes, C.; Valente, I; Lima, Fernanda. Locais de Interesse Geológico na Área de Influência do PNPG, Relatório Síntese e Diagnóstico. Universidade do Minho. DCT. Braga. 2000.

1.3 fisiografia

O maciço da serra da Peneda prolonga-se para S em patamares, culminando no vale do Rio Lima que separa o maciço da serra da Peneda da serra Amarela. O ponto de cota mais elevado do maciço é Pedrada (1416m). A NO no planalto de Castro Laboreiro a cota mais elevada situa-se em Giestoso (1336m). A vertente N e NO da Serra da Peneda marca a descida para o vale do Minho, marcada por uma densa rede de linhas de água que drenam para o rio Mouro, que acabará por inflectir para N e juntar-se ao Rio Minho.

As características da litologia, os movimentos tectónicos e a erosão diferencial são sem dúvida os principais factores que contribuem decisivamente para a configuração do relevo desta área. Em geral, acidentado e montanhoso, ligeiramente suave a NE (planalto). Os fenómenos de fracturação são responsáveis pela compartimentação do maciço granítico e também pela distribuição da rede hidrográfica, vales encaixados de traçado praticamente rectilíneo, com diversas direcções, por exemplo, com a direcção NNE-SSW, no vale da Senhora da Peneda e NNW-SSE e N-S (direcção de muitos dos seus afluentes). Para além disso, são evidentes pequenas superfícies aplanadas nas áreas mais altas dos maciços montanhosos (Coudé-Gaussen, 1981).

Em termos fisiográficos, poderemos distinguir 3 (três) situações distintas: a) áreas aplanadas em altitude; b) zonas de transição (encostas); e, c) os fundos dos vales propriamente ditos. Na situação referida em primeiro, ocorrem superfícies de relevo ondulado a muito ondulado em situações planas ou plano convexas, situando-se os declives dominantes entre 15 e 25-30%. São frequentes os afloramentos rochosos, já que existe também um predomínio de rochas graníticas, sobretudo nos cabeços e em formas convexas. Estas áreas são frequentemente usadas para pasto em regime livre. As zonas de transição apresentam um relevo muito ondulado, acidentado a muito acidentado, com declives dominantes superiores a 30%, que podem atingir, frequentemente, 40-45%, sendo as áreas cultivadas normalmente terraceadas com socalcos de largura variável em função do declive das encostas, mas normalmente estreitos. A ocorrência de afloramentos rochosos é uma constante. Nas áreas referidas por último, as situações de fundo de vale apresentam normalmente largura reduzida e declives pouco acentuados, sendo aproveitados por parte do homem para a actividade agrícola.

Os núcleos edificados encontram-se sempre situados nas franjas destas áreas, frequentemente assentes sobre maciços rochosos. Na actividade agrícola aproveitam-se todas as zonas mais baixas e aplanadas. À medida que se sobe em altitude verifica-se uma rarefacção dos núcleos agricultados (e habitados), exceptuando-se as zonas planálticas e outras áreas onde se verifica a ocorrência de alvéolos com solos férteis em altitude (brandas de cultivo, freguesia de Gaveira e Cabreiro) que ainda que, por vezes, sejam de dimensões reduzidas nunca deixam de ser exploradas pelo Homem.

A variação de acidentes fisiográficos, aliada à altimetria, declividade e às exposições tornou-se determinante na ocupação humana. As variações altimétricas são bastante significativas, podendo variar entre o ponto referido da Pedrada com 1416m e os 50m em situação de fundo de vale do rio Lima. Verifica-se uma diminuição da altitude para sul – rio Lima. Os declives em geral são bastante acentuados (grande parte da área dentro da classe dos 30-45%), em especial ao longo das encostas dos vales principais, os quais se apresentam bastante encaixados. Os granitos pós-tectónicos do tipo granito do Gerês proporcionam um modelado mais agreste de declives abruptos (afloram em grande parte no maciço central da serra da Peneda).

1.4 hidrografia

Rede hidrográfica densa, resultante em grande medida pelos fenómenos de fracturação, podendo-se constatar a ocorrência de vários rios coincidentes com linhas de fractura, por exemplo, o rio Castro Laboreiro, rio da Peneda, rio da Veiga, rio Mouro, entre outras linhas de água secundárias. Grande quantidade de linhas de água de carácter torrencial que provocam na estação mais chuvosa o forte arrastamento de materiais para jusante, tornando frequente a ocorrência de leitos cobertos com materiais muito pouco consolidados, como é bem visível, por exemplo do rio da

Veiga, Peneda, Castro Laboreiro, etc. Os fenómenos de erosão hídrica ocorrem com forte incidência, sendo frequente o surgimento de desprendimentos de terras provocados pelo excesso de água à superfície e de infiltração, provocando a ocorrência de fenómenos, vulgarmente, designados entre a população por “quebradas” (por exemplo, muito frequentes na Fraga das Pastorinhas). Em situações de encostas declivosas e nas cotas mais elevadas, em que o substrato é mais duro e os talwegues se encontram nas suas fases iniciais de formação, normalmente de carácter temporário, surgem cascatas naturais (por exemplo, a cascata da fraga da Meadinha, Peneda).

Estão presentes na área em estudo duas grandes unidades hidrográficas, a bacia do rio Lima e a do Rio Minho. A bacia do Rio Minho, pela área que ocupa na área em estudo não apresenta grande representatividade, pelo que se explorará neste ponto, fundamentalmente, os aspectos caracterizadores da bacia do rio Lima. Relativamente à bacia do rio Minho, importa apenas assinalar a presença do Rio Mouro, que passa junto a Lamas de Mouro, nascendo junto à Portela do Lagarto (1189m de altitude).

O rio Lima constitui-se como um dos limites da área em estudo. Os rios Castro Laboreiro e rio Ramiscal são seus afluentes. Ambos nascem na serra da Peneda, o rio Ramiscal (afluente do rio Vez) em Lamas do Vez (altitude aproximada de 1200m) e o rio Castro Laboreiro no patamar superior do planalto, em Cabreira (1332m de altitude).

A bacia hidrográfica do Rio Castro Laboreiro ocupa uma área de 238,5km², na área em estudo. É um rio típico de montanha (regime torrencial) que se estende num comprimento aproximado de 32,5Km. O rio Castro Laboreiro corre no sentido N-NO/S-SO em praticamente toda a sua extensão, embora no troço inicial assuma a direcção E-O. Neste rio desaguam várias linhas de água, destacando-se o rio da Peneda (margem direita), principalmente pela sua maior dimensão comparativamente aos restantes. O rio da Peneda nasce junto à Portela do Lagarto (1189m de altitude) e dirige-se segundo a direcção N-NO/S-SO. Como afluente directo do Rio Lima convém ainda assinalar a presença do rio Adirão, que nasce ligeiramente a montante do lugar de Adirão, assumindo a direcção aproximada de N-S.

Embora não muito importante em termos de hierarquia da bacia do rio Vez, mas bastante significativo no contexto da área em estudo, o rio Ramiscal surge numa das mais simbólicas manchas de valor biológico para o PNPG. Esta linha de água desenvolve-se, sensivelmente, no sentido E-O, nascendo no alto da Pedrada (1416m de altitude).

Como principais planos de água, salienta-se o plano da albufeira pertencente ao aproveitamento hidro-eléctrico – sistemas do Alto Lindoso-Touvedo. Apenas parte deste empreendimento encontra-se na área em estudo (a zona do Alto Lindoso). Este plano de água veio ocupar uma vasta área de terrenos agrícolas (nível pleno de armazenamento aproximadamente à cota de 350m), tendo afectado sobretudo o lugar da Várzea (Freguesia do Soajo).

1.5 solos

De uma forma geral, na área em estudo existe uma relativa homogeneidade pedológica em toda a área, sendo o granito o material dominante nos solos presentes. No entanto, a existência de uma reduzida faixa de materiais xistosos permite a existência de manchas de solos também relacionadas com este facto.

A acção dos agentes erosivos sobre as rochas, de origem predominantemente granítica, conduz à meteorização do granito, resultando em solos ácidos, bastante arenosos e constituídos por uma grande quantidade de elementos grosseiros de quartzo e feldspato, factor determinante na evolução do coberto vegetal e, consequentemente, da paisagem. A topografia do terreno assegura um papel crucial em termos de edafogénese. De uma forma geral, verifica-se que nas zonas de cota elevada e mais declivosas (relevos de formas convexas sujeitos a processos de erosão constantes, que podem ser agravados na ausência do coberto vegetal e drenagem superficial excessiva) surgem os solos esqueléticos muitas vezes associados com afloramentos rochosos, nas zonas de

vale ou de declives suaves (situações côncavas ou plano-côncavas que tendem para a acumulação desses elementos carregados) os solos são mais profundos.

Os processos pedológicos nas zonas de serra são ainda, fortemente, condicionados pela actuação antropogénica, já que a prática do pastoreio implica a realização de queimadas, que resulta na perda da camada de vegetação protectora, e da massa vegetal (matos), facto que conduz à interrupção dos fenómenos de sucessão natural, gerando, conseqüentemente, solos delgados com perfil pouco diferenciado. Nas zonas de deposição ocorrem solos mais espessos, mas que pela sua juventude, se apresentam também com perfis pouco diferenciados.

Quanto aos solos, a carta de solos disponível é à escala 1/100 000, pelo que deverá ser considerada com alguma relatividade. A litologia determina a génese dos solos-franco arenosos - as unidades pedológicas não tem horizonte B, na generalidade sem aptidão para a agricultura e apenas uma pequena mancha com aptidão florestal mediana. As áreas agricultadas estão dispostas em terraços com socalcos, ou nos fundos dos vales, correspondendo aos antrossolos. Solos de reduzida fertilidade natural - fertilidade muito melhorada pelas actividades humanas - estrumação. De acordo com a leitura da Carta Provisória de Solos da Região de Entre-Douro e Minho (1994)³, os solos dominantes são os seguintes: **a) Antrossolos; b) Regossolos e c) Leptossolos.**

Os primeiros estão sujeitos a uma actividade humana mais intensa e, por isso, sofreram modificações profundas dos horizontes originais do solo (por exemplo, soterramento dos horizontes originais, adições contínuas de matéria orgânica ao longo dos tempos, rega, etc.). Correspondem, em grande parte, a solos presentes em zonas com socalcos, porém, também podem encontrar-se em situações não terraceadas mas, frequentemente, sujeitas a operações culturais. Predominam na veiga de Lamas de Mouro, zona correspondente aos lugares fixos, brandas e inverneiras da freguesia de Castro Laboreiro, zona, sensivelmente, coincidente com a área que corresponde à implantação da Bouça dos Homens, S. Bento do Cando, Vilela Seca, Lordelo e Avelar, faixa que liga Igreja, Rouças e Tibo e, ainda, faixa que abrange os principais lugares da freguesia do Soajo (exceptuando Adrao e Várzea).

Os regossolos resultam de materiais não consolidados, formados a partir de materiais de alteração e desagregação da rocha subjacente, a qual se encontra relativamente próxima da superfície. Apresentam-se quer com origem na desagregação de xistos (representação pequena e média em zonas de relevo ondulado ou muito ondulado, frequentemente em altitudes médias ou altas), quer com origem em granitos, correspondendo a sedimentos detríticos não consolidados (em terraços fluviais), coluviões de bases de encostas e fundos de vales, ou depósitos de vertentes em encostas declivosas (grande representação sobretudo em altitudes elevadas ou médias). Nestas áreas ocorrem frequentemente incultos com matos, áreas florestadas com pinheiros ou coberto misto, também prados naturais ou culturas arvenses de sequeiro ou regadio.

Os Leptossolos são solos limitados em profundidade, verificando-se que nas zonas mais altas da serra da Peneda chega mesmo a desaparecer (rocha nua). Na área em estudo ocorrem Leptossolos de origem em materiais xistosos (nas áreas com relevo movimentado) e graníticos (nas áreas de relevo movimentado ou planálticas, normalmente em associação com afloramentos rochosos), verificando-se, predominantemente, a ocorrência nessas zonas de incultos com matos ou coberto florestal, e também prados permanentes.

1.6 componentes biológicos

Em termos biogeográficos a zona, tal como todo o PNPG, inclui-se na Região Eurossiberiana, sector Galaico-Português, sub-sectores: Miniense (uma área muito restrita bacia do Rio Lima, excluindo a sub-bacia do Rio Laboreiro) e Geresiano-Queixense (restante área) (Costa et al, 1998; Honrado et al, 1999 *cit in* Honrado et al., 2002). No primeiro sub-sector (Superdistrito Miniense Litoral), a vegetação climácica é representada pelo *Quercus robur* (Carvalho alvarinho),

³ Agroconsultores e Geometral, 1994. Carta Provisória dos solos e Carta Provisória da Aptidão da Terra de Entre-Douro e Minho. Direcção Regional de Agricultura de Entre-Douro e Minho. Ministério da Agricultura. Cartografia elaborada à escala 1/100 000 (pormenor que nos leva a considerar estes dados apenas como uma aproximação genérica).

habitualmente a cotas inferiores a 600-700m ou 800m nas situações mais soalheiras e quentes, observando-se, nomeadamente, giestais e tojais em zonas mais secas e também urzais higrofilos, turfeiras e bosques ribeirinhos em zonas com valores maiores de humidade edáfica. O segundo sub-sector, onde se enquadra a maior parte da área em estudo, sob o ponto de vista da flora é bastante rico, porque inclui quer endemismos, como é exemplo o *Iris boissieri* (Lírio do Gerês), quer outras espécies que genericamente se encontram nesta zona de Portugal. Dentro deste Subsector temos como comunidades típicas, a título de exemplo, os pastos acidófilos de montanha, os urzais higrofilos (incluindo a *Erica tetralix*) e as comunidades turfófilas de carácter atlântico (idem, 2002).

As variações micro-climáticas, fisiográficas e edáficas são responsáveis pelos níveis de biodiversidade presentes. Originalmente o coberto vegetal seria constituído por densos carvalhais – florestas climáticas de caducifólias, que nada tem a ver com a cobertura actual, tendo-se alterado face a factores tanto de ordem natural como antrópica. É possível encontrar ainda exemplos de áreas representativas da floresta primitiva, sendo de destacar, as manchas florestais da “Mata do Ramiscal” e da “Serra da Peneda”, que são sem dúvida os melhores exemplos presentes na área em estudo. Enquadram-se, a nível regulamentar, na Área de Ambiente Natural e com o estatuto de Zona de Protecção Total e Zona de Protecção Complementar (Ramiscal) e Zona de Protecção Parcial (Serra da Peneda), aprovadas através do Plano de Ordenamento desta Área Protegida (PNPG, 1995). Toda a área encontra-se incluída em Sítio da Rede Natura 2000.

A “Mata do Ramiscal” é considerada por ao nível da Península Ibérica com valor singular. Veja-se a título de exemplo, o referido por Castro *et al* (2001:193-194) sobre os azevinhos e bosques presentes na área do Ramiscal, “Es preciso reseñar que estas formaciones se localizan en territorios que pueden considerarse de transición entre los ambientes mediterráneo y eurosiberiano. De hecho, los mejores ejemplos de las mismas se ubican en las proximidades de los límites actuales de especies eurosiberianas significativas como hayas o robles: valle de Ramiscal-Fonte dos Acebifeiros (serra da Peneda, Portugal)”. Esta área situa-se na parte ocidental da serra da Peneda (freguesia de Cabreiro e Cabana Maior), apresenta uma área de aproximadamente 750ha (incluindo quer a Zona de Protecção Total quer a Zona de Protecção Complementar). Maioritariamente, os terrenos são baldios, fazendo-se notar uma maior intervenção humana apenas na Zona de Protecção Complementar. Engloba parte do vale do rio Ramiscal, cujas características morfológicas criam condições agrestes para a ocupação humana e assim permitem a existência ecossistemas ricos merecedores do estatuto de protecção referido. A vegetação natural mantém algumas das suas características primitivas, conservando-se ainda nesta área exemplares seculares do carvalho-alvarinho (*Quercus robur*) e de Azevinheiro (*Ilex aquifolium*). Em termos florísticos e de vegetação o seu valor é comprovado pela ocorrência não só de uma grande diversidade, mas também pela presença de espécies de valor (algumas endémicas ou detentoras de estatuto especial de protecção), tais como: *Aquilegia dichroa* (endémica), *Betula celtiberica* (Bido, Vidoeiro), *Galium saxatile* L. ssp. *vivianum* (endémica), *Gentiana pneumonanthe* (vulnerável), *Viola palustris* L. ssp. *juressi* e *Ilex aquifolium* (Azevinho), *Arbutus unedo* (Medronheiro), *Pyrus cordata*, *Crataegus monogyna* (Pilriteiro), *Drosera intermedia*, entre outras. Destaca-se nesta área também os valores faunísticos, a título de exemplo, *Lutra lutra* (Lontra), *Rana iberica* (Rã-ibérica), *Cinclus cinclus* (Melro-de-água), *Triturus boscai* (Tritão-de-ventre-laranja), *Chioglossa lusitanica* (Salamandra-lusitanica), *Galemys pyrenaicus* (Toupeira-de-água), *Capreolus capreolus* (Corço), *Canis lupus* (Lobo), *Felis silvestris* (Gato-bravo), *Accipiter gentilis* (Açor), *Strix aluco* (Coruja-do-mato), *Pyrrula pyrrula* (Dom-fafe), *Coronella austriaca* (Cobra-lisa-austriaca), *Falco tinnunculus* (Peneireiro-vulgar), *Aquila chrysaetos* (Águia-real), *Falco peregrinus* (Falcão-peregrino), *Bubo bubo* (Bubo-real), *Ptyonoprogne rupestris* (Andorinha-das-torres), *Hirundo daurica* (Andorinha-daúrica), *Monticola saxatile* (Melro-das-rochas) (PNPG, 1992).

A área da Serra da Peneda, também com estatuto de protecção, ocupa uma área bastante mais extensa que a área descrita anteriormente, ocupando uma área total de 3300ha. Engloba as freguesias da Gavieira e Castro Laboreiro, bacia hidrográfica do rio Lima, parte das sub-bacias do rio da Peneda e rio Castro Laboreiro. Sob o ponto de vista dos valores biológicos, há a assinalar a predominância de um coberto vegetal baseado em matos, interrompido com algumas manchas de coberto arbóreo mais denso, destacando-se a este nível a presença do *Quercus robur* (Carvalho Alvarinho), *Quercus pyrenaica* (Carvalho-negral), *Ilex aquifolium* (Azevinho), *Acer pseudoplatanus* (Bordo); e *Arbutus unedo* (Medronheiro), *Quercus suber* (Sobreiro) nas encostas mais ensolaradas – na zona da Saramagueira. Destaca-se ainda a presença de alguns valores florísticos, que merecem destaque por se constituírem como endemismos ibéricos, entre eles: *Angelica laevis* e

Erygium duriaei. Associados a estes habitats surgem também outros valores faunísticos, por exemplo, para além das já referidas para a área do Ramiscal: *Bufo calamita* (Sapo-corredor), *Salmo trutta* (Truta-do-rio), *Circus pygargus* (Tartaranhão-caçador), *Alectoris rufa* (Perdiz-comum), *Alauca arvensis* (Laverca), *Anthus campestris* (Petinha-dos-campos), *Prunella modularis* (Ferreirinha-comum), *Sylvia undata* (Felosa-do-mato), *Saxicola torquata* (Cartaxo-comum), *Capreolus capreolus* (Corço), *Canis lupus* (Lobo) e *Sus scrofa* (Javali) (PNPG, 1992).

Outro dos aspectos que se pode salientar em termos de património natural é a presença de **turfeiras**. De acordo com Honrado *et al.* (2002) as turfeiras no PNPG “constituem, juntamente com as da Serra da Estrela, a melhor representação da vegetação turfófila em Portugal Continental”. De uma forma geral, as turfeiras são ricas em biodiversidade, sendo algumas espécies vegetais características destes habitats raros, por exemplo, *Lycopodiella inundata*; *Drosera intermedia*; *Drosera rotundifolia*; *Narthecium ossifragum* (espécie ameaçada); *Baldellia alpestris* (endemismo do Noroeste da Península Ibérica) *Menyanthes trifoliata* (ameaçada). Surgem em situações planas ou relativamente planas, de drenagem insuficiente, acumulando materiais aluviais e orgânicos de natureza turfosa. A variação existente em termos de espécies vegetais nas turfeiras está dependente do tipo de turfeira, da topografia, das variações climáticas e altitude (no PNPG encontram-se sempre a cotas superiores a 1000m) (Honrado *et al.* 2002).

De uma forma geral, a paisagem é bastante humanizada, os fundos dos vales foram substituídos por terrenos de cultura e pastagens e nas áreas de maior altitude intervenção humana baseada na desflorestação e prática do pastoreio originou **matos arbustivos**, designados por “tojais” ou “urzais”, porque são dominados, respectivamente, por Tojos (*Ulex sp.*) ou Urzes (*Erica sp.*). As áreas de matos ocupam uma área bastante significativa no contexto deste território, resultam fundamentalmente da degradação da floresta climácica pela actividade humana, como consequência de uma actividade pecuária que se suporta na prática da “queimada” para renovação dos pastos, impedindo o coberto vegetal de regenerar naturalmente, facto que resulta numa perda significativa de biodiversidade, criando, simultaneamente, sérios riscos de erosão do solo. Os tojais de características mais atlânticas, situam-se nas zonas mais frescas, onde a humidade relativa atinge valores mais elevados, predominando o *Ulex europaeus*, *Ulex minor* (Tojo). Por outro lado, os urzais, pertencem a situações de clima mais continental, sendo constituídos por espécies mais xerófitas, onde se destacam, a *Calluna vulgaris* (Carrasquinha), *Erica umbellata* (Urze) e *Halimium alyssooides*, entre outras (Macedo e Tiago, 2000). Quando estas espécies ocorrem de forma densa, os estratos inferiores são, habitualmente, muito pobres, pois a entrada de luz está dificultada; quando mais abertos o estrato herbáceo é mais desenvolvido, podendo surgir outras espécies de interesse.

Nas encostas sujeitas a influências atlânticas, e nos locais em que se desenvolvem as **matas de carvalhos**, é possível encontrar um coberto vegetal mais rico e diversificado, constituído nomeadamente por *Quercus robur* (Carvalho Alvarinho), *Quercus pyrenaica* (Carvalho negral) e *Ilex aquifolium* (Azevinho), *Erica arborea* (Urze branca), *Cytissus scoparius* (Giesta-das-vassouras), *Crataegus monogyna* (Escalheiro), *Pyrus cordata* (Pereira brava), *Lonicera periclymenum* (Madressilva). Em encostas mais abrigadas e expostas encontra-se também o *Quercus suber* (Sobreiro), o *Arbutus unedo* (Medronheiro), entre outras espécies.

As **galerias ripícolas** acompanham as linhas de água, elementos lineares que se individualizam na paisagem pelo facto de serem facilmente identificáveis à distância, sendo constituídas, fundamentalmente, por *Betula alba* (Vidoeiro), *Salix salvifolia* (Salgueiro), *Quercus robur* (Carvalho roble), *Fraxinus angustifolia* (Freixo), *Alnus glutinosa* (Amieiro), *Frangula alnus* (Sanguinho), *Ulmus sp.* (Ulmeiro). As linhas de água de montanha comportam comunidades vegetais próprias, instaladas nos vales apertados e com a capacidade de suportar o seu carácter torrencial e, por vezes, temporário e que, muitas vezes, resistem nesta paisagem profundamente afectada pelos incêndios. No sub-bosque também surgem várias espécies, de acordo com as condições de luz presentes.

Também se encontram **matas com espécies introduzidas pelo homem**, com predomínio do *Pinus pinaster* (Pinheiro bravo). Para além da espécie referida encontram-se também *Chamaecyparis lawsoniana* (Falso-cipreste), *Cupressus spp.* (Cipreste), *Pinus sylvestris* (Pinheiro da casquinha), entre outros. Embora não na sua totalidade, já que tem surgido outras intervenções a este nível, levadas a cabo pela população ou pelos serviços do PNPG, muitas destas espécies

foram introduzidas no século passado, pelos Serviços florestais em zonas baldias. Algumas destas plantações não vingaram cotas mais altas, facto perceptível no Planalto de Castro Laboreiro, por exemplo, próximo do Alto de Gontim e ou do Alto da Meda, testemunhando a difícil adaptação às condições climáticas do planalto. Como exemplos de sucesso de adaptação destacam-se a área do Mezio e de Lamas de Mouro.

anexo 3

**caracterização da área em
estudo – componentes
sócio-económicas**

1 análise das componentes que resultam dos processos de humanização

1.1 usos do solo

1.1.1 núcleos edificados

A existência de um **sistema de ocupação repartido entre duas realidades espaciais** – *brandas* e *inverneiras* ou *lugares permanentes com brandas* – constitui, sem dúvida, **um dos aspectos mais particulares da ocupação humana neste território**. Porém, nos casos em que se verifica uma ocupação baseada em *lugares permanentes*, as formas de adaptação também se revelam peculiares, já que tal como nas primeiras, existe uma forte interligação entre o Homem e as condições biofísicas impostas pelo meio.

A forma como o homem organiza este sistema está longe de se apresentar simples, existindo, dentro da área geográfica em estudo, variações significativas no funcionamento e organização do povoamento. Para além, da diferenciação atrás mencionada, ainda se verificam outras diferenças, nomeadamente: **a) em termos do tempo de permanência nas brandas e nas inverneiras; b) quanto ao tipo de utilização (cultivo e/ou de gado); c) correspondências estabelecidas; d) quanto à implantação e configuração dos lugares e área envolvente**. De seguida, exploram-se com maior profundidade estes aspectos.

diferenciação dos lugares quanto ao tempo de permanência

De acordo com o referido as tipologias a considerar são: ***lugar de permanência; branda; inverneira***, e; ***lugar de permanência com branda*** (quadro nº 1).

A ocupação faz-se sempre a partir dos núcleos centrais – sede da freguesia (Castro Laboreiro, Lamas de Mouro, Cabreiro, Gavieira e Soajo), a qual pode ter vários lugares. A igreja (incluindo o cemitério) é símbolo de unidade paroquial, sendo esta uma marca constante nestes lugares. A importância destes revela-se também ao nível da forma como as comunidades se identificam, sendo frequente a referência, por exemplo, aos povos do Soajo (Soajeiros), Castro Laboreiro (Castrejos). São considerados *lugares permanentes*, de ocupação fixa ao longo do ano e, por isso, adquirem também mais estabilidade, dimensão, nível de infra-estruturação e equipamentos.

As condições impostas pelo relevo e pelas características edafo-climáticas determinam fortemente a estruturação e funcionamento deste território. Um dos mecanismos adoptados é a existência de um sistema de ocupação sazonal repartido por duas realidades distintas, em relação de complementaridade mútua – ***inverneiras e brandas e lugares permanentes com brandas*** – consequência da forte variação altitudinal, diferenças climáticas que ocorrem ao longo das estações do ano e, também, em grande medida, pela escassez do recurso solo, um valor de extrema importância para a sobrevivência económica das populações.

Entenda-se aqui por relações de complementaridade, aquelas directamente relacionadas com a dinâmica e necessidades que advêm da actividade principal a que se encontram ligadas a estas comunidades – agro-pecuária. Explicitando melhor, o recurso a um segundo espaço de exploração e/ou residência temporária (*branda*) significa uma maior disponibilidade de recursos para a actividade agrícola. Assim, recorrer à *branda* garante, por exemplo, a possibilidade de dispor de pastos mais frescos na época estival (em áreas de altitude), ou poupar os pastos das *inverneiras* para a alimentação do gado nos restantes meses do ano, abrigar o gado nas épocas em que o clima é mais rigoroso (principalmente na freguesia de Castro Laboreiro), produção complementar de forragem para alimentar o gado no inverno em estábulo.

Quando as condições do meio (climáticas-altitudinais e a disponibilidade de recursos) satisfazem as comunidades dá-se lugar a uma ocupação permanente – *lugar permanente* – sem qualquer relação de complementaridade estabelecida com outros espaços (ou *brandas*), que no caso, por exemplo de Castro Laboreiro acrescem as razões de ordem histórica, como se constatou no ponto anterior (inclui outros lugares da freguesia de Castro Laboreiro e freguesia de Lamas do Mouro). Assim, quando essas condições não se encontram asseguradas num só espaço, surge uma ocupação bipolarizada entre dois núcleos, ou seja, entre *inverneiras* e *brandas*, como é o caso da maior parte dos povoados da freguesia de Castro Laboreiro, ou entre *lugares permanentes com brandas*, no caso das freguesias da Gavieira, Soajo e Cabreiro.

Quando se verifica uma ocupação temporária o tempo de permanência é variável. No caso das *brandas* e *inverneiras*, a ocupação é alternada de acordo com o calendário de mudanças das estações – *branda* (ou “*veranda*”) de utilização estival, e *inverneira* – de ocupação na época fria. A adopção de um sistema de ocupação repartido entre *inverneira* e *branda* é exclusivo da freguesia de Castro Laboreiro.

Neste caso, a população desloca-se, a partir de Março para as *brandas* de altitude, levando consigo toda a família, o gado e todos os seus bens. Depois, em Outubro, com a chegada dos frios (quando as geadas já queimam os pastos) inicia-se a deslocação novamente para os vales, ou seja, para as *inverneiras* (de clima mais temperado e, por isso, também mais confortáveis). Residem na *branda* aproximadamente 7-8 meses¹, portanto, permanecem aqui muito mais tempo do que na *inverneira* (Lima, 1996). Neste caso, a *branda* adquire uma importância muito maior do que em qualquer um dos restantes casos de ocupação sazonal na área em estudo. Nota-se uma clara tendência para tratar melhor as *brandas* que, obviamente, é justificada pela permanência mais prolongada.

Este facto, quando associado aos novos padrões de vida² e à nítida diminuição da actividade agrícola, tem resultado, nas últimas décadas, num progressivo abandono dos fluxos sazonais e na opção pela fixação nas *brandas*. Os melhoramentos nas vias e a possibilidade de dispor do automóvel e do tractor (nas tarefas agrícolas, permitindo um trabalho menos moroso e sem recurso a muita mão-de-obra) contribuem significativamente para que se opte por um sistema de residência cada vez mais fixa. Porém, parece que a utilização da *inverneira* não perdeu totalmente as suas funções, verificando-se que os terrenos agrícolas se mantêm com uso.

Apesar de, actualmente, se verificar uma notória tendência para que a fixação se dê mais nas *brandas*, não quer dizer que este processo não possa ocorrer nas *inverneiras*. Disso é exemplo, Ameijoeira, facto que se justifica devido à localização estratégica de fronteira e à acessibilidade facilitada, quer para Castro Laboreiro e Melgaço, mas sobretudo para Espanha (Entrimo, Lóbios, entre outros destinos).

No que se refere ao uso combinado dos *lugares permanentes com brandas*, apenas a ocupação das *brandas* é temporária. Encontram-se neste caso as freguesias de **Soajo, Gavieira e Cabreiro**, com algumas variantes quanto ao tempo de permanência na *branda*. A deslocação à *branda* faz-se sobretudo para efectuar as operações relacionadas com a actividade agro-pastoril, por parte dos pastores-agricultores e do gado. No caso da freguesia da Gavieira, sabe-se que, no passado, e nas suas *brandas de cultivo* (Gorbelas, Junqueira e Bosgalinhas), o processo assemelhava-se ao descrito para as *brandas* da freguesia de Castro Laboreiro, podendo parte da família deslocar-se para a *branda*, embora o tempo de permanência fosse sempre mais reduzido (Medeiros, 1984).

Actualmente, devido às mesmas razões apontadas atrás, verifica-se que as mudanças de residência são cada vez menores, notando-se, quer na freguesia da Gavieira, quer nas de Cabreiro e Soajo, que a deslocação faz-se apenas com as pessoas que vão realizar as tarefas agrícolas, por vezes também o gado, sendo os movimentos praticamente diários (por vezes, até já inexistente como é o caso de muitas *brandas* destinadas exclusivamente ao pastoreio do gado).

¹ Segundo Lima (1996) este período é marcado pelos acontecimentos da Páscoa e Natal (permanência da Páscoa ao Natal).

² Que se prendem com a existência de melhores acessos, a possibilidade de dispor de aquecimento no inverno, o acesso ao telefone que permite a comunicação com os familiares emigrados, etc.

Quadro nº1 – Diferenciação dos lugares quanto à permanência

<i>lugares permanentes</i>	freguesia de Castro Laboreiro	Castro Laboreiro, Coriscadas, Portelinha, Vido, Várzea Travessa, Picotim, Ribeiro de Baixo, Ribeiro de Cima
	freguesia de Lamas de Mouro	Lamas de Mouro
<i>lugares permanentes com brandas</i>	freguesia de Soajo	Soajo, Adirão, Paradela, Cunhas, Várzea
	freguesia de Gavieira	Igreja, Rouças, Tibo, Peneda, Beleiral
	freguesia de Cabreiro	Lordelo, Avelar, Vilela Seca
<i>brandas</i>	freguesia de Castro Laboreiro	A-do-Freire, Outeiro, Antões, Queimadelo, Falagueiras, Rodeiro, Formarigo, Teso, Campelo, Curral do Gonçalo, Vido, Portos de Cima, Portos de Baixo, Eiras, Padrosouro, Seara, Portela
	freguesia de Soajo	Bordença, Assureira, Tieiras, Bogalheira, Trapela, Murço, Insuas, Lapas, Reigada, Seida, Matança, Pesqueiras, Mosqueiros (Vilar de Soente), Felgueira Ruiva, Insuas (Várzea), Chão da Cabeça, Urgeira, Currais Velhos
	freguesia de Gavieira	S. Bento do Cando, Bouça dos Homens, Junqueira, Gorbelas, Bosgalinhas, Cabeço de Runfe
	freguesia de Cabreiro	Avelar, Cercadinhas, Rodrigo
	freguesia de Gondoriz	Travanca, Lombadinha, Berzavó, Cobernos, Bostejões, Bragadela, Bicos, Currais Velhos,
<i>invermeiras</i>	freguesia de Castro Laboreiro	Varziela, Cainheiras, Bico, Laceiras, Ramisqueira, Curveira, João Alvo, Barreiro, Podre, Assureira, Bago de Cima, Bago de Baixo, Alagoa, Dorna, Entalada, Pontes, Ameijoeira, Mareco

Fonte: Adaptado de Medeiros, 1984

diferenciação dos lugares quanto ao tipo de função

Podem ser **brandas de gado** e **brandas de cultivo**. As *brandas de gado* suportam a actividade pecuária, ou seja, a utilização de pastagens naturais em zonas chãs em altitude (baldio), nas quais os pastores e gado podem permanecer durante algum tempo (recorrendo a abrigos). Hoje, verifica-se um progressivo abandono destas *brandas*. Na freguesia de Castro Laboreiro e na de Lamas de Mouro não existem *brandas de gado* (quadro nº 2).

Quadro nº 2 – Diferenciação das *brandas* quanto à sua função

<i>Brandas de cultivo</i>	freguesia de Castro Laboreiro	A-do-Freire, Outeiro, Antões, Queimadelo, Falagueiras, Rodeiro, Formarigo, Teso, Campelo, Curral do Gonçalo, Vido, Portos de Cima, Portos de Baixo, Eiras, Padrosouro, Seara, Portela
	freguesia de Soajo	Bordença, Assureira, Bogalheira, Trapela, Murço, Insuas, Lapas, Reigada, Pesqueiras, Insuas (Várzea)
	freguesia de Gavieira	S. Bento do Cando, Bouça dos Homens, Junqueira, Gorbelas, Bosgalinhas
	freguesia de Cabreiro	Rodrigo, Avelar
<i>Brandas de gado</i>	freguesia de Soajo	Tieiras, Seida, Matança, Felgueira Ruiva, Chão da Cabeça, Urgeira, Mosqueiros (Vilar de Soente), Currais Velhos
	freguesia de Gavieira	Cabeço de Runfe
	freguesia de Cabreiro	Cercadinhas
	freguesia de Gondoriz	Travanca, Lombadinha, Berzavó, Cobernos, Bostejões, Bragadela, Bicos, Currais Velhos

As *brandas de cultivo*, tal como o próprio nome indica, destinam-se às actividades de cultivo (por exemplo, batata, centeio, etc.), implicando a migração colectiva de pastores-agricultores por tempo variável (por vezes, com movimentos diários), por vezes, toda a família e gado (embora seja cada vez menos frequente). Muitas destas *brandas* hoje continuam com a actividade de cultivos, ou porque já se constituem para algumas famílias como locais de permanência fixa, ou porque importa cultivar os fenos para garantir a alimentação do gado em estábulo durante o inverno. Em todas as freguesias surgem *brandas de cultivo* (embora nem todos os lugares dessas freguesias tenham correspondência com *brandas de cultivo*), exceptuando a de Lamas de Mouro (quadro nº 2).

correspondências entre lugares e *brandas*

Através da pesquisa bibliográfica (Lima, 1996; Geraldês, 1996, Medeiros, 1984), e com verificação do terreno, constata-se que existe uma manutenção das correspondências entre os vários lugares (quadro nº3). No caso da freguesia de Castro Laboreiro, a cada *inverneira* corresponde sempre mais do que uma *branda*, exceptua-se o caso de Bago de Baixo e Varziela. Desta forma, as pessoas quando se deslocam para as respectivas *brandas* quebram as relações de vizinhança que tem na *inverneira* e também adquirem novos laços nas *brandas* para onde se deslocam. Estamos perante um sistema de correspondência mais complexa, do que os casos das restantes freguesias que mantêm ligações com *brandas*. Porém, é possível constatar a coincidência de várias *brandas* vizinhas corresponderem a *inverneiras* vizinhas.

Quadro nº 3 – Correspondências entre lugares

<i>inverneiras e brandas</i> freguesia de Castro Laboreiro	Alagoa	Formarigo, Rodeiro, Vido
	Ameijoeira	Campelo, Curral do Gonçalo, Eiras
	Assureira	A-do-Freire, Antões, Falagueiras, Queimadelo
	Bago de Baixo	Eiras, Padrosouro, Seara
	Bago de Cima	Rodeiro
	Barreiro	A-do-Freire, Antões, Falagueiras, Outeiro, Queimadelo, Rodeiro
	Bico	Padrosouro, Seara
	Cainheiras	Campelo, Padrosouro, Portos, Seara
	Curveira	Campelo, Formarigo, Seara
	Dorna	A-do-Freire, Falagueiras, Rodeiro, Vido
	Entalada	Curral do Gonçalo, Formarigo, Rodeiro, Teso
	João Alvo	A-do-Freire, Teso
	Laceiras	Formarigo, Rodeiro, Teso
	Mareco	Campelo, Formarigo
	Podre	Falagueiras, Rodeiro, Vido
	Pontes	Campelo, Formarigo
	Ramisqueira	A-do-Freire, Falagueiras, Rodeiro
	Varziela	Portela
<i>lugares permanentes com brandas</i> freguesia de Soajo	Adirão	Bordença, Assureira, Bogalheira, Tieiras
	Paradela	Seida
	Cunhas	Matança
	Várzea	Felgueira Ruiva, Insuas (Várzea)
	Soajo (incluindo lugares contíguos)	Trapela, Murço, Insuas, Lapas, Reigada, Chão da Cabeça, Urgeira, Pesqueiras, Mosqueiros (Vilar de Soente), Currais Velhos
<i>lugares permanentes com brandas</i> freguesia de Gavieira	Gavieira	Bosgalinhas, S. Bento do Cando (fora do limite da área em estudo: Porto Cávado)
	Rouças	Junqueira, Gorbela
	Peneda	Bouça dos Homens
	Baleiral	Bouça dos Homens
	Tibo	Cabeço de Runfe
<i>lugares permanentes com brandas</i> freguesia de Cabreiro	Lordelo	Rodrigo (fora dos limites da área em estudo: Real, Arieiro, Lamelas)
	Avelar	Avelar
	Vilela Seca	Cercadinhas (fora dos limites da área em estudo: Porto Cávado)

Fonte: Adaptado de Medeiros, 1984

Nos casos de Soajo, Gavieira e Cabreiro o sistema é mais simples, quer pelo número de lugares, quer porque o número de *brandas* partilhadas por mais do que um lugar é mais reduzido. O caso mais notório é a *branda* da Bouça dos Homens, que é partilhada com Beleiral e Peneda (freguesia da Gavieira).

implantação e configuração

Como já referido atrás, o surgimento dos lugares encontra-se intimamente relacionado com a actividade agro-pastoril, pelo que a proximidade entre os espaços edificados e os terrenos agrícolas é fundamental. Genericamente, os núcleos de povoamento localizam-se sempre junto a áreas chãs, ocupando o casario as situações de interface entre estas áreas e as zonas mais declivosas. Encontram-se implantadas em zonas de ruptura de declive, sobre afloramentos rochosos, coincidindo com linhas de festo – tergo, base ou meia encosta, evitando a ocupação de solo com aptidão para a agricultura. Face à escassez e importância deste recurso para a sobrevivência da comunidade, torna-se imprescindível não inviabilizar a sua utilização para fins agrícolas. Quando assumem o alinhamento do tergo, tendem a adoptar um desenvolvimento linear; por exemplo, Tibo na freguesia da Gavieira ou Várzea-Travessa na freguesia de Castro Laboreiro. O mesmo desenvolvimento ocorre em núcleos edificados que se implantam em torno do caminho principal de acesso ao lugar que segue sensivelmente a mesma curva de nível, sempre em terreno sem aptidão agrícola, na interface entre os campos de cultivo e o bosque (*bouça*); por exemplo, Lordelo na freguesia de Cabreiro e Beleiral na freguesia de Gavieira. Nestes núcleos, é frequente a rua principal seguir esse alinhamento e o casario dispor-se à face desse caminho.

A localização dos núcleos edificados em portelas, como é o caso da Portelinha (freguesia de Castro Laboreiro), revela-se também estratégica face à facilidade de acesso às diferentes áreas relacionadas com a actividade agro-pastoril (pastoreiro em baldio, à *bouça*, aos campos de cultivo) e também a outros lugares vizinhos.

Outro aspecto que determina a localização dos lugares é a proximidade às linhas de água, em especial devido às necessidades de rega (culturas de regadio e em particular o milho) e aproveitamento da força motriz (moinhos). A maioria dos lugares, encontram-se sempre próximos de linhas de água principais ou afluentes directos destes mas com alguma importância (Rio da Veiga, Rio da Peneda, Rio Adraão, Rio Castro Laboreiro, Corga dos Portos, Corga do Carneiro, entre outros).

Da perspectiva histórica, percebe-se que a tendência é para que a ocupação se fizesse primeiro nos locais onde a disponibilidade de recursos é mais favorável, tendo progredido posteriormente para situações menos favoráveis, mas sempre numa lógica de aproveitamento dos diferentes níveis de aplanamento (em maiores altitudes). Para além do referido, a disponibilidade de recursos irá também determinar a dimensão do próprio aglomerado. Perante uma situação mais favorecida, principalmente em termos de superfície de solo cultivável, desenvolve-se, normalmente, um lugar de maiores dimensões, desde que as condições fisiográficas também o permitam. O contrário acontece quando não existe essa disponibilidade de recursos.

Os núcleos edificados apresentam-se como centros da gestão e organização das restantes áreas – situam-se na fronteira entre os campos de cultivo e a *bouça* – Assim, subindo desde o fundo de vale para níveis altimétricos superiores temos: a) campos de cultivo (incluindo *poulos/lameiros*); b) núcleo edificado; c) *bouça* (bosque e pastos naturais – baldio a meia encosta). No caso das freguesias de Soajo, Gavieira e Cabreiro, a altitudes mais elevadas, ainda pode surgir: d) *branda de gado*; e) zonas de pastos naturais (zonas mais aplanadas no topo da serra). Nas *brandas de cultivo*, principalmente, nas freguesias de Castro Laboreiro e Gavieira, reproduz-se em parte este mesmo sistema organizacional em torno do núcleo.

Os núcleos formam em conjunto com a área envolvente uma unidade inseparável, encontrando-se a sua coerência interna intimamente relacionada com o todo composto pelas subunidades espaciais referidas anteriormente. Frequentemente, a rua principal segue o sentido do menor declive, sendo a partir desta que derivam os caminhos secundários. Esta rede de caminhos surge a partir dos movimentos que se fazem entre o núcleo edificado e os campos de cultivo ou aos espaços de utilização comum (o moinho, a eira, o baldio). Em geral, será então a partir do seu traçado que se irá expandir o tecido construído.

Porém, o crescimento faz-se assumindo limites, que se baseiam sempre em critérios que prevêm a salvaguarda do recurso solo. Quando a dinâmica exige espaço para um maior número de construções a opção é a consolidação do núcleo central, considerando aquele pressuposto; e se necessário mais espaço é preferível que ocorra um desdobramento do lugar, como aconteceu, por

exemplo, em Portos de Cima – Portos de Baixo (*branda*), Bago de Cima – Bago de Baixo (*inverneira*) (Lima, 1996).

A diversidade e identidade própria de cada lugar acontecem de forma espontânea, através da introdução de certos motivos decorativos nas construções. A capela também garante alguma individualidade ao lugar, quer pela sua localização sempre central, quer pela sua linguagem arquitectónica. Os caminhos no interior dos núcleos construídos são que cumprem, muitas vezes, a função do espaço público.

O povoamento é predominantemente concentrado (mononucleado), quer em torno de um ou mais núcleos (polinucleado, raramente mais do que dois). Em alguns lugares as intervenções mais recentes resultaram numa tendência para a dispersão e afastamento dos núcleos principais, disso são exemplo, Adrão (freguesia de Gavieira), Paradela, Cunhas, Soajo (freguesia de Soajo), Lamas de Mouro (freguesia de Lamas de Mouro) e Castro Laboreiro. Essa tendência resulta de uma intervenção não planeada (contrariando os pressupostos anteriores) que ocupa paralelamente as faixas paralelas às principais vias de acesso aos lugares. As novas construções ao longo das vias fazem-se desrespeitando também a aptidão agrícola do solo e, por vezes, em áreas baldias (por vezes até mesmo em locais menos acessíveis).

Quadro nº 4 – Altitude dos respectivos lugares

freguesia de Castro Laboreiro	<i>lugares permanentes:</i> 1030-600m	Portelinha (1030m), Coriscadas (1030m), Vido (980m), Várzea Travessa (980m), Picotim (960m), Castro Laboreiro (950m), Ribeiro de Cima (750m), Ribeiro de Baixo (650-600m)
	<i>inverneiras:</i> 1000-720m	Cainheiras (1000m), Bico (950m), Varziela (900m), Entalada (850m), Alagoa (850m), Barreiro (850m), Curveira (850m), Dorna (830m), Bago de Cima (820m), Ramisqueira (800m), João Alvo (780m), Bago de Baixo (780m), Ameijoeira (780m), Ladeiras (770m), Podre (770m), Assureira (770m), Mareco (740m), Pontes (720m)
	<i>brandas:</i> 1170-1050m	Portos de Cima (1170m), Portos de Baixo (1150m), Curral-do-Gonçalo (1150m), Rodeiro (1100m), Campelo (1100m), Seara (1130m), Padrosouro (1120m), Eiras (1110m), Vido (1090m), Formarigo (1080m), Teso (1080m), Antões (1080m), Outeiro (1080m), A-do-Freire (1080m), Portela (1070m), Queimadelo (1050m), Falagueiras (1050m)
Freguesia de Lamas de Mouro	<i>lugar permanente:</i> 920m	Lamas de Mouro (920m)
freguesia de Soajo	<i>lugares permanentes:</i> 300-620m	Soajo (300m), Cunhas (320m), Várzea (370m), Paradela (500m), Adrão (620m)
	<i>brandas:</i> 1200-80m	Seida (1200m), Felgueira Ruiva (1100m), Matança (1090m), Tieiras (900m), Mosqueiros (650m), Bordença (620m), Assureira (550m), Bogalheira (550m), Insuas (500m), Murço (470m), Lapas (450m), Insuas (Várzea) (450m), Trapela (400m), Reigada (370m), Pesqueiras (80m), Urzeira (1050m), Chão da Cabeça (1080m), Currais Velhos (1000m)
freguesia de Gavieira	<i>lugares permanentes:</i> 540-670m	Peneda (670m), Igreja (650m), Rouças (600m), Tibo (570m), Beleiral (540m)
	<i>brandas:</i> 1050-950m	Bouça dos Homens (1050m), Bosgalinhas (1050m), Junqueira (1010m), Cabeço de Runfe (1000m), Gorbelas (980m), S. Bento do Cando (950m)
freguesia de Cabreiro	<i>lugares permanentes:</i> 400-600m	Lordelo (600), Avelar (480m), Vilela Seca (400m)
	<i>brandas:</i> 1100-770m	Cercadinhas (1100m), Rodrigo (650m), Avelar (770m)
freguesia de Gondoriz	<i>brandas:</i> 1200-830m	Bragadela (1200m), Bicos (1150m), Cobernos (1100m), Lombadinha (900m), Berzavó (900m), Bostejões (830m)
freguesia de Gondoriz	<i>branda:</i> 800m	Travanca (800m)

Na generalidade dos lugares de ocupação permanente e *brandas* da freguesia de Castro Laboreiro, verifica-se também uma proliferação de construções com a função de garagem ao longo das vias, resultado do recurso, cada vez mais frequente, ao automóvel e, também, da falta de condições que o interior dos núcleos edificados tem para se adaptarem a esta nova exigência.

As diferenças de altitude máximas, entre lugar e respectiva *branda*, podem situar-se entre os 370m, entre Pontes e Campelo (freguesia de Castro Laboreiro); 400m, entre lugar de Igreja e a *branda* de Bosgalinhas (freguesia da Gaviéria) e 700m, entre Paradela e *branda* da Seida-gado (freguesia do Soajo). Podem até nem existir diferenças altitudinais entre *lugares* e *brandas*, por exemplo, Adrão e *branda* da Bordença (620m). Aquele lugar ainda tem correspondência com as *brandas* de Assureira e Bogalheira (aproximadamente 550m), verificando-se que estas se encontram mais baixas que Adrão. Assim, pode-se afirmar que as *brandas* que tem correspondência com *inverneiras* (freguesia de Castro Laboreiro) encontram-se sempre a níveis altimétricos superiores aos destas. O mesmo já não se pode concluir para as *brandas* que correspondem com *lugares permanentes*, principalmente, na freguesia do Soajo. Porém, importa sublinhar que na generalidade da área as *brandas* se encontram a cotas superiores aos lugares que mantém ligações de complementaridade (quadro nº 4).

As *inverneiras* e os *lugares permanentes* na freguesia de Castro Laboreiro encontram-se praticamente entre a mesma classe altimétrica (nunca abaixo dos 600m e nunca acima de 1030m); a grande diferença nesta freguesia reside no facto de nenhuma *branda* se situar abaixo de 1050m, permitindo a existência de uma clara fronteira entre estas tipologias de lugares.

A localização dos núcleos edificados, seguindo o alinhamento das principais linhas de água, conduzirá a distribuição da rede viária principal segundo aqueles alinhamentos (sensivelmente paralelas).

1.1.2 actividade agrícola

O sector primário domina no plano económico através da **actividade agro-pastoril**. O sector secundário e o terciário desenvolvem-se com maior expressão no Soajo e Castro Laboreiro (comércio e serviços ligados à actividade turística) e, pontualmente, junto ao Santuário da Sr^a da Peneda (de âmbito religioso). Nos restantes aglomerados é frequente a existência de uma ou outra unidade de restauração. A regressão demográfica e o progressivo envelhecimento da população evidencia uma agricultura debilitada, com tendência a decair e com esta desaparecer também o património cultural e natural que é resultado desta actividade secular.

Enquanto que a **produção vegetal encontra-se essencialmente direccionada para a satisfação das necessidades de auto-consumo**, a **actividade pecuária revela um maior interesse no sistema económico instalado**. Desenvolvem-se ambas em estreita ligação – dualidade que exprime a dinâmica deste território.

O sistema de exploração agro-pastoril revela uma organização que procura obter o máximo proveito face aos recursos e condicionantes presentes. Pode-se considerar que se encontra sub-dividido nas seguintes unidades: a) **campos de cultivo/pastagens melhoradas – fundo de vale/base da encosta** (melhores solos); b) **bouça – meia encosta** (imediatamente a seguir à área edificada); c) **pastagens naturais – zonas de meia encosta e topo da serra** (pastoreiro/*brandas de gado*).

campos de cultivo

Os campos de cultivo situam-se próximos dos *lugares permanentes* e *lugares permanentes com brandas* e em altitude nas *brandas de cultivo* (excepto *brandas de gado*). Nas áreas mais favorecidas quanto à riqueza dos solos, zonas propícias à acumulação de materiais minerais e orgânicos, que advêm das condições da morfologia e do condicionamento do terreno (terraceamento/socalcos) e também da incorporação dos estrumes resultantes das camas de animais. A existência de socalcos nas encostas, para além de garantir melhores condições para o

solo, estes ainda modificam o regime hidrológico das vertentes, favorecendo a infiltração e diminuindo o escoamento superficial, assegurando a conservação deste recurso.

Para além das qualidades dos solos, o parâmetro da altitude determina também, em especial devido às condições climáticas, os sistemas de exploração agrícola presentes nesta área, principalmente no que concerne à **produção vegetal**; podendo-se enunciar a ocorrência de três situações distintas: a) nas zonas baixas (0-400m de altitude); b) intermédias, embora estas com características de transição (400-700m de altitude) e c) as zonas em maior altitude (acima de 700m de altitude) (Loureiro, 1987). Em termos de cultivos, na primeira e segundas situações atrás referidas, as culturas dominantes são: **o milho** (frequentemente, consociado com o feijão, ou com a abóbora); **as herbáceas forrageiras**; ou **hortícolas diversas** (por exemplo, cebolas, alhos, ervilhas, cenouras, tomates, couves, feijão verde, alfaces) **e também a batata**. Já com um carácter mais permanente, temos ainda: **a vinha**, e também algumas fruteiras, nunca em pomares, sempre em situações de limite dos campos de cultivo, pequenas hortas próximas dos povoados (laranjeiras, freguesia de Soajo, nas proximidades de Ermelo; figueira; nogueira; limoeiro; castanheiro, etc.).

O **milho** ocupa a sua maior extensão nas freguesias do Soajo, Gavieira e Cabreiro (mas também na parte sul da Freguesia de Castro Laboreiro e um pouco na de Lamas de Mouro) sempre regado, em leiras, muitas vezes socalcadas. É uma cultura que apresentou um forte impacto na transformação da paisagem e nas condições sócio-económicas, para além disso ainda mantém um significado muito relevante na economia das populações. O milho é, sem dúvida, **uma marca bastante significativa na paisagem das terras mais baixas**, manifestada através do reticulado dos campos de cultivo (sensivelmente de Abril a Setembro), dos socalcos, da rede de rega e, também dos espigueiros. Embora com algum peso na alimentação humana, é no alimento do gado que esta cultura adquire uma maior importância (grão inteiro e moído e forragens).

As culturas do **centeio e da batata**, revelam-se uma **marca dominante na paisagem das áreas de maior altitude**, nomeadamente, no planalto de Castro Laboreiro e Lamas de Mouro e *brandas* das restantes freguesias desde que a altitudes mais elevadas (acima dos 900/1000m). O centeio permanece bastante tempo no solo (10-11 meses), não permitindo um sistema baseado numa maior diversidade de culturas (ao longo do ano). Porém, esta cultura nas zonas mais amenas permanece menos tempo no solo (8 meses). O colmo utilizado nas coberturas dos edifícios em tempos remotos também se baseava no centeio, por isso, esta cultura deveria ter tido em tempos maior importância (principalmente nas áreas de menor altitude), já que hoje esta prática se encontra em desuso.

No âmbito das culturas permanentes, a **vinha vinca um cunho muito próprio à paisagem das áreas de mais baixa altitude**, fundamentalmente pela forma como é conduzida – as latas ou latadas, na bordadura dos campos, limite dos socalcos (cobrindo os acessos aos campos ou acesso no interior dos núcleos edificados, também nas margens dos cursos de água (por exemplo, em Rouças, freguesia de Gavieira).

pastagens melhoradas

Os **prados temporários multianuais e as ervas forrageiras de Outono – Inverno** (*poulos ou lameiros*) servem exclusivamente para alimentação dos animais³. Localizam-se em situações menos favoráveis de solo e declive (ligeiramente inclinados) para outras culturas, requerendo fertilizações e regas⁴. O cultivo das ervas para forragem desenvolve-se, habitualmente, em sistema de rotação com outra cultura (por exemplo, milho ou batata). Semeia-se em Setembro/Outubro e, durante o Outono e Inverno, encontram-se sujeitas a cortes (para consumo na corte), podendo também nessa altura ser pastoreado pelo gado. No início da Primavera estes prados são ceifados, destinando-se a erva seca ao feno, sendo nesta fase que se dá lugar às culturas que entram no sistema da rotação (Loureiro, 1987).

³ Incluem as seguintes espécies vegetais: erva molar – *Holcus sp.* (predominantemente em zonas altitude mais baixa) e/ou erva castelhana – *Lolium sp.* (em zonas de maior altitude) (Loureiro, 1987).

⁴ A água da rega, *rega de lima*, é utilizada como regulador do crescimento das plantas, minimizando os efeitos das geadas e da queda de neve durante o Outono-Inverno, sendo também utilizada para condicionar a qualidade do pasto simplificando a flora e favorecendo a expansão das gramíneas à custa das leguminosas (Loureiro, 1987).

O gado, principalmente o bovino, pode também pastorear nos lameiros durante o Outono e na Primavera; no Inverno, a erva é cortada (limada) e dada ao gado na corte; no Verão, o lameiro deixa de ser regado, a erva completa o seu ciclo cultural sendo posteriormente fenada (idem, 1987). O armazenamento das palhas e fenos é feito em “medas” ou “moreias”, marcas pontuais na paisagem agrária.

A **produção vegetal** encontra-se fortemente associada com a **criação do gado – actividades interdependentes que não subsistem isoladamente** – quer o milho e centeio em grão ou para forragem (milho forragem e ferranha de centeio) ou as ervas forrageiras, quer as batatas e hortícolas (em particular as couves), e também restos de podas, etc., servem de alimento aos animais. A utilização cuidadosa dos estrumes de curral e irrigação abundante permitem que a terra seja cultivada, praticamente de forma interrupta.

baldios – bouças e pastagens naturais

Próximo dos campos de cultivo e dos lugares encontra-se a **bouça – um sistema complexo de bosques ou bosquetes e sebes vivas e matos**, constituídos por material arbóreo-arbustivo, que para além de apresentar um papel complementar na produção agrícola (pasto, recolha de lenha, mato para a cama do gado e estrume, produção de mel, etc.), ainda são responsáveis pela introdução de uma maior diversidade faunística e florística.

Pontualmente, visualizam-se nos limites dos maciços arbóreo-arbustivos que se prolongam desde as galerias ripícolas, constituídos por *Quercus robur* (carvalhos), *Alnus sp.* (amieiros), *Salix sp.* (salgueiros), *Coryllus avellana* (aveleiras), *Sambucus nigra* (sabugueiro), *Ilex aquifolium* (azevinheiro), etc. Na envolvente do núcleo edificado e subindo em altitude, encontram-se manchas arbóreas, constituídas por *Quercus robur* (Carvalho-alvarinho) e *Castanea sativa* (Castanheiros), mas também *Betula alba* (Vidoeiro ou Vido) e *Ficus carica* (Figueira). Os carvalhos, dada a sua fácil adaptação edafo-climática, vão conquistando o espaço dos terrenos onde se verifica o recuo da actividade agro-pastoril. De destacar, o caso das *brandas* do planalto de Castro Laboreiro, em que se verifica a existência de bosquetes constituídos essencialmente por giestas, que devido às técnicas de exploração (cortes de ramos desde a base), resultam em extensos maciços de elementos vegetais que se assemelham a pequenas árvores – **giestais** – que garantem uma certa peculiaridade à paisagem.

O uso agro-silvo-pastoril provoca alterações significativas, ou seja, provoca a destruição das comunidades vegetais espontâneas e interfere de forma negativa na sucessão ecológica, resultante das queimadas sistemáticas, pressão por parte dos animais e cortes sucessivos do mato. Parte das áreas de *bouça* encontram-se integradas em baldios. Mas será nas zonas mais altas da serra que o aproveitamento dos baldios se faz de forma mais extensiva com a exploração das pastagens naturais. A zona de montanha oferece boas condições à produção de pasto (melhores que em vale), pois existe uma grande disponibilidade de área, principalmente em altitudes superiores a 1000m. O grande potencial dos baldios reside na sua grande extensão, podendo ser aproveitados de acordo com as condicionantes climáticas; isto é, as zonas mais altas são pastoreadas em época estival.

produção animal

A produção animal faz-se em regime extensivo, desde a Primavera ao Outono e semi-estabulação no Inverno. Os bovinos (“gado”) assumem o papel preponderante em termos de peso na economia familiar, porém, os ovinos e caprinos (“rês” ou “fazenda”) também fazem parte da actividade pecuária desenvolvida. No que concerne aos bovinos, a raça predominante é a barrosã (pura ou cruzada). A exploração dos bovinos baseia-se, em grande parte, na venda das crias (com seis a oito meses). Estes animais significam para a dinâmica agro-pastoril desta área, trabalho (hoje cada vez menos), produção de estrume e venda das crias (o factor mais significativo para a economia familiar) (Medeiros, 1984). Os ovinos e os caprinos (“rês” ou “fazenda”) adaptam-se às condições difíceis da serra – declive fortes e solos pobres com pastos pouco produtivos (em especial os caprinos). Os ovinos são, na sua maioria, da sub-raça “churra” da raça “bordaleira”; os caprinos devem pertencer à raça “charnequeira”. O seu significado económico, resulta da venda das crias e da produção de lã (idem, 1984). Encontra-se também na serra os “garranos” (de casta “montanheira”), que se alimentam e reproduzem livremente na serra.

O gado migra, anualmente, das *inverneiras* para as *brandas* (ou baldios em altitude, e pastagens de altitude) e retornando às *inverneiras* com o frio, dispondo assim de duas áreas de alimentação distintas, em especial devido ao factor da altitude, que determina a disponibilidade de massa vegetal e do clima. Durante os dias mais frios e/ou chuvosos do ano, o gado fica alojado nas cortes, sendo a alimentação assegurada pelos materiais armazenados para esse fim.

Na freguesia de Castro Laboreiro as grandes extensões de baldio e a possibilidade de dispor das *brandas* e *inverneiras* são factores que asseguram uma melhoria das condições de alimentação do gado, permitindo que o gado retorne, habitualmente, às cortes todas as noites (tanto nas *brandas* como nas *inverneiras*, na época quente ou fria, respectivamente).

Nas freguesias do Soajo, Gavieira, Cabreiro o sistema adoptado faz com que nas *brandas* (Verão) os animais andem pelos montes em regime livre (vigiaados pontualmente pelos donos), alimentando-se quase exclusivamente nos baldios (matos e pastagens de altitude nas zonas chãs). No final do Verão regressa aos *lugares de habitação permanente*, onde fica até o início do Verão do próximo ano, alimentando-se nos baldios próximos das povoações, nos campos de cultivo, nos prados multianuais, ou nas cortes, com os alimentos. A “rês” dorme todas as noites nas povoações (de uso permanente ou nas temporárias – *brandas de cultivo*). Porém, devido à sua capacidade de percorrer grandes distâncias, as áreas pastoreadas são bastante amplas. Tradicionalmente cada povoação tinha uma ou duas “vezeiras” e um dos proprietários levava, à vez, esse(s) rebanho(s) aos baldios a pastorear durante um ou alguns dias, porém, hoje esta prática encontra-se em desuso. No Inverno os animais são guardados pelos seus donos, nas cortes e pastoreiam nos campos de cultivo, nos prados multianuais e nos baldios próximos.

1.2 património construído

1.2.1 necrópoles megalíticas

As necrópoles encontram-se em **zonas chãs com elevadas altitudes, muitas vezes junto a portelas** (quadro nº5). Os testemunhos megalíticos presentes no planalto de Castro Laboreiro são reconhecidos como um dos **conjuntos mais significativos do Norte de Portugal e da Galiza** (Espanha) (Jorge *et al.*, 1997). Todavia, existem outros valores que importa enunciar, nomeadamente, a necrópole megalítica do Mezio (Soajo e Cabana Maior), a das Lamas de Vez na chã de Entre-as-Motas na Seida (freguesia da Gavieira), uma ocorrência na nascente do Vez (freguesia da Gavieira) e, ainda, outra mamoa, a maior da região, no Alto do Campelo (freguesia da Gavieira) (PNPG, 1995).

O conjunto denominado por “Mamoas da Mota Grande”, no planalto de Castro Laboreiro, é considerado um dos mais significativos, salientando-se pela dimensão e por apresentarem indícios de uma religiosidade ligada ao fenómeno da morte manifestados em gravuras e pinturas figurativas (Jorge *et al.*, 1997), mas outras manifestações de arte rupestre formam descobertas na freguesia de Castro Laboreiro, nomeadamente em Rego do Alinhar, Nossa Srª de Numão (ou Anemão) e Feiral, não se sabendo com rigor a que épocas correspondem (IPA, 2002).

Quadro nº 5 - Síntese dos monumentos megalíticos

Planalto de Castro Laboreiro (freguesia de Castro Laboreiro)	assumindo o conjunto total (planalto de Castro Laboreiro e a área planáltica da Galiza), contam-se 75 confirmadas, podendo chegar a 100, entre as cotas de 1150 e 1336m no Giestoso
Mezio (freguesias de Soajo e Cabana Maior) – Monumento Nacional (1910)	com 16 monumentos, situados entre os 620 e 700m de altitude
Lamas de Vez (freguesia da Gavieira)	6 monumentos agrupados na chã de Entre-as-Motas, na Seida, e com 1 isolado nas nascentes do Vez, na mesma freguesia, a cerca de 1200m de altitude

Fonte: PNPG, 1995

1.2.2 arquitectura militar

O **castelo de Castro Laboreiro, classificado como Monumento Nacional** (Decreto nº 33-587, 27 de Março de 1944), implanta-se num extremo alto daquele lugar (cota máxima de 1036m) e de encostas bastante escarpadas, a sul da povoação de Castro Laboreiro, facto que lhe garantia as condições de defesa necessárias. Perfil imponente e sólido da cerca fortificada torna este monumento um dos símbolos mais marcantes na área em estudo, sendo avistado de muito longe.

Existem opiniões diferentes quanto à data exacta da fundação original deste castelo, no entanto, a sua origem é apontada para período que antecede a fundação da nacionalidade. Segundo Baptista (1990 cit. por PNPG, 1995:33), “permanece ainda em aberto a identificação de alguns povoados, presumivelmente alti-medievais, como o do morro do Castelo de Castro Laboreiro (...)”. Foi, sucessivamente, alvo de melhoramentos por iniciativa régia, nomeadamente, para fazer face à destruição causada pelos combates e tomadas por parte do exército castelhano.

1.2.3 arquitectura civil

pontes

Os exemplares de pontes nesta região revelam a utilização de técnicas construtivas condicionadas à utilização de materiais disponíveis na região, designadamente, o granito. As pontes neste território revelam nitidamente a importância destas estruturas nas comunicações estabelecidas entre os diferentes povoados, entre os trajectos adoptados por romeiros, enfim, marcam os principais caminhos e pontos-chave de atravessamento entre as margens das linhas de água principais (ou seus afluentes directos) (quadro nº6).

Quadro nº6 - Pontes existentes na área em estudo

Ponte dos Portos de Cima (Idade do Ferro?)	Castro Laboreiro (Portos de Cima)
Ponte Nova ou Cava da Velha (Medieval Cristão/Romano) Monumento Nacional (1986)	Castro Laboreiro (Assureira)
Ponte das Cainheiras (Medieval Cristão) Imóvel de Interesse Público (1986)	Castro Laboreiro (Cainheiras)
Ponte da Assureira (Medieval Cristão) Imóvel de Interesse Público (1992)	Castro Laboreiro (Assureira)
Ponte de Dorna (Medieval Cristão) Imóvel de Interesse Público (desde 1986)	Castro Laboreiro (Dorna)
Ponte de Varziela (Medieval Cristão) Imóvel de Interesse Público (1986)	Castro Laboreiro (Varziela)
Ponte do Rodeiro (origem indeterminada)	Castro Laboreiro (Rodeiro)
Ponte das Veigas (origem indeterminada)	Castro Laboreiro (Veigas)
Ponte da Ladeira (Medieval)	Soajo
Ponte de Lamas de Mouro (origem indeterminada)	Lamas de Mouro
Ponte Velha da Vila (origem indeterminada)	Castro Laboreiro

Os principais factores de valorização destas estruturas relacionam-se com a simplicidade, o recurso a materiais locais e pelo requinte de algumas das técnicas construtivas. Relativamente à sua origem, é a Idade Média que nos revela a presença de um maior número de testemunhos, através da construção de novas pontes e também da reconstrução com sobreposição sobre outras preexistentes⁵.

pelourinhos

Os pelourinhos constituem-se como símbolos de jurisdição concelhia e autonomia municipal, mas também de jurisdição feudal. Na área em estudo registam-se 2 elementos deste tipo, no Soajo e em Castro Laboreiro (quadro nº7).

⁵ Como já se salvaguardou anteriormente, não se encontra devidamente documentado.

O **pelourinho do Soajo**, encontra-se implantado no Largo do Eiró, estando classificado como Monumento Nacional desde 1910. Em termos construtivos, apresenta um esteio ao alto, assente sobre 3 degraus, colmatado com uma face antropomórfica e um triângulo no topo. Não se conhece exactamente qual a data da sua edificação, embora o foral concedido à vila por D. Manuel I, em 1514, possa estar na sua origem (ao qual se associa um episódio histórico de importância local). O **pelourinho de Castro Laboreiro** tem a sua origem na segunda metade do Séc. XVI – 1560, tendo sido sujeito a várias intervenções de restauro posteriores. Imóvel de Interesse Público, desde 1933⁶. Implantado no fundo de um largo lateral à igreja matriz de Castro Laboreiro, enquadrado por casas de habitação e tendo por trás o edifício da antiga Câmara. Fuste simples assenta em três degraus e a encimá-lo um capitel com remate piramidal.

Quadro nº 7 - Pelourinhos

Pelourinho de Castro Laboreiro Imóvel de Interesse Público, desde 1933	Castro Laboreiro (freguesia de Castro Laboreiro)
Pelourinho do Soajo Monumento Nacional, desde 1910	Soajo (freguesia do Soajo)

1.2.4 arquitectura popular

edifícios habitacionais

As construções habitacionais nesta área assumem uma presença bastante significativa, já que são os elementos construídos pelo homem que se repetem com maior expressão na paisagem. Genericamente, verifica-se que as habitações tradicionais assumem características muito comuns entre si (princípios básicos construtivos muito similares), variando apenas no tamanho, forma, número de pisos e alguns pormenores. As alterações a que estão e estiveram sempre sujeitas decorrem da própria tendência de evolução dos tempos e das necessidades e capacidade económica das populações.

Regra geral, observa-se uma **arquitectura de técnicas simples com o aproveitamento de materiais que o meio disponibiliza, principalmente o granito**. Planta rectangular e dimensões bastante reduzidas. A forma de trabalhar a pedra nas paredes é diversificada, aparelhada ou não aparelhada, sendo mais comum a alvenaria irregular de granito, com as padieiras e ombreiras de pedra aparelhada e não argamassada. Por vezes, as construções ajustam-se e/ou justapõem-se aos afloramentos rochosos, apoiando-se nestes e aproveitando-os para constituir paredes. Apresentam, habitualmente, uma varanda também em granito na fachada frontal, sem ou com guarda em granito, por vezes, com cobertura apoiada em pilares singelos e com acesso por uma escada exterior.

Frequentemente, com dois pisos, habitação no nível superior (com cozinha e dormida) e corte de gado e lojas no piso inferior. Telhado de duas águas, antigamente em colmo, hoje mais frequentemente em telha (telha portuguesa) com beiral. Poucas aberturas para o exterior e vãos de dimensões reduzidas. Os vãos maiores desenvolvem-se com padieira e sobre-padieira. Nas janelas a técnica é mais simples dispensando a sobre-padieira. Por vezes, um palheiro situa-se ao lado da casa principal, que pode ter também dois pisos, destinado ao armazenamento da lenha, feno, máquinas agrícolas, colheitas. As edificações podem também desenvolver-se em conjunto em torno de um pátio, coberto ou não, circundado pelas cortes do gado e pelas construções de armazenamento do feno e das alfaías.

A sobriedade e monotonia do granito é quebrada pela **introdução de outros elementos**, por exemplo, portas, gradeamentos de varandas, coberturas em telha, persianas e também alguns rebocos em alguns edifícios; com cores alegres, em que **predominam, o azul cobalto, o vermelho sangue de boi**, por vezes, o verde, e o branco.

⁶ DL. nº 23 122, DG 231 de 11 Outubro 1933, ZEP, DG 231 de 02 Outubro 1959, ZEP, DG 218, de 17 Setembro 1969.

As construções onde as pessoas permaneciam mais tempo (facto derivado do regime de transumância) tendem a ser maiores e garantir mais comodidades, nomeadamente, na **freguesia de Castro Laboreiro verifica-se que nas brandas se assegura mais qualidade e conforto** do que nas *inverneiras*, enquanto que nas freguesias de Gavieira, Cabreiro e Soajo **os lugares de habitação permanente é que são contemplados com as melhores condições**.

À medida que nos aproximamos **dos lugares do Soajo e Castro Laboreiro, os edifícios assumem características mais refinadas**, verificando-se nomeadamente que os edifícios são, regra geral maiores e o trabalho da pedra é mais cuidado. Como refere Távora (1988:38), a propósito deste assunto e descrevendo um caso particular em Castro Laboreiro: “apresenta um definido cunho urbano (...), pelo desenho da varanda altaneira, parece-nos estar em presença dum prédio de características citadinas”.

É possível verificar a ocorrência de várias emendas no aparelho, manifestando várias intervenções ao longo do tempo, com adaptações e acrescentos, etc. Muito comum é a ampliação do edifício para acoplar a casa de banho e a sobreposição de mais um piso. Verifica-se que os pisos inferiores perderam a sua funcionalidade ligada aos animais e armazém de produtos e máquinas agrícolas. Quando o edifício se situa próximo de um caminho que permite o acesso a viaturas automóveis (particular e tractor), nota-se uma adaptação no edifício ou uma construção paralela. Porém, bem mais frequente, porque são as **garagens ou espaço de arrumos construídos ao longo dos acessos principais** (das alfaías agrícolas e ferramentas), uma vez que nos aglomerados os caminhos são muito estreitos. Habitualmente, de planta rectangular ou quadrangular, dimensões reduzidas (apenas para servir o fim a que se destina), paredes em blocos de betão e portões e coberturas em materiais metálicos galvanizados (por vezes também em telha).

Existe uma **tendência marcante na construção de edifícios novos ao longo das vias** mais importantes e com o conseqüente **abandono progressivo do espaço central do núcleo edificado**, conduzindo a uma maior dispersão e desqualificação dos aglomerados e perda de qualidade de vida. Também preocupante é a ocupação indevida que se verifica de terrenos baldios, quer pela dispersão do povoamento como da clandestinidade destas edificações, por vezes em locais isolados, sem a possibilidade de serem muitas vezes servidas das infra-estruturas básicas.

Por vezes, pequenas **hortas** com hortícolas e árvores de fruto encontram-se dispostas em espaços próximos da habitação. Também alguns **jardins**, que introduzem também algum exotismo ao nível do material vegetal.

fojos do lobo

Relativamente aos fojos existentes no PNPG, importa sublinhar o seu valor enquanto testemunho particular da forma como o homem lidou com o lobo neste território, tão bem expresso nas palavras de Álvares *et al.* (2000, cit. por Primavera; Álvares e Petrucci-Fonseca, 2002:4) “(...) o fojo apresenta uma forma de combate ao lobo peculiar, que apresenta nas áreas montanhosas do Noroeste Ibérico um grau de especialização técnica e operativa único a nível mundial”. De realçar que, segundo Primavera; Álvares e Petrucci-Fonseca (2002:6), nas serras do Soajo e Peneda encontra-se identificado “(...) **um complexo de arquitectura popular dedicada à caça do lobo de dimensão única no nosso país**”. Os mesmos autores (2002) referem-se ao **fojo da Bragadela como sendo o maior em todo o Noroeste Peninsular**.

Na área em estudo, das 3 tipologias identificadas para o PNPG, é possível encontrar exemplares de cada uma delas e, ainda, de um total de 24 fojos para o PNPG, **nesta área temos 8 fojos**. De acordo com Primavera; Álvares e Petrucci-Fonseca (2002) as tipologias e fojos presentes são os seguintes (quadro nº 8):

- **tipologia “simples”** - orifício cavado no terreno, planta circular, podendo também incluir um muro em granito no limite superior desse círculo. Seria utilizado como um sistema por si só de captura ou em conjugação com montarias ao lobo, sendo este atraído ou obrigado a dirigir-se a este “buraco”, que teria lá dentro um isco vivo ou morto e estaria oculto com vegetação no topo.
- **“fojo de cabrita”** - espaço vedado por muros de pedra irregular de granito, com ou sem porta e coroamento composto por lajes salientes em relação ao alinhamento vertical do muro, para impedir o lobo de sair, depois de ter sido atraído para o local com uma rês que

aí se encontrava abrigada (incapacitada de acompanhar o rebanho ou animais de valor reduzido).

- **“fojo de paredes convergentes”** - sistema que inclui dois muros que convergem para um orifício com grande profundidade (ou mesmo dois), também ele murado no limite superior. Os muros são de granito e capeados tal como na tipologia de “fojo de cabrita” e o “buraco” (ou “buracos”) também é ocultado com vegetação. Neste tipo de fojos os batedores perseguiram o animal (ou animais) no sentido de o obrigar a entrar no espaço compreendido pelos muros, ficando este aí encurralado e morto apedrejado e/ou com tiros.

Quadro nº 8 – Fojos presentes na área em estudo

Fojos de tipologia “simples”	Fojo da Sra. da Peneda (Fojo, Gavieira); Fojo de Adrão (próximo da portela de Tibo, Soajo).
Fojos da tipologia “fojo de cabrita”	Fojo da Lombadinha (junto à <i>branda</i> da Lombadinha, Gondoriz).
Fojos da tipologia “fojo de paredes convergentes”	Fojo da <i>Branda</i> de S. Bento do Cando (Golo da Mó, Gavieira); Fojo de Colmadela (Colmadela, Cabreiro); Fojo de Cabeça Alta (Cabeça Alta, Cabreiro); Fojo do Soajo (Lamas do Vez, Gavieira); Fojo da Bragadela (junto à <i>Branda</i> da Bragadela, Soajo).

Os fojos encontram-se localizados sempre em situações estratégicas, num ponto alto, próximo de uma portela, existindo mesmo casos em que surgem dois fojos a aproveitar estas situações, a partir de um mesmo ponto de distribuição (cruzamento de cumedadas), por exemplo, o fojo da Cabeça Alta e o Fojo de Colmadela; os quais tem apontado para pontos cardeais opostos os vértices dos muros (buraco de encurralamento).

abrigos de gado e pastor

Dentro desta alínea faz-se referência aos tradicionais **abrigos de gado e/ou de pastor**, ou situados dentro do próprio núcleo edificado (no caso dos *abrigos* de gado). No que se refere aos abrigos ainda poderemos incluir os **abrigos escavados**.

As *brandas de gado* surgem em zonas altas, para onde se deslocavam os pastores e o gado nos meses de Verão (derivam da necessidade de deslocar o gado para zonas de pastos mais frescos) e se reúnem pequenas construções de estrutura bastante modesta, conhecidos vulgarmente na região por **“cortelhos”**, cercados muitas vezes por muros circulares, as **“bezerreiras”** (recintos abertos, com uma pequena entrada, para se poderem guardar aí os animais). Hoje, nota-se uma tendência geral para este sistema cair em desuso, verificando-se que os pastores optam mais por fazerem os trajectos à serra diariamente, pelos caminhos da “vezeira” e não pernoitar nas *brandas* em condições tão agrestes.

Estas estruturas surgem muitas vezes em grupos (em número de 10 ou mais), distribuídas de forma irregular, em zonas chãs abrigadas ou encostadas, quase incrustadas na encosta. Os cortelhos apresentam, habitualmente, dimensões reduzidas, o estritamente necessário, para abrigar os pastores do frio e chuva, do vento, do sol e também do lobo (podem ser de maiores dimensões para abrigar mais do que um pastor). São construções de planta circular ou quadrangular, com um único piso, construídas em pedras de granito dispostas de maneira tosca, aproveitando lajes mais delgadas de granito formando falsa cúpula, utilizando técnicas construtivas bastante primitivas, já que o meio também dificultava outro sistema construtivo (falta condições para o transporte de outros materiais e ferramentas), daí o recurso ao granito. Muito raramente podem ter dois pisos, mas quando tal acontece (por exemplo, na *branda* de Real) o piso inferior serve para abrigo dos bezerros e superior para o pastor (por vezes, mais do que um pastor). Possuem, normalmente, uma única abertura.

Oliveira (1988) considera relevantes os seguintes casos: *branda* de Real (com dois pisos alguns) e *branda* de Avelar (freguesia de Cabreiro), *branda* de Berzavó e *branda* da Bragadela (freguesia de Gondoriz); *branda* da Seida (freguesia da Gavieira). A este nível, podemos ainda acrescentar os abrigos das Ínsuas e Mosqueiros, ambos na freguesia do Soajo (propostos para

classificação através do Plano de Ordenamento do PNPG em 1995). Não se conhecem abrigos na serra nas freguesias de Lamas de Mouro e Castro Laboreiro.

Os abrigos escavados na rocha resultam da possibilidade de estarmos perante um granito que se decompõem facilmente, permitindo criar uma espécie de nicho, que é fechado por uma porta de madeira. Serviria para abrigo dos animais (gado miúdo) ou ferramentas agrícolas, para protecção a viandantes e cantoneiros, por isso, situavam-se junto a vias, como foi possível constatar a caminho de Ribeiro de Cima (freguesia de Castro Laboreiro) e também no lugar de Tibo (freguesia da Gavieira).

fornos comunitários

Os fornos comunitários estão presentes na área **em exclusivo nas zonas onde domina o cultivo dos cereais de sequeiro**, fundamentalmente, em Castro Laboreiro (exceptuando-se a parte Sul) e Lamas de Mouro (quadro nº 9). Regra geral, cada aldeia possuía o seu forno – o “forno do povo” – de uso comunitário, que numa mesma fornada cozia pão de mais do que uma família, aproveitando-se os momentos de espera para lazer e convívio. Também seria albergue para os que passam de viagem no povoado. Planta rectangular, um único piso, paredes em alvenaria irregular de granito (toscamente trabalhado), cobertura de duas águas em lajes de granito de grandes dimensões, aparelhadas dispostas como telhas.

Quadro nº 9 – Fornos presentes na área em estudo

fornos comunitários em lugares fixos:	Portelinha; Várzea Travessa; Castro Laboreiro (freguesia de Castro Laboreiro) Lamas de Mouro (lugar de Lamas de Mouro, Lamas de Mouro)
fornos comunitários em <i>brandas</i> :	Formarigo; Curral do Gonçalo; Portos; Rodeiro (freguesia de Castro Laboreiro)
fornos comunitários em <i>inverneiras</i> :	Curveira; Alagoa; Entalada; Pontes; Ameijoeira; Mareco

conjunto de espigueiros e eiras

Distribuem-se de forma irregular na área em estudo, pois o milho não teve as mesmas consequências em toda a sua extensão, sendo a sua **presença mais significativa nas freguesias do Soajo, Gavieira, Cabreiro**; e na freguesia de Castro Laboreiro há a salientar a presença destas estruturas em **Ribeiros de Baixo e Ribeiros de Cima**. Na maior parte da freguesia de Castro Laboreiro, estas estruturas estão ausentes, exceptuando-se os lugares atrás referidos e uma ou outra *inverneira* (designadamente, Laceiras, Alagoa e Entalada). Em Lamas de Mouro também se observa a presença de espigueiros.

Onde surge o **milho aparecem também os espigueiros e as eiras**, elementos que permitem o armazenamento e a secagem dos cereais. Admite-se que antes já existiriam formas de armazenagem relativamente semelhantes aos espigueiros, mas será com a introdução e difusão do milho grosso, que se dão os passos mais significativos na construção destas estruturas, ou seja, necessidade de maior produção, surgem progressivamente em maior número e de maiores dimensões. A concentração destes elementos (por exemplo, no Soajo) justifica-se pela tradição da vivência comunal local. A sua localização justifica-se num local bem exposto, ao sol e aos ventos, por vezes, próximo de afloramentos rochosos que possam servir de lajes para constituir a eira.

Pequenas edificações de planta rectangular e domínio do granito como material de construção. A construção em si permite criar uma câmara ventilada, constituída por paredes altas e levemente rasgadas com fendas, apoiadas em colunas (pés) encimadas por pedras ligeiramente salientes (“mós” que evitam a subida de animais roedores). Cobertura com duas águas, em telha ou lajes de granito. Frequentemente, adornados com cruces sobre as peanhas, para protecção divina dos seus conteúdos, essenciais à sobrevivência da comunidade.

O conjunto existente no Soajo é, muitas vezes, a “figura de cartaz”, que projecta a imagem deste aglomerado no exterior. Sem dúvida, um exemplar digno de destaque, classificado como Imóvel de Interesse Público, desde 1983. Todavia, outros conjuntos e/ou elementos individuais

revelam também bastante interesse, podendo-se fazer referência especial aos espigueiros em Paradelá, Adirão (freguesia do Soajo); Rouças, Igreja (freguesia da Gavieira); Ribeiro de Cima (freguesia de Castro Laboreiro); entre outros. Ao contrário do conjunto do Soajo, estes espigueiros não se encontram tão bem conservados.

moinhos

São testemunhos de um processo de moagem ancestral, relacionados com a produção de cereais, que são utilizados na alimentação (feitura de pão). Símbolo de comunitarismo, com regras comuns devidamente estabelecidas e de grande eficácia, já que a sua utilização perdurou muito tempo. A distribuição e quantidade de moinhos presente em cada aldeia varia consoante a dinâmica da actividade agrícola (ligada aos cereais), os recursos hídricos e também com a existência de um maior ou menor número de habitantes.

Utilização da rocha local como matéria-prima, em alvenaria irregular de granito, e técnicas construtivas simples. Construções de formas toscas e rudimentares, de dimensões relativamente reduzidas. Cobertura de duas águas ou falsa cúpula, feitas de telha, lajes de granito ou já muito raramente em colmo. Aproveita situações de declives acentuados formando dois níveis de pisos – inferior onde se localiza o rodízio e superior onde se encontra a moenga. A água é encaminhada por meio de uma levada para um canal disposto quase na vertical (cubo em granito e forma cilíndrica na maior parte das vezes), garantindo o movimento do rodízio. Por vezes, utiliza-se também o rego da rega para fazer mover os moinhos, disso, é exemplo, o conjunto de moinhos situado próximo da aldeia do Soajo. A título de exemplo referem-se alguns conjuntos de moinhos presentes na área em estudo: Ribeiro de Baixo, Castro Laboreiro, Rodeiro, Ladeiras (freguesia de Castro Laboreiro) e nas Ínsuas (tipologia menos comum), na freguesia do Soajo.

fontes e tanques de lavar

Elementos construídos de técnicas simples e desenho modesto, raramente com motivos decorativos de grande complexidade. A sua origem encontra-se associada ao fornecimento de água para consumo das populações nas proximidades da habitação. Esta função, directamente ligada ao consumo, perde a importância, a partir do momento que as populações beneficiam das redes de abastecimento de água. Por vezes, a mesma estrutura comporta outras funções para além de bebedouro, paralelamente pode surgir **um tanque para lavar a roupa e/ou um bebedouro para animais**.

Das **fontes** poderemos referir a título de exemplo, S. Bento do Cando e junto à capela do Sr. da Paz (freguesia da Gavieira), Curveira e Dorna (freguesia de Castro Laboreiro), junto à Nossa Sra. das Necessidades (freguesia de Cabreiro), Porto Ribeiro (freguesia de Lamas de Mouro). Constata-se ainda a ocorrência de **fontes de mergulho**, por exemplo, em Cainheiras e Queimadelo (freguesia de Castro Laboreiro). Saliente-se o bom estado de conservação em que se encontram estes testemunhos e, para além disso, a existência de trabalhos de reconstrução (fonte e tanque em Castro Laboreiro) e construção de novas fontes (por exemplo, Entalada e Bico, freguesia de Castro Laboreiro), que revelam o interesse que ainda mantêm para a comunidade.

estruturas construídas de apoio à rega

Várias são as estruturas de rega que estão presentes nesta área: **levadas, aqueduto e tanques de rega (“poças de rega”)**. Associadas directamente ao aproveitamento agrícola (em grande parte à cultura do milho, sendo mais frequentes onde essa cultura também conquistou mais espaço)⁷, distribuem-se no sentido de conduzir as águas das zonas mais elevadas para os campos de cultivo a cotas inferiores. Com troços que aproveitam as linhas de água naturais e outros troços com recurso a caleiros construídos, aproveitando nascentes de água ou fazendo desvios dos cursos. As levadas são **assinaláveis pela extensão** que atingem **e pela densidade** em que ocorrem, constituindo-se como **estruturas fundamentais na funcionalidade deste território**.

⁷ No planalto de Castro Laboreiro temos a técnica dos “Prados de Lima”, que implica a abertura de um rego paralelo e próximo ao muro contíguo da propriedade, a cotas mais altas, que conduz a água para o regadio.

De todas estas estruturas que existem na área em estudo destacou-se, pela sua monumentalidade, o **aqueduto existente no lugar de Pontes** (freguesia de Castro Laboreiro). Estrutura que data do Séc. XX, 4ª década, cessando funções na década de 90 do mesmo século (Lima, 1996). Construção em alvenaria de granito, formada por canal aberto assente sobre pilares. Na sua proximidade ergue-se um cruzeiro simples em granito e também umas alminhas, aspecto que denuncia a sacralização do aqueduto.

muros de granito

Os muros nesta área são dos elementos construídos que adquirem uma grande importância pela forte presença e também pela sua participação na definição da compartimentação da paisagem. Para além, de servirem como marcos de divisão das propriedades (de suporte ou não) as suas funções prendem-se sobretudo com a necessidade de impedir o gado de invadir os campos de cultivo, daí que estes espaços ficam completamente cercados, havendo lugar à colocação de um portão. Em alguns casos, os muros também servem para vedar áreas de pastoreio, que estariam associadas à prática da rotação das áreas de pasto, ou apenas para abrigar o gado - "bezerreiras".

Os muros são predominantemente de pedra solta, em granito (aproveitamento directo do material que o meio disponibiliza), cerca de 0,80-1,20m de altura e, em geral, desprovido de capeamento ou outro motivo decorativo. Os portões também são de cariz modesto, já que muito frequentemente até aparentam materiais e formas construtivas que denotam algum improviso, ou outros materiais pobres e desenhos simples (por exemplo, de madeira toscamente trabalhada).

1.2.5 arquitectura religiosa

santuário

O Santuário da Srª da Peneda **situa-se no Lugar da Peneda, freguesia da Gavieira**. Sob a invocação da Srª das Neves (ou Srª da Peneda), uma alusão ao clima agreste que se faz sentir na região, realiza-se a romaria todos os anos no início do mês de Setembro. Conjunto exemplificativo da **arquitectura religiosa noroestina dos séculos XVIII-XIX**, inspirado no santuário do Bom Jesus do Monte (Braga). É constituído por um templo, com duas torres sineiras, de linhas simples e robustas, e fachada rasgada por vários janelões, num estilo ecléctico novecentista mas de tradição ou influência barroca. A fachada principal volta-se para o átrio que dá acesso a uma escadaria em lacetes, com balaustrada ornamentada com estátuas e fortes pináculos. São várias as épocas da sua construção: a construção das primeiras capelas da Via Sacra remonta ao ano de 1742, o grande pórtico ao ano de 1778, a escadaria e a coluna de S. Gabriel nos últimos anos do século XVIII, pelo que o templo actual só estaria concluído em 1856 (Araújo, 1962).

Para além, do descrito ainda se constata a presença dos **quartéis e as antigas casas do consistório**. No espaço envolvente, num pequeno pórtico aberto encontram-se as estátuas dos quatro Evangelistas, que conduz a uma série de patamares e sucessivos lanços de escadas que acompanham as capelas da Via Sacra. No nível inferior desta escadaria encontra-se um pórtico barroco, encimado pelas armas reais. Entre o pórtico e o início do escadório da Via-Sacra, é de realçar ainda a existência de uma coluna granítica com inscrição, rematada no cimo com uma imagem do Arcanjo S. Gabriel (idem, 1962).

igrejas e capelas

Os cultos locais assumem um papel fundamental na vivência desta região, a avaliar pelos testemunhos físicos que se podem observar. As igrejas e capelas apresentam menores dimensões e importância que o Santuário da Srª da Peneda, existindo em todas as sedes de freguesia uma igreja e são várias as capelas distribuídas por muitos outros lugares (quadro nº 10 e 11).

Plantas reduzidas ao essencial, nave rectangular, com ou sem *galilé* (alpendre) e colunas assentar este alpendre, muitas vezes, mas sem constituir regra, surgem muros a delimitar o espaço do sagrado. Este tipo de elementos não sofrem, nesta região, nunca de falta de atenção, sendo

alvos dos mais atentos cuidados dos fiéis e, por isso, mantêm-se num bom estado de conservação. As festas marcam-se em data que coincida com a passagem dos emigrantes pela sua terra de origem.

Algumas capelas possuem associadas estruturas construídas - "quartéis" e/ou Casa da Mesa. Os "quartéis" servem para acomodar os crentes, existindo, por exemplo, em S. Bento do Cando (freguesia da Gavieira). Estas estruturas apresentam os quartos dispostos de forma contínua, com acesso por uma galeria, normalmente, alpendurada para proteger as entradas. A Casa da Mesa apoia as actividades desenvolvidas pela Confraria. Também é frequente neste tipo de locais de culto existirem estruturas que permitem merendar.

Tal como nas igrejas e capelas, nos locais de romaria distantes dos aglomerados (e por vezes de difícil acessibilidade) também se faz a festa em honra do "Santo" devoto ou "Santa", estas são as festas mais concorridas da região, por exemplo, Capelas de Sr. da Paz e Srª da Anemão. Hoje, já não estão assim tão inacessíveis, porém em outros tempos seguiam-se os cruzeiros que ainda hoje se encontram a marcar o caminho.

As igrejas de Lamas de Mouro e Castro Laboreiro apresentam vestígios da época medieval. São habitualmente edifícios de uma só nave, planta rectangular, circundados por edifícios delimitando o espaço do sagrado. Representam um fenómeno cultural e religioso importante para a região. Segundo Távora *et al.* (1988:37) "Lamas de Mouro tem a sua igreja de génese românica que só por si lhe dá um enquadramento qualitativo especial". Os restos mais significativos do românico encontram-se na porta lateral norte. A Igreja da Matriz de Castro Laboreiro, apresenta como vestígios do românico uma das mais curiosas pias baptismas românicas, paredes laterais maciças com volumosos contrafortes de reforço aos arcos interiores (CMM, 1991).

Quadro nº 10 – Capelas presentes na área em estudo

Capela de S. Brás	Castro Laboreiro (Assureira)
Capela de Srª. de Anemão	Castro Laboreiro (Anamão)
Capela de Srª. da Boa Morte	Castro Laboreiro (Ameijoeira)
Capela da N. Srª. da Boavista	Castro Laboreiro (Cainheiras)
Capela do Sr. do Bonfim	Castro Laboreiro (Ribeiro de Cima)
Capela da Srª. da Oliveira	Castro Laboreiro (Ribeiro de Baixo)
Capela de S. Miguel o Anjo	Castro Laboreiro (Mareco)
Capela da Srª. de Monserrate	Castro Laboreiro (Coriscadas)
Capela da Srª. dos Remédios	Castro Laboreiro (Antões)
Capela de S. Bento (S. Bentinho)	Castro Laboreiro (Várzea Travessa)
Capela de S. Bento do Cando	Gavieira (S. Bento do Cando)
Capela de Nª Srª de Fátima	Gavieira (Bouça dos Homens)
Capela de Stº António	Gavieira (Rouças)
Capela do Divino Espírito Santo	Gavieira (Tibo)
Capela de S. Paio	Cabreiro (Lordelo)
Capela de S. Bartolomeu	Cabreiro (Avelar)
Capela do Sr. da Paz; Capela Espírito Santo	Soajo (Adrão)
Capela de Nª Srª de Fátima	Soajo (Cunhas)
Capela Nª Srª da Conceição	Soajo (Paradela)
Capela de S. Miguel (ou Sta. Luzia)	Soajo (Várzea)
Capela da Srª. do Livramento	Soajo (Campo grande)

Quadro nº 11 – Igrejas presentes na área em estudo

Igreja Paroquial de Castro Laboreiro (Srª da Visitação)	Castro Laboreiro
Igreja Paroquial de Lamas de Mouro (S. João Baptista)	Lamas de Mouro
Igreja Paroquial da Gavieira (S. Salvador)	Gavieira
Igreja Paroquial do Soajo (Srª. das Dores)	Soajo

alminhas

São elementos **presentes em todas as freguesias da área em estudo**, havendo uma **quantidade e variedade significativa**. Apresentam um valor etnográfico notável, pois transmitem não só a religiosidade local, como também o sentido artístico espontâneo desta população. São monumentos de devoção religiosa de pequenas dimensões, habitualmente, em granito trabalhado

no sentido de formar um pequeno nicho, onde surge embutido um painel pintado à mão (que pode ser de madeira, azulejo, etc.), onde se vêm imagens alusivas à ascensão das almas (do purgatório para o céu).

Surtem algumas um pouco mais elaboradas, que podem, para além do descrito, ter uma pequena construção, quase uma reduzida capela, que abriga o nicho. São disso exemplo, as alminhas da portela do Lagarto (construção que também apresenta uns pequenos bancos entalhados para permitir o descanso e as rezas), em Ribeiros de Cima e da portela em Chã do Couço e, de construção mais recente, mas inspirada nas mais antigas, temos em Vilela Seca.

Nesta área, as alminhas encontram-se implantadas, normalmente junto a caminhos públicos e em várias situações: a) em trajectos relacionados com **caminhos de romeiros** (por exemplo, relacionados com o Santuário da Sr^a da Peneda, em Peneda e Baleiral; e, no trajecto usado por aqueles que se dirigiam para o Mosteiro de Ermelo e Fiães, surge a alminha da Portela do Lagarto); b) **à entrada dos lugares** (por exemplo, Bouça dos Homens e Vilela Seca); c) **dentro das próprias povoações** (Tibo, Castro Laboreiro e Lamas de Mouro); d) **em edifícios habitacionais** (Varziela, Rodeiro); e) **em parede de capela** (Rouças); f) **junto a fontes ou a aqueduto** simbolizando o valor da água e o apelo para que esta não falte (Bouça dos Homens e Pontes, respectivamente), g) **junto a pontes ou outros atravessamentos e/ou cruzamentos importantes** (por exemplo, Varziela, a caminho da Sra. de Anamão, Portos).

Hoje, estes testemunhos são mantidos com bastante dedicação por parte das populações, são raros os casos em que demonstram sinais evidentes de abandono. É frequente estarem enfeitadas com flores ou terem a arder uma vela ou pavio de azeite, que ilumina as almas durante a noite.

cruzeiros

Distribuem-se de forma irregular por toda a área em estudo, especialmente nas zonas mais humanizadas: próximo dos povoados e caminhos, havendo naturalmente uma **maior concentração nas proximidades de locais de culto e de romarias**. Frequentemente, cruzeiros em granito, com cerca de 1,50-2,00m de altura.

São marcos no território que, nomeadamente: a) **definem percursos religiosos** com destino aos principais locais de culto ou marcam o trajecto das procissões (por exemplo, a caminho da Sra. de Anamão e Sra. da Oliveira em Ribeiro de Baixo, ambos na freguesia de Castro Laboreiro; Sra. dos Remédios na freguesia de Cabreiro; Sr. da Paz em Adrão, freguesia do Soajo; S. Bento do Cando (o mais notável), freguesia de Gavieira⁸), b) **marcam trajectórias em cruzamentos e caminhos**, apoiando os viajantes nas encruzilhadas (como é o caso em Seara-Portos-caminho de acesso ao planalto, Rodeiro-caminho de acesso ao planalto a Norte, freguesia de Castro Laboreiro) ou também simbolizam a entrada nos povoados (por exemplo, Rodeiro, freguesia de Castro Laboreiro; Rouças, freguesia de Gavieira).

1.2.6 arquitectura do Estado Novo

casas de guarda, serviços florestais e escolas

Restam-nos as *casas dos Serviços Florestais*, *casas da Guarda Fiscal* e Escolas (quadros nº12, 13 e 14). As primeiras, na sua maioria, encontram-se hoje sob a responsabilidade dos serviços do PNPG, reconvertidas em "casas abrigo". Algumas destas edificações teriam em seu redor viveiros, alguns dos quais hoje são verdadeiras zonas de atracção para os visitantes desta área, pelo porte e densidade do coberto vegetal aí instalado, sendo de destacar: a área do Mezio e de Lamas de Mouro.

⁸ Dado o seu valor arquitectónico, encontra-se proposto para classificação como Monumento Nacional pelo PNPG, desde 1995 (PNPG, 1995).

Quadro nº 12 – Casa de guarda fiscal

Posto da Guarda de Castro Laboreiro	Castro Laboreiro
Posto da Guarda de Portelinha	Castro Laboreiro
Posto da Guarda de Paradela	Soajo

Quadro nº 13 – Escolas (Estado Novo)

Escola de Soajo	Soajo
Escola de A-do-Freire	Castro Laboreiro
Escola de Cainheiras	Castro Laboreiro

Quadro nº 14 – Casa de guarda dos Serviços florestais presentes na área em estudo

Casa de Guarda de Portelinha	Castro Laboreiro
Casa de Guarda de Lamas de Mouro (com viveiro)	Lamas de Mouro
Casa de Guarda de Coriscadas	Castro Laboreiro
Casa de Guarda de Veigas	Castro Laboreiro
Casa de Guarda de Carpinteira (Bico do Pássaro)	Lamas de Mouro
Casa de Guarda de Cainheiras	Castro Laboreiro
Casa de Guarda do Barreiro	Castro Laboreiro
Casa de Guarda de Tieiras	Gavieira
Casa de Guarda de S. Bento do Cando	Gavieira
Casa de Guarda de Ribeiro de Cima	Castro Laboreiro
Casa de Guarda de Ribeiro de Baixo	Castro Laboreiro
Casa de Guarda da Gavieira	Gavieira
Casa de Guarda de Baleiral	Gavieira
Casa de Guarda de Lordelo	Cabreiro
Casa de Guarda da Lombardinha	Cabreiro
Casa de Guarda de Vilela Seca	Cabreiro
Casa de Guarda de Adrão	Soajo
Casa de Guarda de Travanca (com viveiro)	Soajo ou Cabana Maior (limites em disputa)
Casa de Guarda de Entre-Outeiros	Soajo
Casa de Guarda de Mezio (com viveiro)	Soajo
Casa de Guarda de Ramil	Soajo
Casa de Guarda de Murço	Soajo
Casa de Guarda da Bouça dos Homens	Gavieira
Casa de Guarda da Peneda	Gavieira
Casa de Guarda de Paradela	Soajo

1.2.7 arqueologia industrial-tecnológica

A antiga Central de Lindoso foi o primeiro grande centro produtor hidroeléctrico instalado em Portugal (entrada em serviço em 1922), e ainda hoje continua em funcionamento. Pela sua dimensão, antiguidade e interesse histórico-arquitectónico, as edificações e outras estruturas construídas associadas, representam um valor patrimonial de interesse no âmbito da arqueologia industrial. O actual aproveitamento hidroeléctrico do Alto Lindoso e Touvedo foi construído na década de 80, do século passado, sendo o maior centro produtor hídrico de Portugal. Durante o período de estiagem, possibilita o fornecimento de caudais de rega para parcelas agrícolas da zona. A albufeira é também procurada para a pesca desportiva.





FACULDADE DE ENGENHARIA

UNIVERSIDADE DO PORTO

BIBLIOTECA



0000079544